

***Transparência na Prestação de Contas das Fundações:  
abordagem teórica e empírica***

Amélia Oliveira Carvalho

Tese de Doutoramento em Gestão  
Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão

**Orientada por**

Professora Doutora Lúcia Lima Rodrigues

Professor Doutor Manuel Castelo Branco

**Porto, Janeiro de 2016**



Para o Miguel, a Leonor  
e o Gonçalo



## **Agradecimentos**

A elaboração desta tese de doutoramento teve a ajuda e colaboração de diversas pessoas e entidades, a quem manifesto o meu profundo agradecimento.

Aos meus orientadores, a Prof. Doutora Lúcia Lima Rodrigues e o Prof. Doutor Manuel Castelo Branco, aos quais estou imensamente grata, pelo apoio, disponibilidade para a discussão do trabalho e amizade que demonstraram ao longo destes anos. Pelos sábios e oportunos contributos que foram decisivos para o resultado final obtido.

Ao Centro Português de Fundações, ao seu Diretor Executivo, Dr. Mário Curveira dos Santos pela disponibilidade e gentileza demonstradas na agilização do processo de resposta ao questionário. Às Fundações que participaram na investigação empírica, pela amabilidade e interesse com que nos receberam telefonicamente e pela colaboração.

À Fátima Silva e ao José Ribeiro, meus grandes amigos, pelo imenso apoio pessoal e profissional ao longo deste percurso. Pela inquestionável amizade e parceria que tornam os meus dias muito melhores. Aos meus amigos da ESTGF pelos incentivos, pela partilha e amizade que me concederam. Muito em especial à Marisa Ferreira pela amizade e pelas longas conversas “científicas” que me fizeram crescer no mundo académico. À Renata Freitas pela dedicação e profissionalismo na recolha de dados. À Vanda Lima e Helena Martins pela ajuda no tratamento dos dados, à Alexandra Braga, minha parceira de doutoramento, e à Teresa Barros. Ao Vítor Braga, coordenador de curso, pelas condições disponibilizadas. A todos agradeço o contributo e a amizade ao longo destes anos.

De forma muito especial agradeço aos meus pais, pelo carinho e suporte que me deram em todas as fases da minha vida e que se revelaram importantes para a elaboração desta tese. À minha tia Luísa Freitas que foi um grande apoio familiar, pela dedicação aos meus filhos, por ter sabido ser a mãe que eu não pude ser neste longo caminho percorrido.

Ao meu marido Gonçalo pelo equilíbrio emocional, apoio familiar que me proporcionou e pelo companheirismo em todos os momentos. Aos meus dois “anjinhos”, Miguel e Leonor, que são a força da minha vida, pela compreensão das minhas ausências e por me fazerem feliz todos os dias.

A todos o meu profundo agradecimento.



## **Resumo**

A divulgação da informação na prestação de contas das Fundações é um assunto controverso, mas relevante, essencialmente na conjuntura atual onde o seu financiamento e a própria atuação do Estado foram redimensionados. O presente estudo teve como objetivos estudar as relações existentes entre as características gerais das Fundações e a divulgação da informação voluntária e da informação obrigatória; perceber se a introdução do normativo obrigatório tem efeito no processo de divulgação; analisar os efeitos diretos e indiretos das características gerais das Fundações nos dois distintos tipos de divulgação; e por fim, a construção de um índice de referências de boas práticas para a prestação de contas. A análise teve por base um modelo teórico original, composto por cinco constructos – Organização, Administração, Monitorização e Controlo, Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória - e seis relações causais. O modelo foi testado nas Fundações portuguesas, onde foi realizada a recolha de dados primários através de um questionário. Na análise de dados, recolhidos numa amostra que representa 50,9% da população fundacional, recorreu-se às técnicas univariadas e multivariadas de análise de dados, em particular à Modelação de Equações Estruturais. O contributo da tese para a teoria é materializado através do modelo teórico original, que possui uma perspectiva integradora, uma vez que incorpora constructos originários das teorias da agência, dos stakeholders, da dependência dos recursos e da teoria institucional.

Em termos empíricos, salientam-se os seguintes contributos principais: validação da influência direta das características organizacionais das Fundações sobre os processos de monitorização e controlo, e sobre a estrutura do conselho de administração, e a validação da influência indireta sobre a divulgação voluntária e a divulgação obrigatória. Os processos de monitorização e controlo influenciam diretamente a divulgação voluntária, todavia quando estamos na presença de divulgações obrigatórias essa influência tem um efeito indireto na divulgação voluntária, através do efeito provocado pela divulgação obrigatória, tendo esta um reconhecido efeito mediador no processo de divulgação global. Por fim, a construção de um índice de referências de boas práticas de divulgação para complemento da informação do normativo do Terceiro Setor para melhoria do processo de prestação de contas.

**Palavras-Chave:** Divulgação de Informação; Fundações; Modelos Equações Estruturais





## ***Abstract***

The information disclosure in the accountability of Foundations is a controversial but relevant subject, especially in the current situation when the Third Sector funding and the State's intervention were resized. This study aims to study the relationship between the general characteristics of Foundations and the voluntary and mandatory disclosure of information; to understand if the introduction of the mandatory normative has any effect on the disclosure process; to analyze the direct and indirect effects of Foundations' characteristics in the two distinct types of disclosure; and finally, the construction of a code of good practices in accountability. The analysis is based on an original theoretical model consisting of five constructs - Organization, Administration, Monitoring and Control, and Voluntary and Mandatory Disclosure – and six causal relationships. The model was tested in Portuguese Foundations, where primary data was collected by means of a questionnaire. In the data analysis, gathered from a sample representing 50.9% of the Foundation population, both univariate and multivariate techniques of data analysis were used, and in particular the structural equation modeling. The contribution of the thesis to the theory is materialized through the original theoretical model, which has an integrative perspective, since it incorporates constructs originating from the agency, stakeholders, resource dependence and institutional theories.

Empirically, the following main contributions may be presented: validation of the direct influence of organizational characteristics of Foundations on the monitoring and control processes, and on the structure of the board, and validation of indirect influence on voluntary and mandatory disclosure. Monitoring and control processes have a direct influence on the voluntary disclosure, however when in the presence of mandatory disclosure that influence has indirect effect on voluntary disclosure by the effect caused by the mandatory disclosure, having the latter a recognized mediator effect on the disclosure process. Finally, the construction of a code of good practices in disclosure to complement the information imposed by the Third Sector accounting standard to improve the accountability.

**Keywords:** Information Disclosure; Foundations; Structural Equation Modeling



## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT .....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XV
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	XVII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XIX
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	XXI
1. INTRODUÇÃO .....	25
1.1 CONTEXTO E RELEVÂNCIA DO TEMA .....	25
1.2 OBJETIVOS E CONTRIBUTOS ESPERADOS .....	30
1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE .....	35
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	39
2.1 INTRODUÇÃO .....	39
2.2 O TERCEIRO SETOR E AS FUNDAÇÕES .....	39
2.3 A PRESTAÇÃO DE CONTAS E A INFORMAÇÃO DIVULGADA .....	47
2.4 DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.....	57
2.5 TEORIAS EXPLICATIVAS DA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	61
2.6 CONCLUSÃO.....	74
3. MODELOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	77
3.1 INTRODUÇÃO .....	77
3.2 MODELOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	77
3.2.1 MODELOS DE ANÁLISE.....	77
3.2.2 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	79
3.3 CONCLUSÃO.....	96

4. METODOLOGIA .....	101
4.1 INTRODUÇÃO .....	101
4.2 PESQUISA POR QUESTIONÁRIO.....	102
4.3 UNIDADE DE ANÁLISE E SELEÇÃO DOS DADOS .....	103
4.4 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSTRUCTOS .....	107
4.5 CONCLUSÃO.....	117
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	121
5.1 INTRODUÇÃO .....	121
5.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA AMOSTRA .....	121
5.3 VARIÁVEIS E NATUREZA DOS DADOS .....	131
5.4 ESTIMAÇÃO DOS MODELOS DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS.....	138
5.4.1 MODELO DE DIVULGAÇÃO INICIAL .....	142
5.4.1.1 MODELO DE MEDIDA - ESPECIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO .....	142
5.4.1.2 QUALIDADE DO AJUSTAMENTO.....	144
5.4.1.3 REESPECIFICAÇÃO DO MODELO DE MEDIDA .....	148
5.4.1.4 QUALIDADE DO AJUSTAMENTO DO MODELO DE MEDIDA ALTERADO .....	151
5.4.1.5 MODELO ESTRUTURAL.....	153
5.4.1.6 CONCLUSÃO.....	157
5.4.2 MODELO GLOBAL DE DIVULGAÇÃO.....	160
5.4.2.1 MODELO DE MEDIDA GLOBAL .....	160
5.4.2.2 QUALIDADE DO MODELO DE MEDIDA GLOBAL.....	162
5.4.2.3 MODELO ESTRUTURAL GLOBAL .....	164
5.4.2.4 CONCLUSÃO.....	171
5.5 INFLUÊNCIA DA DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA NA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA .....	173
5.5.1 EFEITO DE MEDIAÇÃO NO MODELO GLOBAL DE DIVULGAÇÃO .....	173
5.5.2 EFEITOS DIRETOS, INDIRETOS E TOTAIS NO MODELO GLOBAL .....	176
5.5.4 CONCLUSÃO.....	179

5.6 INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO .....	181
6. CONCLUSÕES.....	191
INTRODUÇÃO .....	191
SÍNTESE TEÓRICA .....	192
SÍNTESE DE RESULTADOS .....	194
CONTRIBUIÇÕES DA TESE .....	199
LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA .....	201
APÊNDICES.....	203
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO .....	205
APÊNDICE 2 – MATRIZ DE COVARIÂNCIA DOS RESÍDUOS ESTANDARDIZADOS .....	223
APÊNDICE 3 –ESTUDOS COMPLEMENTARES.....	224
APÊNDICE 4- INDICADORES ELIMINADOS NA ANÁLISE FATORIAL.....	225
APÊNDICE 5 – DECOMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO .....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	227
ANEXOS .....	253
ANEXO I – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS .....	255
ANEXO II - DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA .....	257
ANEXO III - ENQUADRAMENTO NO NORMATIVO CONTABILÍSTICO.....	258
ANEXO IV – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DE VARIÁVEIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	259



## Índice de Figuras

Figura 1 - Modelos de Análise e Objetivos .....	34
Figura 2 - Evolução dos Normativos Contabilísticos para o Terceiro Setor .....	52
Figura 3 - Análise de Trajetórias dos Modelos de Divulgação (Path Diagram) .....	78
Figura 4 - Efeito das características da Organização na Monitorização .....	84
Figura 5 - Efeito do Monitorização e Controlo na Divulgação Voluntária .....	84
Figura 6 - Efeito das características da Organização na estrutura da Administração .....	90
Figura 7 - Efeito das características da Administração na Divulgação Voluntária .....	90
Figura 8 - Efeito do Monitorização e Controlo na Divulgação Obrigatória .....	96
Figura 9 - Efeito da Divulgação Obrigatória na Divulgação Voluntária .....	96
Figura 10 - Resultados do Modelos de Análises .....	195





## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Modelo de Medida Original .....	146
Gráfico 2 - Modelo de Medida Alterado .....	150
Gráfico 3 - Modelo Estrutural Inicial .....	153
Gráfico 4 - Modelo de Medida Alterado com a Variável Latente .....	163
Gráfico 5 - Representação do Modelo Estrutural Global .....	169
Gráfico 6 - Modelo “Rival” da Divulgação da Informação .....	180



## Índice de Quadros

Quadro 1 - Instrumento do Normativo Contabilístico da ESNL .....	56
Quadro 2 - <i>Stakeholders</i> do Terceiro Setor .....	69
Quadro 3 - Hipóteses de Investigação dos Modelos de Divulgação.....	97
Quadro 4 - População e Amostra do Estudo.....	104
Quadro 5 - Operacionalização do constructo Organização.....	108
Quadro 6 - Operacionalização do constructo Monitorização e Controlo .....	109
Quadro 7 - Operacionalização do constructo Administração .....	111
Quadro 8 - Operacionalização do Constructo Divulgação Voluntária .....	113
Quadro 9 - Operacionalização do Constructo Divulgação Obrigatória.....	115
Quadro 10 - Áreas de Atividade identificadas.....	124
Quadro 11 - Áreas de Atuação.....	124
Quadro 12 -Valores dos Ativos .....	125
Quadro 13 - Valores dos Apoios do Estado.....	125
Quadro 14 - Distribuição das Fontes de Financiamento.....	125
Quadro 15 - Estatísticas Descritivas do Conselho de Administração.....	126
Quadro 16 - Estatística Descritiva dos Constructos.....	130
Quadro 17 - Distância de Mahalanobis.....	134
Quadro 18 - Coeficientes de Correlação de <i>Pearson</i> das Variáveis dos Modelos .....	137
Quadro 19 - Índices de Qualidade de Ajustamento .....	145
Quadro 20 - Resultados da Análise Fatorial Confirmatória do Modelo Medida.....	147
Quadro 21 - Consistência Interna .....	151
Quadro 22 - Fiabilidade e Validade das Variáveis Latentes.....	152
Quadro 23 - Hipóteses do Modelo Inicial.....	154
Quadro 24 - Índices de Qualidade de Ajustamento - Modelo Estrutural Inicial .....	156
Quadro 25 - Análise Fatorial Confirmatória com o Modelo de Medida Alterado .....	161
Quadro 26 - Índices de Qualidade de Ajustamento – Modelo Estrutural Global .....	165
Quadro 27 - Hipóteses do Modelo Global de Divulgação.....	170
Quadro 28 - Comparação da Qualidade de Ajustamento entre Modelos .....	176
Quadro 29 - Decomposição dos Efeitos Estruturais .....	177
Quadro 30 - Dimensões Resultantes da Análise de Componentes Principais .....	182
Quadro 31 - Consistência Interna dos Indicadores de Divulgação Voluntária.....	185
Quadro 32 - Índice de Boas Práticas de Divulgação para as Fundações .....	186



## Siglas e Abreviaturas

ACP - Análise de Componentes Principais  
CA - Conselho de Administração  
CEO - *Chief Executive Officer*  
CFI - *Comparative Fit Index*  
CNC - Comissão de Normalização Contabilística  
CPF - Centro Português de Fundações  
CSES - Conta Satélite da Economia Social  
DF - Demonstrações Financeiras  
ESNL - Entidades do Setor Não Lucrativo  
EUA - Estados Unidos da América  
FASB - *Financial Accounting Standards Board*  
GFI - *Goodness-of-fit Index*  
IAS - *International Accounting Standards*  
IASB - *International Accounting Standards Board*  
ICNPO - *International Classification of Non-profit Organisations*  
IES - Informação empresarial simplificada  
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social  
IFRS - *International Financial Reporting Standards*  
MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras  
MEE - Modelo de Equações Estruturais  
NCRF-ESNL - Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo  
NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades  
NI - Normas interpretativas  
ONG - Organização não-governamental  
OSFL - Organizações sem Fins Lucrativos  
PA - Plano de Atividades  
PCAM - Plano de Contas das Associações Mutualistas;  
PCFI - *Parsimony Comparative of Fit Index*  
PCIPSS - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social;  
PGFI - *Parsimony Goodness of Fit Index*  
POC - Plano Oficial de Contabilidade  
POCFAAC - Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes.  
R&C - Relatório e Contas  
RMSEA - *Root-Mean-Square Error of Approximation*  
SEAF - Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais  
SNC - Sistema de Normalização Contabilística  
SORP - *Statement of Recommended Practice*  
SPSS AMOS - *Statistical package for the social sciences - Analysis of Moment Structures*  
UP - Utilidade pública



## INTRODUÇÃO

---





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contexto e Relevância do Tema

O tema em estudo sobre a prestação de contas das organizações sem fins lucrativos (OSFL) apresenta-se pertinente e atual dada a importância que estas instituições têm, quer em termos do seu crescimento na economia quer da sua diversificação. O crescimento do denominado Setor não Lucrativo ou Terceiro Setor<sup>1</sup>, por força da criação de novas organizações, tem-se acentuado na última década tentando dar resposta a um serviço que deveria ser garantido pelo setor público.

Nos últimos anos, dada a importante função desenvolvida pelas organizações sem fins lucrativos na economia e na sociedade civil, a divulgação da informação tem tido, ao nível internacional, um grande enfoque por parte dos investigadores, quer no que diz respeito à divulgação voluntária (Melendéz, 2001; Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Parsons, 2007; Atan, Zainon, Nam, & Aliman, 2012; Gandia, 2011; Saxton, Kuo, & Ho, 2012) quer no que toca à divulgação da informação que os normativos contabilísticos impõem a estas entidades (Keating & Frumkin, 2003; Gordon, Khumawala, Kraut, & Neely, 2010; Verbruggen, Christiaens, & Milis, 2011; Hofmann & McSwain, 2013).

A maioria das organizações sem fins lucrativos dispõem de uma contabilidade pouco elaborada não obstante a necessidade sentida de grandes exigências de controlo e de informação. Os sistemas contabilísticos não têm, contudo, sabido acompanhar esse crescimento. Relativamente ao caso português, até 2012 não existia para o Terceiro Setor um padrão específico de modelo contabilístico, nem tipologias de informação a serem utilizadas para a correta divulgação aos seus *stakeholders*. Existe, nestes casos, uma situação de menor relevância da contabilidade quando comparada com o setor empresarial, e ao mesmo tempo persiste uma certa relutância às mudanças nas práticas contabilísticas, que ocorrem nestas entidades de forma lenta. A literatura demonstra que

---

<sup>1</sup> *Terceiro Setor* - Terminologia comumente aceite a nível internacional (Seibel & Anheier, 1990; Salamon & Anheier, 1997; Salamon & Anheier 1998).

a persistência dos sistemas de contabilidade predomina sobre a mudança, mas também que essas mudanças, quando ocorrem, não estão necessariamente relacionadas com maior eficiência (Scapens & Roberts, 1993; Burns & Scapens, 2000; Larrinaga-Gonzalez & Bebbington, 2001; Ridder *et al.*, 2005).

A enorme variedade de organizações neste setor e o facto de manterem atuações totalmente divergentes, dificulta a normalização e, conseqüentemente, a comparabilidade da informação. Contudo, a aplicação de um normativo específico para o Terceiro Setor é tida como necessária por parte dos seus atores, mas vista como difícil na sua exequibilidade, no que concerne aos objetivos e necessidades de relato financeiro que cada área de atuação exige (Carvalho & Blanco, 2007).

Tendo reconhecido essa necessidade, foi criado através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o normativo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Este instrumento visa permitir a comparabilidade entre instituições e melhorar o processo de transparência, “justifica que se reforcem as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, nomeadamente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades” (Anexo II - a que se refere o n.º 2 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março).

O postulado teórico, em concreto a teoria dos *stakeholders*, enquadra grupos de pessoas com interesses legítimos de participação numa organização que não se compadecem com um modelo de organização que se oriente para os interesses e benefícios pessoais. Para a definição da linha empírica tomamos como unidade de análise e estudo, as Fundações, enquanto figura jurídica representativa do Terceiro Setor. Consideramos as Fundações como organizações destinadas a prosseguir fins legítimos de interesse social, e para o qual existe um acervo de bens patrimoniais deixados pelo fundador para a realização e alcance da missão instituída. Dada a função de interesse público que as Fundações desempenham, estas têm necessidade de um processo de prestação de contas transparente e completo (Bogart, 1995; Greenlee & Keating, 2004; Lee, 2004; Gray, Bebbington & Collison, 2006). Esse processo passará pela divulgação da informação que se impõe obrigatória através da aplicação do referido normativo e pela divulgação que as Fundações fazem a título voluntário por forma a reforçar a confiança,

credibilidade e legitimidade perante os seus *stakeholders*. Acima de tudo deve ser encarado o processo de *accountability* como um veículo de divulgação transparente que poderá minimizar as oportunidades de fraude (Holtfreter, 2008), os desvios de fundos (Trussel, 2003) e o comprometimento das missões (Young, 2002).

Desde 2010, os meios de comunicação social têm sabido fazer chegar à opinião pública a necessidade de controlo e de transparência por parte das Fundações. Em 2012, o Governo Português por imperativo legal impôs a realização de um Censo<sup>2</sup> às Fundações para avaliação do seu custo e benefício<sup>3</sup>. A grande incerteza à volta dos recebimentos de fundos do Orçamento de Estado, ou a prestação de contas que não era realizada, serviram de justificação para que tivesse sido criado este mecanismo de controlo<sup>4</sup> por forma a limitar o acesso aos benefícios públicos daqueles que não cumprissem as regras da transparência (Lei Quadro das Fundações<sup>5</sup>) e beneficiasse as cumpridoras legitimando a sua correta atuação para com a sociedade.

A divulgação de informação é importante, principalmente num contexto em que se tem dado relevância, nos últimos tempos, à atuação das Fundações Portuguesas, em particular ao controlo e redefinição da própria atuação que o Estado levou a cabo, com o puro objetivo de reduzir a duplicação de funções, de despesas e consequentemente aumentar a sua transparência. O Estado acabou por extinguir algumas Fundações públicas de direito público e de direito privado, detidas maioritariamente por entidades estatais, e por redimensionar os apoios financeiros (subsídios) e o próprio estatuto de utilidade pública das Fundações de direito privado, até que se prove que têm sustentabilidade.

Estas entidades padecem de alguns problemas de fundo que, segundo Holtfreter (2008), se prendem com questões ligadas com a sua legitimidade, eficiência, sustentabilidade e com problemas da falta de transparência e credibilidade dos dados fornecidos, já que a maioria dos ativos consumidos na prestação dos serviços de âmbito

---

<sup>2</sup> Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro.

<sup>3</sup> As fundações com estatuto IPSS foram apenas analisadas na perspetiva da sua viabilidade financeira. As que não possuíam esse estatuto foram avaliadas de acordo com o modelo de avaliação com critérios de pertinência/relevância, eficácia e sustentabilidade.

<sup>4</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de Setembro – Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>5</sup> Lei n.º 24/2012, de 9 de julho e posterior alteração Lei n.º 150/2015 de 10 de setembro.

social é reposta por meio das referidas doações, subvenções, contribuições e receitas próprias da atividade comercial ou da possível atividade acessória da organização.

Ao nível internacional, quando são emitidos novos normativos contabilísticos, a temática da divulgação e transparência tem sido abordada com mais acuidade no setor lucrativo e com especial ênfase na divulgação de informações financeiras (Ali, Ahmed, & Henry, 2004; Al-Akra, Eddie, & Ali, 2010; Doshi, Dowell, & Toffel, 2013; Bertomeu & Magee, 2015). Algumas perspetivas teóricas apontam no sentido de existirem incentivos à divulgação voluntária de informação e esses incentivos estarem relacionados com características internas das organizações mas também com variáveis externas como o próprio cumprimento obrigatório de um normativo. A Teoria da Agência tem um papel preponderante nesta explicação já que reconhece que a divulgação da informação possibilita a redução dos custos de agência. Por seu lado, a Teoria dos *Stakeholders* reconhece o incentivo à divulgação da informação como forma de indicação que os órgãos sociais agem de acordo com as expectativas dos *stakeholders*, essencialmente dos mais diretamente ligados às organizações. A Teoria Institucional aponta, por seu turno, a coercividade dos processos normativos e a imitação de práticas a que estas organizações estão sujeitas, sendo a Teoria de Dependência de Recursos a que explicativa a posição destas organizações face às práticas de divulgação perante a dependência dos recursos do Estado e de outros doadores.

A literatura existente revela uma forte associação entre o processo de divulgação e várias características organizacionais, entre elas o tamanho da organização (Meek *et al.* 1995; Botosan, 1997; Mathews, 1997; Dye, 2001; Healy & Palepu, 2001; Gray, 2002; Boesso & Kumar, 2007), os níveis de atividade da organização (Patten, 1992; Wallace *et al.*, 1994; Meek *et al.*, 1995; Aranoff, 2003; Gordon *et al.*, 2010), e os subsídios do Estado ou subvenções recebidas (Wagenhofer, 1990; Wallace *et al.*, 1994; Hossain, 2001; Lee, 2004; Holtfreter, 2008; Kaplan *et al.*, 2009). Por seu lado, de entre as várias características, as organizações que recebem financiamento do Estado são submetidas a procedimentos de controlo interno e aquelas com mais fontes de financiamento são mais propensas a ter uma variedade de operações e a divulgar relatórios do controlo interno (Behn, DeVries, & Lin, 2007, 2010; Petrovits, Shakespeare, & Shih, 2011). As características organizacionais detidas e com as quais levam a cabo as diferentes atuações

são influenciadoras da existência de processos de auditoria com o objetivo de reforçar e publicitar a missão (Russell, 2008), aspecto esse que trará mais visibilidade perante a sociedade. Parsons (2007) sugere que a informação financeira e contabilística poderá ter um impacto direto na decisão de um indivíduo em fazer uma contribuição social, sob a forma de donativo ou de prestação de serviço (voluntariado) e, esse aspecto deverá ser tido em conta para criar soluções de sustentabilidade financeira, considerando as constantes incertezas nas participações do Estado.

A revisão da literatura aponta, também, para uma forte relação entre a divulgação de informações e variáveis como, a composição dos conselhos de administração (Stone *et al.*, 1999; Cornforth, 2002; Young, 2002; Callen *et al.* 2003; Ahmed 2005; Gill *et al.*, 2005; Prybil, 2006), o número de membros do conselho que são internos às organizações (Yermack, 1996; Chau & Gray, 2002; Cornforth & Simpson, 2002; Babio Arçay & Muiño Vázquez, 2005; Prybil, 2006; Lim, Matolcsy, & Chow, 2007; Saxton *et al.*, 2012) e a remuneração dos membros do conselho e do CEO<sup>6</sup> (Eng & Mak, 2003; Laksmana, 2008; Fernandes, 2008; Cardinaels, 2009; Brickley, Van Horn, & Wedig, 2010; Ackerman *et al.*, 2012).

Tendo como suporte teórico as bases da Teoria da Agência e da Teoria dos *Stakeholders*, da Teoria Institucional e da Teoria da Dependência dos Recursos propomos um conjunto de hipóteses referentes às relações entre a divulgação de informação voluntária e as características gerais das Fundações e ainda perceber o efeito provocado pela divulgação de informação obrigatória no processo de divulgação das Fundações.

A literatura evidencia uma forte relação entre as características das organizações e o controlo de auditoria que é realizado (Vermeer, Raghunandan, & Forgione, 2006) deixando perceber que aspetos organizacionais, como por exemplo, a dependência de doações e/ou subvenções levará à apresentação de relatórios de qualidade (Mohd-Sulaiman, 2008; Reheul, *et al.*, 2012). Por outro lado, a influência da monitorização, controlo e auditorias levará a maior cuidado no cumprimento dos requisitos legais de divulgação (Nezhina & Brudney, 2010; Alanezi & Albuloushi, 2011) pois o aumento significativo no grau de cumprimento da informação obrigatória divulgada está, entre outros aspetos, ligada ao trabalho realizado pela auditoria externa que exibirá maior transparência e aperfeiçoamento no cumprimento de requisitos de divulgação obrigatória

---

<sup>6</sup> Chief Executive Officer – equivalente ao diretor nomeado para gerir a Fundação.

e na garantia da legitimidade (Wallace & Naser, 1995; Keating, Fischer, Gordon, & Greenlee, 2005; Gao & Kling, 2012). Por sua vez a divulgação de informação obrigatória tenderá a influenciar o nível de divulgação voluntária que é realizada (Moggi, Leardini, & Rossi, 2015) já que a propensão para disponibilizar informação voluntária está também ligada com diversos aspetos da própria divulgação da informação que é imposta por Lei, dado que a exigência das informações dos normativos tenderão a impulsionar a informação complementarmente divulgada (Einhorn, 2005). Assim, a dependência dos recursos e a coercividade exercida sobre estas instituições na pressão de divulgação (Verbruggen *et al.*, 2011) exigirá que as organizações passem a divulgar aquilo que não estariam disponíveis para divulgar voluntariamente (Verrecchia, 2001).

Entendemos, pelas razões apontadas, considerar este estudo como um contributo prático e académico para o setor fundacional em Portugal e também para as outras formas jurídicas que compõem o Terceiro Setor e que poderão apresentar características semelhantes. A oportunidade do tema assenta na dependência financeira que estas organizações do setor não lucrativo têm tido nos últimos anos e na dificuldade estrutural que têm sentido para financiar a sua missão. Perante tais entraves haverá uma tendência natural para haver mais controlo e mais exigência por parte das entidades reguladoras no sentido de seleccionar o que é realmente importante e indispensável. Conclui-se que perante tais circunstâncias a divulgação voluntária e o cumprimento da divulgação obrigatória tornam-se um ponto-chave de demonstração da posição de transparência da organização na sociedade.

## **1.2 Objetivos e contributos esperados**

O objetivo principal do estudo é aferir as relações existentes entre as características gerais das Fundações e a divulgação de informação que realizam e o seu contributo para a transparência na prestação de contas. Para alcançar este objetivo levamos a cabo um modelo de investigação centrado nas duas tipologias de divulgações que são realizadas na prestação de contas. Uma abordagem centrada na divulgação da informação voluntária presente nos Relatórios e Contas (R&C) e outra abordagem sobre a divulgação de informação obrigatória que emana da aplicação do normativo contabilístico das Fundações que operam em Portugal.

Construímos, com base na revisão da literatura, e atentos às particularidades do caso das Fundações Portuguesas, um quadro empírico de análise dos determinantes da divulgação global (obrigatória e voluntária). Com este estudo verificamos, por um lado, a influência do novo normativo no processo de *accountability* deste setor específico; e por outro lado, analisamos a forma como as características gerais que as Fundações possuem, contribuem para a melhoria da divulgação da informação e sua subsequente transparência. As características gerais das Fundações que englobamos neste estudo estão ligadas a três grandes pilares: às características organizacionais que cada uma possui; à estrutura dos órgãos de gestão e à componente de monitorização e controlo dos processos contabilísticos e de gestão utilizados. No final da investigação, perante os resultados, levaremos a cabo a construção de um índice de boas práticas de divulgação para as Fundações, com a possibilidade de aplicação a todo o Terceiro Setor, como complemento da informação obrigatória do normativo contabilístico.

As questões de pesquisa abordadas nesta tese estão relacionadas com a influência das características gerais das Fundações Portuguesas na divulgação do relato financeiro (informação obrigatória e voluntária) e consequente transparência. Nesta investigação foram definidos cinco constructos: a Organização; a Monitorização e Controlo; a Administração; a Divulgação Voluntária; e a Divulgação Obrigatória. Os constructos são variáveis que não são diretamente observáveis ou mensuráveis, que são latentes ou fatores, e que se justificam pela manifestação em variáveis indicadoras ou manifestas (Marôco, 2010). No primeiro constructo, a Organização é manifestada através do tamanho das Fundações; do valor dos fundos públicos atribuídos; do número de membros trabalhadores e do número de projetos realizados. O segundo constructo a Monitorização e Controlo é manifestado pelas auditorias de carácter obrigatório que as Fundações realizam; a certificação obrigatória que obtém e outras tipologias de controlo de carácter voluntário. O terceiro constructo, Administração refere-se à estrutura do conselho de administração, é manifestado pelos membros internos do conselho; a existência de remuneração dos membros do conselho de administração e de remuneração do diretor executivo ou CEO. O quarto constructo, a Divulgação Voluntária, manifesta-se no modelo através de sete índices de divulgação que se consubstanciam em 31 itens de divulgação voluntária construído a partir de um índice de divulgação voluntária o

*Statement of Recommended Practice* (SORP) em prática no Reino Unido. E, por fim o constructo da Divulgação Obrigatória foi operacionalizado com a construção de um índice de 24 itens de divulgação obrigatória que constam do normativo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e de itens da Lei aplicada às Fundações (Lei Quadro das Fundações).

As hipóteses foram testadas através de Modelos de Equações Estruturais (MEE) e os resultados mostram as variáveis que têm uma influência significativa nas divulgações realizadas pelas Fundações, bem como as variáveis que não têm qualquer influência, tendo sido ainda possível verificar o papel mediador da Divulgação Obrigatória no modelo de divulgação apresentado, e o seu efeito sobre o processo de divulgação. Perante os resultados da análise multivariada construímos, ainda, um índice de boas práticas de divulgação para o Terceiro Setor como proposta de complemento da informação obrigatória.

No estudo empírico para a validação dos modelos de análise e para testar as hipóteses de investigação escolhemos o universo de Fundações portuguesas de âmbito privado ou de direito privado para a concretização dos objetivos de estudo. Nesse propósito tivemos a participação ativa do Centro Português de Fundações que teve um papel importante para a recolha de dados primários e no questionário como técnica de recolha utilizada, atendendo ao escasso número de fontes secundárias para a investigação em causa. A operacionalização dos constructos dos modelos utilizados foi realizada através de um conjunto de questões que tiveram por base os objetivos e as hipóteses de investigação.

As Fundações portuguesas em atividade à data de 2013, primeiro ano da prestação de contas do novo normativo para o Terceiro Setor, perfizeram um total de 279 Fundações, tendo o estudo empírico abrangido o total da população. A administração do inquérito por questionário foi realizada através de uma plataforma *on-line* - *surveygizmo* - que as Fundações acederam através do *e-mail* enviado. A recolha de dados ocorreu entre 15 de julho e 15 de setembro de 2013. No final obtivemos 142 questionários válidos para o tratamento de dados.

No tratamento dos dados foi utilizada uma análise descritiva univariada para as variáveis e constructos, e no sentido de melhorar a compreensão dos dados recolhidos, foram calculadas medidas de tendência central e de dispersão, assim como, as correlações



existentes entre as diferentes questões utilizadas para operacionalizar cada constructo. Usamos como técnica de análise multivariada os Modelos de Equações Estruturais para testar as hipóteses de investigação e uma Análise de Componentes Principais para a construção do índice de referência de boas práticas de divulgação.

Como já referido, o objetivo principal desta investigação é aferir as relações existentes entre as características gerais das Fundações e a divulgação de informação que realizam e o seu contributo para a transparência na prestação de contas. Este objetivo principal é consubstanciado nos objetivos específicos que apresentamos de seguida e que graficamente são esboçados na Figura 1. Considerando, assim, as teorias abordadas na tese poderemos resumir os objetivos específicos em quatro vertentes:

(i) - Analisar as relações existentes entre as características gerais das Fundações: as características da Organização, a estrutura do seu Conselho de Administração, o processo de Monitorização e Controlo, e a Divulgação Voluntária, e testar simultaneamente a existência de relações entre estes constructos.

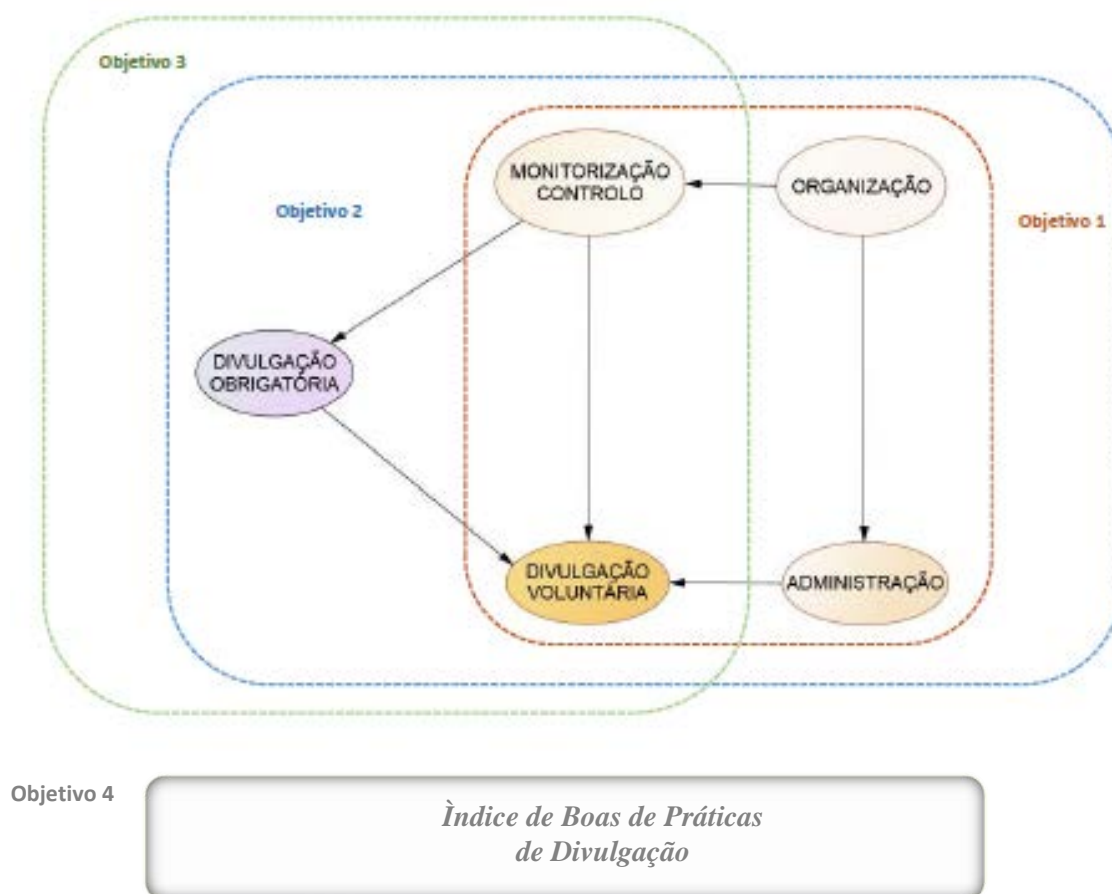
(ii) – Compreender as relações existentes entre as características gerais das Fundações e a Divulgação Obrigatória fruto da aplicação do novo normativo.

(iii) - Perceber se a introdução do normativo obrigatório tem um efeito influenciador no processo de divulgação e analisar os efeitos diretos e indiretos das características gerais das Fundações na Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória.

(iv) - Construir um índice de referências de *boas práticas* a partir dos resultados obtidos, como complemento da informação fruto da aplicação do normativo para o setor não lucrativo.

Ao nível teórico, o contributo desta investigação passará por clarificar as práticas de divulgação que as Fundações realizam, concretamente perante uma mudança de normativo. E os resultados desta investigação poderão ajudar a melhorar as práticas de divulgação, aumentando a transparência da prestação de contas do setor em geral e das Fundações em particular, dado que abrangerá divulgações de natureza obrigatória e de natureza voluntária, permitindo uma maior comparabilidade das entidades que compõem o setor não lucrativo.

**Figura 1 - Modelos de Análise e Objetivos**



Os contributos ao nível empírico centram-se, na construção de modelos de divulgação obrigatória e voluntária e, ainda, na própria construção de um índice de referência de boas práticas para a divulgação aos *stakeholders* do Terceiro Setor. Entendemos esta investigação como um contributo importante para a gestão dado que é o primeiro estudo sobre a divulgação voluntária e obrigatória feita sobre organizações do setor não lucrativo em Portugal.

Este estudo representa, assim, um passo na compreensão dos fatores que influenciam o processo de divulgação das Fundações Portuguesas que, a serem conhecidos, poderão ser um instrumento válido importante para a estratégia de melhoria da transparência e um contributo para o alcance da legitimidade do setor não lucrativo na economia portuguesa.

### **1.3 Organização da tese**

A tese tem a seguinte ordem de organização: o próximo capítulo oferece o pano de fundo da revisão da literatura para os temas abordados neste estudo. O capítulo 3 apresenta os modelos e as hipóteses desenvolvidas. O capítulo 4 descreve o projeto de pesquisa e a metodologia e no capítulo 5 é feita apresentação dos resultados empíricos e a sua discussão. Por fim, no capítulo 6 é feita a síntese das questões teóricas e dos resultados obtidos, identificando as contribuições da tese e, por último, apresentadas as limitações e sugestões de investigação futura.



## REVISÃO DA LITERATURA

---



## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Introdução**

As Fundações são tidas ao nível internacional e nacional como as organizações mais representativas do Terceiro Setor, quer ao nível das tipologias jurídicas existentes, quer ao nível das áreas de atuação em que participam na sociedade. Neste capítulo faremos um enquadramento das Fundações no Terceiro Setor e abordaremos os procedimentos da prestação de contas a que estas organizações estão sujeitas, bem como as alterações na divulgação de informação perante a presença de um novo normativo contabilístico.

Os aspetos ligados ao alcance da transparência através da divulgação da informação serão tratados numa das secções com o suporte das teorias subjacentes à explicação do processo de divulgação da informação, neste setor em particular. Este contributo é também desenvolvido por diversos autores que realçam a importância dos fatores que contribuem para a melhoria da prestação de contas.

### **2.2 O Terceiro Setor e as Fundações**

Na identificação das organizações que cumprem as características de não terem uma finalidade lucrativa têm sido usadas muitas denominações. A diversidade na terminologia utilizada para denominar estas organizações tais como Terceiro Setor, Economia Social, Setor não Lucrativo é fruto da enorme variedade de áreas que estudam os diferentes contextos sociais (sociologia, economia, gestão, psicologia, antropologia) e da forma como são assumidas as diferentes posições dos diferentes intervenientes destas organizações. Na perspetiva do *European Economic and Social Committee*<sup>7</sup>, o Terceiro Setor tornou-se um ponto de encontro de diferentes conceitos, fundamentalmente um setor sem finalidade lucrativa e de economia social, que, apesar de descrever esferas com grandes áreas de sobreposição, não coincidem exatamente. Além disso, nas abordagens teóricas que têm sido desenvolvidas a partir desses conceitos, é atribuído ao Terceiro

---

<sup>7</sup> No Relatório elaborado pelo International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy (CIRIEC) para o Comité Económico e Social Europeu (CESE).

Setor diferentes funções na economia atual. Se, por um lado, temos as influências dos Estados Unidos que valorizam a organização em si e, por isso, a sua classificação é centrada na sua não lucratividade – *nonprofit organizations*, por outro as economias europeias têm dado mais relevo à terminologia de Terceiro Setor ou Economia Social, sendo esta última, apesar de muito controversa, a utilizada na fundamentação da Lei de bases portuguesa que enquadra estas organizações, Lei de Bases da Economia Social<sup>8</sup>.

A revisão da literatura aponta termos ou expressões como o setor civil (Whitaker, Altman-Sauer & Henderson, 2004), setor independente (Fremont-Smith, 2007), o setor social, organizações voluntárias ou sociedade civil (Franco, 2004; Gray *et al.*, 2006), organizações não-governamentais (Gibelman & Gelman, 2004), organizações de direito privado, mas, com finalidades públicas ou de interesse público (Salamon, 2001:163). Contudo, o termo Terceiro Setor (Seibel & Anheier, 1990; Anheier, Toepler, Sokolowski, 1997, Salamon & Anheier, 1997; 1998) é o mais corrente que podemos encontrar nos diferentes contextos, considerando que as restantes denominações poderão ser mais limitativas no englobamento de todas as instituições que dele fazem parte, e é por isso um termo que possui uma expressão que é sobretudo transnacional (Ferreira, 2009). A denominação de Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) ou do Terceiro Setor será a terminologia que iremos usar durante a abordagem teórica e empírica desta investigação, por um lado pelo conceito amplamente aceite de um terceiro “ator social”, sustentado nas razões acima apresentadas, e por outro por considerar que o conceito de “organização” tem um melhor enquadramento na atuação que as mesmas realizam na sociedade.

Este setor reveste-se de diversas formas jurídicas como sejam as Associações, as Cooperativas e Fundações (Carvalho, 2010; Quintão, 2011; Parente, 2014).

O conceito moderno do setor não lucrativo foi definido e divulgado em todo o mundo por um projeto de pesquisa internacional dos anos 90, que envolveu inicialmente 36 países, liderado pela Universidade Johns Hopkins (Salamon, Sokolowsky, Haddock & Tice, 2012) para descobrir e quantificar o seu tamanho e estrutura, analisar as suas perspetivas de desenvolvimento e o seu impacto na sociedade. Portugal participou neste projeto em 2006 e, o mesmo, teve a última atualização no ano de 2012.

É frequentemente interpretado que estas organizações não têm como objetivo lucro mas essa questão não é linear. Tal como referem Hallock (2002: 380) e Hopt, (2009)

---

<sup>8</sup> Decreto n.º 130/XII da Lei de Bases da Economia Social.



são definidas como não lucrativas porque não existe uma efetiva distribuição do lucro aos membros ou órgãos sociais, no entanto poderão gerar lucros com as suas atividades secundárias (Gross *et al.*, 2000:21, Young, 2002).

Para as instituições que compõem este setor são apontadas, pela literatura mais relevante, algumas características-chave como o facto de serem organizadas, privadas, não distribuidoras de lucros, auto governadas e voluntárias (Salamon & Anheier, 1997; INCPO<sup>9</sup>). Estas organizações sem fins lucrativos não esperam receber benefícios económicos proporcionais à sua contribuição e os objetivos operacionais não têm em vista a obtenção dos benefícios, havendo ausência dos interesses de propriedade (FASB, 1980, Franco *et al.*, 2005, Carvalho & Blanco, 2007). É um setor que procura sustentabilidade financeira e tem-se tornado cada vez mais profissional, especialmente nas suas estratégias para gerarem receitas e conseguirem sobreviver e manterem o financiamento da atividade não lucrativa (Weisbrod & Dominguez, 1986). Em suma, a marca predominante neste setor é o pressuposto base da não distribuição de lucros e a da criação de valor como contributo para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e, consequentemente, do país.

Este terceiro ator da sociedade encontra-se enraizado na história social e económica da generalidade dos países (Quintão, 2011; European Economic and Social Committee, 2012). Em Portugal, emergiu na década de 70, na sequência das discussões do Estado-Providência, com práticas descritas como não sendo do Estado nem do mercado (Ferreira, 2009). O *European Economic and Social Committee - EESC* (2007) indica que as primeiras referências na literatura sobre o Terceiro Setor ou setor não lucrativo apareceram há cerca de 30 anos nos EUA, mas é na Europa que existe uma maior diversidade de tipologias. Contudo, a maioria surge sob a forma associativa ou fundacional. A evidência sugere que as principais famílias jurídicas da economia social são as Fundações, as Associações e as Cooperativas (de direito civil) e as Misericórdias (de direito canónico). As Fundações e Associações são os subsectores que fornecem a maior parte da sua produção e serviços de forma gratuita ou a preços que não são economicamente significativos.

---

<sup>9</sup> International Classification of Non-profit Organisations (ICNPO).

Este setor foi utilizado pelo Estado para aumentar a prestação de serviços que é prestada à comunidade, à semelhança do que acontece noutros países (Flack & Ryan, 2005) onde a sua participação tem uma grande expressão na economia. De acordo com o *European Foundation Centre* e o *Donors and Foundations Networks in Europe* (EFC/DAFNE, 2011), a grande maioria dos países europeus permite que as Fundações possam participar noutras atividades que não as do âmbito da sua missão sem comprometer a sua estrutura de isenção de impostos ou de utilidade pública. Contudo, num grupo mais restrito de países, onde se inclui Portugal, esta participação poderá comprometer o referido estatuto de isenção de impostos. As organizações deste setor seguem, por imperativo do Art.º 5º, n.º 1 Decreto-Lei n.º36-A/2011, o constrangimento da não distribuição de lucros. Isto não quer isto dizer que estas entidades não possam ter lucro, pois deverão tentar realizar atividades que gerem lucros, mas deverão direcioná-los para a realização dos objetivos principais das organizações.

No estudo de Salamon *et al.* (2012) é revelado a existência de um setor sem finalidade lucrativa maior do que o estimado anteriormente, que emprega um número significativo de trabalhadores assalariados, e gera os seus recursos financeiros a partir de uma gama diversificada de fontes e, por isso, não é totalmente dependente de doações e nem estas representam a fonte primária de receitas. Quase metade do financiamento é proveniente de receitas próprias sob a forma de quotizações, vendas de bens e serviços, participações dos utentes. Os apoios públicos, os subsídios (nacionais e comunitários) e os pagamentos da segurança social concretizados pelo governo, representam 40% dos fundos, e resta à filantropia (doações individuais, de Fundações e empresariais) uma pequena parte que representa 12% do seu financiamento.

O Centro Português de Fundações define esta tipologia jurídica (Fundação) como uma organização sem finalidade lucrativa, de iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas (fundadores), para a gestão de uma massa patrimonial cedida pelos fundadores e que deve ser preservada para a satisfação das finalidades de interesse social. Esta tipologia jurídica é caracterizada por ter uma supervisão externa mais rigorosa, comparativamente a outras tipologias, dada a própria especificidade de composição dos seus órgãos sociais, que não raras vezes incluem representantes institucionais e públicos, e pelo facto de ser das formas jurídicas legalmente constituídas de maior

representatividade entre os Estados Membros da União Europeia (European Economic and Social Committee, 2012).

Na orgânica do Terceiro Setor, as Fundações são um fenómeno relativamente recente em Portugal (cerca de um século de existência) comparativamente com outros tipos de organizações que em algumas áreas têm atuações similares, tal como as misericórdias e que contam com mais de cinco séculos de existência. As Fundações são uma das tipologias de organizações do Terceiro Setor mais amplamente institucionalizadas (Quintão, 2011:5), em concreto, têm particularidades organizacionais que as outras não têm e as de origem estrangeira que atuam em Portugal também são distintas das restantes na sua organização e gestão (Carvalho, 2010).

As Fundações com a finalidade não lucrativa têm diferentes características e atuam em diversas áreas, contudo, o financiamento público permite que estas possam expandir a sua atuação (Matsunaga *et al.*, 2010). Macedo (2001:15) distingue as Fundações públicas, constituídas por iniciativa e ato do poder administrativo, por via legislativa, com meios públicos para a prossecução de fins ou interesses de ordem pública, das Fundações privadas ou particulares de direito privado constituídas por iniciativa privada através de escritura pública para a prossecução dos fins coletivos nos diversos âmbitos, cultural, educacional, científico, recreativo ou de solidariedade social, mas com meios privados em regra e, por vezes, sujeitas a atos públicos de reconhecimento do Estado. As Fundações, de acordo com Andrews (1956), têm por norma recursos próprios, com programas geridos pelos seus próprios curadores e diretores, que auxiliam as diversas atividades, como por exemplo, as educacionais, sociais, de caridade, religiosas ou para servir o bem comum, principalmente através de doações para outras OSFL.

A conta satélite da economia social<sup>10</sup> CSES (2013) apresenta as Fundações como entidades dotadas de um património suficiente e irrevogavelmente afeto à prossecução de um fim de interesse social, que traz benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador e similares. Franco (2005) refere que o próprio Código Civil publicado em 1867 já fazia referência à nova figura legal das Fundações tendo sido, apenas em 1908 - 1909 constituídas as primeiras duas Fundações em Portugal,

---

<sup>10</sup> A Conta Satélite da Economia Social (CSES) surge em 2011 em cooperação com o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES) com o objetivo de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características da Economia Social em Portugal. Disponíveis os últimos resultados nos *sites* destas instituições.

respetivamente a Fundação Comendador Joaquim de Sá Couto e a Fundação António Meireles. Numa visão mais ampla, para Prewitt (2006), as Fundações são instituições não democratizadas que aplicam os recursos recebidos e isentos de impostos para promover o bem público, mas ocupam uma posição central e diferenciadora porque muitas delas distribuem, para outras entidades do setor não lucrativo, apoios financeiros.

A Constituição da República retrata de modo favorável as Fundações e refere-se com especial ênfase às entidades que constituem o Terceiro Setor como sendo pessoas coletivas que poderão deter um estatuto especial de mera utilidade pública ou utilidade pública administrativa, de instituições particulares de solidariedade social, ou organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento. Por seu lado, também o Código Civil inclui linhas de atuação que respeitam às pessoas coletivas, fazendo referência especial às Associações e Fundações. Estas organizações assentam numa finalidade a realizar, instituída pelo fundador, e distinta de outras organizações sem fins lucrativos, fundamentada logo à partida na sua constituição, na raiz, no substrato, ou seja, na sustentabilidade do seu objeto. Uma das formas do homem colaborar com o seu semelhante é atribuir personalidade jurídica a um conjunto de bens conhecidos juridicamente pelo termo *Fundação*. Para a constituição de uma Fundação, há um património destinado a um determinado fim onde é expresso por escritura pública ou testamento do fundador, a dotação especial de bens livres, e onde é especificada a maneira de a administrar (Macedo, 2001:16). É, portanto, um acervo de bens livres, que recebe da Lei a capacidade jurídica para realizar as finalidades pretendidas pelo seu instituidor, respeitando os respetivos estatutos e esse fim estará sempre ligado a objetivos filantrópicos e altruístas.

Num estudo exploratório sobre Fundações anteriormente realizado (Carvalho, 2006), as Fundações são retratadas com uma essência de índole patrimonial, já que não existe uma vontade coletiva e participativa dos indivíduos, mas sim a de um ou mais instituidores que a dotam de um património que deverá ser utilizado e gerido, por pessoas nomeadas ou eleitas, para atingir a vontade e objetivos da sua constituição. A Fundação sendo criada por um instituidor fará uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. A ação do fundador, nessa qualidade, esgota-se no momento da constituição da Fundação, poderá eventualmente estar subordinado aos objetivos imutáveis da Fundação se também desempenhar, por determinado período, o papel de

administrador. Num caso ou noutro, as Fundações respeitarão sempre a vontade do fundador e serão geridas com esse fim.

Podemos aferir que as Fundações em particular têm na sua origem o património que é destinado a certa finalidade, e o seu regime jurídico originalmente versado no Código Civil<sup>11</sup> foi contemplado recentemente com um novo regime jurídico da Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de julho). Se nos debruçarmos na tipologia das Fundações, a Lei-Quadro das Fundações distingue no seu Art.4º entre Fundações de direito público, constituídas por iniciativa e ato do poder administrativo, por via legislativa, com meios públicos, para a prossecução dos seus objetivos ou interesses de ordem pública e Fundações de direito privado, particulares ou de direito privado, constituídas por iniciativa própria para a prossecução dos mais variados objetivos de interesse coletivo, seja de âmbito cultural, social, científico, educacional, recreativo ou de solidariedade social propriamente dita, com meios privados mas sujeitos a atos públicos de reconhecimento pelo Estado.

Na sua essência, distinguem-se Fundações públicas de direito público das Fundações públicas de direito privado (Lei n.º 24/2012, de 9 de julho), estando a principal diferença na influência dominante de organismos públicos sobre a Fundação, no entanto ambas têm em comum poderem prosseguir fins de interesse público, coletivo ou de utilidade pública. Quando falamos na posição dominante estamos perante a esfera decisora de quem gere as organizações. A este propósito o *European Foundation Center* (2011) estabeleceu nos seus princípios que as Fundações deverão ter um corpo de gestão cujos membros deverão ser nomeados de acordo com princípios orientadores pré-estabelecidos e procedimentos éticos. Assim, o tamanho, a escolha dos membros e a diversidade de género, são elementos que contribuem para uma boa gestão. A literatura também apresenta a ideia de que o aumento da heterogeneidade nos membros dos órgãos destas entidades facilita a representação das organizações perante os *stakeholders* e que os grupos de trabalho heterogéneos podem ser mais produtivos e inovadores (Bradshaw, Murray, & Wolpin, 1992; Brown, 2002). O número de membros deverá ser adequado para assegurar o cumprimento e a defesa das causas, e está correlacionado com o tamanho da própria Fundação, com a envolvente local e com as áreas de atividade, não havendo,

---

<sup>11</sup> Ver art. 157º e seguintes do Código Civil.

contudo um mínimo ou máximo pré-determinado, dependendo de diversos fatores que são distintos de caso a caso (Rey-Garcia, Martin-Cavanna, & Alvarez-Gonzalez, 2012).

Nas Fundações Portuguesas os corpos sociais desenvolvem a sua atividade através de órgãos de natureza colegial: as funções executivas são desempenhadas por um órgão como o conselho de administração ou conselho diretivo, e outro com funções de fiscalização como o conselho fiscal, sendo frequente encontrar como órgãos complementares um Conselho de Curadores, Conselho Consultivo, ou Conselho de Assessores, dependendo da autoridade que foi competente para o seu reconhecimento. As Fundações deverão obrigatoriamente estar organizadas, por um modelo que inclua um órgão de administração, um órgão diretivo ou executivo e um órgão de fiscalização/ fiscal único ou conselho fiscal. É por isso que, podemos encontrar nas Fundações privadas um Conselho de Administração e uma Direção Executiva e nas Fundações de direito público um Conselho de Administração sendo controladas pelos ministérios competentes e autoridade tributária e aduaneira. Embora a estrutura seja importante, a cultura organizacional de comprometimento e responsabilidade dos órgãos sociais é decisivo numa boa gestão (Reed, 2003) e poderá atrair conselheiros qualificados.

O Código de boas práticas do Centro Português de Fundações – CPF<sup>12</sup> apresenta os princípios basilares pelos quais se devem reger as Fundações. Alguns princípios estão diretamente relacionados com a temática desta investigação e consubstanciam no código de conduta e governação (Princípio nº2) e na Transparência e prestação de contas (Princípios nº5) realizada pelas Fundações. Assim, podemos referir que têm um órgão de administração autónomo e identificável e que podem ser instituídos outros órgãos de supervisão e acompanhamento. No que respeita ao quinto princípio, pressupõem que as Fundações atuam de forma transparente e adotam práticas exigentes de prestação de contas, podendo complementar as obrigações legais com medidas adicionais, o que retrata também a exigência expressa na Lei-Quadro e consequentes alterações no cumprimento de regras sobre: i) transparência patrimonial e corporativa; ii) limites de despesas com pessoal e administração e iii) estrutura organizativa. Parece-nos, por isso, estar marcado um considerável desafio às Fundações em matéria de garantia da transparência e evidência da mesma.

---

<sup>12</sup> Assembleia-geral de 15 Dezembro de 2008 do Centro Português de Fundações disponível on-line na página do CPF <http://www.cpf.org.pt/>.

## 2.3 A Prestação de Contas e a Informação Divulgada

As entidades do setor não lucrativo seguem frequentemente as melhores práticas empresariais, consideradas mais eficientes e por isso mais legítimas (Eisenberg, 1997), estão dispostas a adotar uma perspectiva de negócio, mostrando assim uma atitude de isomorfismo mimético (DiMaggio & Powell, 1983) e muitas vezes adotam, também, algumas das melhores práticas de *governance* (Brown, 2002). Os modelos de *governance* nas organizações sem fins lucrativos têm um papel decisivo nas práticas de divulgação da informação que as entidades realizam e é, por isso, central no seu processo de prestação de contas (Olson, 2000; Callen, Klein, & Tinkelman, 2003; Boesso & Kumar, 2007; Zimmermann & Stevens, 2008). Esses modelos são aplicados ao Terceiro Setor tendo em consideração as características especiais que estas organizações possuem (Ben-Ner & Van Hoomissen, 1991; Carver, 1997; Speckbacher, 2008; Hopt, 2009).

A divulgação de informações ao público por parte das organizações sem fins lucrativos assume um papel vital no processo de transparência, sendo uma condição fundamental para a manutenção da confiança pública no setor (Lee, 2004; Gray *et al.*, 2006; Fremont-Smith, 2007; Benjamin, 2008b), através do reforço da sua legitimidade e credibilidade (Smith, 1998) perante os seus *stakeholders* (Lee, 2004). Este processo de divulgação precisa de ser mais transparente e deve fornecer informações mais úteis sobre os processos de gestão (Krashinsky, 1997; Torres & Pina, 2003; Travaglini, 2008). Essa divulgação, responsabilidade e transparência materializam a verdadeira prestação de contas à sociedade, ou seja a *accountability*, que é vista como um filtro de responsabilidade na realização de determinadas ações (Fry, 1995; Benjamin, 2008a). Para os contabilistas (Gray *et al.*, 2006), a prestação de contas é o meio usado pelas organizações para esclarecer as suas ações e mostrarem o desempenho global da sua organização (Ebrahim, 2003a; 2003b). A prestação de contas deve ser apresentada, ainda, em conformidade com as exigências da Lei (Lee, 2004; Benjamin, 2008a) ou, ainda, como a obrigação de assumir responsabilidades perante os cidadãos (Hammack, 1995; Monika, 2010). Muitos estudos afirmam que a divulgação pública é também um sinal de que a organização trabalha em prol dos interesses públicos e privados e, portanto, é uma forma de manter a confiança dos *stakeholders* (Gray *et al.*, 2006; Fremont-Smith, 2007; Benjamin, 2008b; Carvalho & Blanco, 2007).

Apesar da crescente importância que a prestação de contas tem vindo assumir nas organizações do setor não lucrativo, estas mostram ainda alguma relutância na divulgação da informação de carácter financeiro, considerando-se que as demonstrações financeiras utilizadas para o setor empresarial não oferecem uma imagem apropriada destas organizações (Helmig *et al.*, 2004; Jegers, 2009). Essa preocupação é sentida na mesma medida na necessidade de elaboração de relatórios financeiros específicos para os organismos públicos, como ferramentas para a tomada de decisões, como seja a atribuição de doação ou a simples contratação de serviços. Os relatórios devem ser apresentados em conformidade com os requisitos da Lei de cada ordenamento jurídico (Lee, 2004; Benjamin, 2008a), mas acima de tudo eles devem abordar as necessidades de todos os interessados direta ou indiretamente na organização (Hammack, 1995; Ebrahim, 2003 a) b); Gray *et al.*, 2006; Monika, 2010).

Nas últimas duas décadas, vários estudos, em muitos países, investigaram a prestação de contas e as práticas de divulgação nas organizações sem fins lucrativos (Gordon *et al.*, 2002; Aranoff, 2003; Whitaker *et al.*, 2004; Parsons, 2007; Behn *et al.*, 2007; Saxton & Guo, 2011; Behn *et al.*, 2010; Gordon *et al.*, 2010; Cummings *et al.*, 2010; Gandia, 2011; Calabrese, 2011; Saxton *et al.*, 2012; Schmitz *et al.*, 2012; Dainelli *et al.*, 2013; Saxton *et al.*, 2014). Estudos anteriores demonstram, que em épocas de grandes constrangimentos de divulgação, o processo de prestação de contas foi visto como uma forma de melhorar a ligação entre as organizações do Terceiro Setor e seus *stakeholders* (Gross, 1975, 1977; Milofsky & Blades, 1991; Bogart, 1995; Chisolm, 1995; Gates & Hill, 1995; Hammack, 1995; Lawry, 1995; Young, Bania, & Bailey, 1996; Greenlee, 1998). Ambos os setores lucrativo e não lucrativo, têm algumas dificuldades no que diz respeito à divulgação de alguns tipos de informações, tendo em vista o *trade-off* entre os custos e os benefícios obtidos dessa divulgação (Edwards & Smith, 1996). É sabido que a base da prestação de contas das referidas organizações deverá ser um processo muito mais complexo e não deve apenas divulgar a informação que se relaciona com os registros de índole financeira (Fry, 1995). Rutherford (2005) sugere que as organizações usem o relatório anual como uma ferramenta estratégica para a comunicação com as partes interessadas (*stakeholders*) sendo esse um aspeto importante a reconhecer, uma vez que as necessidades do *stakeholders* são um fator importante que legitima a prestação de contas das organizações do Terceiro Setor.



O relato financeiro neste setor é um meio de comunicação importante, através do qual as organizações que o integram podem satisfazer o seu dever e a sua responsabilidade perante os doadores e a sociedade em geral. Contudo, esses relatórios têm debilidades já que, muitas vezes, os canais de comunicação são pouco formais e não observáveis. Surge assim, a importância da divulgação pública da informação relevante e de assegurar que se trabalha estritamente no interesse comunitário e não para o benefício próprio, já que a divulgação e a transparência são essenciais para manter a confiança no setor (Fremont-Smith, 2007; Benjamin, 2008b; Carvalho & Blanco, 2007; Gray *et al.*, 2006).

Nos estudos levados a cabo (e.g., Parsons, 2007) os doadores podem ser motivados a fazerem contribuições para uma OSFL com base no conteúdo do R&C e esse poderá ser um sinal para aumentar o nível de transparência. Muitas vezes o R&C é visto como um meio de publicação das atividades realizadas com as doações recebidas dos beneméritos e, por isso, encarado como meio de agradecimento público. Por outro lado, na análise entre organizações que distribuem o relatório anual e as que não o fazem, há evidências de que as que não distribuem um relatório anual são geralmente menores, mais jovens e com maiores custos de captação de recursos (*fundraising*). Existem estudos sobre a divulgação de informação que mostram que ao adicionar informação voluntária, aumenta a angariação de donativos recebidos no ano seguinte (Weisbrod & Dominguez, 1986).

Nos grandes contributos dados pelos estudos realizados nesta área (Ebrahim, 2005; Christensen & Ebrahim, 2006; Ebrahim, 2009, 2010) são apontados três tipos de *accountability*: uma prestação de contas aos órgãos sociais e doadores; uma prestação de contas destinada aos beneficiários da missão; e uma prestação de contas interna para a equipa que ajuda a levar a cabo os projetos que integram a missão da organização. Essencialmente as componentes da *accountability* envolvem: a transparência, que exige a recolha de informação e torná-la acessível ao escrutínio público; a responsabilidade, o que requer a justificação das ações e das decisões tomadas, inclusivamente das que não foram adotadas; a existência de monitorização e avaliação dos procedimentos e resultados obtidos nos relatórios finais; e a aplicação de sanções no caso de falhas em alguma das componentes anteriores (Ebrahim, 2010).

Dada a enorme diversidade de instituições deste setor tem sido difícil o consenso em termos de normativos contabilísticos. Neste sentido, a Comissão Europeia tem evitado

a emissão de regras específicas para o relato financeiro dos agentes da economia social e uma avaliação eficaz dos resultados, limitando-se à emissão de algumas recomendações<sup>13</sup> de âmbito geral para a promover a transparência enfatizando a necessidade de maior divulgação nos relatórios de avaliação periódicos para permitir uma análise comparativa e uma avaliação eficaz dos resultados.

Perante a ausência de um quadro comum europeu de prestação de contas para o Terceiro Setor, alguns países avançaram com algumas recomendações para as práticas contabilísticas e de divulgação. O Reino Unido emitiu o *Statement of Recommended Practice* (SORP) para as entidades sem fins lucrativos e que se consubstancia num modelo de relatório anual que fornece uma série de informações qualitativas e quantitativas tais como: um descritivo da atividade administrativa; a estrutura de *governance* e regras da gestão; objetivos e atividades; realizações e desempenho; análise financeira; planos para períodos futuros; declaração de utilização dos recursos; e demonstrações financeiras (Charity Commission, 2005). Esta tipologia de informação irá de encontro ao que alguns autores (Gordon *et al.*, 2010) identificam como as melhores práticas ao nível dos relatórios associadas a este setor e que passam pela integralidade, acessibilidade, transparência, divulgação total, e relevância. Esta norma de divulgação que opera no Reino Unido é considerada como o mais adequado e completo para Terceiro Setor (Connolly & Hyndman, 2001; Travaglini, 2008), resultante da enorme especialização implementada no setor, do contínuo aperfeiçoamento do modelo de normalização e da longa tradição das denominadas *Charities*.

Neste estudo, para medir a Divulgação Voluntária realizada, tomou-se como referência os indicadores do SORP - *Statement of Recommended Practice* recomendados e utilizados pelo setor não lucrativo no Reino Unido (revisão de 2005). Estes indicadores são descritos por Hyndman & McMahon (2010) como recomendações (ou requisitos) e vistos como um grande passo nos relatórios e na contabilidade das instituições de caridade. Na verdade, a divulgação voluntária tende a aumentar a responsabilidade pública da organização e a servir como uma forma de satisfazer os seus objetivos estratégicos, já que é possível encontrar diferenças consideráveis nas inúmeras organizações deste setor na utilização dos mecanismos de prestação de contas e verifica-se que, se as entidades divulgarem as suas demonstrações financeiras, o público e os

---

<sup>13</sup> Recomendações europeias COM1997 e COM2000.

parceiros interessados podem assumir a monitorização e a regulação de responsabilidades (Saxton *et al.*, 2012).

O SORP 2005, enquanto mecanismo recomendado de divulgação de indicadores, deu maior ênfase à divulgação dos indicadores que respeitam aos recursos da administração, ao tipo de governo e gestão, bem como aos indicadores de análise financeira e dos planos para períodos futuros, enfatizando, assim, mais o desempenho privado e a utilidade pública. Por outro lado, o imperativo de aplicação para certas categorias de instituições ajudou a reforçar e a generalizar a aplicação do SORP, ainda que para a maioria de aplicação voluntária, garantindo assim uma maior coerência da abordagem de prestação de contas (Hyndman & McMahon, 2010). O Terceiro Setor do Reino Unido antes da introdução de SORP (2005) apresentava relatórios financeiros com diversas tipologias de práticas de divulgação dificultando a comparabilidade pela falta de uniformidade e dificultando também a elaboração dos próprios relatórios (Williams & Palmer, 1998), não conseguindo, por isso, atender adequadamente às necessidades de informação dos *stakeholders* (Connolly & Hyndman 2004), o que por si só é um argumento válido atendendo a que os *stakeholders* têm impacto e são afetados pela metodologia de divulgação do setor (Hyndman & McMahon, 2010).

A prestação de contas que é realizada anualmente comporta informação voluntária mas acima de tudo é realizada pela obrigatoriedade legal imposta e, por isso, temos que falar de informação obrigatória que o relato anual comporta. Num estudo sobre a divulgação obrigatória e voluntária de Fundações (Moggi *et al.*, 2015) é evidenciada a necessidade dos *stakeholders* na resposta ao que querem e merecem saber sobre estas instituições, em informação qualitativa e quantitativa, voluntária ou obrigatória.

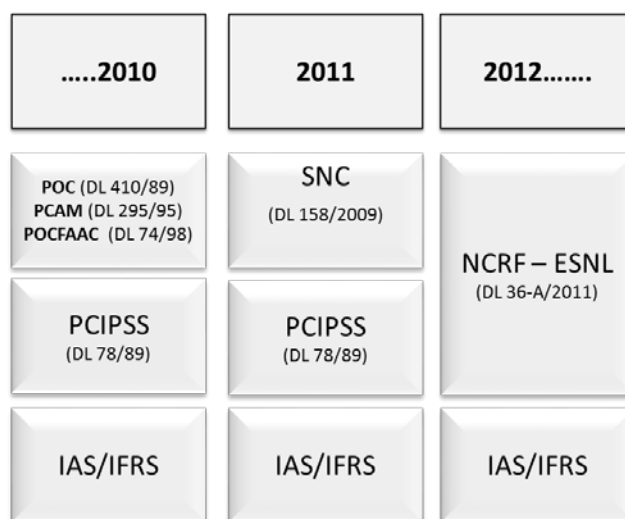
Para o setor não lucrativo português, a Comissão de Normalização Contabilística publicou no final do primeiro trimestre 2011 um novo normativo constituído pela Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL<sup>14</sup> com obrigatoriedade de aplicação a partir de Janeiro de 2012 para estas

---

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – regime contabilístico para as entidades do setor não lucrativo. Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico das ESNL. Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo. Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo.

entidades<sup>15</sup>. O Governo conclui que o normativo empresarial SNC - Sistema de Normalização Contabilística, está essencialmente vocacionado para entidades com finalidade lucrativa e viu a necessidade de normas contabilísticas aplicáveis ao Terceiro Setor, com a intenção clara de que um novo normativo possa atender às suas necessidades específicas das entidades que compõem este setor, considerando que um correto enquadramento contabilístico se mostra indispensável à gestão transparente, ao seu relacionamento com o Estado e a um combate eficaz da evasão e fraude fiscal no Terceiro Setor (Desp. n.º 9292-A/2010, SEAF<sup>16</sup>).

**Figura 2 - Evolução dos Normativos Contabilísticos para o Terceiro Setor**



As divulgações que foram realizadas até à entrada em vigor do referido normativo careciam, em muito casos, de uma adequação da informação financeira e não financeira aos *stakeholders* da entidade, já que os referenciais tinham por base as normas empresariais direcionadas para a determinação do lucro. Contudo, embora estas organizações possam ter lucro, a título acessório, não o têm como primeiro fim, esta é a maior diferença comparativamente a organizações do setor empresarial (Ponto 2.2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9/3).

<sup>15</sup> O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 revoga os planos de contas setoriais baseados no Plano Oficial de Contabilidade (POC), entretanto substituído pelo SNC, a saber: o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social; o Plano de Contas das Associações Mutualistas; o Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes. Contudo mantêm -se inalterados os planos setoriais baseados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

<sup>16</sup> Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais – Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Pese embora a preparação das demonstrações financeiras e a própria informação financeira na prestação de contas terem um tratamento análogo ao do setor empresarial, o que para este setor se torna limitativo já que a componente de rendibilidade é a mais enfatizada em detrimento dos contributos sociais, assiste-se de modo crescente a alterações de posições perante a contabilidade já que as preocupações de eficiência na prestação dos serviços e na boa utilização dos recursos recebidos (receitas, subsídios, doações, donativos e quotizações ...etc) têm sido uma constante e conduzem a bons princípios de gestão e à fixação de normas e modelos contabilísticos apropriados às entidades do Terceiro Setor. A existência de normativos contabilísticos específicos para o setor tem a sua base de sustentação na informação que pretende fornecer. Uma informação fidedigna e útil sobre os recursos da entidade, a sua forma de obtenção e de aplicação ao longo do tempo, e a viabilidade da entidade para continuar a desenvolver a atividade ao longo do tempo (Kearns, 1994; Gross, Larkin, & McCarthy, 2000:21).

Atenta a essas diferenças a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitiu o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que cria o regime de Normalização Contabilística adaptado às Entidades do Setor não Lucrativo. Não obstante a criação do normativo ter tido uma base de normativo empresarial, tendo no recurso supletivo o SNC e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), e o mesmo ter sido desenvolvidos pelo mesmo organismo que emite as normas contabilísticas aplicadas ao setor com finalidade de lucro, vê-se no atual normativo a preocupação de algumas adaptações para atender às especificidades deste setor em particular.

Faltará, contudo, perceber se esta nova prática contabilística foi totalmente aceite e teve sucesso no cumprimento daquilo que foi objetivo para o qual foi criado, já que a resistência à mudança contabilística é um fenómeno que não poderá ser ignorado. A investigação em contabilidade tem sofrido ao longo dos tempos algumas influências da teoria económica neoclássica, concretamente da teoria da agência que assenta no pressuposto da racionalidade económica (Scapens & Arnold, 1986; Scapens, 1994). Este foi um elemento importante para o enraizamento da teoria positiva da contabilidade (Watts & Zimmerman, 1978). Esta abordagem positiva foi incorporada na investigação em contabilidade com a preocupação de explicar e prever as escolhas contabilísticas em na divulgação da informação (Watts & Zimmerman, 1990). Com o evoluir da investigação em contabilidade, a teoria neoclássica passou a ser criticada por não ser

considerada útil para explicar processos de persistência e de mudança que ocorrem nos sistemas de contabilidade (Burns & Scapens, 2000; Scapens, 1994). Percebe-se, contudo, que ao contrário do que era espectável, o desenvolvimento de novas práticas na contabilidade não têm sido bem sucedidas porque existe uma tendência à persistência dos sistemas existentes de contabilidade e uma resistência à mudança (Scapens & Roberts, 1993; Granlund, 2001). Ou seja, as práticas tradicionais são mais aceites nas organizações porque os benefícios da sua aplicação são maiores. Tem-se, ainda, que as mudanças nessas práticas ocorrem apenas lentamente (Scapens, 1994; Burns & Scapens, 2000). Em conjunto, esses estudos demonstram que não apenas a persistência dos sistemas de contabilidade predomina sobre a mudança, mas também que essas mudanças, quando ocorrem, não estão necessariamente relacionadas com maior eficiência mas podem ser utilizados como mecanismos de controlo social (Francalanza, 1997; Larrinaga-Gonzalez & Bebbington, 2001).

A literatura sobre a divulgação da informação sugere que existem diferentes atributos pertencentes às instituições que influenciam a diversidade de informação obrigatória dos normativos contabilísticos que é divulgada (Ahmed & Nichols, 1994; Wallace & Naser, 1995). Na ótica de Meek & Thomas (2004), as normas da contabilidade no Terceiro Setor são orientadas para a estarem em conformidade legal, com baixa divulgação, e um alinhamento entre a contabilidade financeira e a fiscalidade. Para além do cumprimento dos itens que devem ser divulgados por imposição legal, há uma perceção comum, da própria sociedade civil, que as empresas de auditoria externa têm alguma influência no cumprimento dos princípios e normas de contabilidade.

A utilização do normativo como um mecanismo de monitorização do cumprimento e a subsequente aplicação de sanções pode melhorar a implementação das normas de contabilidade e aumentar os níveis de conformidade (Al-Akra *et al.*, 2010). A aplicação de normativos com qualidade é vital para chamar novos *stakeholders* e participantes da sociedade civil. Se essas práticas estiverem associadas a práticas internacionais que facilitem a comparabilidade será um ponto simplificador da captação de apoios e programas de ação para as organizações. A extensão e a complexidade da regulamentação que afeta o setor não lucrativo é grande e existem diferenças consideráveis entre as diferentes áreas de atuação (Reheul, Van Caneghem, & Verbruggen, 2012). As razões de não cumprimento da divulgação por parte das

organizações sem fins lucrativos têm a ver com requisitos de divulgação demasiado oneroso e sanções no incumprimento quase inexistentes (Breen, 2013).

Em Portugal a prestação de contas das ESNL é feita na mesma plataforma que o setor empresarial através do sistema de informação empresarial simplificada (IES - Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro), onde a informação é enviada para os diversos organismos fiscalizadores e reguladores, mas esta informação não fica diretamente acessível a todos os *stakeholders*. É um procedimento que difere fortemente, e.g., do sistema de prestação de contas das Fundações norte americanas que apresenta os relatórios ao denominado governo federal e que têm de ser disponibilizados *online*, ou noutros sistemas de classificação das *nonprofit organizations*, onde agrupam a informação dos relatórios, já que partilham da ideia que melhores dados ajudam a tomar melhores decisões, como é o caso do *GuideStar* (2009) ou do *Charity Navigator*.

Esta abordagem de transparência na publicação dos relatórios ajuda potenciais doadores pois reforça o conhecimento dos objetivos da organização e, por isso, intensifica a sua credibilidade aos olhos da comunidade onde estas organizações atuam. Este princípio de transparência irá aumentar a probabilidade de o público doar mais. É contudo no caso português que esta temática, sobre os relatórios financeiros nas organizações do Terceiro Setor, está ainda pouco pesquisada.

## **O Normativo Contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo**

No Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março é feita referência à franca disseminação que estas entidades têm vindo a conhecer e o importante papel que desempenham na economia, e isso justifica que cada vez mais a exigência de relato seja assertiva e tempestiva relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam. Seja pela obrigação de prestar informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhe são confiados pela comunidade e Estado, seja sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das atividades.

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março estabelece que a partir de 1 de Janeiro de 2012, todas as entidades cuja atividade principal seja sem finalidade lucrativa e que não distribuam qualquer ganho económico ou financeiro direto aos membros ou contribuintes, como Associações, Fundações e pessoas coletivas públicas de tipo

associativo, estão obrigadas a seguir regras contabilísticas próprias para as entidades sem fins lucrativos - Sistema de Normalização Contabilística para ESNL - incluindo a NCRF – ESNL, a estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras, e restantes instrumentos (Quadro 1) conforme Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março.

#### **Quadro 1 - Instrumento do Normativo Contabilístico da ESNL**

<b>Instrumentos do Normativo</b>	<b>Enquadramento Legal</b>
<b>BADF - Bases para a apresentação das DF</b>	Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09/03 Portaria n.º 218/2015 de 23/07
<b>MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras</b>	Portaria n.º 105/2011 de 14/03 Portaria n.º 986/2009 de 7/09
<b>NCRF-ESNL - Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo</b> <b>NI - Normas interpretativas</b>	Aviso n.º 6726-B/2011 de 14/03
<b>CC - Código de contas</b>	Portaria n.º 106/2011 de 14/03 Portaria n.º 1011/2009 de 9/09

As ESNL que adotem a Norma Contabilística são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras: Balanço; Demonstração dos Resultados por Natureza ou por Funções; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais (por opção ou exigência das entidades públicas financiadoras); e Anexo. E terão a aplicação das BADF, dos pressupostos, princípios e características qualitativas em moldes semelhantes às entidades empresariais (NCRF-PE) que estabelece os aspetos do reconhecimento, mensuração e divulgação, com as devidas adaptações para as ESNL. As organizações que nos termos da Lei<sup>17</sup> ficam dispensadas de aplicar a NCRF – ESNL, ficam obrigadas à prestação de contas em regime de caixa, contendo os seguintes mapas de divulgação: i) pagamentos e recebimentos; ii) património fixo; iii) direitos e compromissos futuros. O ponto 2.3 do Anexo II ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 esclarece que a finalidade do normativo visa esclarecer os doadores,

<sup>17</sup> Ficam dispensadas da aplicação da NCRF-ESNL as entidades cujas vendas e outros rendimentos não excedam 150.000€ em nenhum dos dois exercícios anteriores.



financiadores, membros e demais interessados, sobre a informação que dê a conhecer a concretização dos objetivos; a capacidade de solver as obrigações; a aplicação e origem de fundos e a avaliação do contributo da entidade no seu bem-estar da comunidade ou no desenvolvimento económico do setor em que se insere.

Posteriormente, em matéria de controlo e monitorização, o Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, veio alterar os regimes de obrigatoriedade de certificação legal de contas para as organizações que possuísem o estatuto de IPSS - instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas. Ficam sujeitas a certificação legal de contas as entidades que apresentem contas consolidadas ou aquelas que durante dois anos consecutivos, ultrapassem dois dos três limites estabelecidos no Art. 262º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)<sup>18</sup>, com esses limites multiplicados por 1,70, como fator de redimensionamento da obrigatoriedade e da realidade deste setor.

## **2.4 Divulgação e Transparência**

O ambiente organizacional vivido nestas entidades exige a apresentação de informações úteis de forma a sensibilizar a sociedade para o papel crucial que essas entidades desempenham na economia. Elas desempenham funções de interesse público e têm, por isso, crescentes exigências na demonstração da transparência e prestação de contas (*accountability*) à comunidade de todos os recursos utilizados. Com todas as exigências sentidas por parte da comunidade abrangente, a prestação de contas já não é mais uma exceção para estas entidades (Verbruggen, *et al.*, 2011). O nível de transparência é certamente constituído por uma série de componentes como sejam as que caracterizam a estrutura da organização que poderão influenciar a divulgação como a divulgação de falhas ou o facto de não ter sido alcançado determinado objetivo que poderão traduzir-se em transparência organizacional (Ebrahim, 2003a). Contudo, para esta autora, as Leis que regem os estatutos das entidades sem fins lucrativos e as suas exigências de divulgação de informações são geralmente destinados a assegurar um nível mínimo de transparência para a garantia da confiança do público (Ebrahim, 2003b).

---

<sup>18</sup> Estes limites sofrem alteração com a entrada em vigor, em 2016, da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho com efeito prosectivo.

É necessário conhecer e melhorar a informação dada aos *stakeholders* que se interessam pelo âmbito de atuação das entidades sem fins lucrativos, pois a informação qualitativa tem cada vez mais relevo e importância, em entidades como as Fundações (Moggi *et al.*, 2015), essencialmente numa sociedade onde se assiste a uma constante redução de receitas públicas, provocada pela crise económica e acompanhada pela diminuição das fontes de financiamento dos programas de apoio social.

Através de um processo de *accountability* mais transparente e completo este setor poderá ganhar por parte da sociedade a confiança, credibilidade e legitimidade que tanto anseia. A um nível superior, respondem perante os fundadores, os doadores e a entidades governamentais no que diz respeito à utilização dos fundos disponíveis, através de relatórios, auditorias e monitorização das atividades. A um nível inferior, respondem aos grupos que beneficiam dos serviços prestados, embora também possa incluir as comunidades ou regiões indiretamente implicadas em programas sem fins lucrativos. Numa perspetiva interna ou horizontal, a *accountability* centra-se na responsabilidade para com a sua missão e colaboradores (Ebrahim, 2010).

A responsabilidade e a transparência financeira não são uma opção nem uma exceção para o Terceiro Setor, tornou-se uma regra (Verbruggen *et al.*, 2011), o exercício de *accountability* tem sido cada vez mais exercitado e tomado como uma tarefa diária (Gray *et al.*, 2006; Torres & Pina, 2003). Há cada vez mais necessidade de um cumprimento de regras explícitas para salvaguardar a qualidade do relato financeiro e a própria utilidade dada ao mesmo por parte dos *stakeholders* das ESNL que procuram maior responsabilidade e transparência (Benjamin, 2008a).

No setor não lucrativo, embora o conceito de transparência e *accountability* tivesse, até ao final do século passado, sido marcado por especificidades dos conselhos de administração, nas últimas décadas a abordagem da transparência direcionou-se para outros aspetos de gestão nestas entidades tais como as responsabilidades, o funcionamento interno dos órgãos de gestão ou a avaliação do desempenho (Rey-Garcia *et al.*, 2012). Estas organizações necessitam de um sistema que permita divulgar, de modo adequado, a informação financeira por forma a permitir a comparabilidade entre organizações, encorajando assim uma melhor governação interna e levando a uma maior eficiência, e desse modo contribuir para a execução de uma regulamentação concreta do setor para contribuir para a descoberta de processos fraudulentos (Holtfreter, 2008;

Russell, 2008; Breen, 2013) . Não será, contudo, fácil na opinião de Vanderwarren (2002) encontrar uma divulgação da informação que se entende adequada para este setor, e por si só o aumento de informação a divulgar poderá não levar ao encontro de situações fraudulentas e nocivas neste setor já que, segundo Gary (1999), a maioria das situações fraudulentas resultam mais de denúncias públicas do que da análise dos relatórios apresentados.

Sabemos que os interesses dos *stakeholders* na informação destas organizações estão mais relacionados com dados do desempenho do que dados financeiros (Britton, 2008) mas a mensuração do desempenho fora do âmbito financeiro é controverso e difícil (Dacombe, 2011), e é certamente essa a razão dos indicadores de desempenho financeiro continuarem a ser determinantes para os financiadores diretos destas organizações (Connolly & Hyndman, 2004; Benjamin, 2008b).

A evidência empírica mostra, assim, que a constante procura de informação por parte dos doadores externos tem sido o principal motor do aumento da transparência nas Fundações que procuram captar recursos regularmente. Rey-Garcia (2009) argumenta que as Fundações que recebem fundos de fontes privadas voluntariam-se para serem avaliadas anualmente; por outro lado, as Fundações de cooperação internacional têm tido um papel de liderança na adoção de normas de responsabilização e transparência, dado que dependem fortemente de fundos públicos e têm por isso requisitos de controlo apertados. Além disso, as Fundações que já tenham incorrido no custo de produzir a informação relevante, terão um custo incremental insignificante para torná-la acessível *on-line* para outros intervenientes-chave.

A Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de julho e posterior alteração Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro) traçou uma notória preocupação legislativa com a transparência de elementos financeiros e não financeiros das Fundações, quer aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros, quer na respetiva página de internet de informações de diversa natureza como: i) a composição dos órgãos sociais; ii) os relatórios anuais de contas e de atividades; iii) estatutos; iv) identificação do número e natureza dos vínculos dos trabalhadores; v) relatório anual de auditoria externa (caso exista); vi) descrição do património inicial e montantes discriminados dos apoios financeiros recebidos.

Nesta era da tecnologia, a transparência poderá ser demonstrada pelos instrumentos que estão disponíveis ao público em geral nos *sites* institucionais. Numa lógica de utilização massiva poderemos ponderar o facto de todos os interessados na informação de determinada instituição, até mesmo o Estado, poderem ter acesso à informação quando quiserem e sobre o que quiserem: informações sobre a estratégia; as métricas de avaliação, as informações biográficas dos membros, as evidências de cumprimento dos normativos quer contabilístico que jurídico-legais (Lee & Joseph, 2013; Saxton, Neely, & Guo, 2014). Contudo, temos que saber o que divulgar, a decisão chave é a quantidade de informação a disponibilizar ao público em geral sobre as relações da organização com os doadores, a natureza de sua captação de recursos e atividades de doação, as suas ações organizacionais ao nível estratégico e de desempenho social e financeiro (Weisbrod & Dominguez, 1986). Através da divulgação de informação, a organização poderá conquistar uma quota de mercado de doadores e maximizar, assim, os níveis líquidos de contribuições e doações, sem divulgar uma sobrecarga de informação e potencialmente alienar os *stakeholders* internos e externos, bem como os potenciais dadores. Terá que haver um equilíbrio na divulgação para não se divulgar inadvertidamente informações que sejam uma prova valiosa para os concorrentes (Healy & Palepu, 2001).

As organizações não são iguais, mesmo a operar no mesmo setor temos organizações diferentes, pois têm estruturas e características únicas. Haverá, certamente, organizações ditas opacas porque operaram a partir de uma cultura com base no sigilo e privacidade, que procuram deliberadamente esconder informações do público e facilmente vemos que os seus *sites* contêm informações gerais com o propósito de promover a imagem da organização, tais como a missão, horas de operação, e informações de contato. A outra tipologia são organizações transparentes que operam a partir de uma cultura baseada na transparência e prestação de contas, facilitando outro tipo de informação com vista à transparência financeira e à divulgação do desempenho da organização a todos os níveis de forma voluntária (Lee & Joseph, 2013).

A efetiva necessidade de legitimidade e a sobrevivência perante a dependência constante de fundos públicos e privados de terceiros sem que haja uma troca de bens e serviços direta faz com que estas organizações possam não ser tão propensas a escândalos em comparação com o setor empresarial, mas os seus *stakeholders* e beneficiários são,

comparativamente, mais suscetíveis de decepções e desilusão perante a ocorrência de situações menos lícitas. Contudo, na última década, Gibelman & Gelman (2004) alertaram para um crescente escrutínio público e abuso financeiro que tem sido marcante neste setor e que envolvem episódios recorrentes de irregularidades relacionadas com a remuneração dos executivos e conflitos de interesse por parte dos membros da gestão.

Se as Fundações, sejam privadas ou públicas, não tiverem a atribuição de fundos de doadores externos, não terão incentivo intrínseco para a transparência que caracteriza a angariação de fundos. Assim, algumas Fundações, essencialmente as de capital fechado, podem ter um maior risco intrínseco e poderão ter um comportamento mais irresponsável ao não fazerem a divulgação de forma completa ou ao fazê-lo mas apenas para os fundadores e os financiadores de que dependem financeiramente, ao invés de dar a conhecer esses dados a toda a sociedade em geral (Rey-Garcia, *et al.*, 2012). Assim, a transparência não se limita à conceção e construção de relatórios financeiros e também não se deve limitar ao que é exigido por Lei, pois não seria representativa das verdadeiras atividades das organizações no que concerne à utilidade social (Moggi *et al.*, 2015). Estes autores defendem, ainda, que os requisitos da informação são muitas vezes inadequados no que respeita à descrição da estrutura da Fundação e transparência dos dados e, por isso, o tipo e a quantidade de informação a ser divulgada deve primeiro identificar as necessidades cognitivas dos destinatários de tais informações. A informação qualitativa e quantitativa que descreve as atividades e o desempenho da Fundação deve ser expressa de forma clara e transparente, numa linguagem abrangente para garantir a compreensão do significado e as diversas interpretações que quem lê poderá fazer.

## **2.5 Teorias Explicativas da Divulgação da Informação**

São diversas as teorias que estão na base da explicação da divulgação da informação ou prestação de contas que as organizações realizam. Para a sustentação teórica desta investigação, enquadrada no Terceiro Setor, a justificação das condicionantes da divulgação destas organizações está articulada com diversas perspetivas teóricas. O enquadramento teórico de base será, assim, sustentado pela Teoria

da Agência, a Teoria dos *Stakeholders*, a Teoria Institucional e a Teoria da Dependência dos Recursos.

A atuação social que as organizações sem fins lucrativos têm perante a divulgação de informação que realizam, quer de índole obrigatória, quer voluntária, tem por objetivo o reforço da credibilidade e legitimidade perante os *stakeholders*. A divulgação desempenha um papel poderoso na redução das assimetrias de informação, promovendo um melhor desempenho social perante os atores sociais (Zhuang, Saxton, & Wu, 2011). A dependência dos recursos e o isomorfismo coercivo têm sido utilizado em estudos sobre a divulgação obrigatória no ambiente das entidades do Terceiro Setor (Verbruggen *et al.*, 2011). Pela grande mudança que se operacionalizou em 2012 com a obrigatoriedade do cumprimento de um novo normativo específico para o Terceiro Setor, e tendo por base que as Fundações portuguesas enquanto organismos mais bem estruturados deste setor, procuramos saber o efeito da dependência de recursos e da coercividade dos processos sobre a contabilidade e o relato financeiro.

Estas organizações precisam, para a sua sobrevivência, do comprometimento dos seus *stakeholders*. Isso será conseguido, tal como definido por Eccles *et al.* (2001), ao facilitarem o acesso à informação de qualidade. Essa informação poderá ser veiculada pelo R&C que estas publicam ou em meios complementares que encontrem lugar na sua divulgação anual.

### **Teoria da Agência**

Retomando as raízes dos problemas de agência e de governo identificadas por Jensen & Meckling (1976), situamos esta abordagem da literatura empresarial no enfoque para a sua aplicação às organizações do Terceiro Setor.

No que concerne à divulgação de informação, a Teoria da Agência prevê que perante elevados custos de agência haverá maiores níveis de divulgação de informação, e.g., as organizações auditadas pelas grandes empresas de auditoria têm custos de agência elevados e tentam através da escolha do auditor reduzi-los (Jensen & Meckling, 1976; Chow, 1982; Watts & Zimmerman, 1978). Os autores defendem nos seus estudos uma posição a favor dos administradores não executivos já que a premissa da teoria da agência é que os administradores não executivos são necessários para supervisionar e controlar as

ações dos administradores executivos. Admitem um comportamento oportunista dos mesmos e um comportamento de controlo e verificação dos não executivos (Jensen & Meckling, 1976). Na visão partilhada por Alexander & Weiner (1998), os modelos de *governance* das organizações sem fins lucrativos são ideais porque algumas delas apresentam combinações híbridas dos modelos de *governance* (centralizado e descentralizado). Isto reflete-se na tentativa de encontrar um equilíbrio entre concorrentes, exigências do mercado, regulamentação e comunidade, tudo depende em grande medida dos tipos de recursos que estão disponíveis, e sobretudo, da própria dimensão da organização (Alexander & Weiner, 1998). As motivações para adoção de práticas corporativas são baseadas na premissa de que tais práticas poderão salvar estas organizações de crises financeiras ou melhorar a sua competitividade, desde que cumpram as missões. Numa outra perspetiva, a presença de gestores e doadores nos órgãos de gestão e a existência de remunerações variáveis (comissões ou bónus) parece ter um potencial efeito sobre a eficácia da governação, os primeiros exacerbando os problemas de agência, os últimos mitigando-os (Jegers, 2009).

Nas organizações do Terceiro Setor não existe a figura do acionista, mas é necessário garantir que o alcance da missão seja concretizada pelos gestores em função dos objetivos da organização, evitando os conflitos de interesses. Também nas organizações do Terceiro Setor existem assimetrias de informação e, por sua vez, conflitos de interesses inerentes à delegação de poderes (conflito de agência), apresentando assimetrias entre os principais motivadores dentro das organizações: os gestores ou membros dos órgãos (agente) e os doadores particulares ou públicos (principal) (Bradley, Jansen, & Silverman, 2003). Acreditando que ambas as partes são maximizadoras da utilidade há razões para acreditar que o agente (gestor) nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal (doadores) e este poderá limitar essas divergências através do estabelecimento de incentivos adequados ao agente (Jensen & Meckling, 1976).

Se as organizações divulgam apenas informações obrigatórias podem não conseguir suprir, de forma suficiente, as necessidades de informação de alguns *stakeholders* sendo advogado que divulguem, também, informações de forma voluntária, (Healy & Palepu, 2001). Contudo, a evidência de itens não obrigatórios poderá levar a

incorrer em custos não previstos associado à interpretação indevida ou deturpada dos mesmos.

Para Hopt, Walz, Von Hippel, & Then (2006), as Fundações representam um caso extremo na problemática da agência, já que os seus conselhos de administração não respondem aos proprietários nem aos membros, como é o caso da figura jurídica da associação ou das cooperativas. Nesse sentido, o bom governo da Fundação depende essencialmente da posição ética do conselho de administração e neste sentido a prestação de contas e a transparência serão os pré-requisitos cruciais para o bom governo nas Fundações considerando que não existe a figura dos detentores de capital como acontece no setor empresarial. Os problemas de agência podem, assim, estar presentes visto que os interesses dos gestores podem ser diferentes dos objetivos dos doadores. De acordo com Iecovich (2005), as realizações finais nas OSFL (a missão, a realização do programa, etc.) e o desempenho global são as responsabilidades mais importantes do conselho de administração. O seu processo de governação passará por cumprir a missão em conjunto com a sustentabilidade financeira, o que representa uma difícil tarefa para o conselho, já que terá que encontrar diferentes origens dos recursos, aumentar as receitas e reduzir os custos, proporcionando eficiência para a organização (Herman & Renz, 1997).

Abordagem dada ao Terceiro Setor, baseada na teoria da agência, enfatiza o controlo e a transparência da gestão através dos conselhos de administração, o exercício do poder em processos decisórios participativos e solidários. Existem de igual modo as tensões do conflito de agência mesmo perante a ausência de dividendos, o incentivo do principal não passará por objetivar o lucro mas promover os resultados voltados para realização da missão da organização. O facto de os colaboradores não se sentirem suficientemente comprometidos em trabalhar exclusivamente pela missão da organização, poderá despoletar um potencialmente problema interno de agência. Assim, cumprir metas, elaborar relatórios, analisar pareceres sobre metas e indicadores e comprometer-se a planear e administrar os recursos que lhe forem confiados, são obrigações dos agentes (Callen, *et al.*, 2003). Com efeito, é apontado em estudos recentes (Zhuang et al., 2011), que a divulgação voluntária pode desempenhar um papel poderoso na redução das assimetrias de informação, mantendo a eficiência do mercado, e promovendo um melhor desempenho social. No entanto a divulgação de informação



voluntária não é isenta de risco, os retornos associados variam de acordo com as preferências dos doadores.

Os órgãos dirigentes das organizações sem fins lucrativos têm historicamente abraçado nas suas funções valores da filantropia, voluntariado, e independência no que se refere aos serviços que se destinam ao bem-estar social. Há muito exemplos de *nonprofit governance* que mostram a necessidade de uma teoria de *governance* que abranja mais especificidades das organizações sem fins lucrativos (Ben-Ner & Van Hoomissen, 1991; Carver, 1997; Hopt, 2009; Speckbacher, 2008). O Livro Branco sobre *Corporate Governance* em Portugal<sup>19</sup> reporta-nos para uma política de *governance* que garanta transparência, defesa dos *stakeholders*, e responsabilize os gestores pelo incumprimento dos objetivos e pela violação das Leis; daí a tão necessária transparência na prestação de contas. Devem, contudo, estas organizações definirem claramente os respetivos papéis dos membros, dos órgãos de gestão, dos executivos, e da equipa de funcionários, assegurando-se que existe um número apropriado de membros que não seja excessivo e tenha assim um adequado recrutamento e procedimento (Cornforth & Simpson, 2002; Gill *et al.*, 2005; Stone *et al.*, 1999). Os estudos apontam para que o tamanho do conselho de administração cresça com o tamanho da Fundação, podendo haver limitações para atuação de um bom governo caso haja um número excessivo de membros ou um número demasiado pequeno (Leardini, Rossi, & Moggi, 2015). Deste modo a composição do conselho de administração é condicionada por particularidades da Fundação como sejam a sua origem e a missão. Apontam, ainda, para que a composição do conselho de administração se reflita na estrutura das doações das Fundações.

Uma das pedras basilares do êxito das organizações está centrada nos *stakeholders*. Para que haja um governo da organização eficaz é muito importante a compreensão, por parte dos órgãos superiores (*board*) deste núcleo de interessados (Bouckaert & Vandenhove, 1998; Wood & Jones, 1995). Devem, assim, possuir mecanismos para assegurar a participação e a compreensão das críticas dos *stakeholders* e incentivar a diversidade das opiniões na gestão (Brown, 2002). Numa outra perspetiva, a participação da gestão no plano estratégico passará por fazer cumprir a missão social da organização (Gill, Flynn, & Reissing, 2005). A estrutura da organização é um elemento

---

<sup>19</sup> Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal. In: GOVERNANCE, I. P. D. C. (ed.). Instituto Português do Corporate Governance (2006).

importante para a sua operacionalidade mas não é suficiente para conseguir a eficácia. Devem ser tidas em conta outras variáveis como as estratégias adotadas, as atitudes, os comportamentos, a atuação da equipa de funcionários e dos voluntários, os relacionamentos individuais entre as personalidades envolvidas, particularmente entre os membros e o CEO. São assim estas variáveis que têm um impacto na eficácia da organização (Saidel & Harlan, 1998; Friedman & Phillips, 2004).

Alguns estudos (Saidel & Harlan, 1998; Nobbie & Brudney, 2003) referem que o envolvimento cada vez maior destas organizações na sociedade gerou alterações no seu governo e nos financiadores, para definir os elevados padrões de responsabilidade e desempenho dessas organizações, já que enfrentam desafios de competição por recursos limitados e operam em ambientes cada vez mais politizados. Isso levou a uma mobilização da atenção nos processos de *governance* e a um reforço dos papéis do conselho de administração e das pessoas que trabalham nas organizações na prossecução da missão.

O surgimento dos problemas de agência têm origem não apenas nas diferenças de motivação e objetivos entre principal e agente, mas na assimetria de informação e preferências de risco das partes, e no horizonte do planeamento (Jensen & Meckling, 1976). No caso em concreto das Fundações, os problemas de agência aumentam a necessidade de prestação de contas porque são os gestores que tomam as decisões de financiamento, e serão eles que escolhem a favor de quem a aplicação dos recursos da Fundação beneficiará (Rey-Garcia & Martin-Cavanna, 2011). No Terceiro Setor, a falta de parâmetros para a avaliação dos gestores pode levar ao surgimento de critérios pouco objetivos, mais apoiados em elementos institucionais como a imagem pública dos dirigentes e seus relacionamentos, principalmente com os agentes financiadores (Bradley *et al.*, 2003). Existe, assim, claramente o risco dos líderes destas organizações, sob pressões financeiras e sociais, e no intuito de fazer as suas instituições economicamente bem-sucedidas, poderem vir, inadvertidamente, a comprometer as suas missões (Young, *et al.*, 1996; Young, 2002). De acordo com (Callen *et al.*, 2003) existe uma associação estatisticamente significativa entre a presença de doadores principais nos conselhos administrativos e os indicadores da eficiência da própria organização. Ter grandes doadores nos órgãos de direção pode fazer com que o CEO esteja mais atento aos interesses dos fornecedores de recursos potenciais. Por outro lado, outros autores (e.g.,

Yermack, 1996) apontam para que as direções menores são realmente mais eficientes do que as direções maiores devido ao relacionamento inverso entre o tamanho das direções e o valor da organização.

Em suma, a Teoria da Agência assume especial importância nos fundamentos da constituição dos órgãos de gestão e na existência de mecanismos de compensação, que têm influência nas práticas de divulgação. Se os objetivos do principal (doadores particulares ou públicos) forem cumpridos pelo agente (gestores ou membros dos órgãos) no que respeita à promoção dos resultados da missão e nesse sentido à promoção da divulgação da informação haverá minimização dos problemas de agência e das assimetrias de informação. Por outro lado, os elevados custos de agência (com os mecanismos de controlo) levarão a maiores níveis de divulgação que poderão ser minimizados pela escolha da composição de membros dos órgãos de gestão.

### **Teoria dos *Stakeholders***

Com base na Teoria dos *Stakeholders*, ancorada na obra de Freeman (1984), consideramos os *stakeholders* como um grupo ou indivíduo que possa afetar, ou ser afetado, pela prossecução dos objetivos organizacionais ou grupos que têm direito legitimado sobre a organização. De acordo com LeRoux (2009), as instituições e os indivíduos que financiam o trabalho das organizações sem fins lucrativos, tais como Governo, entidades privadas de cariz social, Fundações, empresas, clientes e cidadãos que doam bens e recursos financeiros compreendem os principais grupos de *stakeholders* dessas entidades. Tendo em conta que a Teoria de *Stakeholders*, normalmente tratada como uma teoria, visa equilibrar os interesses dos *stakeholders*, e interessa questionar qual o grupo de *stakeholders* que merece atenção especial da organização em detrimento de outros. Parece ser relevante que os gestores saibam para quem devem direcionar os seus esforços, dada a limitação de recursos que não permite atender aos interesses de todos os *stakeholders* envolvidos no processo. Esta teoria defende que ao nível da gestão devem ser formulados e implementados processos que satisfaçam todos os grupos que de alguma forma interagem com a organização.

Os *stakeholders* envolvidos nestas organizações assumem-se como os destinatários da informação que é prestada, e não raras vezes os membros da direção ou

dos conselhos executivos representam os diferentes *stakeholders* da organização (Siebart, 2005). Os utilizadores externos da informação publicada pelas organizações sem fins lucrativos têm interesses comuns: avaliações dos serviços oferecidos pela organização, a sua capacidade de continuar a oferecer esses serviços, o modo como os administradores cumprem as suas responsabilidades e outros aspetos relacionados com o seu desempenho (FASB, 1993; IASB, 1989:§9). Mais tarde, Abzug & Webb (1999) enfatizaram o papel dos *stakeholders* na participação das decisões de longo prazo já que todos os identificados teriam interesses e seriam afetados por essas decisões. Há um controlo principal nestas organizações pelos *stakeholders* que se encontram do lado da procura enquanto consumidores de serviços ou como doadores ou patrocinadores. Isso contrasta com as empresas que são controladas pelos fornecedores de capital que estão interessados nos retornos do capital investido (Ben-Ner & Van Hoomissen, 1991; Abzug & Webb, 1999).

O futuro da gestão destas organizações pode ser melhor se for realizado através do acompanhamento pelos *stakeholders* que não tenham na sua visão apenas o lucro, e que prestem atenção às questões específicas de interesse global para os membros da organização como um todo. Ao considerar as exigências dos *stakeholders*, as organizações tendem a tomar decisões mais eficazes e que lhes proporcionam maiores benefícios (Herman & Renz, 1997; Balser & McClusky, 2005; Bielefeld, 1992; Gronbjerg, 1993). O ambiente institucional será, assim, muito mais importante do que o técnico: as ações que desenvolve, as mudanças que propõe, entre outras iniciativas, precisam de apoio financeiro, assim como de legitimidade perante a comunidade.

Todavia, estas entidades têm um paradigma para resolver, que é o de saber a quem devem prestar contas, quem são os seus *stakeholders*, já que são esses os responsáveis pelos recursos destas organizações (Lee, 2004). Essa lacuna torna difícil a avaliação dos resultados e das contribuições dos atores da economia social, acompanhada pela necessidade premente de tornar o processo mais transparente e fornecer informações mais úteis sobre a gestão (Krashinsky, 1997; Torres & Pina, 2003; Travaglini, 2008).

Na caracterização da revisão da literatura feita indicamos os principais *stakeholders* que poderemos considerar para o Terceiro Setor português, de que acordo com o quadro 2.

## Quadro 2 - *Stakeholders* do Terceiro Setor

<ul style="list-style-type: none"><li>• Órgãos sociais e de gestão</li><li>• Estado e Ministério responsável da tutela</li><li>• Colaboradores e funcionários</li><li>• Doadores, beneméritos, participantes e voluntários</li><li>• Diversos grupos de interesse comercial, concorrentes, fornecedores e outros credores</li><li>• Órgãos de controlo externo e interno</li><li>• Comunidade local com interesse na atuação e destinatário dos serviços</li><li>• Partidos políticos e comunicação social</li><li>• Académicos no campo de investigação e Sindicatos</li></ul>
---

Se pensarmos em termos de uma organização com fins lucrativos alguns dos *stakeholders* mais importantes não terão um lugar tão primordial como têm nas organizações do Terceiro Setor, por exemplo, voluntários e doadores.

Estas organizações devem responder a estas partes interessadas (*stakeholders*), sejam eles clientes, doadores, associados, ou à comunidade como um todo e a prestação de contas deverá ser o mais completa possível e não se relacionar apenas com a garantia dos registos financeiros (Fry, 1995). A literatura aponta como fontes de recursos destas entidades as contribuições de ativos (SFAS n.º116); as doações (Ruppel, 2002; SFAS n.º136); o voluntariado (Gross *et al.*, 2000; SFAS n.º116; Richmond *et al.*, 2003); os subsídios (IAS n.º20; Parsons, 2007; Trussel & Parsons, 2007); as gratuidades recebidas de outras OSFL (Gross *et al.*, 2000). Estas tipologias de recursos foram validadas para o caso português embora em dimensões diferentes consoante se tratasse de entidades de âmbito internacional, nacional e local (Carvalho & Blanco, 2007).

A natureza não recíproca dos recursos atribuídos cria oportunidades originais para a fraude (Holtfreter, 2008; Kaplan, Pany, Samuels, & Zhang, 2009). No entanto a fraude neste setor é negligenciada frequentemente pelas entidades reguladoras e pelo Governo (Chisolm, 1995). Embora o desvio de fundos seja a tipologia de fraude mais comum cometida pelos membros destas organizações, poderá haver também a manipulação da contabilidade de forma intencional para representar um desempenho financeiro favorável da entidade (Trussel, 2003; Parsons, 2007; Trussel & Parsons, 2007). Alguns autores identificaram a existência de casos de atividades claramente fraudulentas nas organizações deste setor (Mohd-Sulaiman, 2008). A revisão da bibliografia (Bogart,

1995; Greenlee & Keating, 2004) também aponta para que o recebimento indireto de fundos e subsídios que justificam a necessidade de prestação de contas e de um relatório público dos benefícios tangíveis e intangíveis para com a sociedade.

Pese embora a fragilidade da identificação exata dos *stakeholders* destas organizações, os recursos financeiros e não financeiros obtidos dos mesmos justificam uma participação mais ativa, enquanto destinatários da prestação de contas e garantia de transparência e credibilidade da organização.

### **Teoria Institucional**

Na perspectiva institucionalista é dada grande ênfase sobre as normas do ambiente institucional e a história da instituição. A tendência das organizações para a uniformidade em relação ao ambiente institucional é denominada isomorfismo, que explica o processo pelo qual as organizações se ajustam às normas e comportamentos aceitáveis da população, com o objetivo de autodefesa mediante os problemas para os quais ainda não têm soluções próprias, desenvolvendo condutas semelhantes a outras (DiMaggio & Powell, 1983). No isomorfismo institucional os autores identificam três mecanismos isomórficos predominantes: *isomorfismo coercivo*, o *normativo* e o *mimético*.

O isomorfismo coercivo é resultado da pressão formal ou informal de organizações que têm prevalência sobre outras. A mudança ou adaptação organizacional pode ocorrer como uma resposta direta perante uma nova legislação ou modificações governamentais. O isomorfismo mimético é caracterizado pela imitação ou cópia de políticas, estratégias, estruturas, tecnologias, serviços e práticas administrativas em geral, já testadas e bem-sucedidas em organizações similares. É caracterizado pela adoção de procedimentos e arranjos estruturais implementados por outras organizações a fim de reduzir a incerteza ocasionada por problemas tecnológicos, objetivos conflitantes e exigências institucionais. Por isso, perante uma definição dos modelos contabilísticos para o setor em causa, as organizações tenderão a seguir as mesmas práticas contabilísticas que o setor empresarial. A utilização deste modelo visa reduzir o grau de incerteza, através da cópia de práticas bem-sucedidas do setor privado ou o setor público

nas atuações do foro contabilístico, de sobrevivência institucional, de gestão organizacional e até mesmo de estratégia (Verbruggen *et al.*, 2011). No campo organizacional estudado, as Fundações, em concreto, adotaram até 2012, iniciativas de índole financeiras (contabilísticas) e não financeiras típicas de empresas, tais como a divulgação das demonstrações financeiras, inclusive da prestação de contas e do relatório de gestão que anualmente é publicado (Carvalho & Blanco, 2007). Essas atitudes podem ser consideradas uma forma de isomorfismo mimético, uma vez que a organização pode estar a *imitar* práticas comumente encontradas nas empresas de outros setores da economia que seriam admiradas ou valorizadas pelos demais atores sociais; por outro lado, os procedimentos de prestação de contas em geral às entidades reguladoras denota um isomorfismo coercivo. Os estudos apontam para vários fatores influenciadores da melhoria da prestação de contas e da transparência: por um lado, a pressão social derivada de alguns escândalos, a procura por parte dos doadores de informação, a pressão das autoridades competentes e a supervisão de terceiros (Ebrahim, 2010); por outro lado, a adoção por parte de diferentes organizações de estruturas semelhantes devido a uma variedade de fatores institucionais, incluindo mecanismos de regulação ou normas decorrentes de ação coletiva. A teoria institucional (DiMaggio & Powell, 1983) enfatiza a influência que o Estado tem sobre as organizações, sugerindo também, uma influência dos órgãos de gestão nas expectativas dos diversos *stakeholders* ligados às organizações.

Os novos normativos de contabilidade e o imperativo de apresentação de relatórios são defendidos pelos organismos reguladores, identificado por DiMaggio & Powell (1983) como o mecanismo mais direto de difusão institucional. Por outro lado, o facto de haver uma nova legislação que foi introduzida muito recentemente, há uma propensão forte de seguir o isomorfismo mimético e coercivo ligado também à dependência dos recursos no caso das OSFL. Assim, o isomorfismo coercivo e a dependência dos recursos por parte destas organizações condicionam as suas escolhas que estão limitadas pelas pressões externas.

Em suma, as práticas isomórficas (coercivas e miméticas) são uma das características de atuação destas organizações que fazem com os processos de prestação de contas seja mais agilizado.

## Teoria da Dependência dos Recursos

Desenvolvida inicialmente por Pfeffer & Salancik (1978), a Teoria da Dependência de Recursos cria um modelo que retrata as organizações numa perspectiva de constante procura por autonomia, confrontando-as com limitações e práticas de controlo e auditoria. Dado que as organizações sem fins lucrativos têm dificuldades para adquirir e controlar os seus recursos, a sua sobrevivência pode ser garantida se estas souberem lidar com contingências e garantir os recursos necessários à sua existência. A fonte de receita financeira das organizações é o primeiro recurso fundamental de destaque nesta abordagem, dada a crescente importância do financiamento do governo às organizações ao longo das últimas décadas (Middleton, 1987). Daí que esta teoria aponte que a necessidade e a dependência de recursos levará a condicionar a estrutura e as atividades das organizações.

A teoria considera que as organizações dependem de outras organizações ou atores no que respeita aos recursos para sobreviverem e considera os recursos financeiros como uma contingência importante para as organizações (Pfeffer & Salancik, 1978). As organizações sem fins lucrativos geralmente dependem de quatro tipos de receitas para a concretização das suas missões (Fischer *et al.*, 2011; Froelich, 1999):

- i) Contribuições ligadas a atitudes filantrópicas, sejam de índole individual, ou de índole corporativa, atribuídos por empresas, ou subvenções atribuídas por Fundações ou outras entidades do setor não lucrativo;
- ii) Subsídios do Estado para atividades da missão ou fora dela;
- iii) Receitas de atividades comerciais praticados na venda de bens e serviços;
- iv) Receitas resultantes dos investimentos financeiros ou não financeiros

Esta diversificação de recursos, em particular para as Fundações, tem sido ao longo dos anos intensificada, dada a redução de fundos públicos atribuídos pelo Governo (Never, 2011), mas vista como necessária para a sobrevivência destas entidades que inicialmente dependiam de um único modo de captação de recursos (Carroll & Slater, 2009; Fischer *et al.*, 2011), tornando mais eficiente a concretização dos diferentes desafios que enfrentam o equilíbrio entre múltiplas receitas evita a excessiva dependência de um dos recursos e dá um impulso à sustentabilidade financeira, reduzindo as vulnerabilidades que



possam existir perante a interrupção de atribuição de fundos ou crises financeiras que possam atravessar (Yan, Denison, Butler, 2009). Quanto maior for a dependência de recursos de uma organização sobre outra, mais semelhante a organização se vai tornar da outra organização que fornece os recursos (DiMaggio & Powell, 1983). Há uma vulnerabilidade financeira que é explicada nestes casos pela dependência destas organizações face aos recursos externos (Trussel & Parsons, 2007).

De acordo com a teoria da dependência dos recursos a contabilidade e o cumprimento dos requisitos de relatórios de conformidade pode ser analisado como um meio para salvaguardar a transferência de recursos para a organização. Poderá ser forçado o cumprimento da informação obrigatória através de auditorias externas às demonstrações financeiras (Verbruggen, 2011), já que a auditoria externa das demonstrações financeiras influenciará positivamente o nível de cumprimento dos normativos e relatórios financeiros.

A teoria da dependência dos recursos pressupõe que as organizações que dependem de recursos do governo e de recursos financeiros externos são mais propensas ao cumprimento da divulgação.

Vemos, assim, que nos organismos do Estado, os recursos são obtidos da população por meio dos impostos e do pagamento de alguns dos serviços. Mas se falarmos em organizações da sociedade civil, organizações sem fins lucrativos, os recursos que as financiam advém de doações, de contratos ou protocolos com o Estado, no caso de terem um estatuto especial de IPSS<sup>20</sup>, ONG ou UP, e, em determinados casos, também de beneficiários/clientes, para conseguirem os recursos necessários à sustentabilidade das suas atividades. A revisão da literatura mostra que as organizações públicas são mais dependentes de financiamentos do governo numa parte considerável dos seus rendimentos do que organizações sem fins lucrativos, que têm outras fontes de financiamento dominantes (Guo, 2007) já que essa dependência de financiamento tem implicações nos representantes da comunidade no conselho de administração.

Em suma, não obstante a procura de autonomia por parte destas organizações é ainda marcante a dependência de recursos que as caracteriza e que condiciona a sua operacionalização e gestão estratégica na sociedade.

---

<sup>20</sup> IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social; ONG – Organizações Não Governamentais; UP – Utilidade Pública.

## 2.6 Conclusão

Vemos, com esta revisão bibliográfica, que o processo de *accountability* não é estático, mas que pode e deve ser visto de forma contínua até à adoção e institucionalização das melhores práticas, dentro de uma organização desta natureza. A divulgação de informação enquanto instrumento de gestão e veículo de transparência vê justificada, nas diversas vertentes teóricas, a sua utilidade e importância.

Percebemos, então, que na divulgação realizada anualmente para o cumprimento do normativo do Terceiro Setor realizam-se práticas isomórficas (coercivas e miméticas) que agilizam os processos de prestação de contas (Teoria Institucional). Muita da informação divulgada é de natureza voluntária, impulsionada por razões de controlo e redução de assimetrias (Teoria da Agência). Se os objetivos dos doadores forem cumpridos pelos gestores no que respeita à divulgação dos resultados da missão haverá minimização dos problemas de agência, dos custos de agência e das assimetrias de informação que levarão a maiores níveis de divulgação. Os fundamentos da constituição dos órgãos de gestão e a existência de mecanismos de compensação têm influência nas práticas de divulgação que consequentemente melhoram o nível e qualidade de divulgação.

O fornecimento de informação aos diversos doadores, que contribuíram com subsídios ou doações, reforçará a credibilidade e legitimidade da organização que é caracterizada por uma clara dependência financeira e não financeira de terceiros (Teoria da Dependência de Recursos) e que condicionam a sua operacionalização e gestão estratégica na sociedade. Justifica-se, então, que sejam implementados processos de participação na prestação de contas que satisfaçam todos os grupos de *stakeholders*, por forma a reforçar a transparência e credibilidade da organização (Teoria dos *Stakeholders*).

## MODELOS e HIPOTÉSES DE INVESTIGAÇÃO

---



### **3. MODELOS e HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

#### **3.1 Introdução**

No estudo pretende-se explicar as condicionantes que influenciam a divulgação da informação realizada anualmente pelas Fundações, tendo por base as características gerais das Fundações que as diferenciam de outras instituições do Terceiro Setor.

Definimos um grupo inicial de hipóteses diretamente ligado às variáveis que influenciam a divulgação de informação que é feita voluntariamente e um segundo grupo de hipóteses que estarão ligadas diretamente com a divulgação obrigatória.

O modelo final de divulgação compreenderá assim as duas tipologias de Divulgação (Voluntária e Obrigatória) e as características gerais das Fundações (características da Organização; estrutura do Conselho de Administração - CA e Monitorização e Controlo).

#### **3.2 Modelos e Hipóteses de Investigação**

##### **3.2.1 Modelos de Análise**

O modelo de análise inicial reporta-nos para a relação dos constructos das características gerais das Fundações com a Divulgação Voluntária, o modelo de análise global comporta a introdução de mais um constructo no modelo inicial, o da Divulgação Obrigatória que representará a influência dessa divulgação na Divulgação Voluntária.

O modelo de análise global será composto por cinco constructos principais:

(i) o constructo Organização, traduzindo as características e particularidades que cada organização tem em termos do seu tamanho, da dependência que demonstra face aos fundos públicos recebidos, do número de colaboradores e voluntários que participam na missão da organização e o número de projetos que a mesma alicerça na sua atividade;

(ii) o constructo Monitorização e Controlo, que representa os modos de controlo de auditoria e certificações de contas que as organizações possuem;

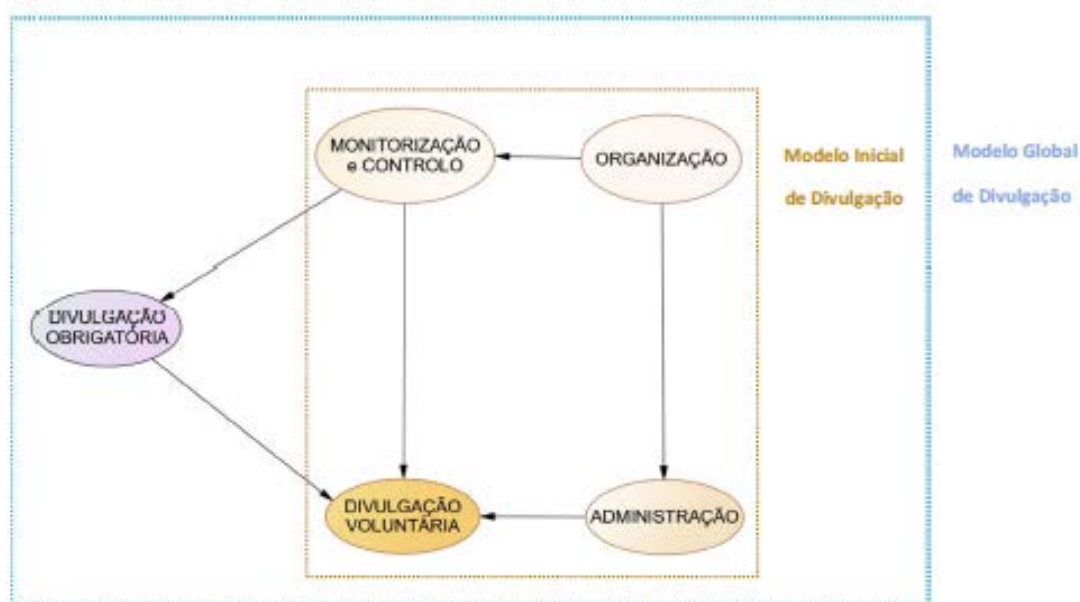
(iii) o constructo Conselho de Administração, traduzido pela sua estrutura em termos de composição da percentagem de membros internos, da percentagem de membros com remuneração e da remuneração do CEO.

(iv) a Divulgação Obrigatória, que reflete um índice de requisitos, de âmbito financeiro e não financeiro, que são obrigatórios divulgar na prestação de contas com a aplicação do novo normativo contabilístico para o Terceiro Setor NCRF-ESNL.

(v) a Divulgação Voluntária representa indicadores de divulgação que constituem o SORP (2005) vigente no reino unido para as organizações deste setor.

A Figura 3 mostra o diagrama de relações causais entre os constructos e as relações hipotéticas entre as diferentes *proxies* utilizadas neste estudo.

**Figura 3 - Análise de Trajetórias dos Modelos de Divulgação (Path Diagram)**



### 3.2.2 Hipóteses de Investigação

Com base na revisão da literatura apresentaremos as hipóteses formuladas em dois grupos que sustentam o modelo inicial de divulgação e o modelo global final. Um primeiro grupo de hipóteses (A e B) que contemplará as hipóteses H1 e H2, H3 e H4 para enquadramento do modelo inicial. Acrescentaremos um segundo grupo (C) com as hipóteses H5 e H6 para justificar o modelo final.

#### **A - Organização, Monitorização e Controlo, e Divulgação Voluntária**

O processo de divulgação é influenciado, direta ou indiretamente, por diferentes variáveis. Existem alterações provocadas nas variáveis observadas que causam alterações nas não observadas e estas por sua vez influenciam outras variáveis importantes para a divulgação de informações. Nos estudos ao nível empresarial é tradicionalmente encontrada uma forte relação entre o tamanho da empresa e a divulgação voluntária e essa relação é justificada com base na apropriação de capitais e numa maior sensibilidade para os custos políticos que as grandes empresas suportam, dando-lhes incentivos adicionais para a divulgação voluntária (Meek *et al.*, 1995; Owusu-Ansah, 1998; Eccles *et al.*, 2001; Hossain & Hammami, 2009). No caso das organizações sem fins lucrativos, são poucos os estudos (Behn *et al.*, 2010; Gordon *et al.*, 2002) que encontraram uma relação direta e positiva entre o tamanho da organização e a divulgação, mas esta evidência foi validada também num estudo recente (Tremblay-Boire & Prakash, 2015).

A literatura existente revela que algumas características organizacionais (por exemplo, tamanho, idade, fundos públicos) são um fator preponderante no processo de divulgação (Meek *et al.* 1995; Botosan, 1997; Mathews, 1997; Dye, 2001; Healy & Palepu, 2001; Gray, 2002; Boesso & Kumar, 2007).

A maioria dos estudos que analisam o setor lucrativo determinam o tamanho da organização através da análise dos seus ativos e das receitas (Ho & Shun Wong, 2001; Boesso & Kumar, 2007; Healy & Palepu, 2001; Mathews, 1997; Meek *et al.*, 1995; Botosan, 1997; Gray, 2002; Mathews, 1997; Boesso & Kumar, 2007). O tamanho da organização é medido pelo total de ativos (Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Behn *et al.*, 2010) ou pelo logaritmo natural da receita total (Saxton *et al.*, 2012) ou

também pela receita (Cornforth & Simpson, 2002; Andrés-Alonso, Azofra-Palenzuela, & Romero-Merino, 2009). Para este estudo, levou-se em consideração o total dos ativos, dado que, no caso das Fundações portuguesas, as receitas podem não indicar um tamanho considerável, mas isso não significa que uma instituição com uma receita diminuta não realize projetos relevantes no Terceiro Setor.

As organizações maiores com direções maiores são normalmente as mais antigas, com uma grande equipa quer de elementos pagos, quer de voluntários (Bradshaw *et al.*, 1992). Por outro lado, os membros que trabalham na organização (trabalhadores remunerados e voluntários) são fatores influenciadores do crescimento da organização, porque diferente número de participantes nas atividades pode implicar diferentes níveis do cumprimento da missão (Christensen & Ebrahim, 2006), considerando ainda que o trabalho voluntário é considerado um alto contributo para as organizações na realização das atividades e nesse mesmo cumprimento da missão. Quando falamos em voluntários percebemos a influência que estes têm quando desenvolvem a sua função no órgão de gestão, dando grande enfoque ao trabalho dos órgãos sociais que é feito, na maior parte das vezes de forma graciosa (Saidel & Harlan, 1998).

Na última década tem-se registado um crescimento do número de voluntários, e um maior envolvimento das organizações na prática do voluntariado (Franco *et al.*, 2005). Esta é, com certeza uma realidade que representa uma forma de enfrentar o desafio de muitos problemas sociais existentes.

Matsunaga *et al.*, (2010) revelam que os membros que trabalham nas OSFL são constituídos por funcionários remunerados e não remunerados (voluntários), e que o número de trabalhadores remunerados é uma importante característica da organização. Sobre este ponto, Salamon *et al.* (2001) recomendam que a medida do tamanho das instituições do setor não lucrativo tenha em conta o equivalente em tempo integral pago (com ou sem voluntários). Por outro lado, Ben-Ner & Van Hoomissen (1991) mediram o tamanho destas organizações, à semelhança de indicadores para o setor lucrativo e setor público, pelo nível de emprego gerado nesse setor. Os projetos realizados pelas OSFL servem, também, como referência para a dimensão da atividade e, na visão de Nicholson-Crotty (2011), a atividade tende a ser positivamente correlacionada com as doações. Além disso, os subsídios recebidos do Estado (Wagenhofer, 1990; Wallace *et al.*, 1994; Hossain, 2001; Lee, 2004; Holtfreter, 2008; Kaplan *et al.*, 2009) são atribuídos às



organizações que detêm estruturas organizacionais que possam ser capazes de desenvolver os objetivos propostos e, também nessa lógica, determinantes no processo de divulgação.

Estas organizações são fortemente dependentes de fundos públicos, de doações privadas e outras tipologias de angariação de fundos (SFAS 116; Ruppel, 2002; SFAS 136; Parsons, 2007; Trussel & Parsons, 2007) que necessitam para controlar e saber gerir (Chisolm, 1995) já que, como defendido por Pfeffer & Salancik (1978), a estrutura e as atividades de uma organização são determinadas pela necessidade de recursos. Os estudos levados a cabo por Zhuang *et al.* (2011) apresentam um modelo que mostra que o montante de contribuições doadas está positivamente relacionada com a quantidade de informação relevante apresentada nos relatórios para serem auditados. Mostra, ainda, que é possível realizar estratégias de divulgação ótimas quando a organização quer maximizar o bem-estar social ou a quantidade total de doações.

Anheier *et al.* (1997) dividem este tipo de organizações em dois grupos: aquelas que dependem de fundos públicos, e aquelas cujas receitas vêm predominantemente do setor privado. Os autores afirmam que as organizações do primeiro grupo são mais burocráticas e sujeitas a pressões políticas. Pelo facto de haver diferentes características de financiamento neste setor é sentida a necessidade, tal como defendida por Brown & Trout (2007), de elaborar relatórios específicos de qualidade, ou transformar a prestação de contas num objetivo comum para as entidades doadoras e as organizações. Em consonância com a teoria da dependência dos recursos, Vermeer *et al.* (2006) sugerem que as organizações sem fins lucrativos que recebem subsídios do governo são mais propensas a assumir e aceitar processos de auditoria e de controlo. Advogam, ainda que, o tamanho da organização é um indicador positivo e significativo, já que as OSFL maiores são mais propensas a ter o controlo e monitorização realizados por auditores externos do que por simples diretores, ainda que independentes, acrescentando que sendo mais complexas têm uma maior necessidade de monitorização. Para além disso, pela sua dimensão são mais propensas a juízo de valor por parte da comunidade e dos meios de comunicação. Dada a publicidade negativa gerada por alguns escândalos recentes, estas organizações podem estar mais orientadas a adotar um modelo de governo mais forte e mecanismos de monitorização. O auditor assume, assim, um papel crucial no processo de monitorização, que não pode ser substituído (Iyer & Watkins, 2008).

Parsons (2007) sugere que a informação financeira e contabilística poderá ter um impacto direto na decisão de um indivíduo em fazer uma contribuição social, sob a forma de donativo ou de prestação de serviço (voluntariado). Assim, com o objetivo de aumentar os diversos contributos sociais estas organizações devem garantir a divulgação da informação e do controlo de auditoria que é realizada, de modo a assegurar a legitimidade e a reputação da organização e, ao mesmo tempo, garantir que as doações foram utilizadas para os fins adequados e no estrito cumprimento da missão da organização. Keating & Frumkin (2003), Parsons (2007), Greenlee & Brown (1999) e Weisbrod & Dominguez (1986) afirmam que a existência de uma auditoria independente dá aos doadores a garantia de que as demonstrações financeiras traduzem uma imagem fiável da realidade e, portanto, isso terá um impacto positivo no seu processo de decisão. No entanto, a qualidade das auditorias, e a subsequente capacidade de reduzir os custos de agência, diferem significativamente de uma organização para outra (DeAngelo, 1981). Outra evidência empírica corrobora que a divulgação voluntária está positivamente relacionada com um bom funcionamento no processo de auditoria (Ho & Shun Wong, 2001).

Para Gordon *et al.* (2002), as instituições auditadas pelo Estado divulgam mais informações do que os seus pares que não têm esse mecanismo de controlo. Este estudo prevê uma relação positiva entre os recursos gerados pelas atividades e a extensão da divulgação no processo de *accountability*, baseado na premissa de que os doadores exigem informações adequadas para as suas tomadas de decisões sobre a doação. Este tem sido um ponto muito debatido na constante procura de transparência neste setor, facto que indica que os doadores precisam de informações que lhes deem garantias sobre a reputação das organizações que dele fazem parte e apoiam. Estas organizações que recebem financiamento do Estado são submetidas a procedimentos de controlo interno e aquelas com mais fontes de financiamento são mais propensas a ter uma variedade de operações e a divulgar relatórios do controlo interno (Behn, *et al.*, 2010; Petrovits, Shakespeare, & Shih, 2011). As características organizacionais são influenciadoras da existência de processos de auditoria para reforçar e publicitar a missão (Russell, 2008), aspeto esse que trará mais visibilidade perante a sociedade. Há evidências de que para alguns doadores as informações não financeiras que são divulgadas pelas organizações são determinantes para a decisão de como e o que pretendem doar, o que torna estas informações verdadeiros instrumentos para a participação dos *stakeholders* (Parsons,

2007). O nível de divulgação, para efeitos de controlo, será maior quando temos doadores institucionais que fazem grandes doações, ao passo que os pequenos doadores privados, devido à sua falta de experiência no que diz respeito às demonstrações financeiras, são menos exigentes nesse capítulo. Além disso, a presença de grandes doadores institucionais pode dar garantias e evidências quanto à credibilidade e reputação das organizações (Arshad *et al.*, 2013).

Como podemos ver em estudos como os de Cohen (2007), Gibelman & Gelman (2004), Davis *et al.* (2007) e Holtfreter (2008), a prestação de contas e controlo tornaram-se temas muito importantes a serem abordados neste setor mas, ao mesmo tempo, uma preocupação quando falamos, por exemplo, de tópicos como a má gestão dos fundos, os escândalos, os atos fraudulentos, as contas com irregularidades, as práticas questionáveis na angariação de fundos, fraude, peculato, conflitos de interesse e corrupção. Por seu turno, em estudos como os de Holtfreter (2008) e Persons (2009) observa-se que os comités de auditoria ajudam a reduzir a probabilidade de fraude. Persons (2009) e Mohd-Sulaiman (2008) enfatizam a ideia de que as organizações que oferecem mais divulgações voluntárias são mais propensas a ter práticas de auditoria mais desenvolvidas e menos a envolverem-se em relatórios financeiros fraudulentos. É também verificado por Calabrese (2011) que as demonstrações financeiras que passam pela auditoria enriquecem a prestação de contas das organizações aos olhos do público e aumentam os poderes reguladores de execução, no sentido de evitar que a fraude financeira ocorra neste setor. Independentemente do controlo exigido pela prestação de contas pública, o Estado sente, de certo modo, algumas dificuldades em controlar integralmente estas organizações (Gates & Hill, 1995).

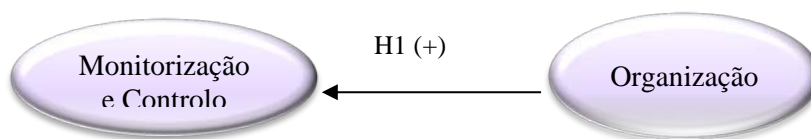
Outras evidências empíricas indicam que a divulgação voluntária está positivamente relacionada com o funcionamento do controlo da auditoria (Ho & Shun Wong, 2001). A informação financeira auditada, bem como os relatórios sobre os fundos atribuídos auditados são frequentemente divulgados pelas instituições sociais (Connolly & Hyndman, 2004). Por seu lado, Alanezi & Albuloushi (2011) apontam a existência de uma associação entre a auditoria voluntária e relatórios de divulgação financeira facto que é explicado pela teoria da agência.

As demonstrações financeiras auditadas e completas são consideradas como a melhor prática (Gordon *et al.*, 2010). Apesar disso, em momentos de restrições

orçamentais podem ocorrer manipulações dos relatórios financeiros, particularmente, no que ao reforço das receitas e despesas de cariz social diz respeito (Hansmann, 1980). Conclui-se que este setor deverá preocupar-se com a realização de um controlo sério de auditoria, por forma promover a transparência. Verifica-se, assim, em mais do que um estudo, que as organizações que obtêm mais receitas de contribuições ou subsídios tendem a ser mais abertas à divulgação voluntária de informação auditada.

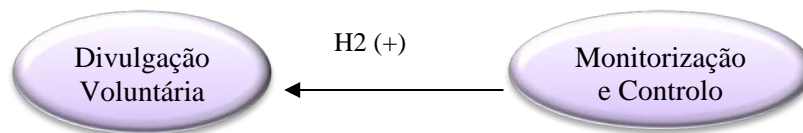
Se as hipóteses formuladas nesta pesquisa forem aceites, será evidente que as características da Organização têm um efeito positivo e direto sobre a monitorização e controlo realizados; e, por seu lado, o processo de Monitorização e Controlo terá uma influência positiva sobre a Divulgação Voluntária. Com base nestes argumentos definimos os constructos Organização, Monitorização e Controlo, e Divulgação Voluntária e formulamos as seguintes hipóteses (Figura 4 e 5):

**Figura 4 - Efeito das características da Organização na Monitorização**



**H1:** As características da Organização estão positivamente relacionadas com a Monitorização e Controlo.

**Figura 5 - Efeito do Monitorização e Controlo na Divulgação Voluntária**



**H2:** A Monitorização e Controlo está positivamente relacionado com a Divulgação Voluntária.

## **B - Organização, Conselho de Administração e Divulgação Voluntária**

Os conselhos de administração das organizações do Terceiro Setor têm historicamente adotado nas suas funções valores de filantropia, voluntariado e independência no que diz respeito ao exercício de cargos não remunerados. Numa OSFL, um dos principais objetivos do conselho passará por proteger os interesses dos principais atores: os fundadores, os doadores, os beneficiários e a sociedade enquanto recetora da missão da instituição, mas, ao mesmo tempo, administrar todos os bens e recursos de modo a cumprir com rigor a missão. A administração de uma organização sem fins lucrativos, em particular o caso das Fundações (Andrés-Alonso, *et al.*, 2009), não funciona só como órgão regulador da organização, mas é também uma espécie de ponte que liga os grupos externos e recursos críticos para a organização (Guo, 2007).

Torna-se evidente que as características do conselho de administração de uma OSFL são um dos elementos chave da gestão da mesma e, por isso, têm sido analisados em inúmeros estudos (Bradshaw *et al.*, 1992; Fletcher, 1992; Kearns, 1995; Brudney & Nobbie, 2002; Cornforth & Simpson, 2002; Cornforth, 2002; Callen *et al.*, 2003; Gul & Leung, 2004; Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Prybil, 2006; Hopt, 2009; Andrés-Alonso *et al.*, 2009; Brickley *et al.*, 2010). No que respeita às componentes da estrutura do conselho de administração, em entidades do Terceiro Setor, são apontadas como as componentes ligadas ao próprio tamanho e composição; à liderança e comités envolvidos; à competência dos membros; à presença de membros internos e externos para representar interesses dos diversos *stakeholders* e a própria remuneração dos membros e gestores (Bradshaw *et al.*, 1992; Brudney & Nobbie, 2002; Callen *et al.* 2003; Nobbie & Brudney, 2003; Iecovick, 2005; Cardinaels, 2009; Andrés-Alonso *et al.*, 2009; Brickley *et al.*, 2010; Ackerman *et al.*, 2012).

Muitos estudos analisam a existência de um diretor interno como variável explicativa importante para várias questões nos conselhos de administração das OSFL (Yermack, 1996; Chau & Gray, 2002; Cornforth & Simpson, 2002; Prybil, 2006; Sur, Lvina & Magnan, 2013) e, como uma das principais variáveis que explica a extensão da divulgação e a sua relação com a estrutura da administração (Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Cheng & Courtenay, 2006; Saxton *et al.*, 2012). Outros estudos focados na literatura empresarial abordam, do mesmo modo, esta variável como influente no

processo de divulgação (Meek *et al.*, 1995; Owusu-Ansah, 1998; Hossain, 2008; Hossain & Hammami, 2009). Existem evidências teóricas relacionadas com a relação financeira dos membros, sendo que surge aqui como fator influenciador da divulgação a existência de remuneração dos membros do conselho e do CEO (Eng & Mak, 2003; Laksmana, 2008; Fernandes, 2008; Cardinaels, 2009; Brickley *et al.*, 2010; Ackerman *et al.*, 2012). Alguns estudos também sugerem que as contribuições atribuídas pelo Estado estão associadas a mudanças visíveis na estrutura e na composição do conselho de administração (Chaves *et al.* 2004; Froelich, 1999; Gronbjerg, 1993). Estas organizações têm diferentes composições do conselho de administração e os seus membros têm diferentes papéis (Callen *et al.* 2003). As organizações devem garantir a adequação do número de elementos no conselho para cada situação particular (Stone *et al.*, 1999; Cornforth & Simpson, 2002; Gill *et al.*, 2005), considerando que a existência de membros internos ou externos, e de membros remunerados no conselho parece ter um efeito potencial sobre a eficácia da administração (Jegers, 2009). O membros internos num conselho de administração, como visto por Yermack (1996), é a fração de conselheiros que faz parte do quadro de pessoal (funcionários internos) em cada organização.

A evidência empírica indica que as organizações com maior dimensão podem possuir uma maior predisposição e capacidade de reestruturar o conselho de administração (Alexander & Weiner, 1998). As grandes organizações operam num contexto social diferente das outras e têm uma influência significativa nas suas comunidades já que em muitos casos são um grande empregador local. Para Guo (2007) o tamanho de uma organização indica também a visibilidade que a mesma possa ter na comunidade. As grandes organizações atraem mais atenção de intervenientes institucionais e precisam demonstrar a sua capacidade de resposta às suas expectativas, possivelmente através da representação dos *stakeholders* nos conselhos de administração. Daí que se espera que haja uma associação positiva entre as características da organização e a estrutura do conselho.

As características internas das organizações, tais como o número de membros, o número de voluntários, e o número de trabalhadores pagos podem afetar significativamente a estrutura e as funções que são executadas pelos seus órgãos (Iecovich, 2005). Em geral, as características organizacionais são da maior importância para a compreensão das características do conselho de administração. O tamanho das

organizações está significativamente correlacionado com os papéis principais dos órgãos de gestão (Hevesi & Millstein, 2001). Por esse facto, as organizações mais dependentes de doações privadas do que de fundos públicos tendem a ter diferentes estruturas de administração (Bradshaw *et al.*, 1992). Behn *et al.* (2010) apresentam, nas conclusões de um estudo de grande representatividade nos EUA, os fatores que influenciaram a divulgação de informação realizada: as organizações maiores remuneraram os seus órgãos sociais e são mais propensas a partilhar voluntariamente a informação das demonstrações financeiras. O estudo de Saxton & Guo (2011) revela que a envolvente das características organizacionais como o tamanho e a estrutura dos órgãos sociais, concretamente a remuneração dos membros e o número de membros internos, estavam positiva e significativamente relacionados com a divulgação realizada, percebendo-se que as organizações maiores estão mais preparadas para a adoção de práticas inovadoras no processo de *accountability* do que as que têm menor dimensão.

A tradicional dicotomia entre diretores internos (*insiders*) e diretores externos (*outsiders*) pode não representar bem o papel dos gestores em termos de legitimidade. Assim, a investigação relacionada com o governo destas organizações deve enfatizar as diversas características individuais dos diretores, que podem ter impacto sobre os vários processos organizacionais levados a cabo pelo conselho de administração (Mallin *et al.*, 2013). A composição do conselho é portanto, juntamente com outros fatores, definida pela percentagem de membros internos ou externos (Chen & Jaggi, 2000; Callen *et al.*, 2003). Estes autores encontraram uma relação positiva entre a percentagem de diretores internos, as estratégias de investimento de longo prazo e as medidas de desempenho. A estrutura desenvolvida por Pfeffer (1973) mostra que os conselhos das organizações são caracterizadas por um grande número de membros e a natureza da sua atividade é voluntária. Como descrito por alguns autores, não existe, assim, apenas um modelo de governo na administração das organizações sem fins lucrativos (Robinson, 2001; Stone & Ostrower, 2007).

Alexander, Morlock & Gifford (1998) propuseram um modelo de governo para estas organizações que passa por ter um grande número de membros no conselho de administração; um pequeno número de administradores internos; uma separação entre a gestão e o governo; uma gestão informal e sem limite nos mandatos consecutivos para os

membros do conselho; os membros sem remuneração no exercício dos cargos; e uma ênfase na gestão dos ativos e na preservação da missão.

Bradshaw *et al.* (1992) descobriram que o tamanho da organização está associado com aspectos estruturais e funcionais dos conselhos de administração, e que as suas características estão significativamente correlacionadas. Na mesma perspectiva, Iecovich (2005) defende que as características organizacionais são importantes para a compreensão das características do conselho de administração. Por exemplo, as características organizacionais (como idade, membros, dimensão ou trabalhadores) estão significativa e positivamente correlacionados com a estrutura do conselho (por exemplo, o tamanho ou composição) e as características funcionais (por exemplo, de índole financeiro). Parece claro também que os grandes conselhos de administração são mais comuns nas organizações que dependem mais de doações privadas do que de fundos públicos. No mesmo sentido, Murray *et al.* (1992) defendem que as características organizacionais (idade, tamanho, etc) estão positivamente correlacionadas com características estruturais e funcionais do conselho (tamanho, funções e responsabilidades). A teoria da dependência de recursos e a teoria dos *stakeholders* contribuem para a identificação dos membros que podem influenciar a divulgação e que passa por entidades internas como os membros administração, ou externas como os doadores e os auditores.

Por outro lado, é possível compreender que o tamanho e as compensações dos executivos estão relacionados com a extensão da informação que é divulgada. As organizações maiores, como os hospitais sem fins lucrativos, podem estar predispostos a revelar informações financeiras, para que não sejam pública e politicamente expostos (Saxton *et al.*, 2012). O tamanho da organização afeta o funcionamento do conselho de administração e o próprio envolvimento e participação em diversas atividades (Middleton, 1987), e portanto, as decisões operacionais dos conselhos encontram-se associadas ao tamanho da organização e ao número de voluntários. E, além disso, a extensão da divulgação de informações corporativas ou da gestão é suscetível de ser afetada pela composição e qualidade do conselho de administração (Gul & Leung, 2004).

Os diretores internos podem fornecer aos conselhos melhores e mais tempestivas informações, porque estão mais familiarizados com o funcionamento da organização do que os conselheiros independentes ou externos (Fama & Jensen, 1983) e, por outro lado, a independência dos conselhos de administração aumenta na proporção do número de



diretores externos. Os diretores ou membros internos tenderão a divulgar voluntariamente mais informações com o propósito de indicar à comunidade que pretendem otimizar as decisões para o bem de todos os *stakeholders* (Healy & Palepu, 2001).

Fama & Jensen (1983) afirmam que a independência do conselho está relacionada com uma maior objetividade na monitorização, mas, ao mesmo tempo, a presença de internos, quando possível, dá acesso a informações de ordem interna sobre as organizações, e tal pode ser vital para a correta monitorização e aconselhamento da gestão. Com a idade, as instituições tendem a tornarem-se mais profissionais no recrutamento de administradores (Cornforth & Simpson, 2002), e a incluir mais membros internos no conselho de administração.

Existem alguns estudos empíricos (Chen & Jaggi, 2000; Williams, 2002, Cheng & Courtenay, 2006) que mostram evidências de uma associação positiva e significativa entre as características do conselho de administração e a divulgação da informação. Contudo, Cheng & Courtenay (2006) encontraram, também, evidências de que as instituições com uma maior proporção de conselheiros independentes estão associadas a maiores níveis de divulgação voluntária.

A presença de membros internos no conselho com conhecimento específico sobre as operações da organização pode ser necessária para uma tomada de decisão estratégica ideal (Fama & Jensen, 1983; John & Senbet, 1998; Saxton *et al.*, 2012).

Saxton *et al.* (2012) enfatizam que uma maior presença de membros externos no conselho trará uma influência negativa na extensão da divulgação voluntária. Portanto, os diretores internos têm mais incentivos para divulgar voluntariamente informações, uma vez que pretendem ver protegidos a sua remuneração, o seu lugar e a sua reputação (Lim *et al.*, 2007). Laksmana (2008) postula que os conselhos são tão mais propensos a tomar decisões objetivas, apoiando-se numa maior divulgação quanto mais independentes são e, sobretudo, na presença de um sistema de compensação ou remuneração. De igual forma demonstra que a independência do conselho está associada à qualidade do processo de informação financeira.

No caso particular das Fundações Portuguesas, e de acordo com a Lei-Quadro das Fundações<sup>21</sup>, os titulares de cargos públicos, designados para acumular uma posição num conselho de administração de uma Fundação criada ou patrocinada pela mesma entidade

---

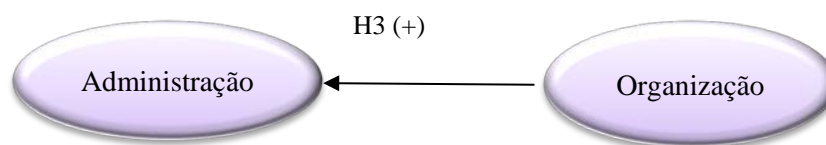
<sup>21</sup> Lei n.º 24/2012 de 9 de julho Lei - Quadro das Fundações.

pública, não poderão receber qualquer tipo de retribuição ou compensação por esses serviços. Consta-se, pois, que no setor fundacional o sistema de compensação ou de remuneração dos membros está bem definido.

Os membros do conselho de administração têm preocupações e exigem uma maior divulgação, a fim de esclarecer as práticas de remuneração dos executivos perante todos *stakeholders* e do próprio mecanismo da remuneração do CEO, mostrando que a remuneração do conselho está positivamente associada com a transparência das práticas de divulgação da administração (Laksmiana, 2008). Por seu lado, Yermack (1996) concluiu que os conselhos de administração menores são mais propensos a fornecer ao CEO incentivos remuneratórios mais fortes, mas por outro lado, são mais penalizadores se se verificar um mau desempenho. Para melhorar a transparência sobre os processos de compensação e melhorar os interesses dos *stakeholders*, deverá haver orientação para fornecer maiores níveis de divulgação.

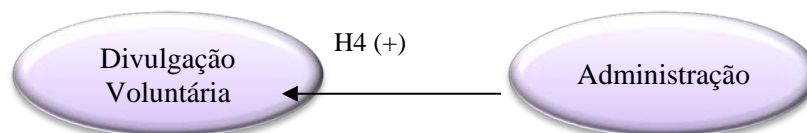
Com base na pesquisa apresentada acima, desenvolvemos as seguintes hipóteses:

**Figura 6 - Efeito das características da Organização na estrutura da Administração**



**H3:** As características da Organização estão positivamente relacionados com a estrutura do conselho de Administração.

**Figura 7 - Efeito das características da Administração na Divulgação Voluntária**



**H4:** A estrutura do conselho de Administração está positivamente relacionada com a Divulgação Voluntária.

## **C - Monitorização e Controlo, Divulgação Obrigatória e Divulgação Voluntária**

O cumprimento de requisitos na prestação de contas é uma salvaguarda da qualidade dos relatos financeiros e, é visto como muito útil para quem presta contas, é essencialmente um grande promotor da transparência (Benjamin, 2008a). Contudo, a eficácia e grau de cumprimento relativo a qualquer tipo de divulgação é ponderada pelas consequências da sua não aplicação, ou seja poderá haver uma baixa probabilidade de execução se as sanções forem leves, e isso cria uma dissuasão no cumprimento das regras de divulgação (Breen, 2013).

Baseado na Teoria Institucional, num processo de isomorfismo coercivo e mimético, anteriormente referidos, poderemos dizer que os mesmos princípios se aplicam ao setor não lucrativo, se os requisitos para execução correta da divulgação são demasiado onerosos e o risco de sanções é inexistente, as organizações tenderão a não serem integralmente cumpridoras. Neste setor, em particular, a análise feita aos níveis de incumprimento dos normativos indicam problemas e falhas, abrindo a possibilidade de se indicar normas e padrões de orientação mais qualitativos (Verbruggen *et al.*, 2011).

Os efeitos da adoção obrigatória de normativos contabilísticos sobre a qualidade da informação depende do grau de importância do normativo face a outros em vigor (Criado-Jiménez, Fernández-Chulián, Larrinaga-González, & Husillos-Carques, 2007), e é sugerido que a qualidade da informação é geralmente mais elevada nos países em que a aplicação de sanções é mais forte. Por outro lado, após a adoção obrigatória de um normativo, a qualidade de informação diminuiu, em contraste com um estudo anterior, mas justificado pelas fortes dificuldades de aplicação das normas baseadas em princípios (Ahmed, Neel, & Wang, 2013).

Os estudos indicam que a legislação deste setor não estabelece muitos requisitos de divulgação, e não existe indicação ou exigência de divulgação pública em muitos casos. Apesar de na maioria destas organizações o Estado ser o maior financiador nem sempre é possível identificar nos relatórios e contas a origem exata de fundos e a sua aplicação (Breen, 2013). Este autor preconiza que é nas instituições que apresentam contas não auditadas onde existem mais falhas de informação e incoerências e que quando comparadas organizações com contas auditadas e não auditadas foram encontradas várias

discrepâncias, quer ao nível da quantidade de informação, quer da qualidade, o que prova que um melhor controlo dos dados pode melhorar a divulgação a prestar.

A teoria da dependência dos recursos apresentada por Pfeffer & Salancik (1978) está também na base da apresentação da próxima hipótese já que enfatiza a necessidade da obtenção de recursos e determina as ações e decisões que são tomadas nas organizações (Vermeer *et al.*, 2006). Daí que, a dependência dos recursos do Estado e a necessidade garantir a continuidade de recursos, tornem necessário o cumprimento das exigências de divulgação e controlo externo por parte das entidades financiadoras.

A literatura, tal como destacam Vermeer *et al.* (2006), tem apresentado relações diretas entre as características das organizações e o controlo de auditoria realizado, as maiores organizações são mais confrontados pelos *stakeholders* e, portanto, são mais propensas a serem analisadas pelos órgãos reguladores e pela comunicação social. Assim é mais conveniente que as contas estejam em conformidade e apresentem qualidade (Mohd-Sulaiman, 2008; Reheul *et al.*, 2012). Acresce o facto de por serem maiores, são organizações caracterizadas por terem mais recursos humanos e financeiros e mais propensos a manterem mais registos e a quantificá-los, em suma enfrentam maior pressão (Christensen & Ebrahim, 2006; Atan, *et al.*, 2012), o que corrobora a Teoria Institucional. Assim, também as organizações que dependem mais de doações e/ou subvenções são mais propensas a apresentar relatórios de qualidade, são significativamente menos propensos a apresentar os seus relatórios tarde, o que é consistente com a teoria de dependência de recursos, já que os relatórios que apresentam falhas e atrasos podem estar associados a baixa qualidade de divulgação (Mohd-Sulaiman, 2008) e desincentivar as doações (Reheul, *et al.*, 2012). Assente na teoria da dependência dos recursos, assume-se que há uma relação positiva entre os fundos recebidos, que caracterizam uma organização, e o cumprimento da informação contabilística dos normativos (Verbruggen *et al.*, 2011) .

Hasan, Karim, & Quayes (2008) estudaram a influência das mudanças de normativos nos relatórios anuais publicados. Foi possível verificar um aumento significativo no grau de cumprimento da informação obrigatória divulgada nesse período, e adicionalmente, encontraram evidências que o tamanho da organização, a qualificação dos colaboradores e a existência de auditores externos estavam positiva e significativamente relacionados com o cumprimento da divulgação realizada.

Owusu-Ansah (1998) afirma que as empresas de auditoria possuem um importante papel no estabelecimento de bons níveis de *governance* corporativo, dando suporte e maior transparência à divulgação das demonstrações financeiras, já que a qualidade da informação está ligada à possibilidade do auditor detetar erros nos relatórios financeiros.

Os indicadores de qualidade são definidos de maneira diferente consoante tenhamos utilizadores, setores, países e legislação diferentes, é por isso que encontramos várias formas para avaliar a qualidade da divulgação da informação contabilística. Uns avaliam com uma única medida, e que poderá passar pela manipulação da informação (Trussel, 2003), outros usam técnicas combinadas que envolvem vários aspetos de divulgação construindo índices de divulgação e avaliando o seu cumprimento (Jones & Roberts, 2006). Os estudos de divulgação no setor público têm privilegiado para avaliar o grau de cumprimento a construção de índices de divulgação (e.g. Carvalho *et al.*, 2007), o mesmo acontecendo no setor não lucrativo (e.g. Torres & Pina, 2003).

No que respeita à influência do controlo de auditorias, há evidências empíricas que mais auditoria levará a maior cuidado no cumprimento dos requisitos legais de divulgação (Nezhina & Brudney, 2010). A literatura aponta, ainda, no que toca à auditoria externa, que organizações auditadas exibem melhor transparência medida pela quantidade de informações contabilísticas prestadas. As auditorias externas visam aperfeiçoar o cumprimento de requisitos de divulgação obrigatória (Wallace & Naser, 1995; Gao & Kling, 2012). Além disso, as empresas de auditoria emitem pareceres com a análise do relato o que levará os *stakeholders* à interpretação das possíveis dificuldades financeiras e a demonstrar mais ou menos confiança na informação dos relatórios financeiros que é prestada. Assim, está demonstrado que as organizações que estão adaptadas a um mecanismo de monitorização e controlo tendem a responder favoravelmente à divulgação pública das demonstrações financeiras (Behn *et al.*, 2007; 2010). Por outro lado, tendo obtido as receitas provenientes das contribuições públicas será mais provável que estas entidades forneçam as demonstrações financeiras auditadas.

Em Portugal, e a par com o novo normativo para o setor não lucrativo, as exigências de níveis de relato maiores estão ligados à dimensão da organização. A dimensão e o recebimento de fundos públicos exigem um relato financeiro obrigatoriamente mais extensivo (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março). No que

respeita ao controlo financeiro, estas entidades têm dois organismos que realizam o controlo da aplicação dos fundos, concretamente o Ministério das Finanças e o Tribunal de Contas pelo benefício do estatuto da utilidade pública, e neste domínio de controlo e monitorização das pessoas coletivas de direito privado dever-se-á atender ao disposto na Lei n.º 98/97 de 26 de Agosto, que nos remete para a intervenção legítima do controlo financeiro do Tribunal de Contas das entidades que utilizem dinheiro e valores públicos ou da União Europeia.

Assim as entidades do setor não lucrativo, e no caso as Fundações, que ultrapassem 150.000€<sup>22</sup> de vendas e outros rendimentos ficarão sujeitas a aplicação da Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo, conforme aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março. Assim, estão debaixo de maior exigência de relato do que se tivessem de aplicar o regime de caixa que vigora para as que não ultrapassem esse limite. Em consonância com essa obrigatoriedade, a Lei-Quadro das Fundações impõe, também, a divulgação de informações de diversa ordem: a composição órgãos sociais; os relatórios e contas e plano de atividades; documentos de ordem interna como os estatutos; informação sobre os membros trabalhadores e vínculos laborais; relatório de auditoria externa no caso das entidades que sejam obrigadas à certificação legal de contas (estabelecida por Lei<sup>23</sup>); uma descrição do património inicial e montantes discriminados dos apoios financeiros recebidos (caso tenha estatuto de utilidade pública).

As auditorias são um importante instrumento de transparência, que serve os interesses dos doadores, de modo a assegurar que os recursos são gastos de acordo com as intenções dos doadores. Organizações auditadas estarão mais aptas a promover a transparência e deste modo a garantir a legitimidade (Keating *et al.*, 2005). Apontam no seu estudo que organizações menores terão mais dificuldade de recorrer às técnicas de auditoria. Isto sugere que as pequenas organizações, com menos experiência com o financiamento externos têm a maior dificuldade em cumprir os requisitos para realização de auditorias, talvez por estar associado um custo de auditoria que será tanto maior quanto mais especializados forem os auditores (Keating *et al.*, 2005).

---

<sup>22</sup> Artº 10º Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

<sup>23</sup> Limites do artigo 262º CSC – Código das Sociedades Comerciais ou estejam abrangidas pela Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007.

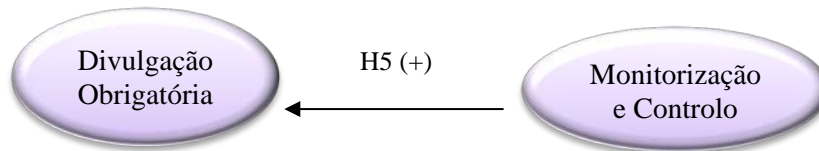
Há evidência empírica que mostra que as técnicas de monitorização, controlo e auditoria estão positiva e significativamente associadas com a divulgação da informação obrigatória presente nos normativos legais (Alanezi & Albuloushi, 2011). Por outro lado, não foram encontradas evidências da influência de outras variáveis independentes como a idade ou o tamanho, na divulgação de itens de relato financeiro obrigatório.

A divulgação no Relatório e Contas, que é realizada anualmente pelas entidades do setor não lucrativo inclui muitas das divulgações que não constam dos itens obrigatórios (isomorfismo coercivo), são de divulgação voluntária. Estas divulgações são justificadas pelas diversas razões já apontadas anteriormente, de controlo e redução de assimetrias (teoria da agência), de garantia de credibilidade na informação aos diversos intervenientes sociais (teoria do *stakeholders*) que contribuíram com subsídios ou fizeram doações, já que a dependência de terceiros que estas organizações têm é um ponto assumido (Teoria da Dependência de Recursos). Assim, a divulgação de informação obrigatória tenderá a influenciar o nível de divulgação voluntária divulgada que depende da necessidade dos *stakeholders* na resposta ao que querem e merecem saber sobre estas instituições, quer no que respeita a informação qualitativa quer quantitativa (Moggi *et al.*, 2015). Muito são os atributos das diferentes instituições que influenciam a diversidade de informação que é divulgada (Ahmed & Nichols, 1994; Wallace & Naser, 1995) quer obrigatória quer voluntária, como complemento (Healy & Palepu, 2001). A propensão para disponibilizar informação voluntária está ligada com diversos aspetos da própria divulgação da informação que é imposta por lei, já que a exigência das informações dos normativos vai impulsionar a informação complementarmente divulgada (Einhorn, 2005).

A divulgação desempenha um papel poderoso na redução das assimetrias de informação, promovendo um melhor desempenho social (Zhuang *et al.*, 2011). Os objetivos das normas são o de exigir que as organizações divulguem aquilo que não estariam disponíveis para divulgar voluntariamente (Verrecchia, 2001). Isto porque a divulgação de informação só ocorre se os benefícios gerados forem superiores aos seus custos (custo de elaboração e publicação da informação). Se as organizações estiverem perante informação aparentemente negativa, os custos de divulgação podem ser superiores aos benefícios, o que pode inibir a divulgação dessa informação (Dye, 2001). Nesse sentido, as normas obrigatórias possuem o papel fundamental de “forçar” a

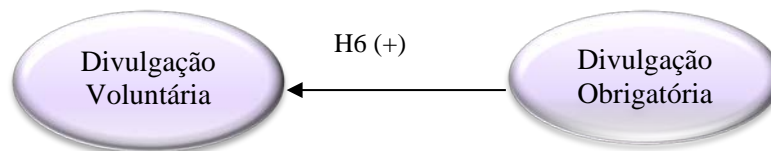
divulgação porque numa lógica racional as organizações terão maior tendência a divulgar voluntariamente apenas informações positivas.

**Figura 8 - Efeito do Monitorização e Controlo na Divulgação Obrigatória**



**H5:** A Monitorização e Controlo estão positivamente relacionados com a Divulgação Obrigatória.

**Figura 9 - Efeito da Divulgação Obrigatória na Divulgação Voluntária**



**H6:** A Divulgação Obrigatória tem uma relação positiva com a Divulgação Voluntária

### 3.3 Conclusão

De acordo com o exposto neste capítulo, consideramos que o modelo de investigação é um contributo relevante para a literatura porque procura explicar a divulgação realizada pelas Fundações tendo por base constructos de diferentes teorias. Por um lado, aborda a relação existente entre os diferentes constructos e por outro lado, a sua ligação com o tipo de divulgação realizada, voluntária e obrigatória, no Relatório e Contas.



Os modelos tratados tentam responder a algumas limitações que outros modelos apresentam quando se debruçam apenas na relação existente entre as variáveis independentes e a variável dependente. O facto de trabalharmos em dois modelos separando o tipo de divulgação apresentada (voluntária e obrigatória) possibilita que os resultados da investigação possam ser tratados de maneira singular, considerando que existem claras diferenças entre a informação que é apresentada de forma obrigatória por força do normativo contabilístico, e a informação voluntária construída a partir de índice de divulgação não utilizado em Portugal.

Finalmente, as hipóteses que emanam dos modelos, a serem testadas e verificadas, contribuirão para explicar em quanto cada variável explicativa contribui para cada um dos constructos e a relação de posição e contributo dos mesmos nos modelos, que se apresentam resumidamente no quadro seguinte.

**Quadro 3 - Hipóteses de Investigação dos Modelos de Divulgação**

Modelos de Divulgação		Hipóteses	Descrição
<b>Modelo de Divulgação Global</b> = <b>Divulgação Voluntária</b> + <b>Divulgação Obrigatória</b>	<b>Modelo de Divulgação Inicial</b>  <b>Divulgação Voluntária</b>	<i>Hipótese 1</i>	As características da Organização estão positivamente relacionadas com o Monitorização e Controlo externo.
		<i>Hipótese 2</i>	A Monitorização e Controlo externo estão positivamente relacionados com a Divulgação Voluntária.
		<i>Hipótese 3</i>	As características da Organização estão positivamente relacionadas com a estrutura do conselho de Administração.
		<i>Hipótese 4</i>	A estrutura do conselho de Administração está positivamente relacionada com a Divulgação Voluntária.
	<b>Divulgação Obrigatória</b>	<i>Hipótese 5</i>	A Monitorização e Controlo externo estão positivamente relacionados com a Divulgação Obrigatória.
		<i>Hipótese 6</i>	A Divulgação Obrigatória tem uma relação positiva com a Divulgação Voluntária.



## **METODOLOGIA**

---



## 4. METODOLOGIA

### 4.1 Introdução

Neste capítulo são fundamentadas as opções metodológicas tratadas na investigação empírica desta tese. Faremos uma breve caracterização do setor fundacional e analisaremos a composição da amostra que serviu de base a este estudo, descrevendo a metodologia utilizada e apresentando os principais aspetos dos Modelos de Equações Estruturais passando, ainda, pela operacionalização dos constructos e a definição de variáveis relacionadas com a Divulgação Voluntária e com a Divulgação Obrigatória. Tomamos este procedimento considerando que a estratégia de investigação tem como objetivo clarificar o modo como vamos responder às hipóteses de investigação e que a justificação da estratégia adotada deve ser baseada nos objetivos e hipóteses de investigação delineados (Saunders *et al.*, 2003).

Esta tese tem como objetivo principal a análise das relações existentes entre as características gerais das Fundações e a divulgação de informação que realizam e o seu contributo para a transparência na prestação de contas. Para o alcance dos objetivos específicos estabelecidos (capítulo 1 da Introdução) apresentaremos um modelo de análise, operacionalizado num Modelo de Equações Estruturais, que contempla as relações entre as características gerais das Fundações (características da Organização, estrutura do Conselho de Administração, e Monitorização e Controlo) e a Divulgação da informação que é realizada (Voluntária e Obrigatória).

O Modelo de Análise Global contemplará, assim, a relação de dependência entre:

- A Divulgação Voluntária e 3 constructos: Organização, Administração e Monitorização e Controlo, que constituem o Modelo Inicial.
- A Divulgação Obrigatória e os restantes constructos que compõem o Modelo Inicial.
- Os constructos ligados direta ou indiretamente à Divulgação Obrigatória e à Divulgação Voluntária.

Para a elaboração do *índice de boas práticas* de divulgação será realizada uma análise da importância dada à divulgação voluntária, através de uma Análise de Componentes Principais por forma a escolher as dimensões mais representativas dos dados aplicados para o caso português.

Analisaremos, ainda, alguns dados em valores de frequências absolutas e relativas, quanto às particularidades das Fundações que não serão tratados nos modelos e que permitirão um melhor enquadramento da realidade fundacional.

## **4.2 Pesquisa por questionário**

A pesquisa por questionário apresenta vantagens evidentes pois permite a obtenção de grandes quantidades de dados, que, como são padronizados, podem ser comparados; e no caso de a amostra ser representativa, permite a generalização dos resultados da amostra à população (Quivy & Campenhoudt, 1998). Atendendo a que se pretende explorar relações do tipo causa-efeito entre diferentes constructos, a opção pela estratégia de pesquisa, usando a técnica de questionário, é segundo Saunders *et al.* (2003) a mais adequada. Segundo o autor, esta técnica de recolha de dados deve ser usada para pesquisas de natureza descritiva ou explicativa.

No caso, justifica-se a utilização do questionário porque o objetivo da investigação é examinar e explicar a relação entre conceitos, enquadrando-se assim, numa pesquisa de natureza explicativa. Para o estudo foram escolhidas as Fundações, enquanto tipologia jurídica do Terceiro Setor Português, porque este tipo de organizações sem fins lucrativos são comumente consideradas como tendo a supervisão e o controlo externos mais rigorosos (Keating & Frumkin, 2003). São uma das tipologias do Terceiro Setor português que tem mostrado maior capacidade de se afirmar, constituindo uma parcela significativa da atividade social na economia portuguesa (Carvalho & Blanco, 2007).

No que respeita aos métodos para recolha de dados, na primeira quinzena de Julho de 2013 procedemos à realização de pré-testes ao questionário. Estes testes foram realizados a cinco indivíduos (representantes de Fundações) que preenchiem os requisitos do pré-teste cognitivo, já que reuniam as características necessárias para pertencerem ao público-alvo.

Brace (2008) refere-nos que fazer um pré-teste ao questionário é um passo importante, e deve ser uma parte integral do processo, mesmo quando este inclui questões que já foram usadas previamente noutros estudos, como é o caso. O objetivo deste pré-teste passará por indicar melhorias de operacionalização para que o mesmo responda,

efetivamente, aos problemas colocados pelo investigador e para que possam ser revistos caso necessário. Testamos a fiabilidade das perguntas quanto ao significado pretendido, de acordo com o proposto por Brace (2008): quanto à sua compreensão; quanto à ambiguidade; quanto à correta adequação; instruções de preenchimento; resposta adequadas e alternativas de resposta.

Com base nos pré-testes foram efetuadas as seguintes alterações:

- Numa das questões do primeiro grupo, relativa à tipologia jurídica das Fundações.
- Na redação da questão de identificação da auditoria e certificação de contas quanto aos motivos de realização desse controlo.
- Na obrigatoriedade de respostas em cada grupo de questões para não haver respostas em branco.

O pré-teste foi aplicado pela seguinte ordem sequencial: ao diretor executivo do Centro Português de Fundações (Dr. Mário Curveira dos Santos), a três académicos da área financeira mas com responsabilidades nos órgãos de Fundações (um TOC, um ROC, e um doutorado/especialista no Terceiro Setor) e posteriormente a uma Fundação (Fundação Couto – respondido por um membro do órgão do conselho de administração). O resultado do pré-teste e as pequenas correções realizadas permitiram-nos assegurar a fiabilidade e a validade do questionário.

#### **4.3 Unidade de Análise e Seleção dos Dados**

A população do estudo compreende as Fundações Portuguesas em atividade no ano de aplicação do novo normativo para o Terceiro Setor, SNC -ESNL<sup>24</sup>, e para as quais estavam disponíveis dados sobre as características da gestão e da organização, num total de 279 organizações. Estas entidades foram contactadas por *e-mail* e telefone. O contacto realizado por telefone a todas as Fundações teve como objetivo, não só a confirmação da receção do *e-mail* com o questionário e o respetivo reenvio para os contactos pessoais dos responsáveis, mas também a explicação da pertinência deste estudo para o Terceiro Setor.

---

<sup>24</sup> Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – SNC-ESNL- Sistema de Normalização Contabilística - Entidades do Setor Não Lucrativo.

Confirmamos, assim, que os dados sobre o número de Fundações que existiam, inicialmente fornecido pelos censos, tinham nesta data mudado (Julho a Setembro de 2013). Conseguimos perceber que algumas Fundações tinham sido extintas pelo governo ou encontravam-se em processo de extinção, outras encerraram atividade e outras, ainda, entraram em processo de fusão com outras Fundações ou institutos.

A forma de recolha de informação foi um questionário (Apêndice 1), pois os vários conjuntos de questões vão permitir medir cada constructo ou variável latente. O desenho do questionário envolveu um trabalho exaustivo e detalhado para cumprir o objetivo do modelo de investigação proposto. Sendo um questionário estruturado, composto por um conjunto de respostas fechadas, o enviesamento é reduzido (Quivy & Campenhoudt, 1998).

#### Quadro 4 - População e Amostra do Estudo

População e Amostra	Nº
Total de Fundações identificadas para a construção da Base de Dados realizada a partir do Censo e do Centro Português de Fundações	364
Cancelamento do registo no ano 2013	3
Extintas ou em processo de extinção - Resolução do Conselho de Ministros	26
Falta de reconhecimento como Fundação - Resolução do Conselho de Ministros	10
Inativas no ano 2013	46
Fundações em atividade que foram contactadas via <i>e-mail</i> e telefone (Julho a Setembro de 2013)	279
Fundações que responderam integralmente aos inquéritos	142
Taxa de resposta	0,509



No Quadro 4 poderemos ver a decomposição da população e da amostra. A título de complemento é apresentado, no Apêndice 5, um quadro explicativo da listagem do total de Fundações identificadas a partir das conclusões do Relatório de Avaliação das Fundações (Secretaria de Estado da Administração Pública, SEAP 2012, nos termos da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro) e das Resoluções do Conselho de Ministros nº 79-A/2012 de 25 de Setembro e n.º 13-A/2013 de 08 de Março, e do número de Fundações que seriam possíveis ser objeto deste estudo já que o mesmo exigia condições de atividade no ano de aplicação do normativo para as entidades do setor não lucrativo.

O questionário foi administrado através de correio eletrónico e posteriormente contactados individualmente cada responsável da Fundação por telefone, tendo sido rececionadas 142 respostas completas do total das Fundações ativas em Portugal naquele período. A amostra obtida representa 50,9% do setor fundacional e foi conseguida a partir da lista do registo que o governo realizou com o Censos<sup>25</sup> e confirmada pelo Centro Português de Fundações.

São muitos os fatores que podem influenciar a tomada de decisão relativamente à dimensão da amostra. Não existe consenso de critério na literatura que indique qual a dimensão adequada apesar de várias propostas terem sido apresentadas. Hair *et al.* (2010) refere na sua obra a necessidade de existência de, pelo menos, 5 observações por cada parâmetro estimado, o que quer dizer que o presente trabalho de investigação deve incluir pelo menos 95 observações, já que as variáveis manifestas são 17 no modelo de divulgação inicial e mais 2 se considerarmos o modelo com a divulgação obrigatória. Assim, considerando o modelo global, com as variáveis manifestas juntas, teremos um modelo de 19 variáveis. Está assim garantida a representatividade no modelo de equações estruturais com 142 observações válidas.

A unidade de análise do estudo centrou-se nas Fundações em atividade e que realizaram a primeira prestação de contas em 2013, relativa ao exercício de 2012 com as novas regras do normativo para o Terceiro Setor (NCRF-ESNL). Os dados recolhidos no questionário visaram, entre outros objetivos, a identificação de indicadores voluntários que as Fundações divulgaram no seu relatório anual, para além, dos dados obrigatórios

---

<sup>25</sup> Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro e da Resoluções do Conselho de Ministros nº 79-A/2012 de 25 de Setembro e n.º 13-A/2013 de 08 de Março.

impostos pelo novo normativo em vigor, e que possam ser um contributo e complemento da informação obrigatória e uma melhoria do processo de *accountability* deste setor.

Dada a quantidade de itens do inquérito escolhemos uma estrutura de apresentação dos dados que sirva, por um lado, os objetivos propostos na tese, ao nível da informação obrigatória e da informação voluntária com a análise multivariada e por outro, com uma análise univariada, consiga complementar a análise dos dados para apresentarmos as conclusões forma clara.

O último estudo feito sobre o Terceiro Setor Português (Salamon *et al.*, 2012) indicou que as OSFL empregavam cerca de 185 000 trabalhadores em 2006. A magnitude do setor criou a necessidade de um quadro jurídico. Assim, em 2013, foi criada a Lei de Bases da Economia Social, permitindo a análise do crescimento do setor da economia social nos últimos anos. Como resultado, a economia social foi responsável, em 2010, por 231 834 empregos remunerados, um número que revela um crescimento positivo comparativamente com os dados oficiais preliminares anteriores<sup>26</sup>.

Os dados do INE da conta satélite para o ano de 2010 (conta satélite, 2013) caracterizam o setor como heterogéneo no que concerne ao tipo de atividades desenvolvidas, centrando-se a maioria das instituições nas atividades de cultura, desporto e lazer (48%), mas sendo, por outro lado, o setor social que mais emprego garante em termos gerais (48,6%). Foi ainda apontado nesse ano que este setor registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros tendo as Fundações, a par com as cooperativas e mutualidades, apresentado capacidade líquida de financiamento (18,6 milhões de euros). Bem como os rendimentos de propriedades das Fundações que constituíram o grupo com maior peso relativo no total de recurso da economia, seguido da produção e uma percentagem mais reduzida de transferências e subsídios no total da economia social. Em 2010, os recursos das Fundações atingiram 1.428,5 milhões de euros, provenientes sobretudo de rendimentos de propriedade (48,1%) e da produção (42,1%) e das transferências e subsídios (8,8%).

As áreas da cultura, desporto e recreio e a ação social, são as atividades responsáveis, cada uma, por cerca de 38 % do VAB. O ensino e investigação surgem em terceiro lugar, com 17,5% do VAB gerado pelas Fundações da Economia Social.

---

<sup>26</sup> O desenvolvimento deste tópico poderá ser encontrado na edição publicada da Conta Satélite da Economia Social (edição 2013).

Contudo, no que respeita às despesas, as Fundações aplicam a sua capacidade financeira na sua maior parte na ação social, 70,8% do total, ficando a cultura, desporto e recreio com 14,7% e o ensino e investigação com 10,0%. Esta análise denota que o setor tem um peso significativo na economia portuguesa, que desempenha um importante papel de utilidade pública tornando-se mais influente que outros setores mais tradicionais.

#### **4.4 Definição e Operacionalização dos Constructos**

Os modelos apresentados contemplam no seu total cinco constructos distintos, sendo que dois deles são comuns (Organização e Controlo Externo) aos dois modelos apresentados. O modelo inicial que trata a relação dos constructos com a Divulgação Voluntária tem como constructos a Organização; a Monitorização e Controlo; a Administração e a Divulgação Voluntária. O modelo global introduz no modelo inicial o constructo Divulgação Obrigatória como retrato do cumprimento obrigatório realizado.

Como as variáveis propostas são constructos, e não sendo diretamente observáveis, torna-se necessário a clarificação das suas dimensões e escalas. Para apresentarmos os modelos que servem de base a esta investigação foi realizada a revisão da literatura, focalizando a determinação das escalas e medidas também utilizadas pelos estudos já validados e consideradas as mais adequadas aos referidos constructos, por forma a construir o questionário que serviu de base ao estudo (Apêndice 1). Foi possível verificar, ao longo da revisão da literatura realizada, que existem inúmeros estudos, para além dos que tivemos por base na operacionalização dos modelos, que tratam as temáticas das relações entre variáveis, como as que apresentamos nesta investigação (Apêndice 3).

Desta forma, usamos medidas baseadas em escalas já desenvolvidas na literatura e fizemos também as adaptações ao nível da estrutura e do conteúdo para se aplicarem à tipologia de organizações sem fins lucrativos desta investigação: as Fundações portuguesas.

##### **4.4.1 Organização**

O constructo Organização representa as características organizacionais que as Fundações possuem e que podem ser diferenciadoras das outras organizações (Stone,

Hager, & Griffin, 2001; Iecovich, 2005). As características que são diferenciadoras prendem-se com os ativos que as Fundações detêm (Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Behn *et al.*, 2010), a atividade em projetos levados a cabo (Flaherty, 1992), o tipo de financiamento que recebem (Brown & Trout, 2007; Saxton *et al.*, 2012), ou, ainda, os membros remunerados e voluntários (Bradshaw *et al.*, 1992) que trabalham para a Fundação. Baseados nestes estudos operacionalizamos este constructo utilizando as questões que se apresentam no Quadro 4.

**Quadro 5 - Operacionalização do constructo Organização**

<b>Organização</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Questões</b>	<b>Escalas / Medidas</b>
Idade	Q1 – Qual o ano de constituição da Fundação	Depois de transformada a variável foi determinado o número de anos.
Tamanho	Q1 - O valor dos Ativos que a Fundação possuía em 31/12/2012 situa-se entre que valores: ]0 até 200.000€ ]200.000€- 1.000.000€ ]1.000.000€- 4.000.000€ ]4.000.000€- 40.000.000€ > 40.000.000€	(Escala com 5 itens definida com valores de referência do Censo Fundações)
Fundos Públicos	Q2 - O valor dos apoios financeiros que a Fundação recebeu do Estado e das demais pessoas coletivas públicas, no ano 2012 de forma direta ou indireta, situa-se no intervalo: ] 0€- 1.000€ ]1.000€100.000€ ]100.000€1.000.000€ ]1.000.000€10.000.000€ >10.000.000€	Escala com 5 itens definida com valores de referência do Censo Fundações
Membros trabalhadores (remunerados e voluntários)	Q3-Quantos colaboradores com vínculo laboral (contrato trabalho) possuía a Fundação em 31/12/2012.	Número de colaboradores remunerados e voluntários
	Q4 - Quantos colaboradores em regime de prestação de serviço a Fundação tinha à data 31/12/2012.	
	Q5 - Quantos voluntários participam, em média por ano, nas atividades da Fundação.	
Projetos realizados	Q6 - Quantos projetos/ações realiza a Fundação, em média, por ano.	Escala com 5 itens com o número de projetos feitos por ano – mínimo 0 e máximo 16 ou mais.

Fonte: Baseado em Flaherty (1992), Bradshaw *et al.*(1992), Stone *et al.* (2001), Ho & Shun Wong (2001), Gordon *et al.*(2002), Iecovich (2005), Brown & Trout (2007), Behn *et al.* (2010), Saxton *et al.* (2012).

#### 4.4.2 Monitorização e Controlo

As entidades que financiam as organizações através de apoios de diversa natureza têm legitimidade para exigir o controlo interno e externo da auditoria (Reheul, *et al.*, 2012). De acordo com Keating *et al.* (2005), as auditorias são um importante meio de responsabilização das organizações não lucrativas, perante os doadores, órgãos sociais e entidades financiadoras, para assegurar que os recursos que são gastos vão ao encontro das intenções do doador ou financiadores.

As organizações que recorrerem a técnicas de controlo e monitorização dos fundos recebidos apresentam melhor qualidade de informação e transparência, perante os fundadores, os doadores e a entidades governamentais (Pridgen & Wang, 2012). É também verificado por Calabrese (2011) que as demonstrações financeiras que passam pela auditoria enriquecem a prestação de contas das organizações aos olhos do público e aumentam os poderes reguladores de execução, no sentido de evitar que a fraude financeira ocorra neste setor. Por isso, a informação financeira auditada por razões de ordem obrigatória ou voluntária, bem como os relatórios sobre os fundos atribuídos auditados são frequentemente divulgados pelas instituições sociais (Vermeer *et al.*, 2006).

**Quadro 6 - Operacionalização do constructo Monitorização e Controlo**

Monitorização e Controlo	
Indicadores	Questões
Certificação	Q1 - A Fundação tem Certificação de Contas: S/N
	Q2 - A Certificação de Contas é realizada por: (1) Imposição Legal; (2) Opção dos membros órgãos sociais; (3) Imposição estatutária; (4) Outra razão. (validando para a constituição do indicador de certificação obrigatória apenas as respostas da opção 1 e 3 que representam obrigatoriedade)
Auditoria	Q3 - A Fundação realiza Auditorias Internas: S/N
	Q4 - A realização da Auditoria Interna é motivada: (1) Por razões de controlo interno; (2) Por ser um complemento à prestação de contas anual; (3) Pela certificação de processos; (4) Outra razão. (validando para a constituição do indicador de auditoria obrigatória apenas as respostas da opção 1 e 3 que representam obrigatoriedade)
Controlo Voluntário	Q2 - A Certificação de Contas é realizada por: (1) Imposição Legal; (2) Opção dos membros órgãos sociais; (3) Imposição estatutária; (4) Outra razão. (validando para a constituição do indicador de certificação voluntária apenas as respostas da opção 2 e 4 que representam uma escolha voluntária)

	Q4 - A realização da Auditoria Interna é motivada: (1) Por razões de controlo interno; (2) Por ser um complemento à prestação de contas anual; (3) Pela certificação de processos; (4) Outra razão. (validando para a constituição do indicador de auditoria voluntária apenas as respostas da opção 2, 3 e 4 que representam uma escolha voluntária)

Fonte: Baseado em Vermeer *et al.* (2006), Calabrese (2011), Pridgen & Wang (2012), Reheul *et al.* (2012), Keating *et al.* (2005).

Tendo por base a literatura, operacionalizamos o constructo através das questões que se apresentam no Quadro 5. Para medir cada um dos indicadores foi utilizada uma classificação dicotómica em que “sim” valia 1 e “não” valia 0.

#### 4.4.3 Administração

A estrutura do conselho de administração é definida na literatura por muitas variáveis como já referida nos capítulos anteriores. Deveremos contudo atender às especificidades de cada organização, já que a escolha das variáveis que mais contribuem para o constructo poderá não ser igual em todas as tipologias dada a diversidade de composição de estruturas de conselhos que este setor tem. Em particular as Fundações têm especificidades nos seus conselhos de administração diferenciadoras (Andrés-Alonso *et al.*, 2009) das outras tipologias jurídicas que compõe o Terceiro Setor e que podem fazer mais sentido serem consideradas. Os modelos de explicação da estrutura, anteriormente apontados na literatura, definem como importante a percentagem de membros internos ou externos que estas possuem (Callen *et al.*, 2003). A especificação do constructo não inclui diretamente a variável tamanho do conselho de administração. Contudo indiretamente, pela percentagem de membros internos e remunerados, essa grandeza é tida em conta.

Com o objetivo de avaliar o contributo no conselho de administração do número de internos usamos os contributos dos modelos propostos pela literatura para o setor não lucrativo (Cornforth & Simpson, 2002; Prybil, 2006; Saxton *et al.*, 2012). O número de membros com remuneração no conselho de administração, foi definido na percentagem do tamanho do CA., já que a possibilidade de remuneração é uma particularidade das

Fundações<sup>27</sup>. Por fim, a influência da remuneração do CEO enquanto responsável que assume a liderança das operações diárias para o cumprimento da missão, definida pela existência ou não de remuneração do CEO (Barragato, 2002; Eng & Mak, 2003; Cardinaels, 2009, Brickley *et al.*, 2010, Ackerman *et al.*, 2012).

Desta forma operacionalizamos o constructo através das questões que se apresentam no quadro 6.

#### Quadro 7 - Operacionalização do constructo Administração

Administração	
Indicadores	Questões
<b>Internos</b>	Q1 - Número de membros internos do CA que trabalham apenas e exclusivamente para a Fundação. (Valores apresentados em % do CA que são internos)
<b>RemunCA</b>	Q2 - Número de membros do CA que possuem remuneração da Fundação (Valores apresentados em % do CA que têm remuneração)
<b>RemunCEO</b>	Q3 - O Administrador Executivo tem remuneração mensal na Fundação? Sim/Não (classificação dicotômica em que sim valia 1 e não valia 0.
<b>Não Executivos</b>	Q4 - Número de membros não executivos do CA (Valores apresentados em % do CA que são não executivos)

Fonte : Baseado em Barragato (2002), Cornforth & Simpson (2002), Callen *et al.* (2003), Eng & Mak (2003), Prybil (2006), Andrés-Alonso *et al.* (2009) Cardinaels (2009), Brickley *et al.* (2010), Ackerman *et al.* (2012) Saxton *et al.* (2012).

#### 4.4.4 Divulgação Voluntária

A divulgação voluntária no setor não lucrativo, e em particular neste estudo, das Fundações foi debatido no ponto 2.3 Prestação de Contas e Informação Divulgada. Na construção de índices de divulgação voluntária, a revisão da bibliografia apresenta alguns estudos que servem de base (Ho & Shun Wong, 2001; Eng & Mak, 2003; Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Chau & Gray, 2010; Cheung, Jiang, & Tan, 2010; Alves, Rodrigues & Canadas, 2012) a alguns índices que foram construídos a partir da informação dos relatórios de gestão e outros a partir da divulgação realizada nas páginas

<sup>27</sup> Apenas não poderão receber qualquer tipo de retribuição ou compensação por esses serviços os titulares de cargos públicos, designados para acumular uma posição num conselho de administração de uma Fundação criada ou patrocinada pela mesma entidade pública.

da internet. Assim, os estudos levados a cabo na área da divulgação voluntária para as entidades do setor não lucrativo (Parsons, 2007; Atan *et al.*, 2012; Saxton *et al.*, 2012; Tremblay-Boire & Prakash, 2015) elaboram os seus índices tendo em conta a informação relatada anualmente ou na informação que divulgam na página.

O índice de divulgação voluntária que utilizamos como referência foi baseado no *Statement of Recommended Practice* (SORP, 2005), em vigor no Reino Unido, para a contabilidade do setor não lucrativo (Charity Commission, 2005). O constructo Divulgação Voluntária teve por base a utilização desse conjunto de indicadores que fazem parte dos indicadores de divulgação do SORP (2005) e a sua verificação de divulgação, como informação separada, no relato anual que realizam. O SORP (2005) é constituído por sete índices parciais, considerando-se um total de 31 indicadores para a contabilidade do setor não lucrativo classificados como segue:

**Índice 1** - Informações sobre a Administração; **Índice 2** - Estrutura e Governo; **Índice 3** - Objetivos e Atividades; **Índice 4** - Alcance e Desempenho; **Índice 5** - Análise Financeira; **Índice 6** - Os planos futuros, **Índice 7** - Fundos detidos por conta de outrem. Na generalidade das *charities* o SORP é indicado como prática de divulgação voluntária, contudo funciona para um número reduzido de organizações, as de maior dimensão, como uma prática imperativa. Consideramo-lo, assim, como uma ferramenta importante de complemento da divulgação das Fundações Portuguesas.

Para cada indicador era pedido que indicasse se a Fundação divulgava ou não os diversos itens voluntariamente no Relatórios de Gestão e Contas (variável dicotómica divulga -1 não divulga - 0).

Para cada Fundação a divulgação realizada foi calculada de acordo com a percentagem de pontuação na divulgação individual em categorias para a pontuação máxima possível nessas sete categorias, agregando o resultado para obtenção do índice total. Seguindo o indicado em Atan *et al.* (2012), a divulgação de cada índice foi calculado da seguinte forma:

$$DV_j = \sum_{i=1}^{n_j} Item\ i$$



O total do DV<sub>j</sub> representa o total de pontuação para cada item de cada Fundação sendo que *j* representa a categoria de índices e *i* os indicadores. O índice é não ponderado. A utilização de um índice não ponderado teve como premissa que cada item divulgado pela Fundação tem igual valor e importância para os *stakeholders* enquanto destinatários da informação, não sendo por isso necessário dirigir a informação a grupos específicos (Alves, *et al.* 2012).

Neste enquadramento, operacionalizamos o constructo através de uma questão para a indicação da divulgação dos itens que se apresentam no quadro 8.

#### Quadro 8 - Operacionalização do Constructo Divulgação Voluntária

Divulgação Voluntária	
Categorias	Questão (indicadores)
Índice 1  Detalhes da Administração	Identificação dos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração; C. de Curadores; C. de Mecenass, etc.).
	Detalhes profissionais sobre os gestores e a administração (qualificações, experiências profissionais e área de especialização)
	Identificação do Diretor Executivo e Gestores Executivos que gerem a Fundação
Índice 2  Estrutura e Governo	Métodos ou procedimentos para convite à entrada de novos mecenass ou curadores
	Estrutura organizacional com enfoque nos responsáveis de departamentos/serviços e nas instituições ligadas (subsidiárias ou relacionadas)
	Número de trabalhadores efetivos, número de colaboradores independentes e voluntários
	Explicação sobre os riscos internos e externos a que a Fundação está exposta
Índice 3  Objetivos e Atividades	Missão e Visão (declaração de objetivos estatutários)
	Objetivos das atividades anuais e estratégia a seguir pela Fundação
	Detalhes de como as atividades contribuíram para o alcance dos objetivos
	Explicação das mudanças ou das diferenças na sociedade (benefícios públicos) alcançadas através das atividades realizadas
	Indicação das atividades que forem financiadas por doações ou subsídios
	Política de doações, subsídios e legados
	Identificação/nome dos subsídios, doações e legados
	Contribuição dos voluntários para as atividades (se possível com valores monetários e horas)
Índice 4  Realizações e Desempenho	Os resultados alcançados com as atividades principais (informação qualitativa e quantitativa)
	Comparação desses resultados com os objetivos propostos e com o orçamento anual
	Beneficiários das atividades
	Detalhes sobre o desempenho alcançado em relação aos objetivos estabelecidos de angariação de fundos ( <i>fundraising</i> )
	Resultados alcançados com as atividades secundárias
	Custos, constrangimentos e estratégias necessários para a angariação de fundos
	Explicação da aplicação do investimento e desempenho alcançado em relação aos objetivos iniciais
	Relatórios individuais de cada doação ou subsídio (descrição e condicionantes para a sua realização).
	Fatores, internos ou externos, relevantes para o alcance dos objetivos (e.g., relacionamento com os empregados, financiadores e posição da instituição na comunidade)

Índice 5 Análise Financeira	Política de reservas (informação sobre o nível de reservas realizadas e a razão da sua constituição)
	Indicação de soluções para as atividades que apresentam um <i>déficit</i> de financiamento
	Principais fontes de financiamento e descrição das despesas realizadas para alcance das atividades filantrópicas
	Indicar as políticas de investimento seguidas e os seus desempenhos (e.g., rendimentos de investimentos)
Índice 6 Planos Futuros	Explicar os principais objetivos futuros e as metas a levar a cabo para os alcançar.
Índice 7 Fundos	Descrição dos fundos detidos em nome de terceiros
	Descrição das atividades realizadas com utilização desses fundos

Fonte: Baseado nos indicadores do SORP, Charity Commission (2005)

Este quadro de indicadores foi ainda utilizado para uma Análise de Componentes Principais para a elaboração de uma listagem de indicadores de boas práticas, que poderiam ser um complemento da prestação de contas das Fundações, e que trataremos num capítulo mais à frente. Para esse estudo e validação das componentes, pedimos no questionário (Apêndice 1) que fosse atribuída a opinião num grau de importância em divulgar cada um dos indicadores aos *stakeholders* nos Relatórios de Gestão e Contas, tendo sido utilizada uma escala de *Likert*, com cinco níveis, onde 1 significava “ Nada Importante” e 5 “ Muito Importante”.

#### 4.4.5 Divulgação Obrigatória

Para o constructo Divulgação Obrigatória tivemos em consideração os itens do normativo contabilístico do Terceiro Setor que são perentórios e necessários na prestação de contas, e cuja justificação teórica já foi referida anteriormente no ponto 2.3 Prestação de Contas e Informação Divulgada.

A revisão da bibliografia indica diversos estudos sobre a construção de índices de divulgação, tendo por base normativos em vigor (Akhtaruddin, 2005; Tsalavoutas, Evans, & Smith, 2010; Ahmed *et al.*, 2013) e o grau de comprimento dos normativos por parte das entidades que os aplicam (Yeoh, 2005; Hasan, *et al.*, 2008; Tsalavoutas, 2011). Os estudos sobre divulgação obrigatória ou cumprimento de normativos no setor não lucrativo são, ainda, incipientes e recentes (Verbruggen *et al.*, 2011; Cordery, 2013; Morgan & Fletcher, 2013). Este índice, tal como o da divulgação voluntária, é também um índice não ponderado atendendo à validade, indicada por Tsalavoutas *et al.* (2010),

da atribuição do mesmo peso para os itens que constituem o índice a divulgar, e pelo facto de ser a aproximação mais usada para se verificar o grau de cumprimento.

Tomando por base o estudo de Verbruggen *et al.* (2011), onde os autores definem uma lista de indicadores não ponderados de divulgação obrigatória, através da informação que retiram do normativo em vigor, definimos dois indicadores de informação para verificação do cumprimento de divulgação de informação obrigatória. Um primeiro indicador - Normativo ESNL – que contém 20 itens obrigatórios de divulgação relacionados com as políticas contabilísticas, as demonstrações financeiras e referências a dados históricos e da atividade das organizações. Um segundo indicador – Relatório e Contas - R&C e Plano de Atividades - PA - constituído por 4 itens de divulgação dos documentos basilares da prestação de contas aos *stakeholders*, concretamente o R&C e o PA que é imposto como divulgações obrigatórias e pela Lei-Quadro das Fundações. Para medir cada um dos itens relativos às questões do Normativo ESNL, R&C e Plano de Atividades foi utilizada uma variável dicotómica em que 1 significa divulga e 0 não divulga.

Foi usado o índice não ponderado, tal como indicado por Alves, *et al.* (2012) e consistente com o constructo anterior. Assim, do mesmo modo que o constructo de Divulgação Voluntária, para cada Fundação o cumprimento obrigatório foi calculado de acordo com a percentagem de pontuação na divulgação individual em categorias para a pontuação máxima possível nestas duas categorias, agregando o resultado para obtenção do índice total seguindo, assim, o indicado por Atan *et al.* (2012). Os itens que operacionalizaram o constructo são de seguida apresentados.

#### Quadro 9 - Operacionalização do Constructo Divulgação Obrigatória

Administração	
Indicadores	Questões
Normativo ESNL	Principais Políticas Contabilísticas
	Características qualitativas e Bases da informação financeira
	Outras políticas contabilísticas
	Pressupostos relativos ao futuro
	Principais fontes de incerteza das estimativas
	Notas explicativas com referências cruzadas com as rubricas das DF
	A natureza dos erros materiais e os seus impactos nas DF
	Informação complementar constante da NCRF
	Informação desagregada dos itens apresentados nas DF
	Informação não reconhecida nas Demonstrações Financeiras
	Divulgação Correta das Demonstrações Financeiras obrigatórias

	(Balanço; Demonstração de Resultados; D. Fluxo de Caixa; Anexo)
	Ativos Corrente e Não Correntes
	Detalhes relacionados com os Ativos (c/restrições permanentes, temporárias e sem restrições)
	Informação sobre os órgãos sociais (número, composição e remunerações)
	Informação sobre os beneficiários (número e características)
	Informação sobre os voluntários (número e características)
	Informação sobre os colaboradores (número e características)
	Benefícios obtido de terceiros mas sem valor monetário atribuído
	Valor das Doações
	Informação sobre os Beneméritos
<b>Relatório &amp; Contas e Plano de Atividades</b>	R&C entregue ou apresentado aos principais <i>stakeholders</i> (doadores/mecenas; colaboradores)
	Publicitação do R&C na página de web da Fundação e /ou em jornais locais ou nacionais
	O Plano de Atividades é elaborado com a participação dos <i>stakeholders</i> mais importantes (colaboradores, doadores, destinatários)
	O Plano de Atividades é divulgado externamente na página web ou noutro meio de comunicação

Fonte: Baseado no Normativo das ESNL, na Lei-Quadro das Fundações, e em Verbruggen *et al.* (2011).

## Análise dos dados

A análise dos dados irá permitir corroborar ou refutar as relações entre os constructos, explicitadas nos modelos de análise. Os modelos de equações estruturais – MEE, vão comportar as diversas relações entre os 5 constructos, apresentadas nos dois modelos de análise, que originam que algumas sejam somente variáveis dependentes, outras somente variáveis independentes e outras sejam simultaneamente variáveis dependentes e independentes. O constructo Divulgação Voluntária assume-se como uma variável exclusivamente dependente (hipóteses H2, H4 e H6), o constructo Organização apresenta-se como variável exclusivamente independentes (hipóteses H1, H3). As restantes 3 variáveis latentes que assumem as duas categorizações de dependentes e independentes. Assumem uma posição dependente a Divulgação Obrigatória (H5), a Monitorização e Controlo (H1) e a Administração (H3) e por outro lado assumem também uma categorização de independentes, a Divulgação Obrigatória (H6), a Monitorização e Controlo (H2) e a Administração (H4). Assim, em consonância com Marôco, (2010), estabelecemos um modelo teórico prévio e, só posteriormente, perante os dados é que podemos confirmar ou não esse modelo teórico.

A Análise de Componentes Principais - ACP irá permitir definir os fatores que poderão servir de base para a elaboração do índice de itens que representam boas práticas de divulgação testados a partir de um índice de referência já existente no Terceiro Setor e seguido internacionalmente.

#### **4.5 Conclusão**

Neste capítulo procuramos clarificar as opções metodológicas da tese, de modo a que seja possível avaliar a sua adequação e os resultados produzidos. Os objetivos e as hipóteses de investigação, deduzidas da revisão de literatura, orientaram grande parte das opções metodológicas descritas neste capítulo. Salientamos, assim, a escolha da pesquisa por questionário como técnica de recolha dos dados e a definição criteriosa da população do estudo empírico. Por fim, os MEE e a ACP como análises multivariadas que permitirá corroborar ou refutar as hipóteses de investigação formuladas e a construção do índice de boas práticas de divulgação.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

---





## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Introdução**

Na análise univariada pretende-se explorar cada questão de modo isolado, analisando medidas de análise descritiva para as variáveis importantes tratadas no questionário. Na análise bivariada iremos analisar as correlações existentes entre as variáveis da amostra que se revelam importantes nesta investigação. A análise multivariada será tratada com os Modelos de Equações Estruturais e na Análise de Componentes Principais que apresentaremos nas secções seguintes.

### **5.2 Análise Descritiva da Amostra**

Pretendemos, nesta fase, efetuar uma análise descritiva dos dados recolhidos já que após a introdução dos dados e verificação dos erros deverá haver o cuidado de realizar uma análise exploratória dos mesmos (Saunders *et al.*, 2003). Iremos examinar as variáveis individuais, os seus componentes, verificar as variáveis que descrevem as características principais das instituições da amostra, explorar as questões que compõem cada um dos constructos do modelo de análise, recorrendo a análises univariadas e bivariadas. Na fase pós questionário e validação das respostas, a amostra ficou constituída por 142 Fundações, o que representa uma taxa de respostas de 50,9% (142 Fundações das 279 ativas em 2013). Os quadros seguintes caracterizam a nossa amostra nas variáveis relevantes para o estudo do setor fundacional.

#### **5.2.1 Atividade das Fundações**

No que concerne ao número de anos de atividade das entidades em análise, a amostra apresenta uma ampla diversidade: existem Fundações com poucos anos de atividade (1 ou 2 anos) e outras com muitos anos de experiência, dos primeiros anos em que apareceram as Fundações (105 anos). A média de anos nas 142 Fundações é de 24,46 anos de atividade, sendo que a mais antiga foi constituída em 1908 e a mais recente em

2012, o que nos coloca numa análise de localização do primeiro percentil de anos até 1982 onde apenas cerca de 36 Fundações estavam criadas, situando-se o segundo percentil no ano de 1994 e o terceiro percentil no ano 2004, sendo que o ano em que mais Fundações se constituíram, das que representam a nossa amostra, foi o ano de 2009. Estes dados corroboram a análise temporal de atividades dada pela Secretaria de Estado da Administração Pública no relatório final elaborado para avaliação do setor fundacional (SEAP, 2013). Quanto à forma jurídica das Fundações, 98% são de direito privado das quais 76% são totalmente privadas. Análise similar é garantida no relatório final do censo às Fundações (SEAP, 2013), que nos apresenta uma proporção de 95% de direito privado sendo totalmente privadas 70,3%.

No que respeita às áreas de atuação, as Fundações apresentam, para a prossecução de um fim de interesse social várias áreas de atuação, também definido na Lei-Quadro das Fundações no n.º 2 do Art.º 3º como fins de interesse social, que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador. Esse benefício à sociedade é validado pelos estatutos especiais que as Fundações possuem e que representam no seu conjunto 89,4% das Fundações (Quadro 9).

#### **Quadro 9 - Estatutos Especiais**

<b>Estatutos Especiais</b>	
<i>Apenas de Utilidade Pública</i>	38.0%
<i>IPSS</i>	47.9%
<i>ONG</i>	3.5%
<i>Nenhum estatuto</i>	10.6%

#### **Quadro 10 - Áreas de Atividade**

<b>Áreas de Atividade Principal (em primeira prioridade)</b>	
<i>Social</i>	45.8%
<i>Cultural</i>	21.8%
<i>Educação</i>	19.0%
<i>Saúde e bem-estar</i>	7.8%
<i>Ciência, tecnologia e investigação</i>	4.2%
<i>Ambiente, desenvolvimento e habitação</i>	0.7%
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	0.7%
<i>Culto e congregação</i>	0.0%

Quase metade da amostra tem a sua área intervenção principal na área social (45,8%), o que não é de estranhar considerando o estatuto de IPSS<sup>28</sup> que disseram possuir e que apresentamos no Quadro 9. A segunda área de atividade principal é de âmbito cultural (21,8%) seguida da área de educação (19%).

Os últimos dados oficiais<sup>29</sup> da CSES (2013) apontam para que, no ano 2010, cerca de metade das Fundações tinham como finalidade a ação social (59,2%), a cultura, desporto e recreio (19,4%), representando estes dois grupos as áreas de maior atuação. Com uma percentagem mais reduzida as Fundações de ensino e investigação (11,4%) e as atividades na área da saúde e do bem-estar (3,9%) ocupavam os lugares seguintes ficando com uma representação residual e desenvolvimento, habitação e ambiente (0,9%). A pequena divergência na similaridade de dados em algumas áreas apresentadas na amostra comparativamente com os dados da CSES justificam-se, em primeiro lugar, pela diferença no ano em estudo já que entre 2010 (dados de referência da CSES) e o ano 2013 de resposta do questionário desta investigação, nesse período houve algumas alterações no número de Fundações que procederam ao cancelamento do seu registo nessa fase. O segundo argumento prende-se com o facto de que as áreas de atividade de atuação das Fundações não se situam apenas numa área, como podemos aferir pelo Quadro 11, e os dados do Quadro 9 foram apresentados com a área de atividade principal. Contudo, no que respeita às grandezas de áreas agrupadas temos a garantia da similaridade com a população já que a ordem de atuação é, do mesmo modo, sequencialmente apresentadas em atuação social, cultural e educacional.

Perante a questão apresentada de indicação de todas as áreas de atividade por prioridade, a maioria (82%) indicou como primeira prioridade a área social, tendo naturalmente escolhido outras áreas como secundárias (num máximo de 5), sendo a segunda prioridade a área educacional (73%) e a terceira, com um valor de confortável (52%), a área cultural.

---

<sup>28</sup> Instituição Particular de Solidariedade Social

<sup>29</sup> INE 2013 – Conta satélite da economia social no ano 2010

#### Quadro 10 - Áreas de Atividade identificadas

<i>Área de atividade selecionadas</i>	<i>Total</i>
<i>Social</i>	117
<i>Educação</i>	104
<i>Cultural</i>	74
<i>Saúde e bem-estar</i>	51
<i>Ciência, tecnologia e investigação</i>	48
<i>Ambiente, desenvolvimento e habitação</i>	31
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	28
<i>Culto e congregação</i>	6

As Fundações não têm centrado em si apenas uma área de atividade e a maioria (82.4%) assume desenvolver a sua missão em mais do que uma área de atividade, restando um número muito pequeno de Fundações (17.6%) que centra as suas atividades e o cumprimento dos seus objetivos em apenas uma.

As atividades são desenvolvidas em diferentes áreas de atuação que abrangem parte ou o todo da comunidade. As Fundações de atuação nacional e/ou internacional são as mais representativas.

#### Quadro 11 - Áreas de Atuação

<i>Atuação</i>	
<i>Local</i>	26.1%
<i>Regional</i>	23.2%
<i>Nacional e/ou Internacional</i>	50.7%

#### 5.2.2 Património e Financiamento das Fundações

Quanto à detenção de Ativos que as Fundações possuem os ativos classificados na seguinte escala. Esta escala de ativos foi usada para a classificação das Fundações quanto à sua dimensão, conforme indicado na literatura. Nesta lógica a dimensão das Fundações é dada pelo valor de ativos que estas possuem, sendo esta variável também tomada como referência para a dimensão das Fundações nos modelos empíricos deste estudo verificamos que segue uma distribuição normal (Quadro 16).

#### Quadro 12 - Valores dos Ativos

Ativos	
] 0€- 1.000€]	9,2%
]1.000€-100.000€]	19,7%
]100.000€-1.000.000€]	31,0%
]1.000.000€-10.000.000€]	31,0%
>10.000.000€	9,2%

Quanto à situação de financiamento, as Fundações apresentam a seguinte situação:

#### Quadro 13 - Valores dos Apoios do Estado

Apoios do Estado	
] 0€- 1.000€]	33,1%
]1.000€-100.000€]	17,6%
]100.000€-1.000.000€]	27,5%
]1.000.000€-10.000.000€]	19,7%
>10.000.000€	2,0%

As fontes de financiamento das Fundações vêm essencialmente de Subsídios Públicos, cerca de 76,0% das Fundações recebe subsídios do Estado. Em média esses subsídios pesam no orçamento total 39,8%, o que é coincidente com o estudo para o terceiro setor português (Salamon *et al.*, 2012) que apontava a dependência de subsídios de 40%. Logo de seguida aparecem os apoios a título particular como sejam as doações, patrocínios, etc., havendo um número muito considerável de Fundações (69,7%) a dizer receber (em média estes apoios que representam 31,4% do total de todas as tipologias de financiamento recebidas).

#### Quadro 14 - Distribuição das Fontes de Financiamento

<i>Fontes de Financiamento</i>	<i>Origem</i>	<i>Média dos Financiamentos</i>
<i>Apoios de Entidades Privadas (doações, patrocínios)</i>	69,7%	31,4%
<i>Subsídios de Entidades Públicas (nac. ou internac.)</i>	76,0%	39,8%
<i>Dotações Patrimoniais de Entidades Privadas</i>	38,0%	26,2%
<i>Dotações Patrimoniais de Entidades Públicas</i>	28,2%	6,4%
<i>Venda de produtos e/ou Prestação de Serviços</i>	77,5%	46,5%

Os valores que as Fundações gastam com a captação de apoios financeiros são muito reduzidos, sendo que 56% delas admite que não tem qualquer tipo de despesas de *Fundraising*.

### 5.2.3 Governance das Fundações

A caracterização da constituição dos membros do *Governance* é importante quer para o estudo em si e para o modelo de investigação construído, quer para perceber melhor o enquadramento de gestão de quem toma as decisões nas Fundações.

#### Quadro 15 - Estatísticas Descritivas do Conselho de Administração

	N	%	Min	Max	$\mu$	$\sigma$
Membros do Cons. Administração	142	100 %	3	11	4,77	1,901
Membros Externos	119	83,8%	1	11	4,08	2,257
Membros com Exclusividade	53	37,3%	1	6	1,83	1,205
Membros Executivos	92	64,8%	1	9	2,41	1,717
Membros Direção out. Institui.	83	58,5%	1	11	3,10	2,179
Membros com Cargos Públicos	65	45,8%	1	9	2,52	1,778
Membros com Cargos Políticos	50	35,5%	1	7	1,84	1,184
Membros com Parentesco	29	20,4%	1	5	2,45	1,213
Membros com Remuneração	40	28,2%	1	9	2,28	1,724
Membros Femininos	75	52,8%	1	5	1,77	0,924

A estatística descritiva demonstrou que as Fundações portuguesas têm uma administração que apresenta entre 3 a 11 membros (média 4,77).

É caracterizada por um grande número de Fundações que possuem maioritariamente membros externos (83,8%) nos Conselhos de Administração e maioritariamente acumulam funções de direção noutras instituições (58,5%). Uma percentagem considerável de Fundações têm no seu Conselho de Administração membros com reconhecida notoriedade em cargos públicos (45,8%) ou cargos políticos (35,5%) desempenhados mas é uma menor percentagem de Fundações que tem membros remunerados (28,2%). O grau de parentesco entre os membros não é assumido como predominante nas Fundações e mais de metade possui nos órgãos membros femininos (52,8%).

Fazendo o cruzamento de variáveis e análise individual à composição do CA, a pesquisa mostra que as Fundações maiores têm conselhos de administração maiores, ideia essa defendida por Bradshaw *et al.* (1992). O presente estudo mostra que 54,9% das Fundações têm mais de 5 membros no conselho de administração.

No que concerne à formação académica as Fundações têm, em geral, membros qualificados nos órgãos de gestão (Anexo IV). Quanto às áreas de formação académica dos membros do CA mais predominantes são as áreas das Ciências Empresariais, as das Engenharias e do Direito (Anexo IV).

Com esta análise foi possível constatar que a amostra replica de uma forma muito próxima a população do estudo, sendo, deste modo, considerada representativa. Baseados em Hill & Hill (2008) e considerando a semelhança da amostra com a população, em relação às características relevantes para o estudo, concluímos pelos indicadores apresentados que a amostra é representativa.

#### **5.2.4 Estatística Descritiva dos Constructos dos Modelos de Divulgação**

Nesta secção, é tratada a especificação do modelo que inclui as variáveis que caracterizam os constructos, variável dependente e as variáveis independentes. Tendo em conta a operacionalização dos constructos que foi tratada no capítulo 4 da metodologia, nas secções 4.4.1 a 4.4.5, iremos nesta secção tratar a sua análise univariada e multivariada das variáveis indicadoras dos constructos (Quadro 16). As validades estatísticas, as médias, os desvios padrão para a validação dos constructos utilizados no estudo são apresentados neste quadro e analisados.

Tomando em consideração a análise de estatística descritiva da amostra na secção anterior (secção 5.2) e cruzando esses dados com os do Quadro 16 podemos dizer, quanto ao constructo Organização, operacionalizado pelos 5 indicadores, que do indicador tamanho, cerca de 60% têm até 1.000.000€ de valor de ativos, sendo a sua média de 3,11 correspondendo ao intervalo ]100.000€ - 1.000.000€]; relativamente ao financiamento público, a média dos fundos públicos (2,4) dá-nos a interpretação que em média as Fundações recebem anualmente do Estado fundos, situando-se no intervalo ]100.000€ - 1.000.000€]; relativamente ao número de pessoas representado pela variável membros trabalhadores, inclui os trabalhadores e prestadores de serviços remunerados e os

voluntários não pagos ligados a todos os projetos, e tem uma média de 90,63; o número de projetos das Fundações estão definidos numa escala de intervalo (1 a 5) e tem um valor médio de 2,94 merecendo a interpretação que, em média, as Fundações realizam entre 5 a 8 projetos por ano. Por fim, a idade média que as Fundações têm situa-se nos 24,5 anos, sendo que existem no caso em estudo Fundações criadas antes de 2012 e outras com mais de cem anos.

Nos indicadores do constructo Administração, os indicadores de percentagem de membros remunerados no CA (15%) apresentam valores médios baixos, o que se compararmos com a percentagem média de CEO remunerados (33%), vemos que nas Fundações existe um número muito reduzido de gestores (do CA e com funções de CEO) são remunerados. Conclui-se que, mesmo onde é permitido a remuneração de membros, só as maiores Fundações têm CA maiores e um maior número de gestores remunerados. Confirmamos esse facto também pelo valor que podemos aferir de uma elevada dispersão ( $\mu/\sigma$ ) nesses indicadores, valor do coeficiente de dispersão superior a 30% (Pestana & Gagueiro, 2003), indicando existirem Fundações que se distanciam deste valor central, positiva ou negativamente. A percentagem média de membros do CA internos (16%) que têm funções não executivas (66%) corrobora a evidência de um corpo sólido de gestores, onde o voluntariado na gestão é o fator principal.

No que respeita à Monitorização e Controlo apenas cerca de 37% das Fundações realiza processos de auditoria, como imperativo legal, mas vemos que um número reduzido aponta para a realização de práticas voluntárias de controlo (23%) como complemento.

Em relação aos indicadores de Divulgação Voluntária verificou-se que as Fundações portuguesas declaram que no seu relatório anual dão mais relevância à divulgação dos indicadores do índice 6 - Planos para o futuro (56,3%), índice 3 - Objetivos e Atividades (56,2%) e índice 1 - Detalhes da Administração (53,7%), enquanto os índices menos relevantes são o índice 4 - Realizações e desempenho (38,5%) e o índice 7 - Fundos detidos por conta de outrem (21,8 %). Se pensarmos no índice médio de divulgação de todos os indicadores apresentados nos 7 sub-índices poderemos aferir que este se situa nos 44%. Em termos individuais, os indicadores mais divulgados nos relatórios são os relacionados com a missão e visão da Fundação, o número de funcionários e voluntários, os objetivos das atividades anuais, o nome dos



administradores e dos membros conselheiros, e os resultados alcançados através das principais atividades (informação qualitativa e quantitativa).

Os indicadores da Divulgação Obrigatória apontam para que a média de divulgação dos itens do Normativo das ESNL seja de quase cinquenta por cento. Os valores médios de divulgação dos itens que dizem respeito às demonstrações financeiras são os mais altos (59%), seguindo-se os que dizem respeito a conteúdos de índole financeiro na média de (49%) e depois os mais ligados a informações não financeiras (48%) (Anexo I). Poderemos justificar que estes baixos indicadores de cumprimento por um lado, pelo facto das Fundações não terem feito a transição para o normativo do Terceiro Setor todas no ano em que o mesmo passou a ser obrigatório; e por outro lado, por terem seguido outros normativos distintos nos anos anteriores à da publicação do novo normativo da ESNL. Apenas 82% fez a passagem para o novo normativo com a tempestividade exigida. Aos restantes aplicavam, ainda à data, o normativo antigo (6.3%), as IFRS (3.5%), o regime de caixa (2.8%), ou outros planos setoriais (2.1%), como poderemos comprovar nos outputs apresentados no anexo III. Dos mesmos outputs poderemos ver que nos anos anteriores à obrigatoriedade do normativo ESNL, os normativos empresariais eram utilizados por 59.1%, tendo os outros normativos aplicados a seguinte distribuição: PCIPSS (33.1%); IFRS (1.4%); POCAM (1.4%); Planos Setoriais - saúde, educação ou autarquias locais (1.4%) POCFAAC (0.7%).

A divulgação dos relatórios e contas aos *stakeholders* (na *web*, nos jornais, aos membros e órgãos sociais) superou em termos médios a divulgação do plano de atividades, nos mesmos canais conforme output no Anexo II.

**Quadro 16 - Estatística Descritiva dos Constructos**

Constructos (Variáveis Latentes)	Variáveis Observáveis (Variáveis Manifestas)	Descritivos	Medidas	Min.	Max.	Média $\mu$	Desvio Padrão $\sigma$	Assimetria (Sk)	Curtose (Ku)
<b>Organização</b>	Tamanho	Total de ativos - intervalo de 0 a 40.000.000 €	escala 1 a 5	1	5	3.11	1.11	-0.23	-0.67
	Fundos Públicos	Fundos Públicos recebidos – intervalo de 0 a 10.000.000 € ou mais	escala 1 a 5	1	5	2.40	1.20	0.19	-1.24
	Membros Trabalhadores	Número de trabalhadores e prestadores de serviços pagos e voluntários não pagos.	Número	0	1022	90.63	146.80	3.21	13.22
	Projetos	Número de projetos feitos por ano - intervalo de 0 a 16 ou mais	escala 1 a 5	1	5	2.94	1.73	0.12	-1.74
	Idade	Número de anos desde a constituição da Fundação	Número	1	105	24.46	20.50	1.59	2.98
<b>Administração</b>	Internos CA	Proporção de membros internos no Conselho de Administração (CA)	0 a 100%	0	1	0.16	0.27	2.02	2.93
	Remuneração CA	Proporção de membros remunerados no CA	0 a 100%	0	1	0.15	0.30	1.69	2.09
	Remuneração CEO	Se CEO tem remuneração	Sim/Não	0	1	0.33	0.47	0.73	-1.49
	Não Executivos CA	Proporção de membros não executivos no CA	0 a 100%	0	1	0.66	0.36	-0.80	-0.73
<b>Divulgação Voluntária</b>	Índice 1	3 indicadores de detalhes sobre a administração	*	0	1	0.54	0.31	-0.18	-0.84
	Índice 2	4 indicadores de estrutura e governo		0	1	0.44	0.26	0.16	-0.09
	Índice 3	8 indicadores de objetivos e atividades		0	1	0.56	0.26	-0.12	-0.73
	Índice 4	9 indicadores de alcance e desempenho		0	1	0.38	0.27	0.42	-0.49
	Índice 5	4 indicadores de análise financeira		0	1	0.40	0.35	0.31	-1.22
	Índice 6	1 Indicador de planos para períodos futuros		0	1	0.56	0.50	-0.26	-1.96
	Índice 7	2 Indicadores de fundos detidos por conta de outrem		0	1	0.22	0.38	1.36	0.11
<b>Monitorização e Controlo</b>	Certificação	Se o processo de certificação é obrigatória por normas legais ou por regras estatutárias	Sim/Não	0	1	0.36	0.48	0.59	-1.67
	Auditoria	Se o processo de auditoria é obrigatório por normas legais ou por regras estatutárias	Sim/Não	0	1	0.37	0.48	0.56	-1.71
	Controlo Voluntário	Se o processo de controlo é voluntário (como complemento ao relatório anual ou escolhido pelo conselho)	Sim/Não	0	1	0.23	0.42	1.33	-0.24
<b>Divulgação Obrigatória</b>	Normativo ESNL	20 indicadores de detalhes obrigatórios do normativo ESNL	Sim/Não	0	1	0.49	0.29	0.02	-1.29
	RelatCont_PlanAtiv	4 indicadores de divulgação aos <i>stakeholders</i> do R&C e do Plano de Atividades	Sim/Não	0	1	0.46	0.32	0.08	-1.10

\* 31 Índices do SORP2005 dividido por 7 categorias – Pontuação (%) da divulgação individual de cada Fundação nas sete categorias dos índices para a pontuação máxima possível aplicada nessas categorias.

## 5.3 Variáveis e Natureza dos Dados

### 5.3.1 Variáveis Latentes e Manifestas

O modelo de equações estruturais que apresentamos é composto por dois tipos de variáveis: variáveis latentes (também designadas constructos), que não podem ser observadas diretamente, e variáveis manifestas (também designados indicadores) que podem ser observáveis e relativamente às quais podem ser obtidos valores através de um questionário (Hair *et al.*, 2010). Por forma a facilitar a interpretação dos constructos através dos indicadores foi tratada uma secção (capítulo 4, definição e operacionalização dos constructos) nesta tese onde se operacionalizou os constructos através das questões do questionário.

Numa primeira fase, precisamos saber se o conjunto de indicadores empíricos representa os conceitos teóricos encontrados na literatura. Teremos que validar empiricamente as medidas definidas para os conceitos teóricos do modelo ou constructos (Organização; Monitorização e Controlo; Administração; Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória). Este procedimento consiste em analisar a fiabilidade das variáveis manifestas compósitas. Para tal análise verificamos a consistência interna de um conjunto de itens, o que se traduz na correlação que se espera obter entre a escala utilizada e outras escalas hipotéticas do mesmo universo, com igual número de itens, para medição de uma característica (Pestana & Gagueiro, 2003). Esta fiabilidade mede o grau com que os vários itens indicam o mesmo conceito (Marôco, 2007). Avaliamos, assim, o coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* em conjunto com a correlação do *item-to-total* e para todas as variáveis manifestas esse indicador refletiu a homogeneidade da escala, pois, todos apresentaram um valor aceitável para a agregação de itens, valor esse superior a 0,6 (Pestana & Gagueiro, 2003). Consideramos que a consistência interna é boa porque nenhum valor do *Alpha* ficou abaixo de 0,6 (Marôco, 2007). Dado o extenso tratamento estatístico, que este procedimento exige recorreremos ao SPSS (versão 22) para realizar a análise fatorial exploratória. Assim a dimensão dos instrumentos foi considerada no estudo exploratório da estrutura fatorial (Hair *et al.*, 1998).

Procedemos, assim, ao cálculo da fiabilidade das escalas e confirmamos a unidimensionalidade das variáveis manifestas ou seja, confirmamos que o conjunto de questões de cada variável manifesta (versado no capítulo 4) reflete apenas uma dimensão demonstrando a sua fiabilidade (Jöreskog & Sörbom, 2001).

### **5.3.2 Normalidade, Valores Extremos e Omissos.**

#### **Normalidade**

Tivemos em consideração os aspetos da análise que afetam a estimativa do Modelos de Equações Estruturais (MEE) e a prioridade foi verificar a normalidade multivariada, uma vez que a presença de variáveis observáveis não normais impede a existência de uma distribuição multivariada normal, mas o contrário pode não ocorrer (Byrne, 2010).

Mâroco (2010) recomenda que a avaliação se faça através da análise dos valores da assimetria ( $Sk$ ), da curtose ( $Ku$ ) e da curtose multivariada ( $KuMult$ ). Em análise de equações estruturais, podemos assumir que não existe violação da normalidade sempre que  $|Sk| < 3$ ,  $|Ku| < 8$  e  $|KuMult| < 10$  (Kline, 2010). Na utilização de MEE, só para condições de violação extrema da normalidade é que a qualidade dos índices de ajustamento e das estimativas dos parâmetros são questionáveis, sendo que este não é o caso. Vemos, ainda que de acordo com Schumacker & Lomax (2004) valores de  $|Sk|$  e  $|Ku| \leq 2$  não são problemáticos.

A partir da análise do Quadro 16, concluímos que apenas uma variável, a dos membros trabalhadores (MembTrab), se apresenta ligeiramente desviada dos níveis recomendados de aceitação. Portanto a violação da normalidade não é severa e permite a utilização do método de máxima verosimilhança. Esta ocorrência deve-se ao facto da presente análise multivariada estar focada num conjunto de observações individuais (Hair *et al.*, 2010). No entanto, outros reivindicam que, mesmo quando as variáveis se desviam da hipótese de normalidade, continuamos a ter um modelo eficaz. Na opinião de Kline (2010), as estimativas dos parâmetros são apropriadas, mesmo quando há violação da normalidade. Por esse motivo, avançamos com o modelo considerando a robustez das estimativas de máxima verosimilhança. Hoyle (1995) defende que a estimativa de

máxima verosimilhança é bastante robusta, se ocorrerem apenas violações modestas da suposição de normalidade das variáveis observadas.

Na mesma linha de pensamento, Chou & Bentler (1995) afirmam que as estimativas para os parâmetros, no método da máxima verosimilhança, são boas, mesmo quando eles não seguem uma distribuição normal conjunta. Browne & Shapiro (1988) identificaram várias condições perante as quais a maioria das propriedades dos estimadores de máxima verosimilhança continuam a ocorrer mesmo que os dados não sigam uma distribuição multivariada normal. Hair *et al.* (2010) argumentam que a estimativa de máxima verosimilhança continua a ser o método mais utilizado neste tipo de modelagem, dado que fornece estimadores robustos, mesmo em situações em que a suposição de normalidade multivariada dos dados é violada.

Em síntese, no caso em estudo, não existe violação da normalidade univariada e na perspectiva multivariada a violação da normalidade não é muito severa. Pese embora esta evidência, Chou & Bentler (1995), Hair *et al.* (2010) e Kline (2010) defendem que as estimativas dos parâmetros, produzidas através do método de ajustamento da máxima verosimilhança, são robustas, mesmo quando há violação severa da normalidade.

### **Valores Extremos e Omissos**

As observações que apresentam características distintas das observações restantes são normalmente designadas como valores extremos ou *outliers* (Hair *et al.*, 2010). Como os *outliers* são observações que caem fora da tendência das restantes observações, não podem ser classificados como benéficos ou prejudiciais, mas examinados tendo em conta o contexto da análise a ser feita e avaliados de acordo com a informação que fornecem (Bollen & Long, 1993).

O indicador de distância de *Mahalanobis* ( $D^2$ ) foi calculado com o *software* AMOS, mas nenhuma observação demonstrou ter características discrepantes capazes de originar a sua eliminação. Como o esperado (Marôco, 2010) calcula-se a probabilidade de uma observação ter um valor  $D^2$  superior à distância calculada para essa observação ( $p_1$ ) e a probabilidade da maior distância de *Mahalanobis* ser superior à calculada ( $p_2$ ). Assim é de esperar que para a maioria das observações o valor  $p_1$  seja inferior a  $p_2$  e que

não se verifique para nenhuma observação valores inferiores a 0.05 que poderiam classificar um *outlier* multivariado.

**Quadro 17 - Distância de Mahalanobis**

Observações	D <sup>2</sup>	p1	p2	D <sup>2</sup> /df
<b>141</b>	36,052	,010	,185	2,003
<b>125</b>	35,577	,012	,090	1,977
<b>21</b>	34,937	,014	,053	1,941
<b>18</b>	34,454	,016	,029	1,914
<b>91</b>	30,525	,045	,469	1,696

Em suma, nenhuma observação demonstrou ter características de valor extremo que origine a sua eliminação. Nesse sentido, mantemos todas as observações da base de dados.

Quanto aos valores omissos estes não existem porque o questionário requeria a resposta a todas as questões para ser submetido. Por isso, os questionários válidos foram os 142 que foram respondidos integralmente (para mais informação ver questionário no Apêndice 1 com todas as questões com um \* de obrigatoriedade de resposta aquando do questionário on-line).

### 5.3.3 Correlações dos Modelos de Divulgação

O Quadro 18 apresenta os coeficientes de correlação de *Pearson* entre as variáveis da Divulgação Voluntária, das características organizacionais, da estrutura do conselho de administração, da monitorização e controlo e da Divulgação Obrigatória. Podemos observar uma correlação estatisticamente significativa entre a maioria das variáveis em estudo. Encontramos uma correlação positiva e significativa entre as características organizacionais (fundos públicos, número de projetos e trabalhadores) e algumas variáveis de Divulgação Voluntária (índice 1 – Informações sobre a administração; Índice 2 - Estrutura e governo; Índice 3 - Objetivos e atividades), o que sugere que essas

características das Fundações são fatores importantes que condicionam a política de divulgação. As variáveis da Organização têm uma relação fraca e não significativa com o índice 4 – Realizações e desempenho e o índice 5 - Análise financeira, e sobre a variável tamanho a mesma apresenta uma relação negativa com o índice 6 – Planos Futuros (-0,039) e com o índice 7 - Fundos detidos em nome de terceiros (-0,033). Todas as características da Organização têm uma relação positiva e significativa com a certificação obrigatória e a auditoria obrigatória, mas apenas o número de projetos têm relação positiva e significativa com o controlo voluntário, enquanto as outras características das Fundações não mantêm com esta variável uma relação significativa.

Na verdade, os fundos públicos têm um sinal negativo na relação com o controlo (-0,026), sugerindo que níveis mais elevados de financiamento público promovem menos controlo voluntário, enquanto o controlo obrigatório apresenta uma relação positiva e significativa.

No que respeita à correlação entre as características da Organização e a Divulgação Obrigatória, evidencia-se uma correlação estaticamente significativa apenas com as características dos membros trabalhadores e os projetos, o que parece sugerir que o tamanho e os fundos públicos recebidos pelas Fundações não têm correlação estabelecida com a Divulgação Obrigatória. Este resultado contraria a literatura pois as grandes Fundações tenderão a divulgar o normativo na sua integralidade, mas por outro lado a divulgação obrigatória que estará mais correlacionada com os fundos públicos não será propriamente aquela que é divulgadas no R&C mas sim a informação que é enviada para as entidades financiadoras.

Na estrutura do conselho de Administração, encontramos uma correlação positiva e significativa com as características da Organização e mais particularmente com as variáveis membros internos e remuneração dos membros do conselho de administração, e também uma correlação positiva e significativa com a variável de controlo obrigatório. A relação com a Divulgação Voluntária e a estrutura do conselho de Administração é não significativa e é negativa, o que é um resultado inesperado, especialmente no que diz respeito à remuneração do CEO, que tem uma relação negativa com quase todos os índices de Divulgação Voluntária. Esta constatação levar-nos-á a pensar que outros fatores que não os relacionados com a remuneração do CEO poderão estar relacionados

com a divulgação da informação e qualquer alteração na remuneração do CEO não estará correlacionado com alterações nos índices de divulgação.

A Divulgação Obrigatória apresenta estar significativamente relacionada com a Divulgação Voluntária o que vai ao encontro do referido na teoria. Mas nenhuma das divulgações tem correlação significativa com as variáveis da estrutura do conselho de Administração. O Quadro 18 mostra que os valores de correlação são quase na sua generalidade muito baixos e que a maior correlação é um valor isolado de 0.660 para uma das relações, o que reforça a ausência de multicolinearidade nas regressões que fazem parte do modelo de equações estruturais.



**Quadro 18 - Coeficientes de Correlação de *Pearson* das Variáveis dos Modelos**

	Tamanho	Fund Pub	Membros Trab	Projet	Certif	Audito	Cont Vol	Remun CA	Internos CA	Remun CEO	Índice 1	Índice 2	Índice 3	Índice 4	Índice 5	Índice 6	Índice 7	Normativo ESNL	RelatCont PlanAtiv
Tamanho	1																		
FundPub	,291**	1																	
MembrosTrab	,194*	,326**	1																
Projetos	,192*	,156	,348**	1															
Certific	,242**	,203*	,274**	,249**	1														
Auditoria	,253**	,259**	,384**	,240**	,315**	1													
Controlo Vol	,143	-,026	,154	,274**	,193*	,360**	1												
RemunCA	,235**	,277**	,167*	,104	,164	,221**	,041	1											
InternosCA	,216**	,358**	,147	,191*	,236**	,183*	,033	,625**	1										
RemunCEO	,104	,140	,168*	,251**	,191*	,149	-,021	,491**	,345**	1									
Índice1	,143	,032	,186*	,241**	,168*	,251**	,186*	-,026	,011	,019	1								
Índice2	,126	,187*	,189*	,299**	,191*	,207*	,085	,070	,089	-,035	,488**	1							
Índice3	,051	,189*	,240**	,225**	,129	,125	,048	,060	,039	-,039	,370**	,537**	1						
Índice4	,007	,087	,142	,109	,130	,175*	,078	,101	,042	-,067	,304**	,327**	,614**	1					
Índice5	,065	,046	,113	,047	,088	,165	,058	,068	-,032	-,055	,260**	,304**	,472**	,660**	1				
Índice6	-,039	,046	,080	,108	,156	,050	-,069	,027	-,022	-,014	,211*	,137	,484**	,477**	,384**	1			
Índice7	-,033	,047	,129	,069	,129	-,013	,111	-,079	-,106	-,089	,020	,089	,353**	,529**	,392**	,243**	1		
NormativoESNL	,034	,042	,112	,227**	,190*	,143	,056	,122	,084	,158	,246**	,204*	,259**	,237**	,186*	,202*	,004	1	
RelatCont_PlanAti	,147	,040	,249**	,394**	,269**	,145	,110	,207*	,133	,197*	,260**	,198*	,297**	,200*	,199*	,303**	-,011	,449**	1

**Legenda das variáveis do Modelo de Divulgação**

**Índices do SORP dividido por 7 categorias** - Pontuação da divulgação individual de cada Fundação nas sete categorias dos índices para a pontuação máxima possível aplicada nessas categorias (**Índice 1** - Informações sobre a Administração; **Índice 2** - Estrutura e Governo; **Índice 3** - Objetivos e Atividades; **Índice 4** - Alcance e Desempenho; **Índice 5** - Análise Financeira; **Índice 6** - Os planos futuros, **Índice 7** - fundos detidos por conta de outrem). **Tamanho da Fundação** – medido pelo total de ativos numa escala de 1 a 5 e num intervalo de 0 a 40.000.000 € **Projetos** – Nº de projetos feitos por ano numa escala de 1 a 5 e num intervalo de 0 a 16 ou mais. **FundPub** – **Fundos Públicos** - Valor de fundos do Estado (subsídios e doações publicas) numa escala de 1 a 5 e numa faixa de 0 a 10.000.000 €ou mais. **MembrosTrab** – Membros trabalhadores – Número de Membros com trabalho remunerado (internos ou prestadores de serviços) e membros voluntários. **InternosCA**– **Membros do Conselho de Administração Internos** – Percentagem de membro do conselho que são internos. **RemunCEO** – **Remuneração do CEO** - com remuneração variável dummy = 1 se CEO tem remuneração, 0 caso contrário. **RemunCA** – Remuneração do Conselho Administração - Proporção de conselheiros remunerados. **Certific** – Certificação - se a Fundação tem certificação obrigatória variável dummy = 1, 0 caso contrário. **Auditoria** - se a Fundação tem de auditoria obrigatória variável dummy = 1, 0 caso contrário. **ControVol** – Controlo Voluntário - se a Fundação tem qualquer processo de controlo voluntário variável dummy = 1, 0 caso contrário. **NormativoESNL** - 20 indicadores de detalhes obrigatórios do normativo ESNL divulgados, variável dummy = 1, 0 caso contrário; **RelatCont\_PlanAtiv**-4 indicadores de divulgação aos *stakeholders* do R&C e do Plano de Atividades - variável dummy = 1, 0 caso contrário.

## 5.4 Estimação dos Modelos de Equações Estruturais

Este estudo encontra-se apoiado num Modelo de Equações Estruturais (MEE) que incorpora o modelo de relações causais da Divulgação Voluntária (modelo inicial) e o modelo de relações causais de Divulgação Total (Divulgação Obrigatória + Divulgação Voluntária), que servem para verificar a relação de dependência de diversas variáveis ao mesmo tempo.

Segundo Hair *et al.* (2010), o MEE é apropriado para análises de questões multidimensionais. Assim ao aplicar esta técnica foi possível testar simultaneamente as relações existentes entre as diversas variáveis incluídas no estudo. As equações estruturais são particularmente adequadas porque nos permitem fazer uma análise simultânea de uma série de equações de regressão e são úteis quando a variável dependente de uma das equações funciona também como variável independente nas equações seguintes. No caso em apreço, o MEE foi utilizado para explicar as relações entre múltiplas variáveis e para descrever as dependências diretas entre um conjunto de variáveis (um modelo de regressão de equações múltiplas em que a variável de resposta numa equação de regressão pode aparecer como um preditor numa outra equação). Acresce o facto da análise de caminhos nos permitir fazer uma análise fatorial confirmatória, facilitando a introdução de conceitos não observados (constructos latentes). Algumas das variáveis podem não ser observáveis (fatores latentes) e serem afetadas por erros de medição que só esta técnica poderá tratar com a acuidade necessária (Hair *et al.*, 2010; Marôco, 2010). Estes modelos podem ser usados para representar as hipóteses sobre as teorias existentes que podem ser testadas através de dados empíricos (Raykov & Marcoulides, 2006). O modelo explica a relação entre as diferentes variáveis, quer seja de dependência ou independência, com base numa combinação única de duas técnicas de análise multivariada: análise fatorial e análise de regressão múltipla (Hair *et al.*, 2010; Marôco, 2010).

Podemos dizer que um modelo de equações estruturais estima, simultaneamente, um conjunto de equações de regressão múltipla separadas, mas interdependentes, por meio da especificação de um modelo estrutural. O modelo estrutural expressa as relações de dependência entre as variáveis dependentes e as independentes e uma variável dependente pode tornar-se independente noutras relações. O modelo de equações

estruturais permite a incorporação de variáveis que não são diretamente observadas. Essas variáveis são geralmente chamadas de variáveis latentes (ou constructos) e são medidas indiretamente por meio da análise da consistência do conjunto de variáveis manifestas (ou observadas) que os representam (Hair *et al.*, 2010).

Como consequência, um modelo de equações estruturais apresenta duas componentes (Anderson & Gerbing, 1988): o **modelo de medida**, que define como as variáveis latentes (constructos) são operacionalizadas pelas observadas, e o **modelo estrutural**, que define que relações causais ou de associação existem entre as variáveis latentes. A avaliação do modelo de ajustamento pode ser feita em duas partes (Marôco, 2010): o **teste de ajustamento local** e o **teste de ajustamento global**.

O modelo de medida específica dos indicadores selecionados para cada variável latente, ao realizar a análise da confiabilidade permite verificar se os indicadores escolhidos selecionados medem com precisão as variáveis latentes. A análise da significância estatística do coeficiente estimado que relaciona a variável latente com os indicadores permite por um lado, verificar qual o melhor indicador para medir a variável latente; por outro lado, a análise à dimensão do termo de erro de cada equação de medida permite verificar em que medida as variáveis observadas medem algo diferente das variáveis latentes e dá a possibilidade de interpretação da existência de outras variáveis exógenas como possíveis determinantes das variáveis a explicar. Em suma, a estimativa deste modelo permite determinar a inter-relação entre as variáveis endógenas e o impacto de cada uma das variáveis exógenas nessas variáveis (Hoyle, 1995; Byrne, 2010; Hair *et al.*, 2010).

O MEE irá replicar os dados observados por meio da imposição de parâmetros nas matrizes associadas, que são fruto das relações teóricas definidas pelo investigador e poderemos dizer que um modelo de equações estruturais representa as equações do modelo de medida e as do modelo estrutural (Marôco, 2010). Assim, o modelo de análise fatorial confirmatória é um caso particular do modelo geral de equações estruturais e corresponde ao modelo de medida e o modelo de trajetórias (*path analysis*) é, também, um caso particular do MEE e corresponde ao modelo de estrutural com variáveis manifestas. Esta estratégia de ajustamento do modelo em duas etapas (*two-step*) garante que o modelo de medida é devidamente validado já que passa por, primeiro, especificar e identificar o modelo de medida (com análise fatorial confirmatória) e, segundo,

especificar e identificar o modelo estrutural estabelecendo trajetórias para as variáveis latentes endógenas.

Tomando em consideração o conhecimento existente sobre as variáveis do modelo, a utilização de um modelo reflexivo considerou-se a escolha mais apropriada para esta investigação. A formulação dos constructos teve em consideração os aspetos (variáveis manifestas) que os representam.

Não é uma metodologia muito frequente na área da contabilidade mas está, particularmente, associada com a dificuldade de medir variáveis nas ciências sociais e, por isso, iremos expor os principais aspetos relacionados com a sua implementação. De acordo com Hair *et al.* (2010), esta técnica permite uma estimativa melhor e mais eficiente de equações simultâneas através de regressões múltiplas, quando as variáveis latentes não podem ser observadas diretamente mas através de indicadores que são medidas parciais e imperfeitas dessas variáveis. E segundo Hoyle (1995), esses tipos de modelos, para além do cálculo dos efeitos diretos, indiretos e totais ao estudar relações causais entre as variáveis, fornecem uma abordagem mais abrangente em termos da definição do processo de análise de dados.

Nesta tese, propusemo-nos estudar a relação direta e indireta entre a Divulgação Voluntária, a estrutura do conselho de Administração, as características da Organização e a existência de Controlo. Por outro lado, também o estudo das relações diretas e indiretas entre as características da Organização e a Monitorização e Controlo e a Divulgação Obrigatória a que estas instituições estão sujeitas.

Os modelos foram estimados recorrendo ao *software* IBM SPSS AMOS 22.0 e os modelos das estimativas foram baseados nas matrizes de variância e covariância do vetor de observações das variáveis observáveis estandardizadas.

Segundo o processo preconizado por Byrne (2010,) as dimensões dos constructos foram interrelacionadas e foram submetidas à análise fatorial confirmatória e posteriormente, foi definido o modelo global final.

Neste complexo processo estatístico, é necessário assegurar que não se omitem as variáveis determinantes ou significativas no modelo verificado, pois em tal caso estaríamos perante um problema conhecido como erro de especificação. Ainda que não haja limite quanto ao número de variáveis a incluir no modelo, é necessário que se considerem os benefícios de uma concisa (exata) e parcimoniosa (moderada e económica) modelagem.

Segundo Hair *et al.* (2010), recomenda-se utilizar amostras com um máximo de 200 indivíduos, independentemente do tamanho da amostra original, porque os valores acima de 200 tornam os testes demasiado sensíveis para detetar diferenças entre os dados. Portanto, a escala do tamanho da amostra recomendada estará entre 100 e 200 o que, no presente caso, é aceitável porque analisamos 142 Fundações.

Hair *et al.* (2010) explicam que o modelo de medição é semelhante na forma à análise fatorial, contudo nesta última é possível especificar apenas o número de fatores, mas todas as variáveis têm pesos em cada fator. Para o modelo de medição, a verificação é realizada observando se os coeficientes estimados não violam os limites. Em termos metodológicos para chegar ao modelo final tivemos que verificar os seguintes passos: (a) os coeficientes estandardizados superiores a 1; (b) a variância negativa de erro para qualquer variável; e (c) os valores associados aos erros padrão muito grandes para qualquer coeficiente estimado. Além disso, verificou-se o grau de consistência interna das variáveis por meio da fiabilidade. Posteriormente analisou-se a validade dos constructos, por meio de análise fatorial como sugerem Kline (2010) e Hair *et al.* (2010).

Cada variável latente é geralmente associada com um ou mais indicadores de medição, não havendo consenso na literatura sobre o número ideal de indicadores para cada variável latente. Na perspetiva de Schumacker & Lomax (2004), cada peso fatorial fornece informações sobre como um determinado indicador é medido numa determinada variável latente.

Também nesta etapa, deve ser garantido que os valores dos coeficientes estimados para as relações no modelo de coeficientes, deve ter um número significativo de índices com valores acima de 0,30. Relações com valores acima dos 0,90 devem sempre ser examinadas, pois podem indicar conceitos idênticos. Isso pode ser corrigido com a adição ou remoção de variáveis no modelo, ou com a reformulação das relações causais.

Vemos, assim, os MEE do estudo como um procedimento confirmatório do exploratório em que os modelos de divulgação da informação são testados quanto à sua capacidade para determinar se os padrões da variância e covariância nos dados são consistentes com um modelo estrutural especificado de modo a suportar a teoria.

### **5.4.1 Modelo de Divulgação Inicial**

O modelo apresentado foi construído e desenvolvido seguindo os passos indicados pela metodologia preconizada por Hair *et al.* (2010) e também exposta em Marôco (2010).

Em primeiro lugar, o suporte teórico do modelo proposto segue a revisão da literatura apresentada e também o desenvolvimento das hipóteses apresentadas nos capítulos anteriores.

Em segundo lugar, assumindo que todas as relações entre os constructos são lineares, construímos um diagrama de relações causais, representando quatro constructos, das quais três são endógenas (Administração, Monitorização e Controlo, Divulgação Voluntária). Isso significa que os constructos são a variável dependente ou resultado em pelo menos uma relação causal (Hair *et al.*, 2010). O modelo suporta um constructo exógeno Organização (características organizacionais) que não está prevista em nenhuma outra variável.

Um outro passo consistiu na conversão do diagrama de trajetórias nos modelos estruturais e de medição. Começamos o processo de modelo de medição com uma análise fatorial exploratória.

#### **5.4.1.1 Modelo de Medida - Especificação e Identificação**

Tal como o proposto por Anderson & Gerbing (1988) começamos pela especificação e identificação do modelo de medida que tem como objetivo identificar as variáveis manifestas utilizadas para medir cada uma das variáveis latentes. Assim, cada variável latente é medida indiretamente, refletindo a consistência entre múltiplas variáveis manifestas. Na construção do modelo de medida seguimos as regras de especificação sugeridas por Marôco (2010), o comportamento das variáveis manifestas resulta da manifestação das variáveis latentes e a variância das variáveis manifestas que não é explicada pelas variáveis latentes é explicada por outros fatores específicos latentes, como os erros de medida que são geralmente independentes.

O modelo de medida inicial apresenta quatro variáveis latentes Organização; Administração; Monitorização e Controlo; Divulgação Voluntária. O modelo de análise com a composição de cada variável, já tratado na secção 4.4, permite-nos construir o

modelo de medida especificado no Gráfico nº 1 e que se apresenta com a seguinte constituição:

- A variável Organização que representa as características organizacionais das Fundações, expressa-se através de 5 variáveis: Tamanho da Fundação; Valor dos Fundos Públicos; Membros Trabalhadores; Projetos; e Idade da Fundação.
- A variável Monitorização e Controlo que representa as diversas tipologias de monitorização e controlo a que estão sujeitas as Fundações, expressa-se através de 3 variáveis: Certificação Obrigatória; Auditoria Obrigatória; e Controlo Voluntário.
- A variável Administração representa a estrutura do Conselho de Administração das Fundações e expressa-se através de 4 variáveis: Membros Internos do CA; Remuneração do CEO; Remuneração do CA; Membros Não Executivos.
- A variável Divulgação Voluntária representa a divulgação voluntária realizada pelas Fundações e é expressa através de 7 variáveis: Índice 1 - Informações sobre a Administração; Índice 2 - Estrutura e Governo; Índice 3 - Objetivos e Atividades; Índice 4 - Alcance e Desempenho; Índice 5 - Análise Financeira; Índice 6 - Os planos futuros, Índice 7 - fundos detidos por conta de outrem).

Procedemos, então, à identificação do modelo. Para que a estimação possa ocorrer deveremos proceder à fixação de, pelo menos, um coeficiente de trajetória duma variável manifesta ou da fixação da variância da variável latente (Marôco, 2010; Hair *et al.*, 2010). Isto porque as variáveis latentes não são observadas e, por isso, não possuem escala métrica. Optámos pela fixação, em 1, do coeficiente de trajetória da primeira variável manifesta.

Nesta identificação do modelo analisamos, ainda, os graus de liberdade que resultam da diferença entre a informação presente nas variáveis manifestas (variâncias e covariâncias) e o número de parâmetros a estimar. De acordo com Hair *et al.* (2010), o modelo deverá apresentar graus de liberdade superiores a zero. Recorreremos ao AMOS

que nos calculou os graus de liberdade em 146 (*Degrees of freedom* (190 - 44): 146). O modelo é, de acordo com este autor, sobre identificado porque possui mais termos de variância e covariância do que parâmetros para serem estimados ( $X^2 = 265,189$ ;  $Df = 146$ ;  $P = ,000$ ), ver Gráfico 1.

#### 5.4.1.2 Qualidade do Ajustamento

Dos possíveis métodos de ajustamento que existem para os modelos de equações estruturais optamos pelo método da máxima verosimilhança por ser o método mais usado em análise de equações estruturais (Hair *et al.*, 2010). Este método assume-se como robusto se estivermos perante algum tipo de violação da normalidade multivariada das variáveis manifestas.

Para a qualidade do ajustamento aferiremos a Qualidade de Ajustamento Global, para averiguar se o modelo é globalmente válido e a Qualidade de Ajustamento Local através do recurso à fiabilidade individual das variáveis manifestas e da fiabilidade e validade das variáveis latentes. Uma primeira medida de verificação da qualidade de ajustamento global é o teste do qui-quadrado, uma medida tradicional de ajustamento que compara a matriz de covariância estimada pelo modelo com a matriz de covariância populacional, e é muito utilizado na avaliação da qualidade de ajustamento (Marôco, 2010).

É no entanto importante referir que de acordo com Hair *et al.* (2010), a fiabilidade é uma condição necessária mas não suficiente da validade e portanto valores elevados de fiabilidade não são garantia de medição exata de um constructo. Por isso, é importante que se determine a validade de todo o modelo de medida. Por essa razão é recomendado utilizar-se outras medidas complementares, como os índices de ajustamento, já que também a medida do qui-quadrado é muito sensível à dimensão da amostra e à violação da normalidade multivariada (Hair *et al.*, 2010). Não sendo consensual a escolha dos tipos de índices de ajustamento a usar (Byrne, 2010; Hair *et al.*, 2010), estes autores são da opinião partilhada que no uso de três ou quatro índices de ajustamento deverá estar representado um índice incremental e um índice absoluto.



Para esta investigação, no que respeita aos índices de ajustamento global, seguimos as indicações de Marôco (2010) que reúne estatísticas e índices aplicados na maioria da literatura sobre análise com modelos de equações estruturais e que apresentamos no seguinte quadro.

#### Quadro 19 - Índices de Qualidade de Ajustamento

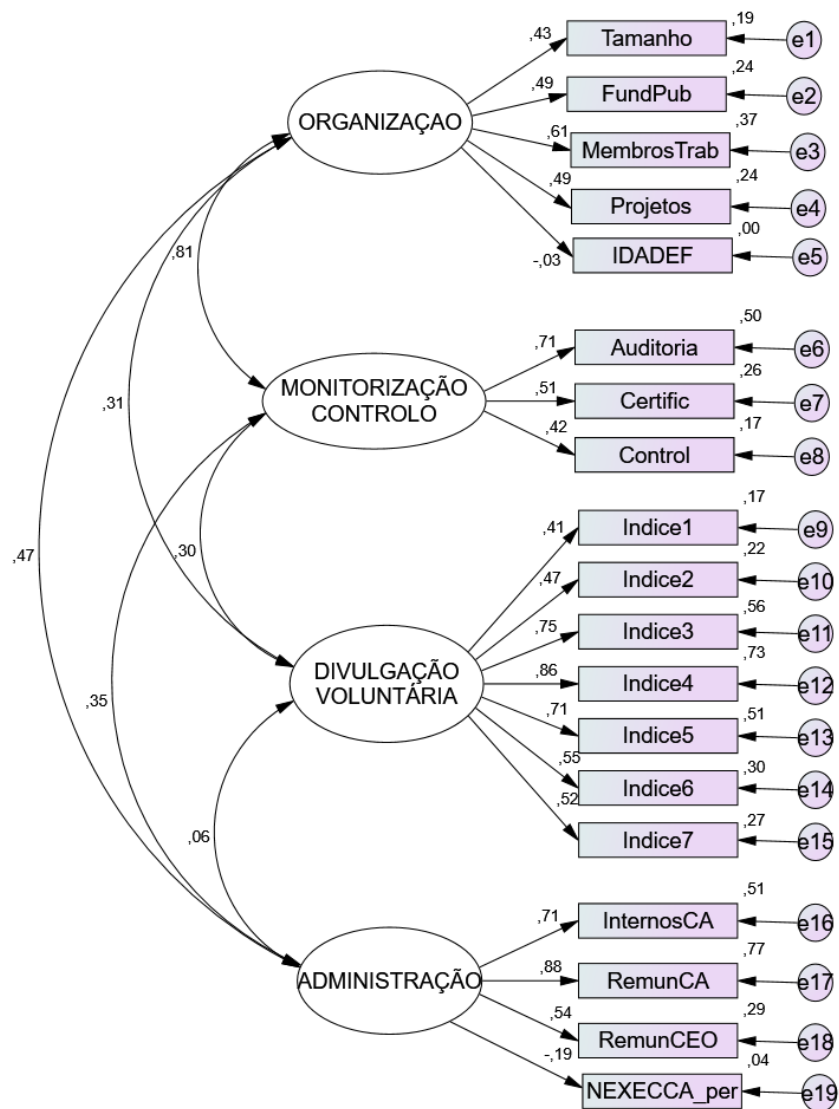
Valores de Referência	
<b>Índices Absolutos</b>	>5 – Ajustamento mau
$\chi^2/df$ - Normed chi-square	]2; 5] Ajustamento sofrível
	]1; 2] Ajustamento Bom
	~1 - Ajustamento Muito Bom
GFI - Goodness-of-fit Index	<8 – Ajustamento mau
	]0.8; 0.9] Ajustamento sofrível
	]0.9; 0.95] Ajustamento Bom
	$\geq 0.95$ Ajustamento Muito Bom
<b>Índice Relativo</b>	<8 – Ajustamento mau
CFI - Comparative Fit Index	]0.8; 0.9] Ajustamento sofrível
	]0.9; 0.95] Ajustamento Bom
	$\geq 0.95$ Ajustamento Muito Bom
<b>Índices de Parcimónia</b>	<0.6 Ajustamento Mau
PCFI - Parsimony Comparative of Fit Index	]0.6; 0.8] Bom Ajustamento
PGFI - Parsimony Goodness of Fit Index	$\geq 0.8$ Ajustamento Muito bom
<b>Índices de Discrepância Populacional</b>	> 0.10 Ajustamento Mau
RMSEA Root-Mean-SquareError of Approximation	]0.05; 0.10] Bom Ajustamento
	$\leq 0.05$ Ajustamento Muito bom

Fonte: Marôco (2010)

O modelo de medida original que se apresenta no gráfico seguinte (Gráfico 1) apresenta uma estatística do qui-quadrado com um valor (265,189) e o *p value* (0,000) leva-nos à rejeição da hipótese do modelo se ajustar perfeitamente à população. Nesta linha, e como justificado anteriormente, o ajustamento global do modelo de medida deve basear-se essencialmente nos valores obtidos nos índices de ajustamento.

Os valores obtidos (Gráfico 1) demonstram, de acordo com o quadro anterior (Quadro 19), que o modelo de medida original apresenta, para um dos índices absolutos, para os índices de parcimónia e para o índice de discrepância populacional, um bom ajustamento ( $\chi^2/df = 1,816$ ; PCFI = 0,692; PGFI = 0,644; RMSEA = 0,076), apresenta um ajustamento aceitável para o índice relativo e o índice absoluto (CFI = 0,811; GFI = 0,838).

**Gráfico 1 - Modelo de Medida Original**



Qualidade Ajustamento  
 $X^2(146)=265,189; p=,000; X^2/df=1,816$   
 $CFI=,811; PCFI=,692; GFI=,838; PGFI=,644$   
 $; RMSEA=,076; P[rmsea \leq 0,05]=,003$

**Quadro 20 - Resultados da Análise Fatorial Confirmatória do Modelo Medida**

		<b>Pesos Fatoriais Estandarizados (<math>\lambda_{ij}</math>)</b>	<b>P value</b>	<b>Coefficiente de Determinação R<sup>2</sup></b>
<b>Organização</b>	Tamanho	,432	***	0.18
	FundPub	,490	***	0.24
	MembrosTrab	,608	***	0.37
	Projetos	,486	***	0.24
	IdadeF	-,029	,771	0.001
<b>Administração</b>	InternosCA	,714	***	0.51
	RemunCA	,877	***	0.77
	RemunCEO	,541	***	0.29
	NExecCA	-,189	,042**	0.36
<b>Monitorização e Controlo</b>	Auditoria	,707	***	0.50
	Certificação	,505	***	0.26
	Controlo	,415	***	0.17
<b>Divulgação Voluntária</b>	Indice1	,410	***	0.17
	Indice2	,474	***	0.23
	Indice3	,751	***	0.56
	Indice4	,856	***	0.73
	Indice5	,714	***	0.51
	Indice6	,550	***	0.30
	Indice7	,520	***	0.27

Legenda: \*\*\* estimativas estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,001

\*\* estimativas estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,05

Tendo por base o Quadro 18 com os resultados da análise fatorial confirmatória, podemos constatar que quase todas as variáveis apresentam uma boa fiabilidade individual, que os coeficientes de trajetória são quase todos estatisticamente significativos para um nível de 0,1%. Contudo, verificamos que todos os indicadores são estatisticamente significativos para um nível de significância de 0.001 e que apenas a proporção de membros não executivos no conselho de administração (NExecCA) é estatisticamente significativa para um nível de significância de 0,05. Acresce o facto de não ter sido, também validada a significância estatística numa das variáveis manifestas, a idade da Fundação (IdadeF). Ambos os indicadores apresentam um peso fatorial estandardizado negativo. Poderemos aferir, ainda, que através dos coeficientes de trajetória que a variável latente Organização reflete-se de forma mais influente nas variáveis membros trabalhadores (MembrosTrab) e fundos públicos (FundPub).

A variável latente Administração reflete-se de forma mais preeminente nas variáveis que nos dão a proporção de membros internos (InternosCA) e a proporção de membros com remuneração no CA (RemunCA). A variável latente Monitorização e Controlo reflete-se de forma mais preponderante na variável auditoria (Auditoria). A variável latente Divulgação Voluntária reflete-se de forma mais influente nos indicadores que avaliam os objetivos e atividades, os indicadores de realizações e desempenho e os indicadores de análise financeira (índice 3, 4 e 5).

#### **5.4.1.3 Reespecificação do Modelo de Medida**

Foi aplicada a análise fatorial confirmatória para uma análise do controlo estatístico com todas as variáveis indicadoras no fator latente e optou-se pela redução de variáveis do conselho de administração e das características organizacionais a fatores individuais para a avaliação do seu efeito global sobre a divulgação voluntária das Fundações.

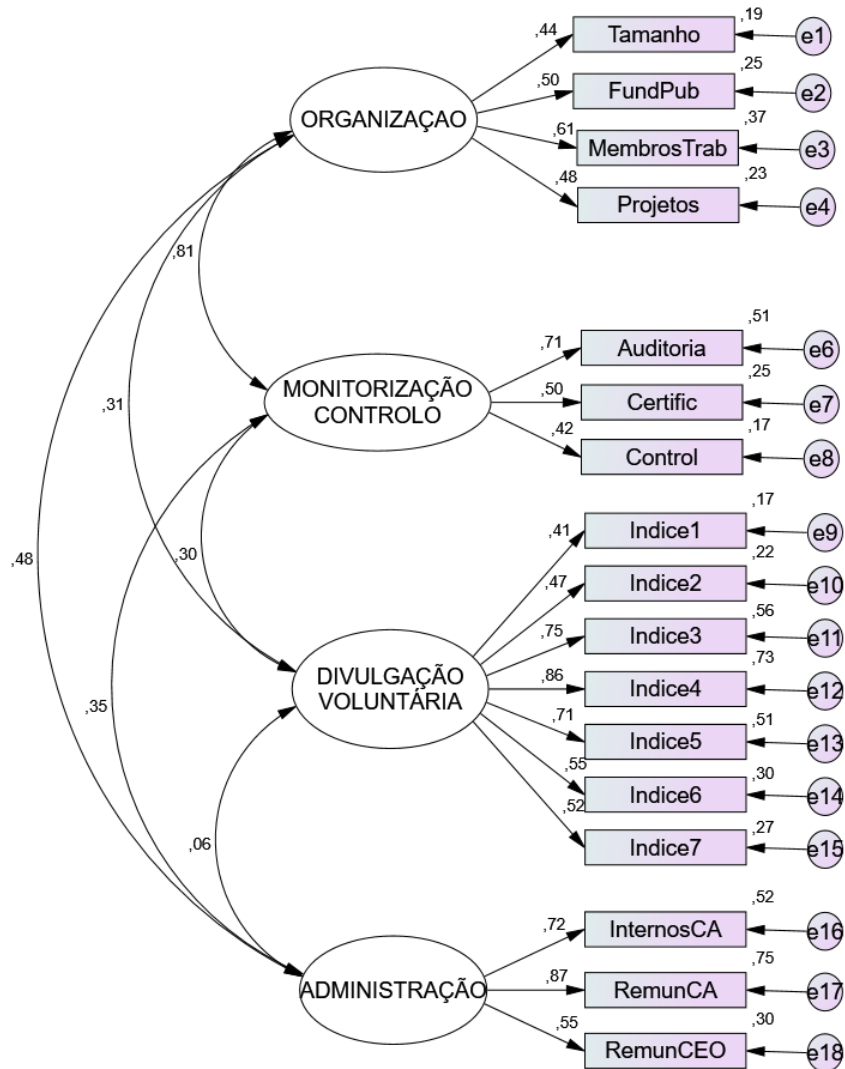
De acordo com Byrne (2010), os procedimentos de análise fatorial confirmatória são usados para testar a validade das variáveis indicadoras. A análise da estimativa padronizada dos coeficientes do modelo de medição e também os valores das medidas de ajustamento global permitiu a validação dos indicadores escolhidos.

Da análise apresentada no Gráfico 1 e Quadro 18 (acima) vemos que as variáveis Idade da Fundação (IdadeF) e a variável proporção dos membros não executivos no CA (NExecCa) apresentam uma delas não significância estatística e a outra um coeficiente de determinação baixo, sendo que as duas apresentam pesos fatoriais negativos e baixos (estimativa standardizada). A reespecificação de modelos é entendida (Marôco, 2010) como a modificação do modelo eliminando vias não significativas; libertando parâmetros anteriormente fixos, fixando parâmetros livres; e/ou correlacionando erros de medida. Na perspetiva de Hair *et al.* (2010), as estimativas não significativas sugerem que essas variáveis manifestas deverão ser removidas do modelo e as variáveis manifestas cujas variâncias são pouco explicadas pelas variáveis latentes também deverão ser removidas.

Em consonância com o exposto procedeu-se à remoção destas duas variáveis para diminuir as fragilidades ao nível quer do ajustamento global, quer ao nível do ajustamento local. Jöreskog & Sörbom (2001) defendem que os índices de modificação podem ser considerados como uma estatística  $\chi^2$  com um grau de liberdade devendo prestar especial atenção àqueles que têm um valor superior a 11. A reespecificação do modelo de medida passou apenas pela remoção das variáveis referidas, já que da análise realizada aos índices de modificação, feita no *software* AMOS, que poderiam levar a uma redução da estatística do qui-quadrado do modelo, não se obteve uma melhoria global do modelo que justificasse nesta fase a contemplação de dois índices de modificação.

Os resíduos estandardizados representam as diferenças entre as covariâncias observadas e estimadas. Os valores residuais superiores a  $\pm 2,58$  são considerados estatisticamente significativos ao nível de 0,000. Os autores recomendam que os valores residuais superiores a  $\pm 2,58$  não devem exceder cinco por cento do número de resíduos estandardizados. Para Jöreskog & Sörbom (1993), a covariância dos resíduos estandardizada tem uma distribuição normal padrão, se o modelo estiver correto. A nossa matriz corresponde corretamente aos limites e percentagem estabelecidos pela pesquisa teórica (Apêndice 2).

**Gráfico 2 - Modelo de Medida Alterado**



$\chi^2(113)=186,050; p=,000; \chi^2/df=1,646$   
 $CFI=,875; PCFI=,727; GFI=,864; PGFI=,638$   
 $RMSEA=,068; P[rmsea \leq 0,05]=,052$

#### 5.4.1.4 Qualidade do Ajustamento do Modelo de Medida Alterado

Quanto à fiabilidade e validade das variáveis latentes, calculamos as medidas de avaliação da consistência interna e medidas da validade das variáveis latentes. De acordo com Marôco (2010), a fiabilidade espelha a consistência interna das variáveis manifestas para cada variável latente e indicam o grau em que as variáveis manifestas são o resultado da variável latente (intervalo entre 0 e 1). Realizamos, assim, o cálculo da consistência interna de cada constructo por meio da medida do *Alpha* de *Cronbach* e a variância explicada.

Nos modelos de equações estruturais é frequente o uso da medida Fiabilidade do Constructo (FC) que produz valores ligeiramente diferentes do Alpha de Cronbach. A avaliação da qualidade da pesquisa e dos dados é fundamental (Hair *et al.*, 2010). Essa apreciação ajuda a conhecer o grau em que um conjunto de indicadores empíricos representa um conceito teórico particular. Na análise da fiabilidade das variáveis observadas, utilizamos uma medida composta de consistência interna, ou seja, que mede o grau em que as diferentes questões analisam o mesmo aspeto. Para efeito equivalente, foi utilizado o *Alpha* de *Chronbach* para determinar também a fiabilidade das variáveis latentes e que varia entre 0 e 1, valores apresentados no Quadro 21.

**Quadro 21 - Consistência Interna**

Constructos	<i>Alpha</i>	Variância
	<i>de Cronbach</i>	Explicada
<b>Organização</b>	0.6	0.4
<b>Administração</b>	0.7	0.7
<b>Monitorização e Controlo</b>	0.6	0.5
<b>Divulgação Voluntária</b>	0.8	0.6

O Alpha de Cronbach é utilizado para medir a fiabilidade para um conjunto de indicadores do constructo e os valores variam entre 0 e 1. Valores mais altos indicam uma maior fiabilidade entre os indicadores, sendo aceitável considerar o *Alpha* de *Cronbach* acima de 0,6 (Pestana & Gageiro, 2003).

A etapa final está relacionada com a avaliação da identificação do modelo de medida alterado. Seguindo a sugestão de Hair *et al.* (2010), as necessidades de identificação surgem quando os parâmetros não têm uma determinação única, porque não há informação suficiente na matriz de variâncias e covariâncias da amostra. O modelo de equações estruturais apresentado é identificável; todas as construções têm pelo menos três indicadores como uma variável observada (Gráfico 2).

A fiabilidade dos constructos foi calculada (Quadro 22), sendo uma medida da consistência interna dos indicadores dos constructos. Como indicado por Hair *et al.* (2010), os indicadores individuais são todos consistentes nas suas medidas. Se as medidas forem confiáveis darão ao investigador uma maior segurança.

**Quadro 22 - Fiabilidade e Validade das Variáveis Latentes**

	<b>Fiabilidade do Constructo (FC)</b>	<b>Variância Extraída Média (VEM)</b>
<b>Organização</b>	0.6	0.5
<b>Administração</b>	0.8	0.3
<b>Monitorização e Controlo</b>	0.6	0.3
<b>Divulgação Voluntária</b>	0.8	0.4

A validade convergente avalia a homogeneidade da variável latente, ou seja, verifica se o comportamento das variáveis manifestas é essencialmente explicado pela variável latente (Hair *et al.*, 2010; Marôco, 2010) e o seu cálculo é feito através da Variância Extraída Média (VEM). Foram calculadas a Fiabilidade e a Validade das Variáveis Latentes usando a fórmula proposta por Fornell & Lacker (1981), e também defendida por Hair *et al.* (2010), usando o quadrado do peso padronizado do indicador. Embora a teoria não limite a medida a uma única escala, a variável Administração e a Divulgação Voluntária apresentam valores acima de 0,7 e relativamente às características organizacionais na variável Organização o valor é acima de 0,5 para a variância extraída. Mesmo assim, esses constructos apresentam valores aceitáveis quanto à sua fiabilidade. As variáveis Administração e variável Monitorização e Controlo apresentam alguma fragilidade ao nível da consistência interna. Em termos de validade convergente, continuamos a verificar que apenas a variável Organização excede o valor de 0,5,

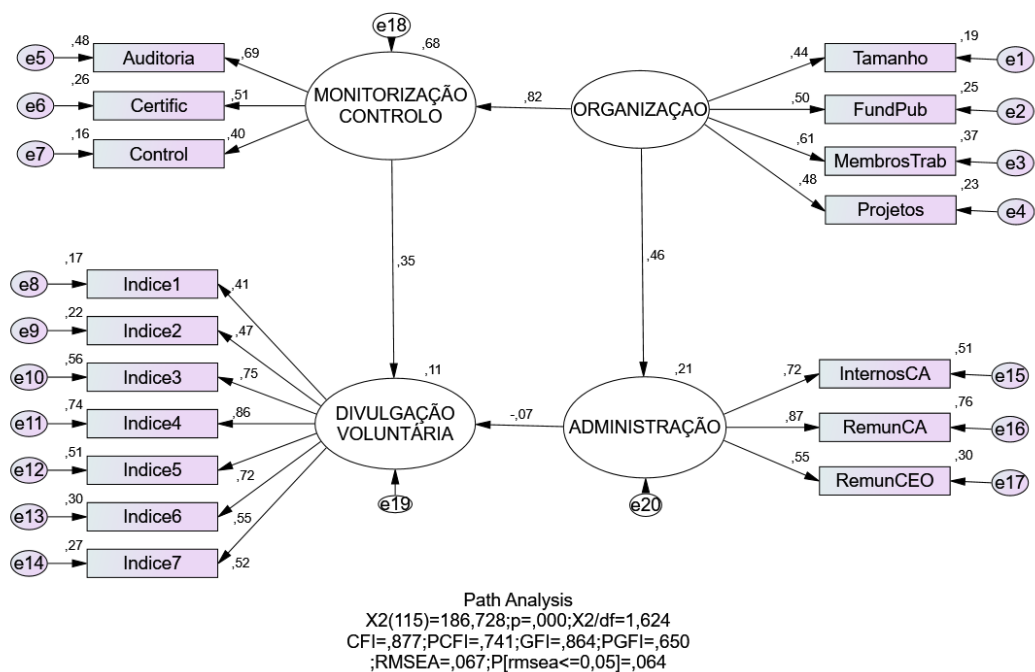


recomendado por Hair *et al.* (2010). As restantes variáveis não saturam fortemente nas variáveis latentes (Marôco, 2010) mas a saturação é aceitável. Numa análise global as variáveis apresentam níveis de fiabilidade razoáveis e não se verificaram alterações significativas entre o modelo de medida e o modelo de medida alterado.

#### 5.4.1.5 Modelo Estrutural

Na sequência desta análise fatorial confirmatória, procedeu-se à construção do diagrama de trajetórias que é materializado no modelo estrutural inicial, sendo consideradas as relações entre as variáveis latentes (Byrne, 2010). O Gráfico 3 mostra o modelo estrutural, descrevendo as relações entre as características da Organização, a estrutura do conselho de Administração, a Monitorização e Controlo e a Divulgação Voluntária e exibe os valores standardizados dos coeficientes.

**Gráfico 3 - Modelo Estrutural Inicial**



Os valores standardizados dos coeficientes da trajetória no modelo estrutural, juntamente com os valores da análise de regressão múltipla são apresentados no Quadro 23 e mostram o impacto das variáveis explicativas sobre as variáveis explicadas.

**Quadro 23 - Hipóteses do Modelo Inicial**

Relações de Dependência			Peso das Regressões Estandardizadas	P Value	Decisão nas hipóteses
MONIT. E CONTROLO	<---	ORGANIZAÇÃO	0.825	***	Suportada H1
DIV_VOLUNTÁRIA	<---	MONIT.e CONTROLO	0.352	0.018*	Suportada H2
ADMINISTRAÇÃO	<---	ORGANIZAÇÃO	0.461	0.002**	Suportada H3
DIV_VOLUNTÁRIA	<---	ADMINISTRAÇÃO	-0.071	0.527	Rejeitada H4
Tamanho	<---	ORGANIZAÇÃO	0.441	***	
FundPub	<---	ORGANIZAÇÃO	0.496	***	
MembrosTrab	<---	ORGANIZAÇÃO	0.612	***	
Projetos	<---	ORGANIZAÇÃO	0.483	***	
InternosCA	<---	ADMINISTRAÇÃO	0.716	***	
RemunCA	<---	ADMINISTRAÇÃO	0.869	***	
RemunCEO	<---	ADMINISTRAÇÃO	0.549	***	
Auditoria	<---	MONIT.e CONTROLO	0.693	***	
Certific	<---	MONIT.e CONTROLO	0.509	***	
ControlVol	<---	MONIT.e CONTROLO	0.403	***	
Indice1	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.407	***	
Indice2	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.469	***	
Indice3	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.746	***	
Indice4	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.861	***	
Indice5	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.717	***	
Indice6	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.549	***	
Indice7	<---	DIV_VOLUNTÁRIA	0.522	***	

Legenda: \*\*\* p<0.001 \*\* p<0.01 \* p<0.05

A hipótese H1 previa uma relação positiva entre características organizacionais e o Controlo (auditoria de controlo). As características organizacionais apresentam uma relação positiva e estatisticamente significativa com a Monitorização e Controlo ( $b = 0,564$ ;  $SE = 0,150$ ;  $\beta = 0,825$ ,  $p < 0,001$ ), a estimativa do peso<sup>30</sup> da regressão é de 0,564 e tem uma margem de erro de cerca de 0,150. A probabilidade de se obter um rácio crítico tão grande quanto 3,764, em valor absoluto, é inferior a 0,001. O peso da regressão para características organizacionais em relação ao controlo é significativamente diferente de zero para um nível de 0,001, assim quando as características organizacionais sobem um

<sup>30</sup> Peso da regressão não estandardizado

desvio padrão, o controlo sobe 0,825 desvios padrão. Estes resultados sugerem que o tamanho, o número de projetos, colaboradores e os fundos públicos estão positivamente relacionados com as formas da auditoria de controlo. Assim os resultados apoiam a hipótese H1.

No que diz respeito à hipótese H2, a mesma previa uma relação positiva entre a Monitorização e Controlo e a Divulgação Voluntária. A primeira apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com a Divulgação Voluntária ( $b = 0,134$  SE = 0,057;  $\beta = 0,352$ ,  $p < 0,05$ ), a estimativa do peso da regressão 0,134 tem um erro padrão de cerca de 0,057. A probabilidade de obter um rácio crítico tão grande quanto 2,356, em valor absoluto, é 0,018, portanto, o peso da regressão para a Monitorização e Controlo na relação com a Divulgação Voluntária é significativamente diferente de zero para um nível de 0,05. Quando a Monitorização e Controlo sobe um desvio padrão, a Divulgação Voluntária sobe 0,352 desvios padrão. Tal como indicado na revisão da literatura os resultados suportam a hipótese H2.

A hipótese H3 previa uma relação positiva entre as características organizacionais, Organização, e a estrutura do conselho de administração, Administração. A Organização apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com o Administração ( $b = 0,179$ ; SE = 0,059;  $\beta = 0,461$ ,  $p < 0,01$ ), a estimativa do peso de regressão 0,564 tem uma margem de erro de cerca de 0,150. A probabilidade de obter um rácio crítico maior que 3,044, em valor absoluto, é inferior a 0,002. O peso da regressão para as características organizacionais na avaliação do conselho de administração é significativamente diferente de zero para um nível de 0,01 e por isso, quando as características organizacionais sobem um desvio padrão, o conselho de administração sobe 0,461 desvios padrão. Estes resultados sugerem que o tamanho, o número de projetos, os colaboradores e os fundos públicos estão positivamente relacionados com a estrutura do conselho de administração. Seguindo os argumentos da revisão literatura os resultados suportam a hipótese H3.

Na hipótese H4 previa-se uma relação positiva entre a Administração e a Divulgação Voluntária. Esta relação apresenta um sinal negativo e estatisticamente não significativo ( $b = -0,048$ ; SE = 0,076;  $\beta = -0,071$ ,  $p < 0,05$ ). Os resultados da variável Administração não estão relacionados com a Divulgação Voluntária, ao contrário do que a teoria defende. Neste sentido, os resultados não suportam a hipótese H4.

As medidas da qualidade do ajustamento medem a correspondência entre a matriz de *inputs* atuais ou observados (covariâncias ou correlações) com a prevista pelo modelo. As medidas da qualidade do ajustamento podem ter quatro diferentes configurações: medidas absolutas de ajustamento, medidas relativas de ajustamento, medidas incrementais de ajustamento e medidas parcimoniosas de ajustamento.

No Quadro 24, avaliou-se a qualidade das estimativas e do modelo, testando a sua validade teórica e empírica. O ajustamento global mostra que o modelo se adequa aos dados. O nível de significância do teste qui-quadrado ( $X^2$ ) do ajustamento global do modelo ( $X^2 = 186,728$ ;  $df = 115$ ;  $p = 0,000$ ) sugere a existência de um ajustamento aceitável entre a estimativa e a matriz de dados obtidos e uma boa correspondência entre o modelo e esses dados. Por causa da sensibilidade do teste qui-quadrado em relação ao tamanho da amostra, a análise foi complementada com outras medidas de ajustamento global. Sobre este assunto Marôco (2010) indica as medidas de qualidade do ajustamento do modelo usando alguns testes que apresentamos.

#### Quadro 24 - Índices de Qualidade de Ajustamento - Modelo Estrutural Inicial

FIT MEASURES		
	Modelo	Valores de Referência
<b>Índices Absolutos</b>		
Normed chi-square ( $X^2/df$ )	1,624	]1; 2] Bom Ajustamento
GFI (Goodness-of-fit Index)	0.864	]0.8; 0.9] Ajustamento Aceitável
<b>Índice Relativo</b>		
Comparative Fit Index (CFI)	0.877	]0.8; 0.9] Ajustamento Aceitável
<b>Índices de Parcimónia</b>		
PCFI (Parsimony Comparative of Fit Index)	0.741	]0.6; 0.8] Bom Ajustamento
PGFI (Parsimony Goodness of Fit Index)	0.650	]0.6; 0.8] Bom Ajustamento
<b>Índices de Discrepância Populacional</b>		
RMSEA (Root-Mean-Square Error of Approximation)	0.064	]0.05; 0.10] Bom Ajustamento

Fonte: Adaptado de Marôco (2010) com valores de referência

Na mesma linha de pesquisa, Kline (2010) também recomenda a análise de medidas de adequação, (pelo menos, com o Qui-quadrado, GFI, CFI e RMSEA). Alguns

indicadores comparam a matriz de covariância prevista pelo modelo com a matriz de covariância observada. Em particular, o índice RMSEA que é provavelmente o indicador de adequação mais popular usado na análise empírica, não se baseia na comparação entre os modelos, mas sim qui-quadrado do modelo e os resultados sugerem uma boa adequação do modelo. Podemos concluir, pelos resultados dessas medidas, que todos os indicadores utilizados suportam a capacidade de adequação do modelo usado para descrever as dependências entre as variáveis.

No que respeita às medidas de análise estrutural, Hair *et al.* (2010) e Jöreskog & Sörbom, (1993) sugerem que é importante ter em conta a análise dos elementos da matriz das covariâncias dos resíduos standardizados. Bollen & Long (1993) referem que o MEE tem por lógica a reprodução da matriz de covariâncias da população por meio das covariâncias da amostra associada às imposições dos parâmetros determinadas pelo investigador. Se os resíduos associados forem reduzidos, o modelo tem viabilidade e significa que as covariâncias provenientes dos dados da amostra podem reproduzir os dados população associados ao conjunto de parâmetros do modelo estrutural.

#### **5.4.1.6 Conclusão**

O modelo de divulgação voluntária (modelo inicial) foi avaliado em duas etapas (two-step) como descrito em Marôco (2010). A qualidade de ajustamento do modelo de medida (1ª etapa) e a do modelo estrutural (2ª etapa) foi feita de acordo com os índices de qualidade de ajustamento. A qualidade do ajustamento local foi avaliada pelos pesos fatoriais, pela fiabilidade individual dos itens e a significância das trajetórias foi avaliada com um teste Z aos rácios críticos.

Como se pode verificar a partir dos resultados empíricos as características da Organização criam um significativo e positivo efeito sobre as formas de Monitorização e Controlo ( $\beta = 0,825$ ). Os resultados sugerem que as características da Organização estão positivamente relacionados com as formas de Monitorização e Controlo. De forma coerente com estudos existentes de Vermeer *et al.* (2006); Russell (2008); Behn *et al.* (2010) e Petrovits *et al.* (2011), os resultados suportam a hipótese H1. Portanto, as maiores Fundações, aquelas que têm mais projetos e trabalhadores, e aquelas que recebem mais recursos públicos têm uma tendência mais forte para fazer uma forma de

Monitorização e Controlo como uma certificação obrigatória ou auditoria obrigatória, instituída pela Lei ou pelas condições legais, mas no que ao controlo voluntário diz respeito a relação não é tão forte. A verificação desta relação está de acordo com o que é defendido pela Teoria do *Stakeholders* no que respeita aos recursos financeiros (fundos públicos) e não financeiros (e.g., voluntariado) que ao serem obtidos pelas Fundações justificam que haja um procedimento por forma a garantir mais transparência e credibilidade da organização, neste caso procedimentos de auditoria que irão ao encontro do desejado pelos doadores em matéria de controlo e aplicação dos recursos doados.

Todas as características das Fundações têm uma correlação positiva e significativa com a certificação e auditoria obrigatórias, mas apenas o número de projetos tem relação positiva e significativa com o controlo voluntário. Apesar da relação indireta do modelo entre as características da Organização e a Divulgação Voluntária, encontramos uma correlação significativa e positiva entre as variáveis que constituem estes constructos. O efeito das formas de Monitorização e Controlo apresentam uma relação positiva com a Divulgação Voluntária ( $\beta = 0,352$ ), o que reflete que quanto maior for a auditoria e o controlo da Fundação maior o nível de divulgação que será mantido, confirmando o sugerido pela teoria da Agência em matéria de mecanismos de controlo. Maior controlo obrigatório ou voluntário melhora a Divulgação Voluntária, tal como sugerido pela literatura (Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Alanezi & Albuloushi, 2011). Os resultados obtidos suportam a hipótese H2. Esta evidência está também em consonância com a Teoria da Agência já que as organizações auditadas têm custos de agência e quanto mais elevados os custos de agência, maior será o nível de divulgação de informação, e a Teoria do *Stakeholders* esse maior nível de divulgação irá ao encontro do procurado pelos doadores e beneméritos.

Os resultados obtidos sugerem também que as características da Organização (tamanho, número de projetos, colaboradores e fundos públicos) estão positivamente relacionados com a estrutura do conselho de administração ( $\beta = 0,461$ ). De forma consistente com os argumentos de estudos anteriores de Bradshaw *et al.* (1992); Iecovich (2005); Behn *et al.* (2010) e de Saxton & Guo (2011) os resultados suportam a hipótese H3. Estas conclusões evidenciam que quanto mais estabelecida e institucionalizada uma organização é, em termos de tamanho, número de trabalhadores remunerados, voluntários e número de projetos, maior o envolvimento da administração, ou seja, o envolvimento dos membros internos preferencialmente com alguma compensação conforme

confirmado pela correlação dos resultados. Aliás, a própria dependência de financiamento de determinados organismos poderá condicionar a estrutura dos representantes nos CA o que estava previsto na abordagem da Teoria da Dependência dos Recursos.

Os resultados do conselho de Administração não estão relacionados com a Divulgação Voluntária ( $\beta = -0,071$ ), ao contrário do que a teoria previa (Chen & Jaggi, 2000; Healy & Palepu, 2001; Williams, 2002). Neste sentido, os resultados não suportam a hipótese H4. Os resultados do modelo proposto mostram que o conselho de administração está menos relacionado com a Divulgação Voluntária do que com as características da Organização. Contudo, este resultado poderá estar ligado ao facto de os conselhos de administração das Fundações em estudo terem uma participação muito baixa no número de internos (valores do Quadro 16) e que se compararmos com a percentagem média de CEO que são remunerados, vemos que nas Fundações existe um número muito reduzido de gestores (do CA e com funções de CEO) que são remunerados. Esta poderá ser a causa já que a revisão da bibliografia apontava para que valores altos do número de membros internos e membros remunerados é que teriam influência direta e significativa (Chen & Jaggi, 2000; Cheng & Courtenay, 2006; Laksmana, 2008; Saxton *et al.*, 2012). Por outro lado, estes resultados poderão estar influenciados por outras situações particulares, como por exemplo, a existência nos membros dos CA de doadores o que poderá levar a uma interpretação de inutilidade de divulgação de mais informação já que quem doou também soube a aplicação dessa doação. O resultado atual pode ser explicado, ainda, pelo facto de não terem sido considerados outros indicadores na operacionalização do constructo “Administração” que pudessem ter levado a uma maior divulgação da informação, no entanto não foram considerados por não estarem previstos no modelo teórico. Os resultados parecem sugerir que, ao contrário do que seria de esperar a partir da literatura e da Teoria da Agência, o conselho de administração manifestado pelos membros internos, pela remuneração dos membros e do CEO, tem um efeito inverso no nível de Divulgação Voluntária.

Apesar do intenso crescimento do setor sem fins lucrativos nas últimas décadas, a investigação sobre a prestação de contas e informações financeiras e não financeiras dadas aos *stakeholders* é bastante incipiente. Este estudo no modelo inicial teve como pressuposto a possível avaliação do impacto das características gerais das Fundações na divulgação voluntária.

Analisando os resultados do modelo estrutural inicial e no que respeita ao constructo Organização os trabalhadores e os fundos públicos são os mais influentes entre as características da organização, o que confirma o postulado da Teoria da Dependência dos Recursos que defende que as organizações que dependem de recursos (financeiros e não financeiros) são mais propensas a efetuar mais divulgação. Por outro lado, a possibilidade da existência de membros remunerados no Conselho de Administração tem um impacto significativo na estrutura do conselho. No que diz respeito ao controlo externo, a variável da auditoria obrigatória é a mais relevante. Os índices mais significativos para a explicação da Divulgação Voluntária são aqueles relacionados com os objetivos e atividades, as realizações e desempenho e a análise financeira. A Divulgação Voluntária e a estrutura da Administração são não significativas e estão negativamente relacionadas, especialmente no que diz respeito à remuneração do CEO, sobre o qual se verificou na análise de correlações que tem uma relação negativa com todos os índices de Divulgação Voluntária. Em termos gerais, os resultados do estudo são consistentes com a teoria dos *stakeholders* já que a mesma defende que ao nível da gestão devem ser formulados e implementados processos que satisfaçam todos os grupos que de alguma forma interagem com a organização. Ora essa informação, sendo disponibilizada, poderá satisfazer qualquer interesse manifestado pelos *stakeholders* através da divulgação que foi proporcionada para todos nos canais de comunicação possíveis.

#### **5.4.2 Modelo Global de Divulgação**

##### **5.4.2.1 Modelo de Medida Global**

No modelo de divulgação apresentado no capítulo 3, o constructo Monitorização e Controlo está relacionado diretamente com a Divulgação Obrigatória da informação e, por seu lado, a Organização tem com ela uma relação indireta. Suportado, assim, pelo modelo teórico apresentamos, no Gráfico 3, um novo modelo de medida incluindo a variável Divulgação Obrigatória que reflete o cumprimento do normativo e que se manifesta através da divulgação dos itens obrigatórios do normativo ao nível do relatório de gestão, anexo e demonstrações financeiras e de itens de divulgação obrigatório para as



Fundações espelhado na Lei-Quadro (ver operacionalização dos constructos no capítulo 4).

Na construção teórica do índice de divulgação obrigatória tivemos em conta os itens de divulgação obrigatória na legislação: 20 pertencem a questões relacionadas com o cumprimento do normativo contabilístico e os restantes 4 respeitam à divulgação obrigatória que é imposta pela já referida Lei n.º 24/2012, de 9 de julho para as Fundações. De acordo com Hair *et al.* (1998), um constructo pode ser representado por dois indicadores, sendo preferível a existência de três indicadores. Ora nos modelos desta investigação apenas a Divulgação Obrigatória, pelas razões teóricas apresentadas, tem dois constructos os restantes têm três ou mais indicadores, pelo que o modelo vai ao encontro das exigências teóricas referidas. Para que o novo modelo de medida seja identificado é necessário fixar as trajetórias entre os resíduos e as variáveis latentes e fixar o coeficiente de trajetórias (variâncias) das variáveis manifestas. (Marôco, 2010).

Assim apresentamos de seguida um novo modelo de medida com a variável latente Divulgação Obrigatória (Gráfico 4). Como podemos verificar com a introdução da variável latente Divulgação Obrigatória, o modelo passou a ter todas as trajetórias estaticamente significativas para um  $p\text{ value} < 0.001$ , apresentando coeficientes de 0.576 e 0.78 para os indicadores da variável latente. Constatamos pois, que a Divulgação Obrigatória contribui de forma decisiva para o modelo de divulgação total.

#### Quadro 25 - Análise Fatorial Confirmatória com o Modelo de Medida Alterado

Relações de Dependência			Peso das Regressões Estandarizadas	$p$ Value
Tamanho	<---	Organização	,422	***
FundPub	<---	Organização	,449	***
MembrosTrab	<---	Organização	,604	***
Projetos	<---	Organização	,533	***
InternosCA	<---	Administração	,715	***
RemunCA	<---	Administração	,865	***
RemunCEO	<---	Administração	,556	***
Auditoria	<---	Monitorização_Controlo	,690	***
Certific	<---	Monitorização_Controlo	,518	***
Controlo	<---	Monitorização_Controlo	,418	***

Indice1	<---	Divulgação_Voluntária	,424	***
Indice2	<---	Divulgação_Voluntária	,486	***
Indice3	<---	Divulgação_Voluntária	,764	***
Indice4	<---	Divulgação_Voluntária	,842	***
Indice5	<---	Divulgação_Voluntária	,709	***
Indice6	<---	Divulgação_Voluntária	,560	***
Indice7	<---	Divulgação_Voluntária	,504	***
NormativoESNL	<---	Divulgação_Obrigatória	,576	***
RelatCont_PlanAtiv	<---	Divulgação_Obrigatória	,780	***

\*\*\* p<0.001

#### 5.4.2.2 Qualidade do Modelo de Medida Global

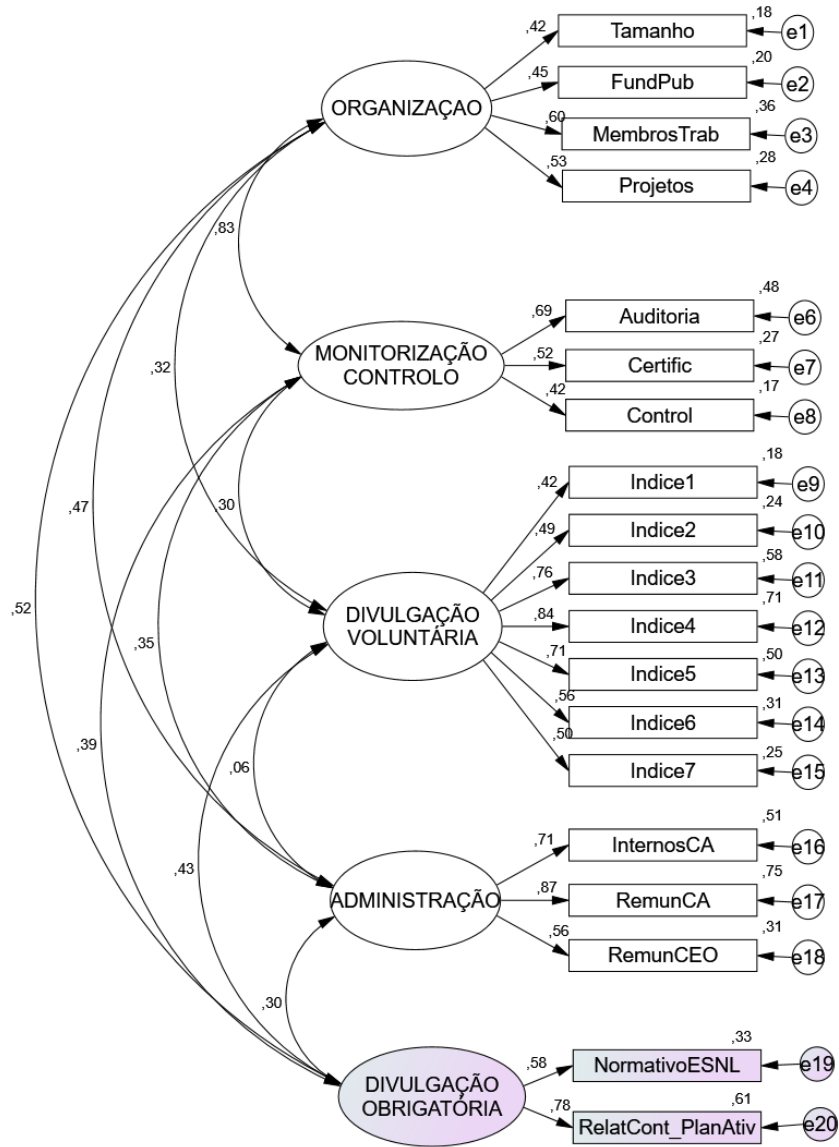
Na qualidade do modelo, avaliada através do teste do qui-quadrado e dos índices de ajustamento, verificamos que os valores obtidos são bastante semelhantes aos do modelo de medida inicial com as variáveis latentes Organização; Administração; Monitorização e Controlo; e Divulgação Voluntária.

No Gráfico 4 vemos a análise fatorial confirmatória estruturada no modelo de medida alterado, pois já incorpora a variável latente Divulgação Obrigatória.

Os resultados da qualidade do ajustamento mostram um modelo com todas as variáveis latentes consideradas neste estudo (Organização; Administração; Monitorização e Controlo; e Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória) com uma estatística do qui-quadrado ( $X^2$ ) no valor de 224,360, para um *p value* de 0,000. Os valores obtidos para os principais índices de ajustamento ( $X^2/df= 1,580$ ; CFI = 0,873; GFI = 0,853; PCFI = 0,725; PGFI = 0,638; RMSEA = 0,064) demonstram que o modelo apresenta um ajustamento bom à amostra em estudo.

**Gráfico 4 - Modelo de Medida Alterado com a Variável Latente**

**Divulgação Obrigatória**



$\chi^2(142)=224,360; p=,000; \chi^2/df=1,580$   
 $CFI=,873; PCFI=,725; GFI=,853; PGFI=,638$   
 $RMSEA=,064; P[rmsea \leq 0,05]=,076$

### 5.4.2.3 Modelo Estrutural Global

Para a especificação do modelo estrutural é necessário o estabelecimento de relações entre as variáveis latentes, podendo estas ter a característica de variáveis exógenas ou variáveis endógenas. Byrne (2010) e Hair *et al.* (2010) definem variáveis latentes exógenas como variáveis independentes que afetam os valores de outras variáveis latentes do modelo. No que respeita às variáveis latentes endógenas são variáveis dependentes e, como tal, são influenciadas pelas variáveis exógenas do modelo.

O modelo teórico apresenta uma variável exógena Organização e as variáveis latentes Administração; Monitorização e Controlo; Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória assumem-se como variáveis endógenas. De uma forma geral, podemos representar o modelo estrutural global com o seguinte conjunto de equações estruturais:

- (1) **Divulgação Voluntária** = f (Monitorização e Controlo; Administração; Divulgação Obrigatória; erro)
- (2) **Divulgação Obrigatória** = f (Monitorização e Controlo; erro)
- (3) **Monitorização e Controlo** = f (Organização; erro)
- (4) **Administração** = f (Organização; erro)

Após a especificação, procede-se à validação do modelo estrutural e das suas relações teóricas (Byrne, 2010; Hair *et al.*, 2010) onde são analisadas as significâncias estatísticas e as direções dos coeficientes de trajetória representadas. Neste caso, se analisarmos os resultados da análise do teste do qui-quadrado e dos índices de ajustamento que resultam da validação ao nível da qualidade de ajustamento global do modelo de medida (Gráfico 4) poderemos referir que não verificamos diferenças relevantes nos valores obtidos na estatística do qui-quadrado e nos índices de ajustamento, entre o modelo estrutural e o modelo de medida alterado, tendo-se registado uma estatística do qui-quadrado ( $X^2$ ) = 227,146 e  $p\ value = 0,000$  para 146 graus de liberdade.

No que concerne à avaliação da qualidade do ajustamento global deste modelo estrutural baseado nos índices de ajustamento, os valores obtidos demonstram que o modelo apresenta um ajustamento bom à amostra sob estudo, como segue no quadro seguinte:

**Quadro 26 - Índices de Qualidade de Ajustamento – Modelo Estrutural Global**

<b>FIT MEASURES</b>	<b>Modelo</b>	<b>Valores de Referência</b>
<b>Índices Absolutos</b>		
Normed chi-square ( $X^2/df$ )	1,556	]1; 2] Bom Ajustamento
GFI (Goodness-of-fit Index)	0.853	]0.8;0.9] Ajustamento Aceitável
<b>Índice Relativo</b>		
Comparative Fit Index (CFI)	0.874	]0.8;0.9] Ajustamento Aceitável
<b>Índices de Parcimónia</b>		
PCFI (Parsimony Comparative of Fit Index)	0.747	]0.6; 0.8] Bom Ajustamento
PGFI (Parsimony Goodness of Fit Index)	0.655	]0.6; 0.8] Bom Ajustamento
<b>Índices de Discrepância Populacional</b>		
RMSEA (Root-Mean-Square Error of Approximation)	0.063	]0.05;0.10] Bom Ajustamento

Fonte: Adaptado de Marôco (2010) com valores de referência

Para a avaliação das relações estruturais do modelo global, necessitamos determinar se as relações teóricas estabelecidas e especificadas são suportadas pelos dados. Neste seguimento, verificaremos se cada uma das hipóteses formuladas é estatisticamente significativa e se poderemos confirmar a direção prevista. As estimativas obtidas permitem-nos escrever as equações estruturais que se apresentam a seguir:

**Divulgação Voluntária** = 0,214 Monitorização e Controlo – 0,128 Administração + 0,365 Divulgação Obrigatória; Erro = 0,28;  $R^2 = 0,23$

**Divulgação Obrigatória** = 0,502 Monitorização e Controlo; Erro= 0,09;  $R^2 = 0,25$

**Monitorização e Controlo** = 0,893 Organização; Erro= 0,15;  $R^2 = 0,80$

**Administração**= 0,469 Organização; Erro= 0,06;  $R^2 = 0,22$

Na primeira equação, podemos constatar que apenas 23% das variações da Divulgação Voluntária são explicadas pelo modelo e que um dos coeficientes da equação apresenta valores negativos quando eram esperados, pela teoria, valores positivos. Os valores apresentados nos  $R^2$  na utilização de modelos de regressão lineares são habituais quando se trata de índices de divulgação, como poderemos verificar, por exemplo, nos estudos de Verbruggen *et al.* (2011) ou Carvalho *et al.* (2007).

Na equação da Monitorização e Controlo o modelo explica uma parte muito significativa da variância das variáveis explicadas a saber 80%, um valor esperado já que vimos ao longo desta investigação que existe uma relação entre uma relação direta entre tamanho das organizações a monitorização imposta por Lei. Nas restantes duas equações, constatamos que o modelo explica uma parte, a saber: 25%, no caso da variável Divulgação Obrigatória, e 22%, no caso da variável Administração.

O Quadro 27 apresenta as estimativas dos coeficientes de trajetória que retratam as relações de dependência do modelo estrutural global. Da análise do quadro confirmamos as características da organização como um importante determinante da Monitorização e Controlo (H1suportada). Tal como tínhamos já referido na confirmação das hipóteses do modelo inicial, a hipótese H1 é suportada também para o modelo global confirmando as bases da Teoria do *Stakeholder* no que respeita ao procedimento da divulgação para satisfazer as necessidades dos doadores, voluntários, colaboradores, etc e restantes *stakeholders* que contribuíram de alguma forma para a missão da Fundação (financeira ou não financeira) e que querem ver esclarecidas as suas pretensões quanto à transparência das atividades que ajudar a realizar. No mesmo sentido a verificação da Teoria da Dependência de Recursos pois essa mesma dependência origina outras dependências de prestação de contas. Por outro lado, estas organizações perante a atribuição de tais recursos (subsídios do Estado, doações, voluntários,...etc) tenderão a proceder mimeticamente e coercivamente com processo de Monitorização e Controlo o que confirma o postulado da Teoria Institucional. Tal como já referido (na secção 5.4 do modelo inicial) esta hipótese foi também confirmada nos estudos de Vermeer *et al.* (2006); Russell (2008); Behn *et al.* (2010) e Petrovits *et al.* (2011).

Confirma-se igualmente a relação de influência das características da organização sobre a estrutura do conselho de administração (H3 suportada) em consonância com os estudos de como os de Bradshaw *et al.* (1992); Iecovich (2005); Behn *et al.* (2010) e Saxton & Guo (2011) e também nos remete para a Teoria da Dependência dos Recursos que perante dependência de financiamento de determinados organismos poderá condicionar a estrutura dos representantes nos conselhos de administração. Aparentemente poderíamos pensar, também, na confirmação da teoria da agência já que esta defende uma posição a favor dos administradores não executivos que são necessários para supervisionar e controlar as ações dos administradores executivos, pois admitem um comportamento

oportunista dos executivos e um comportamento de controlo e verificação dos não executivos. Contudo, já no modelo inicial estrutural a variável membros não executivos tinha sido retirada fruto da análise fatorial confirmatória. Deste modo, a Teoria da Agência não se confirma neste caso.

Foi validada e confirmada que a Monitorização e Controlo têm impacto na Divulgação Obrigatória (H5 suportada). Organizações auditadas estarão mais aptas a promover a transparência através do cumprimento integral de informação obrigatória e deste modo a garantir a legitimidade (Wallace & Naser, 1995; Keating *et al.*, 2005; Hasan *et al.*, 2008; Nezhina & Brudney, 2010; Alanezi & Albuloushi, 2011; Gao & Kling, 2012). O facto de haver uma nova legislação que foi introduzida recentemente, há uma propensão forte de seguir o isomorfismo mimético e coercivo (Teoria Institucional) ligado também à dependência dos recursos no caso das OSFL pelo facto das auditoria externa das demonstrações financeiras influenciarem positivamente o nível de cumprimento dos normativos e relatórios financeiros tal como advogado também pela Teoria da Dependência dos Recursos.

A Divulgação Obrigatória tem, por sua vez, influência na Divulgação Voluntária realizada (H6 suportada) já que a propensão para disponibilizar informação voluntária está ligada com diversos aspetos da divulgação imposta por Lei (isomorfismo coercivo), uma vez que a exigência das informações dos normativos vão impulsionar a informação complementarmente divulgada (Ho & Shun Wong, 2001; Einhorn, 2005; Calabrese; 2011; Alanezi & Albuloushi, 2011; Moggi *et al.*, 2015) e as organizações tenderão aplicar as práticas de divulgação complementares que outras organizações aplicam (isomorfismo mimético).

Não foi possível validar que a estrutura do conselho de Administração tenha influência sobre a Divulgação Voluntária (H4 Rejeitada), resultado a que já tínhamos chegado no modelo inicial e no qual justificamos a sua não significância. Não se verificou o que a teoria apontava (Chen & Jaggi, 2000; Healy & Palepu, 2001; Williams, 2002). Este resultado poderá estar ligado ao facto de os conselhos de administração das Fundações em estudo terem uma participação muito baixa no número de internos e um número muito reduzido de gestores (do CA e com funções de CEO) que são remunerados e ainda a possibilidade da existência nos membros doadores no CA., o que poderá levar a uma interpretação de inutilidade de divulgação de mais informação já que quem doou também conhece a informação que deseja sobre essa doação.

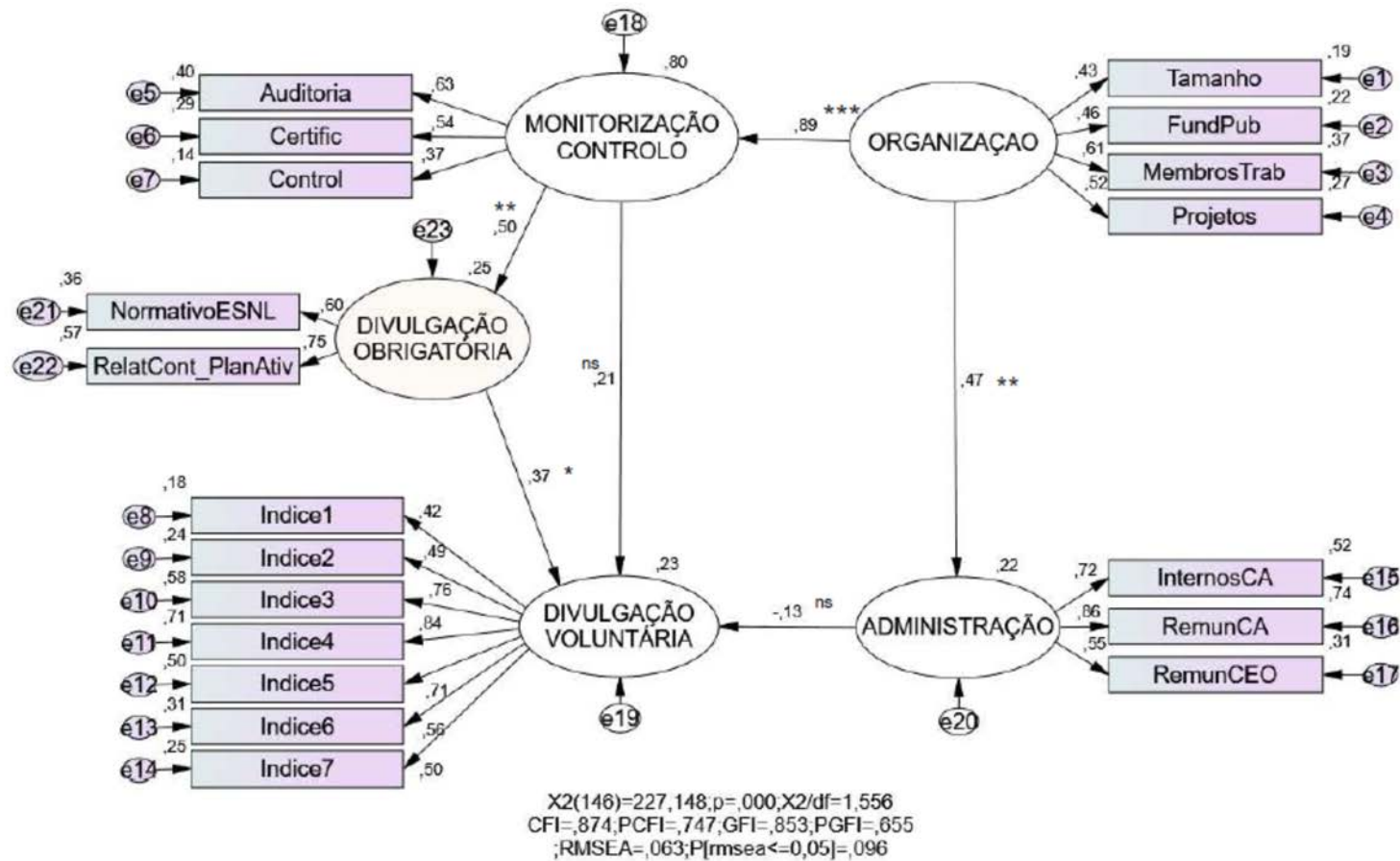
Com a introdução da variável latente Divulgação Obrigatória no modelo inicial a variável Monitorização e Controlo deixou de ter impacto direto na Divulgação Voluntária (H2 Rejeitada) tendo deixado de se verificar os efeitos das Teorias da Agência e dos *Stakeholder* previstos no modelo inicial. Este efeito pode justificar-se pela menor influência que a Monitorização e Controlo passam a ter sobre a Divulgação Voluntária pelo facto de existir um normativo com cumprimento obrigatório e que impulsionará, como previsto na teoria, a Divulgação Voluntária. A divulgação de informação obrigatória tenderá a influenciar o nível de divulgação voluntária divulgada dada a necessidade dos *stakeholder* no que respeita a informação da organização (Ho & Shun Wong, 2001; Einhorn, 2005; Calabrese, 2011; Alanezi & Albuloushi, 2011). Neste caso o cumprimento de uma ação coerciva irá mitigar ou mesmo anular o efeito da Monitorização e Controlo sobre Divulgação Voluntária (Moggi *et al.*, 2015).

O Gráfico 5 apresenta o Modelo Estrutural Global desta investigação, indo ao encontro do cumprimento do segundo objetivo. A representação gráfica apresenta os valores dos pesos fatoriais standardizados e a fiabilidade individual de cada item no modelo e as trajetórias que representam as hipóteses de investigação com a sua validade representada.

Em termos globais, verificamos a aceitação de quatro das seis hipóteses formuladas, o que nos leva à aceitação parcial do modelo teórico na explicação das relações entre as características gerais das Fundações e a Divulgação Voluntária e Obrigatória realizada. Desta forma, este estudo avaliou o efeito das características gerais das Fundações na Divulgação Voluntária e o efeito no modelo da introdução da Divulgação Obrigatória resultante do novo normativo contabilístico.



Gráfico 5 - Representação do Modelo Estrutural Global



**Quadro 27 - Hipóteses do Modelo Global de Divulgação**

Relações de Dependência			Peso das Regressões Estandarizadas $\beta$	$p$ Value	Decisão
<b>H1 - MONITORI_CONTROLO &lt;--- ORGANIZAÇÃO</b>			,893	***	Suportada
<b>H2 - DIV_VOLUNTÁRIA &lt;--- MONITORI_CONTROLO</b>			,214	,181	Rejeitada
<b>H3 - ADMINISTRAÇÃO &lt;--- ORGANIZAÇÃO</b>			,469	,002**	Suportada
<b>H4 - DIV_VOLUNTÁRIA &lt;--- ADMINISTRAÇÃO</b>			-,128	,259	Rejeitada
<b>H5 - DIV_OBRIGATÓRIA &lt;--- MONITORI_CONTROLO</b>			,502	,002**	Suportada
<b>H6 - DIV_VOLUNTÁRIA &lt;--- DIV_OBRIGATÓRIA</b>			,365	,024*	Suportada
Tamanho	<---	Organização	,432	***	
FundPub	<---	Organização	,464	***	
MembrosTrab	<---	Organização	,605	***	
Projetos	<---	Organização	,518,	***	
InternosCA	<---	Administração	,719	***	
RemunCA	<---	Administração	,862	***	
RemunCEO	<---	Administração	,555	***	
Auditoria	<---	Monitorização_Controlo	,630	***	
Certific	<---	Monitorização_Controlo	,536	***	
Controlo	<---	Monitorização_Controlo	,374	***	
Indice1	<---	Divulgação_Voluntária	,424	***	
Indice2	<---	Divulgação_Voluntária	,485	***	
Indice3	<---	Divulgação_Voluntária	,763	***	
Indice4	<---	Divulgação_Voluntária	,843	***	
Indice5	<---	Divulgação_Voluntária	,710	***	
Indice6	<---	Divulgação_Voluntária	,561	***	
Indice7	<---	Divulgação_Voluntária	,505	***	
NormativoESNL	<---	Divulgação_Obrigatória	,596	***	
RelatCont_PlanAtiv	<---	Divulgação_Obrigatória	,753	***	

\*\*\*  $p < 0.001$  \*\*  $p < 0.01$  \*  $p < 0.05$

A análise de trajetórias entre os fatores revelou que a trajetória Organização -> Monitorização e Controlo é a que apresenta maior peso ( $b = 0,567$ ;  $SE = 0,152$ ;  $\beta = 0,893$ ;  $p < 0,001$ ) seguida da trajetória Monitorização e Controlo -> Divulgação Obrigatória ( $b = 0,281$ ;  $SE = 0,092$ ;  $\beta = 0,502$ ;  $p < 0,01$ ) e da trajetória Organização -> Administração

( $b = 0,186$ ;  $SE = 0,060$ ;  $\beta = 0,469$ ;  $p < 0,01$ ). A última trajetória significativa é a Divulgação Obrigatória  $\rightarrow$  Divulgação Voluntária ( $b = 0,285$ ;  $SE = 0,127$ ;  $\beta = 0,365$ ;  $p < 0,05$ ). Finalmente a trajetória Administração  $\rightarrow$  Divulgação Voluntária ( $b = -0,090$ ;  $SE = 0,080$ ;  $\beta = -0,128$ ;  $p = 0,259$ ) e a trajetória Monitorização e Controlo  $\rightarrow$  Divulgação Voluntária ( $b = 0,094$ ;  $SE = 0,070$ ;  $\beta = 0,214$ ;  $p = 0,181$ ) revelaram-se não significativas. Para um modelo dessa complexidade, o modelo estrutural final revela robustez em relação aos indicadores de ajuste selecionados, denotando que as características da Organização têm influência sobre a estrutura do conselho de Administração e sobre a Monitorização e Controlo, e que, conseqüentemente, esta tem influência sobre a Divulgação Obrigatória, que influencia, por sua vez, a Divulgação Voluntária.

#### 5.4.2.4 Conclusão

As avaliações dos modelos deste estudo foram efetuada segundo a abordagem de duas fases: modelo de medida e modelo estrutural. Os modelos de medida (inicial e global) foram validados, e posteriormente validados os modelos estruturais. As conclusões finais permitem-nos afirmar que o modelo proposto é adequado.

No modelo inicial não foi possível validar a relação direta entre a Administração e a Divulgação Voluntária, e acreditamos que esse facto se deve ao baixo peso percentual que o número de internos e de membros remunerados têm na estrutura do conselho de administração. E, por outro lado, a possibilidade de existência de doadores nos CA poderá levar à diminuição da utilidade de divulgação externa.

No modelo global essa evidência mantém-se, o que era de esperar mas a introdução de mais uma variável latente provocou um efeito adicional, a diminuição da influência da Monitorização e Controlo sobre a Divulgação Voluntária, validada no modelo inicial, o que teoricamente é explicado pela influência que a Divulgação Obrigatória tem sobre a Divulgação Voluntária.

A análise do modelo de medida inicial contemplou a avaliação da qualidade do ajustamento global e do ajustamento local do modelo original. As fragilidades demonstradas pela existência de algumas variáveis manifestas que não apresentaram a fiabilidade desejada, levaram-nos a reespecificar o modelo de medida abandonando essas

variáveis para o modelo alterado (idade da Fundação e percentagem de não executivos no CA).

O modelo de medida alterado, composto por dezanove variáveis manifestas, demonstrou possuir uma qualidade do ajustamento global substancialmente melhor do que o modelo de medida original. Posteriormente, validamos o modelo de medida que se revelou um adequado (Marôco, 2010; Jöreskog & Sörbom, 1993). Os modelos estruturais apresentaram a estrutura de relações entre as variáveis latentes e, após as especificações, foram validadas a qualidade dos modelos (inicial e global) e as relações teóricas. Globalmente os dados suportaram, ainda que parcialmente, o modelo global teórico.

Conseguimos corroborar que as características organizacionais das Fundações (referenciadas como o tamanho das Fundações, o valor dos fundos públicos atribuídos, o número de membros trabalhadores e o número de projetos realizados) têm uma influência positiva e significativa nos processos de Monitorização e Controlo que se apresentam através das auditorias de carácter obrigatório que as Fundações realizam, da certificação obrigatória que obtém e outras tipologias de controlo de carácter voluntário (Vermeer *et al.*, 2006; Russell, 2008; Behn *et al.*, 2010; Petrovits *et al.*, 2011), o que era também previsto nas Teorias da Dependência dos Recursos, Teoria Institucional e Teoria dos *Stakeholders*.

Foi possível corroborar a influência das características da Organização sobre a estrutura do conselho de administração (manifestada através dos membros internos do conselho, da existência de remuneração dos membros do conselho de administração e da remuneração do diretor executivo) tal como previsto na literatura (Murray *et al.*, 1992; Bradshaw *et al.*, 1992; Behn *et al.*, 2010; Saxton & Guo, 2011) e na Teoria da Dependência dos Recursos.

Porém não foi possível verificar a influência da estrutura da Administração na Divulgação Voluntária, ao contrário do que era indicado pela revisão da bibliografia (Chen & Jaggi, 2000; Healy & Palepu, 2001; Williams, 2002; Gul & Leung, 2004; Cheng & Courtenay, 2006), não se verificando neste caso a influência da Teoria da Agência.

Foi ainda possível corroborar que os processos de Monitorização e Controlo têm influência sobre a Divulgação Obrigatória (24 itens de cumprimento obrigatório) tal como previsto (Wallace & Naser, 1995; Keating *et al.*, 2005; Hasan *et al.*, 2008; Nezhina & Brudney, 2010; Alanezi & Albuloushi, 2011; Gao & Kling, 2012) e corroborado pelas Teorias da Dependência dos Recursos e Teoria Institucional.

Por sua vez, a Divulgação Obrigatória tem influência sobre a Divulgação Voluntária (31 itens de cumprimento voluntário) tal como referido na literatura (Ho & Shun Wong, 2001; Einhorn, 2005; Calabrese, 2011; Alanezi & Albuloushi, 2011; Moggi *et al.*, 2015) e pela Teoria Institucional.

A presença da Divulgação Obrigatória justificará que as organizações divulguem aquilo que não estariam disponíveis para divulgar voluntariamente (Verrecchia, 2001), forçando a divulgação, já que perante informação menos positiva poderá dar-se uma inibição da divulgação da informação (Dye, 2001). De facto, a presença da Divulgação Obrigatória e a sua influência na Divulgação Voluntária provocou uma diminuição da relação positiva que a Monitorização e Controlo tinha sobre a Divulgação Voluntária, tornando-a até não significativa, ao contrário do que estava previsto (Gordon *et al.*, 2002). Poderemos falar, então, de uma anulação do efeito da Monitorização e Controlo anteriormente validado aquando do modelo inicial.

## **5.5 Influência da Divulgação Obrigatória na Divulgação Voluntária**

### **5.5.1 Efeito de Mediação no Modelo Global de Divulgação**

Em estudos realizados sobre a divulgação de informação nos relatórios de gestão (Glaum, Baetge, Grothe, & Oberdörster, 2011) percebemos que a introdução de um novo normativo contabilístico tem efeito mediador no modelo de divulgação e, por outro lado, tem um efeito moderador sobre outros constructos do modelo. A divulgação de informação apresenta, noutro estudo (Grüning, 2007), um papel mediador sobre outros constructos de divulgação apresentando efeitos diretos e indiretos sobre outras variáveis. Resta-nos, para cumprir um dos objetivos desta investigação (objetivo 3), e na análise de influência das variáveis influenciadoras da divulgação das Fundações, tentar perceber se a introdução do novo normativo para o Terceiro Setor teve um efeito mediador ou não sobre a Divulgação Voluntária.

Os modelos causais com variáveis latentes poderão contemplar a existência de variáveis mediadoras latentes. A variável mediadora é aquela que quando está presente

num modelo, vai diminuir a magnitude da relação entre uma variável independente e uma variável dependente (Marôco, 2010). Relativamente aos efeitos indiretos as variáveis mediadoras latentes representam, segundo (Kline, 2010), a relação de uma ou mais variáveis intervenientes que transmitem algum do efeito causal de variáveis anteriores sobre variáveis subsequentes. Calculamos nesta secção os efeitos diretos e indiretos na análise das relações causais do modelo estrutural. Poderemos referir que o efeito total será a soma dos efeitos diretos com os indiretos que exerce sobre uma outra variável e, se estes forem significativos, o efeito total também o será.

O modelo estrutural global está constituído por cinco variáveis latentes mas que tem na sua componente uma variável preditora, a Monitorização e Controlo, uma variável mediadora, a Divulgação Obrigatória, e uma dependente a Divulgação Voluntária. Perceber se a variável Divulgação Obrigatória tem mesmo um papel mediador passará por verificar no modelo, através de testes, se existe um efeito mediador na relação entre a variável independente e a variável dependente, aumentando assim a confiabilidade do exame de mediação.

Teórica e empiricamente, será importante perceber se o cumprimento obrigatório do novo normativo medeia o efeito da Monitorização e Controlo (em auditoria e certificações) sobre a divulgação voluntária, tal como referido na literatura (Grüning, 2007; Glaum *et al.*, 2011)

O teste a realizar terá como procedimentos a estimação dos efeitos indiretos, diretos e totais das variáveis latentes, verificação das estimativas de correlações e pesos de regressão estandardizados, e a obtenção de intervalos de confiança (*bias-corrected*) e testes de significância. O efeito direto que a variável Monitorização e Controlo (X) tem sobre a Divulgação Voluntária (Y) é dado pela relação direta  $\beta_{YX}$  (peso da regressão estandardizada na trajetória Monitorização e Controlo para Divulgação Voluntária) e o efeito indireto que é mediado pela variável Divulgação Obrigatória (M) que é dado por  $\beta_{MX} \times \beta_{YM}$ .

Quanto à significância estatística poderá ser obtida pelo Teste de *Sobel* (Marôco, 2010) que nos dará a estatística do teste Z, testando as hipóteses de significância do efeito de mediação:

$H_0: \beta_{MX} \times \beta_{YM} = 0$  (efeito de mediação não é significativo)

$H_1: \beta_{MX} \times \beta_{YM} \neq 0$  (efeito de mediação é significativo)

Assim rejeita-se  $H_0$  se  $|Z| \geq z_{1-\alpha/2}$

A significância dos efeitos indiretos pode ser avaliada. Então, com o teste de *Sobel* adaptado a variáveis latentes, para se verificar se existe mediação nos modelos abaixo apresentados, é necessário que o valor de  $Z$  se encontre acima de  $\pm 1.96$  e que o nível de significância seja inferior a  $\alpha = 0.05$ . Utilizamos a simulação *Bootstrap* (Marôco, 2010) para testar a significância estatística desses efeitos com recurso ao AMOS.

Após proceder aos cálculos, temos uma estatística de teste  $|Z| = 2.614 \geq z_{0.975} = 1.96$ , concluindo-se, assim, que se rejeita  $H_0$ , e verificando que o efeito de mediação é significativo.

Será, contudo, recomendado de acordo com Marôco (2010), que uma vez que temos um modelo que apresenta mais variáveis do que aquelas que estão consideradas no Teste de *Sobel*, uma variável mediadora está presente com outras variáveis, será aconselhável recorrer ao Teste de Comparação da Qualidade de Ajustamento entre o modelo completo (não restrito) com o modelo sem a variável mediadora (modelo restrito). No caso, em concreto, poderemos fazer a comparação entre o modelo estrutural inicial (modelo restrito) que apresentamos no Gráfico 3 e o modelo final global (não restrito) que engloba a variável mediadora, Gráfico 5.

Assim temos que comparar entre os dois modelos:

**Modelo Restrito:** qui-quadrado ( $X^2$ ) = 186.728 e  $p\ value = 0,000$  para 115 graus de liberdade

**Modelo Não restrito:** qui-quadrado ( $X^2$ ) = 227,146 e  $p\ value = 0,000$  para 146 graus de liberdade

**Quadro 28 - Comparação da Qualidade de Ajustamento entre Modelos**

Modelos	X2	X2/df	CFI	PCFI	GFI	PGFI	RMSEA
Inicial	186,728	1,624	0,877	0,741	0,864	0,650	0,067
Global	227,148	1,556	0,874	0,747	0,853	0,655	0,063

Desta análise comparativa percebemos que a variável mediadora não provocou grandes diferenças na qualidade de ajustamento, mantendo quase a mesma qualidade do modelo mas inverteu a influência que a Monitorização e Controlo tinha sobre a Divulgação Voluntária.

Analisaremos, então, os efeitos diretos e indiretos sobre as variáveis Divulgação Obrigatória e Divulgação Voluntária.

### **5.5.2 Efeitos Diretos, Indiretos e Totais no Modelo Global**

A quantificação dos efeitos indiretos requer a consideração dos diferentes coeficientes que exprimem as relações entre as variáveis causais envolvidas. Pela análise do gráfico final de caminho (no modelo estrutural global), podemos ver que existem dois efeitos indiretos sobre a Divulgação Voluntária e um efeito indireto sobre a Divulgação Obrigatória. O primeiro efeito indireto sobre a Divulgação Voluntária é estabelecido pela Organização por meio da Monitorização e Controlo; e o outro é estabelecido pela Monitorização e Controlo por meio da Divulgação Obrigatória, sendo o valor calculado com base no efeito que a variável latente Organização tem sobre a Monitorização e Controlo e o efeito que esta exerce sobre a Divulgação Obrigatória. O segundo efeito indireto é estabelecido entre Organização e a Divulgação Obrigatória, por meio da Monitorização e Controlo, como poderemos ver no quadro seguinte com os resultados da decomposição dos Efeitos Estruturais (diretos e indiretos) que queremos analisar.

Os *p-value* obtidos por simulação *Bootstrap* resultam de testes bilaterais (*two-tailed*) com hipóteses genéricas  $H_0 : B_i = 0$  vs  $H_1 : B_i \neq 0$ .



**Quadro 29 - Decomposição dos Efeitos Estruturais**

<i>Aplicação do Efeito</i>	<b>Divulgação Voluntária</b>			<b>Divulgação Obrigatória</b>		
<i>Origem do Efeito</i>	Direto	Indireto	Total	Direto	Indireto	Total
<b>Organização</b>	-	$(0.893 \times 0.214) + (-0.128 \times 0.469) + (0.893 \times 0.502 \times 0.365) = 0.295^{***}$	$0.295^{**}$ *		$(0.893 \times 0.502) = 0.449^{***}$	$0.449^{***}$
<b>Monitorização e Controlo</b>	0.214	$(0.502 \times 0.365) = 0.183^{***}$	$0.397^{**}$	0.502		$0.502^{**}$
<b>Administração</b>	-0.128	-	-0.128	-	-	-
<b>Divulgação Obrigatória</b>	0.365*	-	0.365*	-	-	-

\*\*\*  $p < 0.001$  \*\*  $p < 0.01$  \*  $p < 0.05$

Da análise dos *outputs* (quadro 29) poderemos constatar que de todos os efeitos produzidos a Administração não apresentou um efeito direto significativo sobre a Divulgação Voluntária ( $\beta = -0,128$ ;  $p = 0.259$ ) e o sinal também é contrário ao esperado, o que contraria o indicado pela literatura.

Por seu lado, também a Monitorização e Controlo não apresentou um efeito direto estatisticamente significativo sobre a Divulgação Voluntária ( $\beta = 0,214$ ;  $p = 0.181$ ), contudo, apresenta um efeito indireto mediado pela Divulgação Obrigatória, estatisticamente significativo ( $\beta = 0,183$ ;  $p < 0.001$ ). Analisando percebemos que a Monitorização e Controlo apresenta um efeito direto sobre a Divulgação Obrigatória estatisticamente significativo ( $\beta = 0,503$ ;  $p < 0.001$ ).

A Organização tem um efeito indireto sobre a Divulgação Obrigatória que é estatisticamente significativo ( $\beta = 0,449$ ;  $p < 0.001$ ) e também sobre a Divulgação Voluntária ( $\beta = 0,295$ ;  $p < 0.001$ ). Esta é uma aproximação de *bootstrap* obtida através da construção de intervalos de confiança (*bias-corrected percentile method*).

Por sua vez a Divulgação Obrigatória tem um efeito direto sobre a Divulgação Voluntária estatisticamente significativo ( $\beta = 0,365$ ;  $p < 0.05$ ), em consonância com a literatura.

Em síntese, confirmamos os efeitos indireto da Monitorização e Controlo sobre a Divulgação Voluntária mediado pela Divulgação Obrigatória, já que a Monitorização e Controlo tem validado significativamente o seu efeito direto na Divulgação Obrigatória. A Organização tem efeitos indiretos estatisticamente significativos sobre a Divulgação Voluntária e sobre a Divulgação Obrigatória. Confirmamos, ainda, o efeito direto significativo da Divulgação Obrigatória sobre a Divulgação Voluntária.

### **5.5.3 Modelo “Rival” Comparativo**

Nos estudos de Bollen & Long (1993) é aconselhado, no uso de equações estruturais, a comparação do modelo final com um modelo “rival” para que se possa ir para além do modelo proposto na avaliação do que é mais adequado ao estudo em questão.

Para este propósito tomamos por base um modelo rival que fosse diferente em alguns aspetos para poder ser comparado o seu ajustamento. Deste modo e por uma questão de parcimónia, as trajetórias não significativas poderão ser eliminadas e teríamos um modelo para comparar trajetórias causais obtidas com um modelo “rival” (Gráfico 6). Talvez possamos pensar que o modelo tomado como “rival” possa ter uma análise final mais “limpa”, pelo facto de não comportar trajetórias estatisticamente não significativas, mas como necessitamos de aferir os efeitos indiretos será limitadora a opção final por este modelo.

Da análise da qualidade de ajustamento do dois modelos (Global e Rival) notamos que o modelo “rival” não apresenta diferenças consideráveis nem significativamente parcimoniosa do que o modelo global. Este facto pode estar relacionado com alguma característica da amostra ou até de alguma falha na especificação teórica. Assim, não obstante a possibilidade de opção pelo modelo rival como modelo final de referência, concluimos que, por um lado, a qualidade de ajustamento deste modelo rival (Gráfico 6)

não traria uma melhoria significativa ao modelo global (Gráfico 5) já encontrado e, por outro, consideramos que a variável mediadora na relação permite obter resultados mais explicativos da realidade (Marôco, 2010), o que no caso em apreço desta investigação é considerado como verdadeiro, já que a obrigatoriedade de divulgação da informação tenderá a diminuir a influência que as práticas de auditoria têm sobre as práticas de divulgação voluntária. Em suma, o modelo que explica a divulgação da informação dada pelas Fundações é o modelo global (Gráfico 5) pois é o que é mais explicativo da realidade portuguesa neste Terceiro Setor.

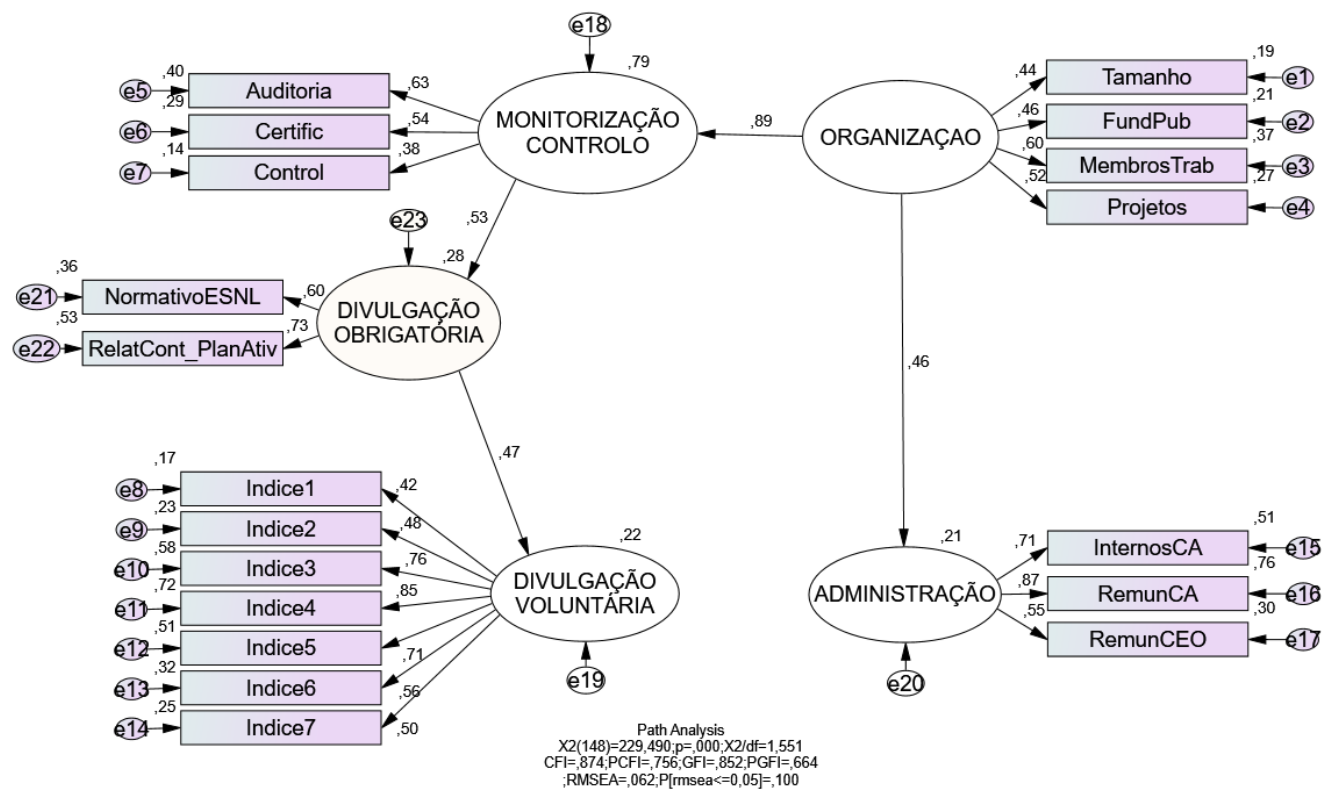
#### 5.5.4 Conclusão

O constructo exógeno Organização mostra no modelo ser o maior impulsionador de efeito indiretos nas variáveis Divulgação Obrigatória e Divulgação Voluntária, sendo que a variável Monitorização e Controlo reduz a sua influência direta sobre a Divulgação Voluntária quando introduzimos a variável Divulgação Obrigatória, deixando inclusive de ser estatisticamente significativa ( $\beta=0,214$ ;  $p\text{ value}=0,181$ ). A Divulgação Obrigatória tem assim validado um efeito mediador no modelo.

Esse facto é comprovado na teoria que evidencia que, perante a dependência dos recursos e a coercividade exercida sobre estas instituições na pressão da divulgação (Verbruggen *et al.*, 2011), o objetivo das normas passará por exigir que as organizações divulguem aquilo que não estariam disponíveis para divulgar voluntariamente (Verrecchia, 2001) e que só o fariam, antes da introdução de um normativo, perante mecanismos de controlo e auditoria (Gordon *et al.*, 2002; Alanezi & Albuloushi, 2011).

Os efeitos diretos dos constructos foram validados através das relações de causalidade que se conseguiram validar (através das hipóteses) e os efeitos indiretos foram validados e reconhecidos como estaticamente significativos entre o constructo Monitorização e Controlo e o constructo Organização sobre as duas tipologias de divulgação, sendo o efeito sobre a Divulgação Voluntária mediado pela Divulgação Obrigatória.

**Gráfico 6 - Modelo “Rival” da Divulgação da Informação**



## 5.6 Indicadores de Boas Práticas de Divulgação

A informação voluntária que tivemos como referência no modelo de Divulgação Voluntária foi definido pelos indicadores que constituem o SORP (2005), modelo de divulgação para as *Charities*, vigente no Reino Unido, e como já referido é constituído por um conjunto de 31 itens. A análise que constitui o MEE teve na formação do constructo Divulgação Voluntária, um indicador não ponderado de todos os conjuntos de itens para uma variável dicotómica de divulgação ou não desses itens. Para os mesmos itens realizaremos uma Análise de Componentes Principais (ACP) ao grau de importância atribuído por cada Fundação a cada um dos 31 itens, a partir de combinações lineares das variáveis originais, com a clara intenção de uma análise da importância dada à Divulgação Voluntária, com redução e consequente eliminação de sobreposições, por forma a escolher as dimensões mais representativas dos dados aplicados ao caso português.

Para Hair *et al.* (2010), o estudo da dimensionalidade de um instrumento passa por um estudo exploratório da estrutura fatorial através do método de extração ACP com rotação ortogonal *varimax*. A extração dos fatores que se efetuou teve por base a análise de componentes principais com rotação *varimax*, considerando o número de fatores em função dos valores próprios superiores a 1 (Marôco, 2007). Para a análise correta das dimensões que interessam deveremos utilizá-la tendo em conta o critério de *Kaiser* (*eigenvalues*) com valores próprios superiores a 1, os valores dados pelo indicador de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) serem superiores a 0,8 e um Teste de *Bartlett* (esfericidade) com correlações entre variáveis significativamente diferentes.

Com o objetivo de chegar à informação voluntária mais importante na ótica das Fundações portuguesas, foi realizada a análise fatorial, atendendo aos critérios de eliminação de baixas comunalidades (inferiores a 0,5) e a saturação em mais do que uma dimensão (inferiores a 0,3 num fator), e ainda ausência do item para o aumento da consistência interna (*Alpha* de *Cronbach*). Desta análise foi necessário proceder à eliminação de 8 itens: três no Índice 2 - Estrutura e Governo (4, 6,7); um no Índice 3 – Objetivos e Atividades (13), e quatro no Índice 4 - Realizações e Desempenho (18,19,20,21) (Apêndice 4). É interessante perceber o conteúdo dos indicadores que a

análise fatorial eliminou. Alguns indicadores são coincidentes com informações de cariz obrigatório (e.g., número de trabalhadores) outros não estão relacionadas com aspetos que considerem primordiais ou que a maioria das Fundações desenvolvam (e.g, detalhes de resultados e estratégia de angariação de fundos; atividades secundárias) e, por último, há aspetos que não querem divulgar pois poderá ser contraproducente já que poderá ser seguido por outras instituições (e.g., convites à entrada de novos mecenas). Conseguimos, por isso, justificar, através da aplicação prática das situações nas Fundações, os resultados estatísticos obtidos.

A solução fatorial que melhor se adequou aos dados (em termos de variância explicada e coerência conceptual dos fatores) foi uma solução de **4 Dimensões** que apresentamos no Quadro 30. As análises foram efetuadas com recurso ao *software* IBM SPSS versão 22.

**Quadro 30 - Dimensões Resultantes da Análise de Componentes Principais**

DIMENSÕES		ITENS	F1	F2	F3	F4
D 1	Valores Monetários e Financeiros	31. Descrição das atividades realizadas com utilização desses fundos.	0.846			
		30. Descrição dos fundos detidos em nome de terceiros.	0.835			
		25. Política de reservas (informação sobre o nível de reservas realizadas e a razão da sua constituição).	0.824			
		26. Indicação de soluções para as atividades que apresentam um <i>deficit</i> de financiamento.	0.724			
		15. Contribuição dos voluntários para as atividades (se possível com valores monetários e horas).	0.685			
		23. Relatórios individuais de cada doação ou subsídio (descrição e condicionantes para a sua realização).	0.673			
		24. Fatores, internos ou externos, relevantes para o alcance dos objetivos (p.e. relacionamento com os empregados, financiadores e posição da instituição na comunidade).	0.672			
		27. Principais fontes de financiamento e descrição das despesas realizadas para alcance das atividades filantrópicas.	0.624			
		28. Indicar as políticas de investimento seguidas e os seus desempenhos (p.e. rendimentos de investimentos).	0.617			
		22. Explicação da aplicação do investimento e desempenho alcançado em relação aos objetivos iniciais.	0.587			
Cronbach's Alpha			0.919			

<b>D 2</b> <b>Atividade da Fundação</b>	9. Objetivos das atividades anuais e estratégia a seguir pela Fundação.	0.801			
	10. Detalhes de como as atividades contribuíram para o alcance dos objetivos.	0.750			
	29. Explicar os principais objetivos futuros e as metas a levar a cabo para os alcançar.	0.743			
	8. Missão e Visão (declaração de objetivos estatutários).	0.721			
	16. Os resultados alcançados com as atividades principais (informação qualitativa e quantitativa).	0.671			
	11. Explicação das mudanças ou das diferenças na sociedade (benefícios públicos) alcançadas através das atividades realizadas.	0.585			
	17. Comparação desses resultados com os objetivos propostos e com o orçamento anual.	0.572			
Cronbach's Alpha		<b>0.901</b>			
<b>D 3</b> <b>Informação do Governance</b>	3. Identificação do Diretor Executivo e Gestores Executivos que gerem a Fundação	0.780			
	5. Estrutura organizacional com enfoque nos responsáveis de departamentos/serviço e nas instituições ligadas (subsidiárias ou relacionadas)	0.708			
	1. Identificação dos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração; C. de Curadores; C. de Mecena, etc)	0.687			
	2. Detalhes profissionais sobre os gestores e a administração (qualificações, experiências profissionais e área de especialização)	0.684			
Cronbach's Alpha		<b>0.816</b>			
<b>D 4</b> <b>Subsídios e Doações</b>	12. Indicação das atividades que forem financiadas por doações ou subsídios	0.694			
	14. Identificação/nome dos subsídios, doações e legados.	0.617			
<b>Cronbach's Alpha</b>		<b>0.733</b>			
<b>Valor Próprio</b>		10.5	2.6	1.2	1.1
<b>% da variância explicada</b>		45.8	11.4	5.1	4.6
<b>% da variância total explicada</b>					66.9
<b>Kaiser-Meyer-Olkin</b>					0.903
<b>Bartlett's Test</b>	Approx. Chi-Square				2264.6
	df				253
	Sig.				0.000

Os resultados mostram que a Dimensão **1** agrupou os itens mais relacionados com **Valores Monetários e Financeiros**, a Dimensão **2** agrupou os itens mais relacionados com a **Atividade da Fundação**, os itens que fazem parte do Dimensão **3** estão todos relacionados com **Informação do Governance** e os itens que fazem parte do Dimensão **4** têm uma vertente direcionada especificamente a **Subsídios e Doações**.

Os resultados mostram que a primeira dimensão (D1 - valores monetários e financeiros) possui um valor próprio de 10.5 que corresponde a 45,8% da variância total.

A segunda dimensão (D2 - atividade da Fundação) possui um valor próprio de 2.6 e corresponde a 11,4% da variância total. A terceira dimensão (D3- informação do *governance*) possui um valor próprio de 1.2 que corresponde a 5,1% da variância total. A quarta dimensão (D4 – subsídios e doações) possui um valor próprio de 1.1 que corresponde a 4,6% da variância total.

Percebemos que as quatro componentes de dimensão explicam 66,90% da variância total com todas as dimensões a cumprir o *eigenvalue* > 1 (valor próprio) e um Alpha de *Cronbach* positivo e superior a 0,7 em todas as dimensões dando à análise uma relação fidedigna e indicando a presença de homogeneidade e consistência interna elevadas. A solução fatorial explica, assim, cerca de 66,9% da variância total dos valores da escala sendo o teste KMO considerado muito bom (0,903). A análise de fiabilidade das escalas de medida levada a cabo permitiram a operacionalização do conceito (indicadores de divulgação voluntária para Portugal) e os resultados são apresentados no Quadro 30. Verifica-se que o *Alpha* de *Cronbach* encontrado (0,945) para os 23 itens é muito bom e indicia homogeneidade e consistência interna muito elevadas.

Verificamos, nesta análise, a fiabilidade enquanto medida de consistência interna (Quadro 31), para a medição do grau com que os vários itens indicam o mesmo conceito (Marôco, 2007) através de uma avaliação do coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* em conjunto com a correlação do *item-to-total*. A homogeneidade da escala é medida neste coeficiente, podendo variar entre 0 e 1, considerando-se a consistência interna boa se for superior a 0,8, e que valores abaixo de 0,6 serão inadmissíveis. O contributo de cada item é importante para o valor do Alpha de *Cronbach* e, por isso, os itens que apresentam baixa correlação com o score total serão um problema. Por isso consideramos, igualmente, como critério que a correlação *item-to-total* de cada item da escala seja superior a 0,3 (Hair *et al.*, 2010).



**Quadro 31 - Consistência Interna dos Indicadores de Divulgação Voluntária**

<b>Estatísticas de Item – Total</b>	<b>Correlação de item total corrigida</b>	<b>Alpha de Cronbach se o item for excluído</b>
1. Identificação dos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração; C. de Curadores; C. de Mecenass, etc)	,453	,945
2. Detalhes profissionais sobre os gestores e a administração (qualificações, experiências profissionais e área de especialização)	,606	,943
3. Identificação do Diretor Executivo e Gestores Executivos que gerem a Fundação	,600	,943
5. Estrutura organizacional com enfoque nos responsáveis de departamentos/serviço e nas instituições ligadas (subsidiárias ou relacionadas)	,600	,943
8. Missão e Visão (declaração de objetivos estatutários).	,564	,943
9. Objetivos das atividades anuais e estratégia a seguir pela Fundação.	,538	,944
10. Detalhes de como as atividades contribuíram para o alcance dos objetivos.	,657	,942
11. Explicação das mudanças ou das diferenças na sociedade (benefícios públicos) alcançadas através das atividades realizadas.	,701	,941
12. Indicação das atividades que forem financiadas por doações ou subsídios	,545	,944
14. Identificação/nome dos subsídios, doações e legados.	,636	,942
15. Contribuição dos voluntários para as atividades (se possível com valores monetários e horas).	,625	,943
16. Os resultados alcançados com as atividades principais (informação qualitativa e quantitativa).	,706	,942
17. Comparação desses resultados com os objetivos propostos e com o orçamento anual.	,704	,942
22. Explicação da aplicação do investimento e desempenho alcançado em relação aos objetivos iniciais.	,691	,942
23. Relatórios individuais de cada doação ou subsídio (descrição e condicionantes para a sua realização).	,645	,942
24. Fatores, internos ou externos, relevantes para o alcance dos objetivos (p.e. relacionamento com os empregados, financiadores e posição da instituição na comunidade).	,754	,941
25. Política de reservas (informação sobre o nível de reservas realizadas e a razão da sua constituição).	,644	,942
26. Indicação de soluções para as atividades que apresentam um <i>deficit</i> de financiamento.	,659	,942
27. Principais fontes de financiamento e descrição das despesas realizadas para alcance das atividades filantrópicas.	,697	,941
28. Indicar as políticas de investimento seguidas e os seus desempenhos (p.e. rendimentos de investimentos).	,714	,941
29. Explicar os principais objetivos futuros e as metas a levar a cabo para os alcançar.	,698	,942
30. Descrição dos fundos detidos em nome de terceiros.	,612	,943
31. Descrição das atividades realizadas com utilização desses fundos.	,573	,944
<b>Alpha de Cronbach</b>	<b>0,945</b>	

Da análise realizada propomos, assim, que o índice de boas práticas de divulgação da informação para as Fundações possa ser constituído pelos indicadores que se encontram nas quatro dimensões encontradas no global com 23 itens de divulgação.

Os 10 itens de divulgação sobre os **Valores Monetários e Financeiros**, 7 itens de divulgação sobre a **Atividade da Fundação**, 4 itens de divulgação sobre a **Informação do Governance**, e por fim 2 itens sobre os **Subsídios e Doações**, resultado dos testes à dimensionalidade dos indicadores propostos para análise do seu grau de importância e contributo para o processo de divulgação.

#### **Quadro 32 - Índice de Boas Práticas de Divulgação para as Fundações**

- a) Identificação dos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração; Conselho de Curadores; Conselho de Mecenaz, etc).*
- b) Detalhes profissionais sobre os gestores e a administração (qualificações, experiências profissionais e área de especialização).*
- c) Identificação do Diretor Executivo e Gestores Executivos que gerem a Fundação.*
- d) Estrutura organizacional com enfoque nos responsáveis de departamentos/serviço e nas instituições ligadas (subsidiárias ou relacionadas).*
- e) Missão e Visão (declaração de objetivos estatutários).*
- f) Objetivos das atividades anuais e estratégia a seguir pela Fundação.*
- g) Detalhes de como as atividades contribuíram para o alcance dos objetivos.*
- h) Explicação das mudanças ou das diferenças na sociedade (benefícios públicos) alcançadas através das atividades realizadas.*
- i) Indicação das atividades que forem financiadas por doações ou subsídios.*
- j) Identificação/nome dos subsídios, doações e legados.*
- k) Contribuição dos voluntários para as atividades (se possível com valores monetários e horas).*
- l) Os resultados alcançados com as atividades principais (informação qualitativa e quantitativa).*
- m) Comparação desses resultados com os objetivos propostos e com o orçamento anual.*
- n) Explicação da aplicação do investimento e desempenho alcançado em relação aos objetivos iniciais.*
- o) Relatórios individuais de cada doação ou subsídio (descrição e condicionantes para a sua realização).*
- p) Fatores, internos ou externos, relevantes para o alcance dos objetivos (e.g. relacionamento com os empregados, financiadores e posição da instituição na comunidade).*
- q) Política de reservas (informação sobre o nível de reservas realizadas e a razão da sua constituição).*
- r) Indicação de soluções para as atividades que apresentam um deficit de financiamento.*
- s) Principais fontes de financiamento e descrição das despesas realizadas para alcance das atividades filantrópicas.*
- t) Indicar as políticas de investimento seguidas e os seus desempenhos (e.g. rendimentos de investimentos).*
- u) Explicar os principais objetivos futuros e as metas a levar a cabo para os alcançar.*
- v) Descrição dos fundos detidos em nome de terceiros.*
- w) Descrição das atividades realizadas com utilização dos fundos.*

Em síntese, os resultados obtidos suportam a perspectiva multidimensional definida na operacionalização deste índice de divulgação como complemento da informação das Fundações na sua prestação de contas.

Na divulgação que as Fundações fazem aos seus *stakeholders* com a periodicidade mínima de um ano no cumprimento dos preceitos legais da prestação de contas poder-se-á elencar informação complementar. Estes indicadores propostos no índice de boas práticas poderão esclarecer melhor os destinatários da informação e torná-los em potenciais doadores ou reforçar a credibilidade institucional sobre a aplicação dos valores doados e a sua aplicação na concretização da missão da organização. Como podemos indagar de estudos realizados (e.g., Parsons, 2007), os doadores podem ser motivados a fazerem contribuições para uma organização sem fins lucrativos com base no conteúdo do relatório de gestão. Esta informação poderá ser um sinal para aumentar o nível de transparência, e muitas vezes visto como meio de publicação das atividades realizadas com as doações recebidas dos beneméritos e, por isso, encarado como meio de agradecimento público. Existem estudos sobre a divulgação que mostram que ao adicionar informação voluntária aumenta a angariação de donativos recebidos no ano seguinte (Weisbrod & Dominguez, 1986). Numa lógica de dependência de recursos e criação de alternativa a esse recurso, o primeiro passo de mudança da estratégia poderá passar pela melhoria dos conteúdos dos R&C ou pela apresentação simultânea de um documento com estes indicadores. Este procedimento iria proporcionar, para além da melhoria de transparência e credibilidade dos processos financeiros, uma maior comparabilidade e igualdade nas organizações que adotassem estes indicadores de boas práticas de divulgação da informação.



## CONCLUSÕES

---



## 6. CONCLUSÕES

### Introdução

Este estudo teve como objetivo criar um modelo para investigar de que modo as características gerais das Fundações influenciam a divulgação da informação realizada na prestação de contas. Numa fase inicial o estudo centrou-se apenas na Divulgação Voluntária realizada mas na fase de maior desenvolvimento enquadrou também a Divulgação Obrigatória, ditada pelo normativo das entidades do setor não lucrativo. A influência positiva das características gerais das Fundações (características da Organização, estrutura do conselho de Administração, e processo de Monitorização e Controlo) foram exploradas na teoria como possível relação de influência com a Divulgação Voluntária mas também a existência de relações entre os constructos que de uma forma direta ou indireta influenciam a Divulgação Voluntária. O modelo também pretendeu compreender as relações existentes entre a Divulgação Obrigatória e as referidas características gerais das Fundações. A validação do modelo levou-nos a qualificar o tipo de efeito que a introdução do normativo gerou no modelo e na própria divulgação Voluntária, classificando os efeitos diretos e indiretos que as características gerais das Fundações geraram na Divulgação Voluntária e na Divulgação Obrigatória.

Por fim, da análise realizada, quisemos aferir a possibilidade de construção de um índice de referências de boas práticas como complemento da informação que as Fundações poderão ter para a sua prestação de contas, por forma a poder garantir que os *stakeholders* têm a informação que necessitam para poderem atuar perante as Fundações de forma clara e inequívoca. Deste modo, foram analisados empiricamente os efeitos positivos e diretos: (H1) das características da Organização na Monitorização e Controlo; (H2) da Monitorização e Controlo na Divulgação Voluntária; (H3) das características da Organização com a estrutura do Conselho de Administração; (H4) da estrutura do Conselho de Administração com a Divulgação Voluntária; (H5) da Monitorização e Controlo na Divulgação Obrigatória e (H6) da Divulgação Obrigatória na Divulgação Voluntária. Também foram empiricamente validados os efeitos indiretos identificados entre os diversos constructos em relação às duas tipologias de Divulgação Voluntária e Obrigatória.

Deste modo nas conclusões, serão apresentadas sínteses das questões teóricas e dos resultados empíricos obtidos que nos permitirão aferir os contributos desta tese, apresentando, todavia, algumas limitações encontradas no estudo e a nossa sugestão de investigação futura.

## **Síntese Teórica**

A revisão de literatura deste estudo baseou-se em quatro teorias principais: A Teoria da Agência, a Teoria dos Stakeholders, a Teoria Institucional e a Teoria da Dependência dos Recursos.

Relativamente à Teoria da Agência, foi efetuada uma revisão ao trabalho de Jensen & Meckling (1976) no que respeita aos fundamentos da constituição dos órgãos de gestão e dos mecanismos de compensação, e a sua influência nas práticas de divulgação. Com a devida adaptação às organizações do Terceiro Setor os problemas de agência também podem ser identificados, se o principal (doadores particulares ou públicos) vir cumprido por parte do agente (gestores ou membros dos órgãos) o seu objetivo de divulgação de informação relevante, e.g., os resultados da missão, haverá minimização dos problemas de agência e das assimetrias de informação. Por outro lado, os custos de agência ocorridos com os mecanismos de controlo levarão a maiores níveis de divulgação que poderão ser minimizados pela escolha da composição de membros dos órgãos de gestão.

A Teoria dos Stakeholders enfatiza que os *stakeholders* envolvidos nestas organizações assumem-se como os destinatários da informação que é prestada, com interesses comuns centrados na avaliação dos serviços oferecidos pela organização, no modo como os administradores cumprem com as suas responsabilidades e na aplicação dada às contribuições públicas e privadas entregues às organizações para o cumprimento da sua missão.

A Teoria Institucional está alicerçada nos processos de isomorfismo mimético e coercivo que as OSFL seguem nas práticas de gestão, sugerindo também, uma influência dos órgãos de gestão nas expectativas dos diversos *stakeholders* ligados às organizações. A pressão exercida pela aplicação de normas e a adoção de mecanismo de controlo



semelhantes aos empresariais nas organizações do Terceiro Setor configuram práticas miméticas e coercivas, pois as pressões das autoridades competentes e a supervisão de terceiros são influenciadores da qualidade da prestação de contas e da transparência.

A Teoria da Dependência de Recursos pode ser retratada numa perspectiva de procura constante de autonomia por parte das organizações, confrontando-as com limitações e necessidade de práticas de controlo e auditoria. Perante a dependência financeira das OSFL e a dificuldade para adquirir e controlar seus recursos, haverá um condicionamento da estrutura e das atividades das organizações.

Nesta abordagem teórica percebemos que no cumprimento do normativo contabilístico do Terceiro Setor as OSFL realizam práticas isomórficas (coercivas e miméticas) identificadas pela Teoria Institucional, já que perante exigência do normativo, coercivamente aplicado, a organização pode *imitar* práticas comumente encontradas nas empresas que serão admiradas ou valorizadas pelos demais atores sociais como forma de agilizar os processos de prestação de contas. Muita da informação divulgada é de natureza voluntária, impulsionada por razões de controlo e redução de assimetrias (Teoria da Agência) que levarão a maiores níveis de divulgação. A informação dada aos doadores de subsídios ou de outro tipo de contribuição reforçará a credibilidade e legitimidade da organização que é caracterizada por uma clara dependência financeira e não financeira (Teoria da Dependência de Recursos) e que condicionam a sua operacionalização e gestão estratégica na sociedade. Há, contudo, uma necessidade de implementação de um processo mais participativo na prestação de contas que satisfaçam os *stakeholders*, reforçando a transparência e credibilidade da organização (Teoria dos *Stakeholders*).

Estes contributos das teorias de base foram reforçados e revistos com contributos posteriores para a construção dos modelos teóricos que direccionaram os seus esforços para a formulação das diversas hipóteses e que se consubstanciaram no estudo da influência das características das organizações sobre a estrutura dos conselhos de administração (Bradshaw *et al.*, 1992; Iecovich, 2005; Behn *et al.*, 2010; Saxton & Guo, 2011) e a sua possível influência na divulgação da informação Voluntária (Chen & Jaggi, 2000; Healy & Palepu, 2001; Williams, 2002). A outro nível foi estudada a influência das características das organizações sobre os processos de Monitorização e Controlo externo (Vermeer *et al.*, 2006; Russell, 2008; Behn *et al.*, 2010; Petrovits *et al.*, 2011) e por sua vez a sua influência sobre a Divulgação Voluntária realizada pelas organizações do Terceiro Setor (Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Alanezi & Albuloushi,

2011). Incorporando os contributos das diversas teorias revistas, construímos os modelos teóricos (Figura 1) capazes de explicar as relações existentes entre as características gerais das Fundações e a divulgação de informação, e o seu contributo para a transparência na prestação de contas.

## **Síntese de Resultados**

Os modelos de análise apresentam cinco constructos. O modelo de análise inicial é composto pelos quatro constructos seguintes: a Organização; a Monitorização e Controlo; a Administração e a Divulgação Voluntária. O modelo global incorpora no modelo inicial, quatro constructos, e um outro, a Divulgação Obrigatória.

O constructo Organização representa, as características organizacionais que as Fundações possuem e que de um modo geral as diferencia das outras organizações do Terceiro Setor (Bradshaw *et al.*, 1992; Stone *et al.*, 2001; Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Iecovich, 2005; Brown & Trout, 2007; Behn *et al.* 2010; Saxton *et al.*, 2012). Os dados permitem-nos concluir que as Fundações detêm características diferenciadoras nos ativos que possuem (fruto do património fundacional), nos projetos que realizam, nos apoios financeiros do Estado e nos colaboradores que participam no cumprimento da missão, sejam remunerados ou voluntários.

O constructo Monitorização e Controlo reflete o modo como as Fundações se responsabilizam perante os doadores e entidades financiadoras, para assegurar que aplicação dada aos recursos vai ao encontro das intenções do doador ou financiadores. Esses processos passarão por auditorias e certificações que são realizadas por imperativo legal ou por razões estatutárias. Ou realizadas por opção dos órgãos sociais que os definem como importante complemento da prestação de contas (Vermeer *et al.*, 2006; Calabrese, 2011; Pridgen & Wang, 2012; Reheul *et al.*, 2012; Keating *et al.*, 2015). As Fundações ao apresentarem as técnicas de controlo e monitorização dos fundos e bens recebidos apresentam melhor qualidade de informação e denotam maior transparência, perante os fundadores, os doadores e as entidades governamentais.

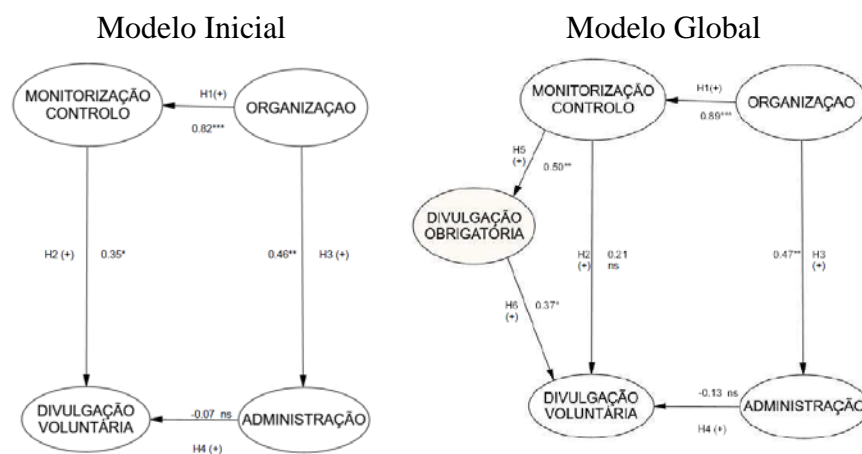
O constructo Administração representa a estrutura que os conselhos de administração das Fundações poderão ter e que contará com o importante papel dos membros do CA que são internos e por isso que têm a capacidade de tomadas de decisão estratégicas e tempestivas pois conhecem melhor a realidade da organização (Barragato, 2002; Cornforth & Simpson, 2002; Callen *et al.*, 2003; Eng & Mak, 2003; Prybil, 2006; Andrés-Alonso *et al.*, 2009; Cardinaels, 2009; Brickley *et al.*, 2010; Ackerman *et al.*, 2012; Saxton *et al.*, 2012). Os dados permitem-nos concluir que também a remuneração dos membros do CA e do próprio CEO serão um importante fator na composição e estrutura das Fundações e que também são diferenciadores de outras organizações sem fins lucrativos.

O constructo Divulgação Voluntária é um conceito multidimensional que foi medido através de um agregado de indicadores do SORP, Charity Commission (2005) e que serviu de base para quantificar e qualificar a informação voluntária que as Fundações divulgavam nos R&C.

O constructo Divulgação Obrigatória é também um conceito multidimensional medido pelo agregado de itens de divulgação obrigatória (Verbruggen *et al.*, 2011) que pertencem ao Normativo das ESNL e a itens da Lei-Quadro das Fundações.

Entre os cinco constructos foram testadas cinco relações causais em dois modelos distintos cujos resultados apresentamos nas figuras seguintes.

**Figura 10 - Resultados do Modelos de Análises**



Legenda: estimativas significativas \*\*\* p<0.001 \*\* p<0.01 \* p<0.05

O presente estudo evidenciou a existência de causalidade positivamente significativa entre o constructo Organização e a Monitorização e Controlo. Esta relação é verificada nos dois modelos (inicial e global). As características organizacionais das Fundações referenciadas como o tamanho das Fundações, o valor dos fundos públicos atribuídos, o número de membros trabalhadores e o número de projetos realizados, têm uma influência positiva e significativa nos processos de Monitorização e Controlo que se apresentam através das auditorias obrigatórias que as Fundações estão sujeitas, da certificação obrigatória que obtém e outras tipologias de controlo de carácter voluntário (Vermeer *et al.*, 2006; Russell, 2008; Behn *et al.*, 2010; Petrovits *et al.*, 2011), influência essa também prevista nas Teorias da Dependência dos Recursos, Teoria Institucional e Teoria dos Stakeholders.

No modelo que comporta apenas a Divulgação Voluntária (modelo inicial) conseguimos evidência que vai ao encontro do que a teoria previa quanto à relação de causalidade entre os processos de Monitorização e Controlo e a Divulgação Voluntária (Ho & Shun Wong, 2001; Gordon *et al.*, 2002; Alanezi & Albuloushi, 2011) e que estava em consonância com a Teoria da Agência e a Teoria do Stakeholders: maior controlo externo levará a níveis de divulgação maiores, indo ao encontro da informação procurada pelos doadores e beneméritos. Todavia, quando estamos na presença da Divulgação Obrigatória essa relação de causalidade deixa de fazer sentido pois a influência que a Divulgação Obrigatória terá sobre a Divulgação Voluntária provoca anulação do efeito que a Monitorização e Controlo tinha sobre a Divulgação Voluntária. Neste caso, por força da coercividade exercida da Divulgação Obrigatória e perante a dependência dos recursos, as Fundações divulgarão aquilo que não estariam disponíveis a divulgar voluntariamente, como é o caso da informação menos positiva, podendo até dar-se uma inibição da divulgação da informação. Neste caso, a Divulgação Obrigatória tem um papel mediador, e a Monitorização e Controlo terá apenas um efeito indireto, validado e estatisticamente significativo, sobre a Divulgação Voluntária mediado pela Divulgação Obrigatória. As características da Organização sugerem ser o maior impulsionador de efeito indiretos nas variáveis Divulgação Obrigatória e Divulgação Voluntária. Estas características organizacionais tem efeitos indiretos, estatisticamente significativos, sobre a Divulgação Voluntária e sobre a Divulgação Obrigatória.

Foi, ainda, possível corroborar que os processos de Monitorização e Controlo têm uma relação causal sobre a Divulgação Obrigatória (Wallace & Naser, 1995; Keating *et*

*al.*, 2005; Hasan et al., 2008; Nezhina & Brudney, 2010; Alanezi & Albuloushi, 2011; Gao & Kling, 2012) tal como o corroborado pelas Teorias da Dependência dos Recursos e Teoria Institucional. E, por sua vez, a Divulgação Obrigatória tem influência e relação de causalidade sobre a Divulgação Voluntária (Ho & Shun Wong, 2001; Einhorn, 2005; Calabrese, 2011; Alanezi & Albuloushi, 2011; Moggi et al., 2015), o que era indicado também pela Teoria Institucional.

Foi possível estabelecer a relação de causalidade entre as características da Organização e a estrutura do Conselho de Administração corroborando o exposto na diversa literatura (Murray *et al.*, 1992; Bradshaw *et al.*, 1992; Behn *et al.*, 2010; Saxton & Guo, 2011) e na Teoria da Dependência dos Recursos. Marcadamente, as características das Fundações irão ditar a estrutura e composição que o Conselho de Administração irá ter.

Porém, não foi possível, verificar a influência da estrutura da Administração na Divulgação Voluntária ao contrário do que era indicado pela revisão da bibliografia (Chen & Jaggi, 2000; Healy & Palepu, 2001; Williams, 2002; Gul & Leung, 2004; Cheng & Courtenay, 2006) não se verificando neste caso a influência da Teoria da Agência. Nesta lógica a influência indireta que as características das Fundações poderiam ter sobre a Divulgação Voluntária não poderá ser validada através do efeito do Conselho de Administração.

Os efeitos diretos dos constructos foram validados através das relações de causalidade que se mostraram estatisticamente significativas na validação das hipóteses, e os efeitos indiretos que se conseguiram obter, estatisticamente significativos, dão-se entre os constructos Monitorização e Controlo e o constructo Organização sobre as duas tipologias de divulgação, sendo o efeito sobre a Divulgação Voluntária mediado pela Divulgação Obrigatória.

Pese embora as relações que não conseguiram ser validadas poderem ser retiradas do modelo, para a obtenção de um modelo mais simplificado de divulgação, concluímos que o modelo que explica a divulgação da informação dada pelas Fundações é o modelo global (Gráfico 5), já que compreende as particularidades da realidade do Terceiro Setor em Portugal.

Por último, a partir dos resultados obtidos construímos um índice de referências de boas práticas de divulgação para as Fundações (Quadro 32), como complemento da informação que é prestada por força da aplicação do normativo para o setor não lucrativo. A construção deste índice teve por base os indicadores do SORP (Charity Commission, 2005) sobre o qual foi realizada uma análise de componentes principais à resposta dos gestores e responsáveis financeiros das Fundações relativas ao grau de importância a cada um dos itens, por forma a escolher as dimensões mais representativas dos dados aplicados ao caso português. O SORP é uma norma de divulgação que opera no Reino Unido e é considerada como o instrumento de divulgação mais adequado e completo para Terceiro Setor (Connolly & Hyndman, 2001; Travaglini, 2008; Gordon *et al.*, 2010) por representar um modelo das melhores práticas de integralidade, relevância, acessibilidade, transparência e divulgação total para os relatórios das OSFL.

Sintetizando, os dados recolhidos nas Fundações Portuguesas permitiram-nos aferir as hipóteses de investigação e cumprir os objetivos a que nos propusemos:

- (i) As características da Organização influenciam diretamente os processos de Monitorização e Controlo, a estrutura do conselho de Administração, e indiretamente a Divulgação Voluntária e a Divulgação Obrigatória.
- (ii) Os processos de Monitorização e Controlo levados a cabo pelas Fundações influenciam diretamente a Divulgação Voluntária quando não estamos na presença de Divulgação Obrigatória. Todavia, a influência da Monitorização e Controlo sobre a Divulgação Obrigatória foi validada, tal como o seu efeito indireto na Divulgação Voluntária, através do efeito provocado pela Divulgação Obrigatória.
- (iii) A introdução do normativo obrigatório tem um efeito mediador no processo de divulgação, pois perante o efeito coercivo de um normativo, o efeito que os processos de Monitorização e Controlo tinham sobre a Divulgação Voluntária diminui.
- (iv) A construção de um índice de referências de boas práticas a partir dos resultados obtidos, como complemento da informação fruto da aplicação do normativo, para as Fundações em particular com a possibilidade de aplicação ao Terceiro Setor em geral.

## Contribuições da Tese

A tese explora a divulgação da informação prestada pelas Fundações como um meio de demonstrar transparência e credibilidade à sociedade e às instituições parceiras. As Fundações em Portugal aplicam os recursos recebidos, e isentos em termos fiscais, para promover o bem público mas muitas delas também distribuem, para outras entidades do setor não lucrativo, apoios financeiros.

O relato financeiro é um meio de comunicação importante, e em particular neste setor, através do qual as organizações que o integram podem cumprir o seu dever e a responsabilidade de prestar contas perante os doadores, financiadores e a sociedade em geral. Falar em *accountability* será abordar questões ligadas à transparência pois exige que a informação necessária seja acessível ao escrutínio público.

O contributo deste estudo passou por estudar a prestação de contas das Fundações que têm sido, nos últimos anos, colocadas à prova e sobre as quais têm sido levantadas algumas questões de transparência e responsabilidade.

É o primeiro estudo em Portugal que trata a temática da Divulgação Voluntária e Divulgação Obrigatória em conjunto e, em concreto, também no Terceiro Setor. Ao nível das Fundações é também o primeiro estudo que trata dados primários sobre esta temática tão sensível como a transparência na prestação de contas e sobre um setor com um grande contributo para a economia nacional. No estudo empírico escolhemos o universo de Fundações portuguesas de âmbito privado ou de direito privado, para o estudo. Para a recolha dos dados primários tivemos a participação das Fundações portuguesas em atividade à data de 2013, no primeiro ano da prestação de contas do novo normativo para o Terceiro Setor, que perfizeram um total de 279 Fundações, tendo o estudo empírico abrangido o total da população e tendo sido obtidos 142 questionários válidos para o tratamento de dados.

Em termos teóricos, desenvolvemos dois modelos de investigação que, apoiando-se na literatura, são originais e representativos do tema tratado. Os modelos propostos forneceram contribuições a vários níveis, conseguimos perceber quais as variáveis que poderão condicionar e influenciar uma prestação de contas e, deste modo, dotar as Fundações de informação para que possam, na utilização dessas variáveis, melhorar a sua comunicação anual com os *stakeholders*.

Outro contributo foi dado o desenvolvimento de conceitos bem como a definição de escalas para a sua mensuração que foi realizada através da operacionalização dos constructos. Por outro lado, incluíram-se relações entre variáveis que não tinham sido consideradas em trabalhos de investigação anteriores e agregamos vários indicadores de divulgação que foram analisados de forma conjunta pela primeira vez.

Outro contributo importante, resultante desta investigação, prende-se com a construção do índice de boas práticas de divulgação, uma importante ferramenta de análise para a divulgação da informação complementar nos R&C, pois teve por base um modelo internacional, devidamente testado e em vigor, e o contributo dos diretores financeiros e gestores das Fundações na seleção dos itens que melhor se adequam à realidade portuguesa.

Os resultados desta investigação permitirão às Fundações desenhar e estabelecer políticas de divulgação que, embora sujeitas a normas obrigatórias, poderão dar mais ênfase à informação que os *stakeholders* procuram. Não só a informação de índole financeiro mas também a informação qualitativa que identifique a aplicação dada às doações e aos recursos recebidos. Considerando, ainda, que o setor é dependente dos fundos de terceiros, há evidência de que os doadores podem ser motivados a fazerem contribuições para uma OSFL com base no conteúdo do relatório de gestão e, por isso, a transparência que é transmitida no processo de prestação de contas e o aumento da qualidade e quantidade da informação a divulgar, poderá ser um fator decisivo para quem doa bens e dinheiro ou participa como voluntário nas atividades das Fundações.

Num cenário de carência dos meios de financiamento, nas organizações do terceiro setor, a estratégia de sobrevivência terá que ser repensada e, quer seja através da prestação de serviços e vendas de bens que realizem, quer através de técnicas de *fundraising* diversificadas o seu enfoque terá que ser sempre a melhoria das relações de confiança e credibilidade com qualquer *stakeholders* como potenciais contribuidor. É na procura destes valores que a publicação das atividades realizadas com as doações e subsídios recebidos dos beneméritos (particulares, institucionais, empresariais ou estatais) poderá ser encarada como meio de transparência, na utilização dos recursos doados, e de agradecimento público para que esta divulgação de informação e demonstração de transparência possa, nas relações futuras, aumentar a angariação de donativos e fundos a receber.



Tendo sido verificado que os processos de Monitorização e Controlo têm uma influência significativa e positiva sobre os tipos de Divulgação Voluntária e Obrigatória, e que mais e melhor divulgação levarão a maior transparência, sendo um veículo de conforto para os possíveis doadores, as Fundações poderão implementar diversos mecanismos de controlo, ainda que voluntários, para aumentar a transparência e, desta forma, poder-se abrir a novas formas de sobrevivência financeira. A constituição da estrutura do conselho de Administração, operacionalizada com a participação de membros internos e as remunerações existentes nos membros e no CEO, não influencia a a tipologia de divulgação da informação.

Ao nível teórico, o contributo desta investigação passou por clarificar as práticas de divulgação que as Fundações realizam, concretamente perante uma mudança de normativo. Não obstante a existência de um normativo e de uma plataforma para a prestação de contas, é possível encontrar diferenças consideráveis nas inúmeras organizações deste setor, contudo essa informação não está acessível a todos os *stakeholders* e não é passível de comparabilidade para além do que é obrigatório e, por isso, não é possível uma verdadeira regulação de responsabilidades. Os resultados desta investigação poderão ajudar a melhorar as práticas de divulgação, aumentando a transparência da prestação de contas do setor em geral e das Fundações em particular, dado que abrangerá divulgações de natureza obrigatória e de natureza voluntária, permitindo uma maior comparabilidade das entidades que compõem o Terceiro Setor.

## **Limitações e Sugestões de Investigação Futura**

A literatura existente demonstrou que a mensuração da divulgação de informações, seja voluntária ou obrigatória, é um trabalho complexo e que algumas variáveis podem apresentar alguns problemas já que os índices de divulgação foram construídos seguindo uma medida de base teórica. O índice de Divulgação Voluntária foi realizado com base num índice existente, o SORP (2005), originalmente concebido para outra realidade cultural e social distinta da portuguesa, por outro lado, não contemplou outro tipo de informação voluntária que seja divulgada ou apresentada noutros conteúdos para além do R&C. O índice de divulgação da informação obrigatória foi construído com itens do

normativo e de itens da Lei-Quadro das Fundações mas tendo por base as informações retiradas do questionário respondido pelos responsáveis financeiros, que embora conhecedores das terminologias contabilísticas, poderá ser sempre levantada alguma subjetividade na resposta.

Usamos para a análise o primeiro ano da prestação de contas realizada na vigência do normativo contabilístico para as entidades do setor não lucrativo – NCRF-ESNL. Contudo, apenas um ano de análise da informação poderá ser limitativo, pese embora o facto de as Fundações operarem no pressuposto da continuidade e, por regra, não alterarem, consideravelmente, as políticas de divulgação de um ano para o outro.

As pesquisas futuras poderão contemplar uma análise longitudinal e onde o normativo terá mais anos de vigência, para se avaliar de facto o verdadeiro cumprimento do normativo e a mudança de divulgação de informação ao longo do tempo.

Outra limitação poderá estar centrada no tamanho da amostra usada, não obstante o facto de ser representativa da população e o próprio setor fundacional não ser muito grande, seria pertinente ter uma amostra de maior dimensão, o que se apresenta como uma oportunidade de replicar o estudo para outra tipologia jurídica do Terceiro Setor com uma dimensão maior, e.g., as associações.

Analisamos as variáveis que a literatura nos apontou como relevantes para a divulgação da informação em organizações do Terceiro Setor, todavia estamos conscientes da existência de outras variáveis que podem ter influência e que não foram incluídas nos modelos apresentados. Será, esta, também uma reflexão para a inclusão de outras variáveis, e.g, formação académica dos membros do CA, reputação dos membros, que poderão ser substanciais num modelo de divulgação de informação futuro.

Apesar de todas as limitações mencionadas, os resultados deste estudo devem contribuir para uma mais extensa pesquisa futura, que pensamos não se esgotar com os modelos utilizados.

## APÊNDICES

---



## **Apêndice 1 - Questionário**



A. Carvalho, L. Lima Rodrigues, M. Branco, 2013

Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação de Amélia Oliveira Carvalho, docente do IPP - Instituto Politécnico do Porto e doutoranda da Faculdade de Economia do Porto - Doutoramento em Ciências Empresariais. Peço, por favor, a colaboração neste questionário e a resposta às perguntas apresentadas de forma precisa e sincera. O questionário é anónimo e confidencial, e destina-se exclusivamente a fins académicos. O tempo de preenchimento é de, aproximadamente, 15 minutos. O seu contributo, neste questionário, é extremamente importante para clarificar o importante papel das Fundações na sociedade portuguesa.



Este inquérito é realizado sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Lima Portela Rodrigues (Univ. Minho - EEG) e do Professor Doutor Manuel Emílio Mota Almeida Castelo Branco (Univ. Porto - FEP).

1. DADOS DO RESPONDENTE

1.1. Que cargo desempenha atualmente na Fundação? \*

- ☐ Membro Executivo do Conselho Administração
- ☐ Membro Não Executivo do Conselho Administração
- ☐ Membro do Conselho Fiscal
- ☐ Membro do Conselho de Fundadores
- ☐ Colaborador da Fundação
- ☐ Outro. Qual?  \*

1.2. Há quanto tempo colabora e/ou desempenha cargos na Fundação? \*

- ☐ 0-3 anos
- ☐ 4-6 anos
- ☐ 7-10 anos
- ☐ 11-15 anos
- ☐ mais de 15 anos

2. ATIVIDADE

2.1. Qual a data de constituição da Fundação? (dd/mm/aaaa) \*

2.2. Que Tipologia Jurídica tem a Fundação? \*

- ☐ Pública de direito público
- ☐ Pública de direito privado
- ☐ Privada
- ☐ Outra. Qual?  \*

2.3. Ordene por ordem de importância as Áreas de atuação predominantes na Fundação (escolha até 5 áreas e arraste-as da coluna da esquerda para a da direita por essa mesma ordem) \*

Social

Cultural

Educação

Saúde e bem-estar

Ambiente, desenvolvimento e habitação

Ciência, tecnologia e investigação

Culto e congregação

Desporto, recreio e lazer



2.4. Qual o Estatuto que a Fundação possuía em 31/12/2012? \*

- ☐ Apenas de Utilidade Pública
- ☐ IPSS
- ☐ ONG
- ☐ Nenhum dos referidos

2.5. Qual o âmbito de atuação da Fundação? \*

- ☐ Local
- ☐ Regional
- ☐ Nacional e/ou Internacional

2.6. Quantos colaboradores com vínculo laboral (contrato trabalho) possuía a Fundação em 31/12/2012? \*

2.7. Quantos colaboradores em regime de prestação de serviço a Fundação tinha à data 31/12/2012? \*

2.8. Quantos voluntários participam, em média por ano, nas atividades da Fundação? \*

2.9. Quantos projetos/ações realiza a Fundação, em média, por ano? \*

- ☐ 1 a 4
- ☐ 5 a 8
- ☐ 9 a 12
- ☐ 13 a 16
- ☐ mais de 16

2.10. Quantos beneficiários/utentes são abrangidos, em média por ano, pelos projetos que a Fundação realiza? \*

2.11. O valor do s Ativos que a Fundação possuía em 31/12/2012 situa-se entre que valores? \*

- ☐ ]0 até 200.000€]
- ☐ ]200.000€ - 1.000.000€]
- ☐ ]1.000.000€ - 4.000.000€]
- ☐ ]4.000.000€ - 40.000.000€]
- ☐ > 40.000.000€

3. GOVERNANCE

Os grupos de questões que se seguem são relativos ao Órgão do Conselho de Administração (CA) e ao Administrador Executivo (CEO) da Fundação. Para responder às questões destes grupos tome como referência a data de 31/12/2012.

Este grupo de questões é relativo ao Conselho de Administração (CA) da Fundação. Para cada um dos itens indicados (Nível de Formação, Área de Formação e Características) indique o número de membros que existem. Preencha apenas os itens que se aplicam.

3.1. Quantos membros possui o Conselho de Administração - CA? \*

3.2. Nível de Formação: \*

Número de membros do CA que possuem apenas formação de nível básico	<div></div>
Número de membros do CA que possuem formação de nível secundário	<div></div>
Número de membros do CA que possuem Licenciatura	<div></div>
Número de membros do CA que possuem Mestrado	<div></div>
Número de membros do CA que possuem Doutoramento	<div></div>

3.3. Área de Formação: \*

Número de membros do CA que são da Área das Ciências Sociais e do Comportamento	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área das Humanidades e Artes	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área do Direito	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área das Ciências da Saúde	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área das Ciências Empresariais	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área de Engenharia	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área Religiosa	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são da Área das Ciências da Educação	<input type="text"/>

3.4. Características: \*

Número de membros do CA que são externos à Fundação (não trabalham internamente)	<input type="text"/>
Número de membros do CA que trabalham apenas e exclusivamente para a Fundação	<input type="text"/>
Número de membros do CA que têm cargo executivo na Fundação	<input type="text"/>
Número de membros do CA que desempenham, simultaneamente, outros cargos de direção noutras instituições/empresas	<input type="text"/>
Número de membros do CA que desempenham ou já desempenharam cargos públicos (com visibilidade académica, televisiva, ou de notoriedade na sociedade local)	<input type="text"/>
Número de membros do CA que desempenham ou desempenharam mandatos políticos	<input type="text"/>
Número de membros do CA que têm laços de parentesco entre si (relação familiar)	<input type="text"/>
Número de membros do CA que possuem remuneração da Fundação	<input type="text"/>
Número de membros do CA que são do sexo feminino	<input type="text"/>

3.5. O grupo de questões que se segue é relativo ao Administrador Executivo da Fundação - CEO. \*

Caso tenha mais do que um Administrador Executivo tome como referência o mais antigo na Fundação.

	Sim	Não
O Administrador Executivo já desempenhou ou desempenha algum cargo público (com visibilidade académica, televisiva, ou de notoriedade na sociedade local)		
O Administrador Executivo já desempenhou ou desempenha algum mandato político		
O Administrador Executivo da Fundação é também o Presidente do Conselho de Administração		
Quando assumiu o cargo de Administrador Executivo já fazia parte dos Órgãos ou Membros da Fundação		
O Administrador tem laços de parentesco (relação familiar) com algum dos membros do Conselho de Administração		
O Administrador Executivo desempenha o cargo na Fundação há menos de 3 anos		
O Administrador Executivo desempenha o cargo na Fundação há mais de 3 e menos de 6 anos		
O Administrador Executivo desempenha o cargo na Fundação há mais de 6 anos		

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Considerando as principais fontes de Recursos Financeiros que a Fundação detém, indique aproximadamente o peso, em percentagem, que os mesmos têm nos Rendimentos Totais da Fundação (tenha por base os valores do último ano e preencha apenas os itens que se aplicam): \*

- Apoios de Entidades Privadas (doações, patrocínios...)
- Subsídios de Entidades Públicas (nacionais ou internacionais)
- Dotações Patrimoniais de Entidades Privadas
- Dotações Patrimoniais de Entidades Públicas
- Venda de produtos e/ou Prestação de Serviços

**4.2. O valor dos apoios financeiros que a Fundação recebeu do Estado e das demais pessoas coletivas públicas, no ano 2012 de forma direta ou indireta, situa-se no intervalo: \***

- ☐ ] 0€ - 1.000€]
- ☐ ]1.000€-100.000€]
- ☐ ]100.000€-1.000.000€]
- ☐ ]1.000.000€-10.000.000€]
- ☐ >10.000.000€

**4.3. O valor que a Fundação gasta em média com a captação de apoios financeiros (despesas de *Fundraising*) situa-se no intervalo: \***

- ☐ 0€
- ☐ ]1€-1000€]
- ☐ ]1.000€-10.000€]
- ☐ ]10.000€-50.000€]
- ☐ >50.000€

## 5. NORMATIVO CONTABILISTICO

As questões deste grupo visam a comparação do novo normativo contabilístico das entidades não lucrativas - NCRF-ESNL - DL nº 36-A/2011, de 9/03, com o utilizado anteriormente pela Fundação (POC; POCIPSS; POCAM; POCFAAC;POCP; IAS/IFRS).

**5.1. No que respeita ao enquadramento do Normativo Contabilístico escolha a opção que se aplica: \***

- ☐ A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativa no ano 2011
- ☐ A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativas no ano 2012
- ☐ A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativas no ano 2013
- ☐ A Fundação, ainda, não adotou o novo normativo das entidades não lucrativas e aplica o anterior
- ☐ A Fundação aplica o regime de caixa previsto no art.º10º do DL nº 36-A/2011, de 9/02
- ☐ A Fundação, não adota o normativo das entidades não lucrativas porque aplica as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS/IFRS
- ☐ A Fundação, não adota o normativo das entidades não lucrativas porque aplica o POC Público

5.2. Qual o normativo que a Fundação utilizava em 2010? \*

- ☐ SNC - Sistema de Normalização Contabilística
- ☐ POC - Plano Oficial de Contas
- ☐ PCIPSS - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ☐ POCAM - Plano de Contas das Associações Mutualistas
- ☐ POCFAAC - Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes
- ☐ POCP - Planos Setoriais da Contabilidade Pública - Saúde, Educação ou Autarquias Locais
- ☐ IAS/IFRS - Normas Internacionais de Relato Financeiro
- ☐ Outro. Qual?  \*

5.3. As afirmações que se seguem são relativas à informação que resulta da aplicação do normativo NCRF-ESNL. Responda às questões caso conheça este normativo ou já tenha o aplicado em alguma instituição. Para cada uma delas assinale o seu grau de concordância.\*

	Discordo Completamente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Completamente
A informação financeira (informação quantitativa) é mais extensa e completa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação não financeira (informação qualitativa) é mais extensa e completa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há mais informação a prestar quanto aos critérios de reconhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há mais informação a prestar quanto às bases de mensuração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há mais transparência na prestação de contas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O novo normativo responde melhor às necessidades dos nossos <i>stakeholders</i> pela informação adicional que presta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As demonstrações financeiras são agora facilmente comparáveis com as de outras entidades lucrativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação a apresentar no Anexo passou a ser mais descritiva/qualitativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação a apresentar no Anexo passou a ser mais quantitativa monetária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação a apresentar no Anexo passou a ser mais quantitativa não monetária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A informação a apresentar no Anexo passou a ser apresentada com mais gráficos e tabelas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

# Transparência na prestação de contas nas Fundações: abordagem teórica e empírica

O normativo é claro e de fácil compreensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aplicação do normativo não constituiu nenhuma dificuldade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aplicação do normativo provocou constrangimentos nos técnicos responsáveis pela elaboração da informação financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aplicação do normativo provocou constrangimentos ao nível dos sistemas de informação pela atualização necessária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aplicação do normativo provocou constrangimentos pela complexidade do enquadramento contabilístico que foi necessário dominar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**5.4. Relativamente à divulgação de informação, indique a frequência com que divulga o tipo de informação que se segue aquando da elaboração do Anexo ou do próprio Relatório de Gestão da Fundação: \***

	Nunca	Raras Vezes	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Sempre
Principais Políticas Contabilísticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bases da apresentação e características da informação financeira (Continuidade; Acréscimo; Consistência; Materialidade e Agregação; Compensação; Informação comparativa)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras políticas contabilísticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pressupostos relativos ao futuro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Principais fontes de incerteza das estimativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Notas explicativas com referências cruzadas com as rubricas das Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A natureza dos erros materiais e os seus impactos nas Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação complementar constante das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação desagregada dos itens apresentados nas Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação não reconhecida nas Demonstrações Financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os órgãos sociais (número, composição e remunerações)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os beneficiários (número e características)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os voluntários (número e características)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os colaboradores (número e características)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Benefícios obtido de terceiros mas sem valor monetário atribuído	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valor das Doações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação sobre os Beneméritos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**5.5. No que respeita à classificação do s Ativo s, a Fundação apresenta no Balanço e no Anexo a seguinte (s) subdivisão (poderá escolher de uma o u mais opções caso se aplique): \***

- ☐ Ativos Correntes (curto prazo) e não Correntes (médio e longo prazo)
- ☐ Ativos Líquidos e Ativos Brutos
- ☐ Ativos com restrição permanentes
- ☐ Ativos com restrição temporária
- ☐ Ativos sem restrição de utilização

**5.6. Tendo por base o normativo que a Fundação utilizava em 2010, que Demonstrações Financeiras divulgava no passado? \***

- ☐ Balanço
- ☐ Demonstração de Resultados (por natureza e/ou por funções)
- ☐ Anexo
- ☐ Demonstração de Fluxos de Caixa
- ☐ Demonstração de Alterações de Capitais Próprios

**5.7. Tendo por base o atual normativo que a Fundação aplica, que Demonstrações Financeiras divulga atualmente? \***

- ☐ Balanço
- ☐ Demonstração de Resultados (por natureza e/ou por funções)
- ☐ Anexo
- ☐ Demonstração de Fluxos de Caixa
- ☐ Demonstração de Alterações de Capitais Próprios
- ☐ Outras. Quais?  \*



6. ELABORAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

O grupo de questões que se segue respeita à Elaboração de Contas, Controlo Interno e Certificação de Contas

6.1. O Técnico Oficial de Contas (TOC) que elabora as contas é colaborador interno na Fundação?\*

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.2. A Fundação tem Certificação de Contas?\*

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.2.1. A Certificação de Contas é realizada por:\*

- ☐ Imposição Legal
- ☐ Opção dos membros órgãos sociais
- ☐ Imposição estatutária
- ☐ Outra razão: \*

6.2 2. A Certificação de Contas é realizada por: \*

- ☐ Uma das seguintes empresas de auditoria: Deloitte, KPMG, PricewaterhouseCoopers (PwC), Ernst & Young
- ☐ Uma Sociedade de Revisores – SROC
- ☐ Um Revisor Independente

6.3. A Fundação realiza Auditorias Internas?\*

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.3.1. A realização da Auditoria Interna é motivada:\*

- ☐ Por razões de controlo interno
- ☐ Por ser um complemento à prestação de contas anual
- ☐ Pela certificação de processos
- ☐ Outra razão: \*

7. STAKEHOLDERS

7.1. Indique todas as formas de divulgação do Relatório e Contas (R&C) que a Fundação pratica: \*

Poderá escolher de 1 a 5 opções caso se aplique

- ☐ Preenchimento e envio da Informação Empresarial Simplificada (IES)
- ☐ O R&C é disponibilizado internamente aos membros dos órgãos sociais
- ☐ É entregue ou apresentado o R&C aos principais *stakeholders*: Doadores/Mecenas; Colaboradores
- ☐ Publicitação do R&C na página de web da Fundação e /ou em jornais locais ou nacionais
- ☐ O R&C está disponível na Fundação para qualquer interessado consultar

7.2. Relativamente à divulgação do Plano de Atividade da Fundação escolha as situações que se aplicam à Fundação: \*

Poderá escolher de 1 a 5 opções caso se aplique

- ☐ O Plano de Atividades é divulgado externamente na página web ou noutro meio de comunicação
- ☐ O Plano da Atividades está disponível na Fundação para qualquer interessado consultar
- ☐ O Plano de Atividades é elaborado com a participação de alguns beneficiários/utentes/destinatários das ações a desenvolver
- ☐ O Plano de Atividades é elaborado com a participação dos *stakeholders* mais importantes (colaboradores e doadores)
- ☐ Os destinatários das atividades da Fundação acompanham o cumprimento do Plano de Atividades realizado através da prestação de contas que é realizada
- ☐ O Plano de Atividades é elaborado internamente e serve de instrumento de gestão não sendo necessário a sua divulgação externa nem a participação dos *stakeholders*

## 7.3. As afirmações que se seguem são relativas ao processo de Prestação de Contas (Accountability).\*

Escolha apenas 5 dos itens apresentados que, na sua opinião, melhor identifiquem os objetivos de uma Prestação de Contas

- ☐ Aumentar a transparência das Fundações
- ☐ Legitimar as causas que são defendidas pelas Fundações
- ☐ Assumir responsabilidades perante os cidadãos que participaram com contributos financeiros ou pessoais
- ☐ Reforçar a honestidade fiscal
- ☐ Demonstrar uma boa gestão
- ☐ Demonstrar eficácia e os resultados da Fundação
- ☐ Cativar a comunidade num potencial Doador ou Voluntário pela transparência
- ☐ Legitimar a Missão das Fundações
- ☐ Informar sobre aplicação dos recursos financeiros e materiais atribuídos às Fundações
- ☐ Minimizar as oportunidades de fraude e de desvio de fundos
- ☐ Aumentar a confiança e credibilidade das Fundações
- ☐ Demonstrar os resultados da sua gestão por forma a conquistar, manter ou recuperar um lugar na sociedade
- ☐ É um elemento institucional e de imagem pública
- ☐ Minimizar assimetrias de informação entre os gestores e os doadores
- ☐ Justificar o recebimento de fundos e subsídios da sociedade

8. INDICADORES do SORP - Statement of Recommended Practice - UK

8.1. Este grupo apresenta uma lista de Indicadores de Divulgação Voluntária. Para cada indicador diga se a sua Fundação o divulga ou não, e tendo por base a sua opinião assinale o grau de importância em divulgar cada indicado r aos *stakeholders* nos Relatórios de Gestão e Contas. \*

	Divulgação*		Importância*				
	Divulga	Não Divulga	Nada im portante	Pouco Im portante	Alguma Im portância	Im portante	Muito Im portante
Identificação dos membros dos órgãos sociais (Conselho de Administração; C. de Curadores; C. de Mecenass....)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Detalhes profissionais sobre os gestores e a administração (qualificações, experiências profissionais e área de especialização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificação do Diretor Executivo e Gestores Executivos que gerem a Fundação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Métodos ou procedimentos para convite à entrada de novos mecenass ou curadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estrutura organizacional (responsáveis de departamentos/serviço e instituições ligadas à Fundação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Número de trabalhadores efetivos, colaboradores independentes e voluntários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Explicação sobre os riscos internos e externos a que a Fundação está exposta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Missão e Visão (declaração de objetivos estatutários)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Objetivos das atividades anuais e estratégia a seguir pela Fundação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Detalhes sobre o contributo das atividades para o alcance dos objetivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Explicação das mudanças na sociedade (benefícios públicos) alcançadas através das atividades realizadas pela Fundação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indicação das atividades que foram financiadas por doações ou subsídios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de doações, subsídios e legados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificação/nome dos subsídios, das doações e dos legados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

# Transparência na prestação de contas nas Fundações: abordagem teórica e empírica

Contribuição dos voluntários para as atividades (com valores monetários e horas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os resultados alcançados com as atividades principais (informação qualitativa e quantitativa)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comparação dos resultados alcançados com os objetivos propostos e o orçamento anual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resultados alcançados com as atividades acessórias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Beneficiários das atividades (identificação, classificação...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Detalhes sobre o desempenho alcançado em relação aos objetivos estabelecidos de angariação de fundos ( <i>fundraising</i> )	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Custos, constrangimentos e estratégias necessários para angariação de fundos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Explicação da aplicação do investimento e Desempenho alcançado em relação aos objetivos iniciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatórios individuais de cada doação ou subsídio (descrição e condicionantes para a sua realização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fatores, internos ou externos, relevantes para o alcance dos objetivos (relacionamento com os empregados, financiadores e posição da instituição na comunidade...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de reservas (nível de reservas realizadas e a razão da sua constituição)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indicação de soluções para as atividades que apresentam um <i>deficit</i> de financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Principais fontes de financiamento e descrição das despesas realizadas para alcance das atividades filantrópicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indicar as políticas de investimento seguidas e os seus desempenhos (rendimentos de investimentos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Explicar os principais objetivos futuros e as metas a levar a cabo para os alcançar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Descrição dos fundos detidos em nome de terceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Descrição das atividades realizadas com utilização desses fundos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 9. AGRADECIMENTO

Muito obrigada pela sua colaboração. O seu contributo foi extremamente valioso para nós e para o Terceiro Setor.

## Apêndice 2 – Matriz de Covariância dos Resíduos Estandarizados do Modelo Inicial

	Project	Indice 7	Indice 1	ContrVol	Indice 6	Indice 5	Indice 4	Indice 3	Indice 2	Certif	Audit	Remun CEO	Remun CA	Intern CA	Memb Trab	Fund Pub	Tam
Projetos																	
Indice7	0,051																
Indice 1	2,257	-2,237															
ControloVol	1,329	0,506	1,576														
Indice 6	0,466	-0,497	-0,145	-1,667													
Indice 5	-0,492	0,199	-0,364	-0,423	-0,105												
Indice 4	0,025	0,878	-0,521	-0,407	0,053	0,439											
Indice 3	1,567	-0,394	0,757	-0,588	0,818	-0,655	-0,273										
Indice 2	2,854	-1,801	3,462	0,276	-1,385	-0,361	-0,842	2,093									
Certif	0,535	0,51	1,19	-0,136	0,77	-0,356	-0,143	0,062	1,342								
Audit	-0,417	-1,544	1,881	0,918	-0,865	0,039	-0,214	-0,508	1,202	-0,431							
RemunCEO	1,521	-1,264	0,061	-1,247	-0,395	-0,939	-1,152	-0,767	-0,604	0,999	0,046						
RemunCA	-1,05	-1,271	-0,572	-1,09	-0,032	0,348	0,646	0,232	0,531	-0,048	-0,09	0,145					
InternosCA	0,367	-1,541	-0,092	-0,902	-0,552	-0,762	0,043	0,066	0,81	1,147	-0,064	-0,528	0,032				
MembTrab	0,599	0,555	1,445	-0,576	-0,078	0,001	0,074	1,45	1,362	0,192	0,381	0,15	-0,899	-0,636			
FundPub	-0,962	-0,228	-0,238	-2,235	-0,281	-0,541	-0,265	1,106	1,507	-0,054	-0,28	0,167	0,912	2,275	0,262		
Tamanho	-0,248	-1,094	1,151	-0,042	-1,196	-0,192	-1,073	-0,396	0,866	0,663	0,005	-0,09	0,679	0,832	-0,87	0,8	

### Apêndice 3 –Estudos Complementares

ORGANIZAÇÃO			
<b>Tamanho</b>		(Boesso & Kumar, 2007; Healy & Palepu, 2001; Mathew, 1997; Meek <i>et al.</i> , 1995) (Botosan, 1997; Ho & Shun Wong, 2001) (Gordon <i>et al.</i> , 2002; Saxton & Guo, 2011) (Saxton <i>et al.</i> , 2012) (Watson, 2002; Owusu-Ansah, 1998; Hossain & Hammami, 2009; Hossain, 2008)	
<b>Fundos Públicos</b>		(Holtfreter, 2008; Hossain, 2001; Kaplan <i>et al.</i> , 2009; Lee, 2004; Wagenhofer, 1990; Wallace <i>et al.</i> , 1994; Meek <i>et al.</i> , 1995) Arshad <i>et al.</i> 2013; (Behn <i>et al.</i> , 2010). (L. K. Brown & Troutt, 2007)	
<b>Membros Trab</b>		(Bradshaw, Murray, & Wolpin, 1992; Iecovich, 2005; Atan <i>et al.</i> , 2010; Gálvez Rodríguez, Caba Pérez, & López Godoy, 2012)	
ADMINISTRAÇÃO			
<b>Internos CA</b>		(Ahmed, 2005; Cornforth, 2002; Callen <i>et al.</i> , 2003; Prybil, 2006; Stone <i>et al.</i> , 1999) Callen <i>et al.</i> , 2003; Gill <i>et al.</i> , 2005; Young, 2002. Ho & Shun Wong, 2001; Chen & Jaggi, 2000; Cheng & Courtenay, 2006 (Chen & Jaggi, 2000; Gul & Leung, 2004; G. Chau & Gray, 2010) Arcay and Vazquez, 2005 (Gul & Leung, 2004; Saxton <i>et al.</i> , 2012)	
<b>Remuneração CA</b>		(Fernandes, 2008; Laksmana, 2008; Cardinaels, 2009; Ackerman, Clark, Cascone, Kreykes, & McPherson, 2012) Arcay and Vazquez, 2005 (Cardinaels, 2009)	
<b>Remuneração CEO</b>		(Barragato, 2002; Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Cardinaels, 2009; Brickley, Van Horn, & Wedig, 2010)	
MONITORIZAÇÃO e CONTROLO			
<b>Auditoria</b>		(Wagenhofer, 1990; Froelich, Knoepfle, & Pollak, 2000; G. K. Chau & Gray, 2002; Keating & Frumkin, 2003; Gul & Leung, 2004; Babío Arcay & Muiño Vázquez, 2005; Cheng & Courtenay, 2006; Vermeer <i>et al.</i> , 2006; Laksmana, 2008; Russell, 2008; Persons, 2009; Alanezi & Albuloushi, 2011; Saxton <i>et al.</i> , 2012)	
<b>Certificação</b>		(Ho & Shun Wong, 2001; Iyer & Watkins, 2008; Pridgen & Wang, 2012)	
<b>Controlo Volunt.</b>		(Russell, 2008; Alanezi & Albuloushi, 2011)	



## Apêndice 4- Indicadores eliminados na Análise Fatorial

<b>Índice 2</b> Estrutura e Governo	4. Métodos ou procedimentos para convite à entrada de novos mecenas ou curadores.
	6. Número de trabalhadores efetivos, número de colaboradores independentes e voluntários.
	7. Explicação sobre os riscos internos e externos a que a Fundação está exposta.
<b>Índice 3</b> Objetivos e Atividades	13. Política de doações, subsídios e legados.
<b>Índice 4</b> Realizações e Desempenho	18. Resultados alcançados e atividades secundárias.
	19. Beneficiários das atividades.
	20. Detalhes sobre o desempenho alcançado em relação aos objetivos estabelecidos de angariação de fundos ( <i>fundraising</i> ).
	21. Custos, constrangimentos e estratégias necessários para angariação de fundos.

## Apêndice 5 – Decomposição da População

População	
Entidades de responderam ao Censo .....	558
Fundações de Direito canónico excluídas da avaliação do Censo .....	100
Fundação extinta durante o período do registo do Censo .....	1
Não avaliáveis por não pertencerem ao estudo (centro paroquiais; associações; cooperativas).....	56
Total de Fundações com possibilidade de avaliação no Censo .....	401
As 401 Fundações resultam da diferença de 558-100-1-56 e decompõem-se em:	
- Avaliáveis nos Censo do Governo com ficha individual de caracterização .....	190
- Não avaliáveis por falta de diversa informação no questionário do Censo, .....	37
- IPSS ainda por avaliar neste censo pelos critérios definidos, mas identificáveis.....	174
- Como resultado do Censo das 227 não IPSS (190+37) alteraram o estatuto 139 Fundações e mantiveram a sua situação de apoios nas mesmas condições anteriores 91 Fundações.	
<b>Total de Fundações identificadas para a construção da Base de Dados realizada a partir do Censo e do Centro Português de Fundações .....</b>	
<b>.....(190 + 174)..... 364</b>	

**Fonte :** elaborado a partir das conclusões do Relatório de Avaliação das Fundações da SEAP (2013) e das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013 de 08-03-2013 e n.º 79-A/2012 de 25-09-2012

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abzug, R., & Webb, N. (1999). Relationships between nonprofit and for-profit organizations: a stakeholder perspective. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 28, 416-431.
- Ackerman, K., Clark, D., Cascone, M., Kreykes, W. Mcpherson, B. (2012). Compensation for nonprofit health care board members: the right path or a minefield?. *Inquiry: A Journal Of Medical Care Organization, Provision And Financing*, 49, 9-14.
- Ahmed, A. S., Neel, M. & Wang, D. (2013). Does Mandatory Adoption of IFRS Improve Accounting Quality? Preliminary Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 30(4), 1344-1372.
- Ahmed, K. & Nicholls, D. (1994). The Impact of Non-financial Company Characteristics on Mandatory Disclosure Compliance in Developing Countries: The Case of Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 29(1): 62-77.
- Ahmed, S. (2005). Desired competencies and job duties of non-profit CEOs in relation to the current challenges: Through the lens of CEOs' job advertisements. *Journal of Management Development*, 2005. 24(10): 913-928.
- Akhtaruddin, M. (2005). Corporate mandatory disclosure practices in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 40(4), 399-422.
- Al-Akra, M., Eddie, I. A., & Ali, M. J. (2010). The influence of the introduction of accounting disclosure regulation on mandatory disclosure compliance: Evidence from Jordan. *The British Accounting Review*, 42(3), 170-186.
- Alanezi, F. S. & Albuloushi, S. S. (2011). Does the existence of voluntary audit committees really affect IFRS-required disclosure? The Kuwaiti evidence. *International Journal of Disclosure & Governance*, 8, 148-73.
- Alexander, J. A. & Weiner, B. J. (1998). The Adoption of the Corporate Governance Model by Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 8, 223.
- Alexander, J. A., Morlock, L., & Gifford, B. (1998). The Effects of Corporate Restructuring on Hospital Policymaking. *Health Services Research*, 23 (2), 311-327.

- Ali, M. J., Ahmed, K., & Henry, D. (2004). Disclosure compliance with national accounting standards by listed companies in South Asia. *Accounting and Business Research*, 34(3), 183-199.
- Alves, H., Rodrigues A.M. & Canadas N. (2012). Corporate governance determinants of voluntary disclosure and its effects on information asymmetry : an analysis for Iberian Peninsula listed companies. *Tékhné*, Volume 10, Issue 1, 15-26.
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1998). Structural equation modelling in practice: a review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin*, 103(3): 411-423.
- Andrés-Alonso, P., Azofra-Palenzuela, V., & Romero-Merino, M. E. (2009). Determinants of Nonprofit Board Size and Composition: The Case of Spanish Foundations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 38(5), 784-809.
- Andrews, F. E. (1956). *Philanthropic Foundations*. New York: Russel Sage Foundation.
- Anheier, H. K., Toepler, S., Sokolowski, S.(1997). The implications of government funding of nonprofit organizations: Three propositions. *International Journal of Public Sector Management*, 190–213.
- Aranoff, G. (2003) Improving Disclosure and Transparency in Nonprofit Accounting. *Management Accounting Quarterly*, 4(3), 15-23.
- Arshad, R., Bakar, N.A, Sakri, F.H., & Omar, N. (2013). Organizational Characteristics and Disclosure Practices of Non-profit Organizations in Malaysia. *Asian Social Science*, Vol. 9, No. 1 Canadian Center of Science and Education.
- Assembleia da República, Lei nº 1/2012. *Diário da República*, 1ª série, 2, 3 de janeiro:21-23.
- Assembleia da República, Lei nº 2/2007. *Diário da República*, 1ª série, 15 de janeiro:320-335.
- Assembleia da República, Decreto-Lei nº 8/2007. *Diário da República*, 1ª série,12, 17 de janeiro.
- Assembleia da República. Lei nº 24/2012. *Diário da República*, 1ª série, 131, 9 de julho: 3550-3564.
- Assembleia da República, Lei n.º 98/97 de 26 de Agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

- Assembleia da República, Lei n.º 150/2015 - *Diário da República* n.º 177/2015, Série I de 2015-09-1070241301.
- Atan, R., Zainon, S., Nam, R. Y. T., & Aliman, S. (2012). Analyzing Disclosure Practice of Religious Nonprofit Organizations using Partial Disclosure Index. *World Academy of Science, Engineering and Technology*, 68, 1389-1395.
- Babío Arcay, M. R., & Muiño Vázquez, M. F. (2005). Corporate Characteristics, Governance Rules and the Extent of Voluntary Disclosure in Spain. *Advances in Accounting*, 21(0), 299-331.
- Balser, D. & Mcclusky, J. (2005). Managing stakeholder relationships and nonprofit organization effectiveness. *Nonprofit Management & Leadership*, vol.15, n.º 3, Wiley Periodicals.
- Barragato, C. (2002). Linking For-Profit and Nonprofit Executive Compensation: Salary Composition and Incentive Structures in the U.S. Hospital Industry. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 13(3), 301-311.
- Behn, B. K., DeVries, D. D., & Lin, J. (2010). The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. *Advances in Accounting*, 26(1), 6-12.
- Behn, B. K., DeVries, D., & Lin, J. (2007). Voluntary disclosure in nonprofit organizations: An exploratory study. *Advances in International Accounting*, 06, 26:6-12.
- Benjamin, L. M. (2008a). Account space: How accountability requirements shape nonprofit practice. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(2): 201-223.
- Benjamin, L. M. (2008b). Bearing more risk for results - Performance accountability and nonprofit relational work. *Administration & Society*, 39(8): 959-983.
- Ben-Ner, A. e Van Hoomissen, T. (1991). Nonprofits in the mixed economy: A demand and supply analysis. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 62, 519-550.
- Bertomeu, J., & Magee, R. P. (2015). Mandatory disclosure and asymmetry in financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 59(2-3), 284-299.
- Bielefeld, W. (1992). Funding Uncertainty and Nonprofit Strategies in the 1980s. *Nonprofit Management and Leadership*, 2, 381-401.

- Boesso, G., & Kumar, K. (2007). Drivers of corporate voluntary disclosure: A framework and empirical evidence from Italy and the United States". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20 (2):269 - 296.
- Bogart, W. T. (1995). Accountability and nonprofit organizations: An economic perspective". *Nonprofit Management and Leadership*, 6(2), 157-170.
- Bollen K.A, Long J.S., editors (1993). *Testing structural equation models*. Newbury Park (CA): SAGE Publications.
- Botosan, A. C. (1997). Disclosure level and the cost of the equity capital. *The Accounting Review*, Vol. 3, July: 323-349.
- Bouckaert, L., Vandenhoove, J. (1998) *Business ethics and the management of non-profit institutions*. *Journal of Business Ethics* 17, 1073–1081.
- Brace, I. (2008). *Questionnaire Design* (2 ed.). London & Philadelphia: Kogan Page.
- Bradley, B., Jansen, P., & Silverman, L. (2003). The Nonprofit Sector's \$100 Billion Opportunity. *Harvard Business Review*, 81 (5).
- Bradshaw, P., Murray, V. & Wolpin, J. (1992). Do Nonprofit Boards Make a Difference? An Exploration of the Relationships Among Board Structure, Process, and Effectiveness. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 21, 227-49.
- Breen, O. (2013). The Disclosure Panacea: A Comparative Perspective on Charity Financial Reporting. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 24(3), 852-880.
- Brickley, J. A., Van Horn, R. L., & Wedig, G. J. (2010). Board composition and nonprofit conduct: Evidence from hospitals. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 76(2), 196-208.
- Britton, R. (2008). Making disclosure regulation work in the nonprofit sector. *University of Illinois Law Review*, 1, 437–458.
- Brown, L. K., & Troutt, E. (2007). Reporting Does Not Equal Accountability! The Importance of Funding Characteristics and Process on Accountability. *International Journal of Public Administration*, 30(2), 209-225.
- Brown, W. A. (2002). Inclusive Governance Practices in Nonprofit Organizations and Implications for Practice. *Nonprofit Management & Leadership*, 12(4): 369.

- Browne, M. W. & Shapiro, A. (1988). Robustness of normal theory methods in the analysis of linear latent variate models. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 41:193-208.
- Brudney, J. L., & Nobbie, P. D. (2002). Training Policy Governance in Nonprofit Boards of Directors". *Nonprofit Management & Leadership*, 12(4), 387.
- Burns, J. Y., & Scapens, R.W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework'. *Management Accounting Research*, 3-25.
- Byrne, Barbara M. (2010). *Structural Equation Modeling with AMOS: Basic Concepts, Applications, and Programming*. (2nd Ed.) New York: Routledge Academic.
- Calabrese, T. D. (2011). Public mandates, market monitoring, and nonprofit financial disclosures". *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(1), 71-88.
- Callen, J.L., Klein, A., & Tinkelman, D. (2003). Board Composition, Committees, and Organizational Efficiency: The Case of Nonprofits. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32, 493- 519.
- Cardinaels,E.(2009).Governance in non-for-profit hospitals: Effects of board members' remuneration and expertise on CEO compensation. *Health Policy*, 93(1), 64-75.
- Carroll, D.A , & Stater, K.J. (2009). Revenue Diversification in Nonprofit Organizations: Does it Lead to Financial Stability? *Journal of Public Administration Theory and Behavior* 19(4): 947–966.
- Carvalho, A (2006). *Enquadramento Contabilístico das Entidades Sem Fins Lucrativos - Um Ensaio* – Tese de Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Carvalho, A. (2010). Quantifying the Third Sector in Portugal: An Overview and Evolution from 1997 to 2007. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 21(4), 588-610.
- Carvalho, A., & Blanco, D. I. (2007). Enquadramento Contabilístico e Política Informativa nas Entidades sem Fins Lucrativas Portuguesas: Estudo de Casos. *X Congresso Internacional de Custos Contabilidade, Controlo, Auditoria, Gestão de Custos e Mundialização*, Lyon, França: p311-326.
- Carver, J. (1997). Corporate governance model from an unexpected source-nonprofits. *Corporate Board*, 1997, 18(103), 18.

- Charity Commission (2005). Accounting and reporting by charities: Statement of recommended practice - SORP, *Charity Commission*, London.
- Chau, G. K., & Gray, S. J. (2002). Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore. *The International Journal of Accounting*, 37(2), 247-265
- Chau, G., & Gray, S. J. (2010). Family ownership, board independence and voluntary disclosure: Evidence from Hong Kong. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), 93-109.
- Chaves, M., Stephens L., & Galaskiewicz. J. (2004). Does government funding suppress nonprofits' political activity?" *American Sociological Review*, 292–316.
- Chen, C. J. P., & Jaggi, B. (2000). Association between independent non-executive directors, family control and financial disclosures in Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19(4–5), 285-310.
- Cheng, E. C. M. & Courtenay, S. M. (2006). Board composition, regulatory regime and voluntary disclosure. *The International Journal of Accounting*, 41, 262-89.
- Cheung, Y.L., Jiang, P., & Tan, W. (2010). A transparency Disclosure Index measuring disclosures: Chinese listed companies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(3), 259-280.
- Chisolm, L. B. (1995). Accountability of nonprofit organizations and those who control them: The legal framework. *Nonprofit Management and Leadership*, 6(2), 141-156.
- Chou, C., & Bentler, P. (1995). *Structural Equation Modelling: Concepts, Issues and Applications*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Chow, C.W. (1982). The demand for external auditing: Seize, debt and ownership influences. *The Accounting Review* 57(2), 272-291.
- Christensen, R. A., & Ebrahim, A. (2006). How does accountability affect mission? The case of a nonprofit serving immigrants and refugees. *Nonprofit Management and Leadership*, 17(2), 195-209.
- Cohen, R. (2007). Conflict of interest: Mischief, thou art a foot. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 14(1), 54-60.



- Connolly, C., & Hyndman, N. (2001). A Comparative Study on the Impact of Revised SORP 2 on British and Irish Charities. *Financial Accountability & Management*, 17(1), 73-97.
- Connolly, C., & Hyndman, N. (2004). Performance reporting: a comparative study of British and Irish charities. *The British Accounting Review*, 36(2), 127-154.
- Cordery, C. (2013). Regulating Small and Medium Charities: Does It Improve Transparency and Accountability? *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 24(3), 831-851.
- Cornforth, C. (2002). *The Governance of public and non-profit organisations: what do boards do?.* Routledge Studies in the Management of Voluntary and Non-Profit Organizations, Oxford, UK: Routledge, 7-11.
- Cornforth, C., & Simpson, C. (2002). Change and Continuity in the Governance of Nonprofit Organizations in the United Kingdom. *Nonprofit Management & Leadership*, 12(4), 451.
- Criado-Jiménez, I., Fernández-Chulián, M., Larrinaga-González, C., & Husillos-Carqués, F. (2007). Compliance with Mandatory Environmental Reporting in Financial Statements: The Case of Spain (2001–2003). *Journal of Business Ethics*, 79(3), 245-262.
- Cummings, L., Dyball, M., & Chen, J. (2010). Voluntary Disclosures as a Mechanism for Defining Entity Status in Australian Not-for-Profit Organisations. *Australian Accounting Review*, 2010, 20(2), 154-164.
- Dacombe, R. (2011). Can we argue against it? Performance management and state funding of voluntary organizations in the UK. *Public Money & Management*, 31(3), 159–166.
- Dainelli, F., Manetti, G., & Sibilio, B. (2013). Web-Based Accountability Practices in Non-profit Organizations: The Case of National Museums. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 2013, 24(3), 649-665.
- Davis, J., Payne, G. T., & McMahan, GA (2007). Few Bad Apples? Scandalous Behavior of Mutual Fund Managers. *Journal of Business Ethics*, 2007, 76(3), 319-334.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 3, pp. 183–99.

- DiMaggio, P. J. & W. W. Powell (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, *American Sociological Review*, 147–160.
- Doshi, A. R., Dowell, G. W. S., & Toffel, M. W. (2013). How firms respond to mandatory information disclosure. *Strategic Management Journal*, 34(10), 1209-1231.
- Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32: 181-235.
- Ebrahim, A. (2003a). Accountability In Practice: Mechanisms for NGOs. *World Development*, 31(5): 813-829.
- Ebrahim, A. (2003b). Making sense of accountability: Conceptual perspectives for northern and southern nonprofits. *Nonprofit Management and Leadership*, 14(2): 191-212.
- Ebrahim, A. (2005). Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 34(1), 56-87.
- Ebrahim, A. (2009). Placing the Normative Logics of Accountability in "Thick" Perspective. *American Behavioral Scientist*, 52, 885-904.
- Ebrahim, A. (2010). The Many Faces of Nonprofit Accountability. Chap. 4 in *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management*. 3rd ed. Edited by David O. Renz, 110–121. San Francisco: Jossey-Bass.
- Eccles, R.G., Herz, R.H., Keegan, E.M. & Philips, D.M.H. (2001). The Value Reporting Revolution, *Price Waterhouse Coopers*, New York, NY.
- Edwards, P., & Smith, R. (1996). Competitive disadvantage and voluntary disclosures: The case of segmental reporting. *British Accounting Review*, 28, 155–172.
- Einhorn, E. T. I. (2005). The Nature of the Interaction between Mandatory and Voluntary Disclosures. *Journal of Accounting Research*, 43(4), 593-621.
- Eisenberg, P. (1997). A Crisis in the Nonprofit Sector. *National Civic Review*, 1997, 86(4).
- Eng, L. L., & Mak, Y. T. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 325-345.
- European Economic and Social Committee (EESC) (2007), CIRIEC - *The Social Economy in the European Union*, n° CESE/COMM/05/2005.

- European Foundation Centre (EFC) and Donors and Foundations Networks in Europe (DAFNE) (2011). *Exploring transparency and accountability regulation of public-benefit foundations in Europe*. Brussels, Belgium: Author.
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, 26, 301–325.
- Fernandes, N. (2008). EC: Board compensation and firm performance: The role of “independent” board members. *Journal of Multinational Financial Management*, 18, 30-44.
- Ferreira, Silvia (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 169-192.
- Financial Accounting Standard Board (FASB) (1993). *Statement of Financial Accounting Standard n.º 116– Accounting for Contribution Received and Contribution Made*.
- Financial Accounting Standard Board (FASB) (1999). *Statement of Financial Accounting Standard n.º 136 – Transfers of Assets to a Not-for-Profit Organization*.
- Financial Accounting Standards Board (FASB) (1980). *Concepts Statement N.4 - Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations*.
- Fischer, R.L., Wilsker, A., & Young, D.R. (2011). Exploring the revenue mix of nonprofit organizations: Does it relate to publicness? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* 40(4): 662–681.
- Flack, T., & Ryan, C. (2005). Financial Reporting by Australian Nonprofit Organisations: Dilemmas Posed by Government Funders. *Australian Journal of Public Administration*, 64(3), 69-77.
- Flaherty, S. Q. (1992). Philanthropy without borders: US private foundation activity in Eastern Europe. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 3(3), 335-350.
- Fletcher, K. B. (1992). Effective boards: How executive directors define and develop them. *Nonprofit Management and Leadership*, 1992, 2(3), 283-293.
- Fornell, C.; Lacker, D. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18 (1), 39-50.

- Francalanza, C. A. (1997). Accounting education and change in financial accounting. *Journal of Accounting Education*, 15(1), 109-122.
- Franco, C. R. (2004). Ética e organizações da sociedade civil – a questão da prestação de contas no Terceiro Sector. *VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra*.
- Franco, C. R., Salamon, M.L., Sokolowski, S.W.& Harel, M.H.E. (2005). *The portuguese nonprofit sector in comparative perspective*, John Hopkins University.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston, Harper Collins.
- Fremont-Smith, M. R. (2007). Search for greater accountability of nonprofit organizations: Recent legal developments and proposals for change. *Fordham Law Review*, 76(2): 609-646.
- Friedman, A., & Phillips, M. (2004). Balancing strategy and accountability: A model for the governance of professional associations. *Nonprofit Management & Leadership*, 15(2), 187-204.
- Froelich, K. A. (1999). Diversification of revenue strategies: Evolving resource dependence in nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 28: 246–268.
- Fry, R. E. (1995). Accountability in organizational life: Problem or opportunity for nonprofits? *Nonprofit Management and Leadership*, 6(2), 181-195.
- Gandia, J. L. (2011). Internet Disclosure by Nonprofit Organizations: Empirical Evidence of Nongovernmental Organizations for Development in Spain. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 57-78.
- Gao, L., & Kling, G. (2012). The impact of corporate governance and external audit on compliance to mandatory disclosure requirements in China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 21(1), 17-31.
- Gary, S. (1999). Regulating the management of charities: Trust law. *Corporate Law and Tax Law, Hawaii Law Review*, 21, 593–658.
- Gates, S., & Hill, J. (1995). Democratic Accountability and Governmental Innovation in the Use of Nonprofit Organizations”. *Review of Policy Research*, 14(1-2), 137-148.

- Gibelman, M., & Gelman, S. R. (2004). A loss of credibility: Patterns of wrongdoing among nongovernmental organizations. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 15(4), 255-281.
- Gill, M., Flynn, R. J., & Reissing, E. (2005). The governance self-assessment checklist: An instrument for assessing board effectiveness. *Nonprofit Management & Leadership*, 15(3), 271-294.
- Glaum, M., Baetge, J., Grothe, A., & Oberdörster, T. (2011). Introduction of International Accounting Standards, Disclosure Quality and Accuracy of Analysts' Earnings Forecasts. *European Accounting Review*, 22(1), 79-116.
- Gordon, T., Fischer, M., Malone, D., & Tower, G. (2002). A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21(3), 235-275.
- Gordon, T., Khumawala, S. B., Kraut, M., & Neely, D. G. (2010). Five dimensions of effectiveness for nonprofit annual reports. *Nonprofit Management & Leadership*, 21(2), 209-228.
- Granlund, M. (2001). Towards explaining stability in and around management accounting systems. *Management Accounting Research*, 12(2), 141-166.
- Gray R., Bebbington J., & Collison D. (2006). NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19;3 : 319– 348.
- Gray, R. (2002). The social accounting project and Accounting organization society. *Accounting, Organization and Society*, Vol. 27: 687-708.
- Greenlee, J. S. (1998). Accountability in Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management and Leadership*, 9(2), 205-210.
- Greenlee, J. S., & Brown, K. L. (1999). The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. *Research in Accounting Regulation*, 13, 111–125.
- Greenlee, J., & Keating, E. (2004). Accounting for membership revenues and fundraising costs. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(2): 251-257.

- Gronbjerg, K. A. (1993). *Understanding Nonprofit Funding: Managing Revenues in Social Services and Community Development Organizations*. San Francisco, CA: Jossey Bass.
- Gross, Jr. M. J. (1997). Nonprofit Accounting: The Continuing Revolution. *Journal of Accountancy*, 143(6), 66-74.
- Gross, Jr. M. J. (1975). Report on nonprofit accounting. *Journal of Accountancy*, 139(6), 55-59.
- Gross, M., Larkin, R. Y., & McCarthy, J. (Eds.). (2000). *Financial and Accounting Guide for Not-for-Profit organizations*, (Vol. 6th edition.). New York: John Wiley and Sons
- Grüning, M. (2007). Drivers of corporate disclosure: a structural equation analysis in a Central European setting. *Management Research News*, 30(9), 646.
- GuideStar (2009). *The State of Nonprofit Transparency, 2008: Voluntary Disclosure Practices*. GuideStar USA, Inc.
- Gul, F. A. & Leung, S. (2004) Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23, 351-79.
- Guo, C. (2007). When Government Becomes the Principal Philanthropist: The Effects of Public Funding on Patterns of Nonprofit Governance. *Public Administration Review*, 67(3), 458-473.
- Hair, J. F., Black, B., Babin, B., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (1998). *Multivariate Data Analysis*. 5th Edition. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.
- Hair, J. F., Black, B., Babin, B., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (2010) *Multivariate Data Analysis*. Seventh Edition, Prentice Hall, New Jersey.
- Hallock, K. F. (2002). Managerial pay and governance in American nonprofits. *Industrial Relations* 41(3), 377-406.
- Hammack, D. C. (1995). Accountability and nonprofit organizations: A historical perspective. *Nonprofit Management and Leadership*, 6(2), 127-139.
- Hansmann, H. B. (1980). The role of nonprofit enterprise. *Yale Law Journal*, 89 (5): 835–901.
- Hasan, T., Karim, W., & Quayes, S. (2008). Regulatory change and the quality of compliance to mandatory disclosure requirements: Evidence from Bangladesh. *Research in Accounting Regulation*, 20(0), 193-203.

- Healy, P. M., & Palepu, K. G. I. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature". *Journal of Accounting and Economics*, n. 31, 405-440.
- Helmig, B., Jegers, M. & Lapsley, I. (2004). Challenges in Managing Nonprofit Organizations: A Research Overview. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, Vol.15, Nº2, 101-116.
- Herman, R.D. & Renz, D.O. (1997). Multiple Constituencies and the Social Construction of Nonprofit Organization Effectiveness. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 26, 185–206.
- Hevesi, A. G., & Millstein, I. (2001). Nonprofit Governance in New York City. *The Comptroller of the City of New York*, NY.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2008). *Investigação por Questionário* (2 ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ho, S. S. M. & Shun Wong, K. (2001). A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure, *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 10, 139-56.
- Hofmann, M. A., & McSwain, D. (2013). Financial disclosure management in the nonprofit sector: A framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, 32(1), 61-87
- Holtfreter, K. (2008). Determinants of fraud losses in nonprofit organizations. *Nonprofit Management and Leadership*, 19(1), 45-63.
- Hopt, K. J. (2009). The Board of Nonprofit Organizations: Some Corporate Governance Thoughts from Europe European Corporate Governance Institute. *Law Working Paper*, 125.
- Hopt, K. J., Walz, W. R., Von Hippel, T., & Then, V. (Eds.). (2006). *The European foundation: A new legal approach*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- Hossain, M. (2001). The Disclosure of Information in the Annual Reports of Financial Companies in Developing Countries: the Case of Bangladesh. *MPhil thesis*. University of Manchester, UK.
- Hossain, M., & Hammami, H. (2009). Voluntary disclosure in the annual reports of an emerging country: The case of Qatar. *Advances in Accounting*, 25(2), 255-265.

- Hoyle, R. (1995). *The Structural Equation Modelling Approach: Basic Concepts and Fundamental Issues*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Hyndman, N., & McMahon, D. (2010). The evolution of the UK charity Statement of Recommended Practice: The influence of key stakeholders. *European Management Journal*, 28(6), 455-466.
- Iecovich, E. (2005) Environmental and Organizational Features and Their Impact on Structural and Functional Characteristics of Boards in Nonprofit Organizations. *Administration in Social Work*, 29, 43-59.
- INE (2013) – *Contas Satélite da Economia Social (CSES)*. Edição 2013. Lisboa.
- International Accounting Standard Board., (1984), ), *International Accounting Standards n.º 20* – Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance.
- International Accounting Standards Board (1989), *International Accounting Standards n.º 1* - Presentation of Financial Statements.
- Iyer, V. M., & Watkins, A. L. (2008). Adoption of Sarbanes-Oxley measures by nonprofit organizations: An empirical study. *Accounting Horizons*, 22(3), 255-277.
- Jegers, M. (2009). "Corporate" governance in nonprofit organizations : A nontechnical review of the economic literature. *Nonprofit Management and Leadership*, 20(2), 143-164.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). *A Theory of the Firm: governance, residual claims and organizational forms*. Harvard University Press.
- John, K., & Senbet, L.W. (1998). Corporate governance and board effectiveness. *Journal of Banking and Finance*, 22, 371–403.
- Jones, C. L., & Roberts, A. A. (2006). Management of financial information in charitable organizations: The case of joint-cost allocations. *The Accounting Review*, 81(1), 159–178.
- Jöreskog KG. In: Bollen KA, Long JS, editors (1993). *Testing structural equation models*. Newbury Park (CA): SAGE Publications.
- Jöreskog, K. & Sörbom, D. (2001), *LISREL 8: User's Reference Guide*, (Second ed.), Chicago: Scientific Software International.



- Kaplan, S., Pany, K., Samuels, J., & Zhang, J. (2009). An Examination of the Association Between Gender and Reporting Intentions for Fraudulent Financial Reporting. *Journal of Business Ethics*, 87(1), 15-30.
- Kearns, K. P. (1994). The Strategic Management of Accountability in Nonprofit Organizations: An Analytical Framework. *Public Administration Review*, 54(2), 185-192.
- Kearns, K. P. (1995). Effective nonprofit board members as seen by executives and board chairs. *Nonprofit Management and Leadership*, 5(4), 337-358.
- Keating, E. K., Fischer, M., Gordon, T. P., & Greenlee, J. S. (2005). *Assessing Financial Vulnerability in the Nonprofit Sector*. eLibrary.
- Keating, E. K., Frumkin, P. (2003). Reengineering Nonprofit Financial Accountability: Toward a More Reliable Foundation for Regulation. *Public Administration Review*, 63(1): 3-15.
- Kline, R. B. (2010). *Principles and Practice of Structural Equation Modelling*. 3rd. edition. Guildford Press. London.
- Krashinsky, M. (1997). Stakeholder theories of the non-profit sector: One cut at the economic literature. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 8(2), 149-161.
- Laksmana, I. (2008) Corporate Board Governance and Voluntary Disclosure of Executive Compensation Practices. *Contemporary Accounting Research*, 25, 1147-82.
- Larrinaga-Gonzalez, C., & Bebbington, J. (2001). Accounting change or institutional appropriation? A case study of the implementation of environmental accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(3), 269-292.
- Lawry, R. P. (1995). Accountability and nonprofit organizations: An ethical perspective. *Nonprofit Management and Leadership*, 6(2), 171-180.
- Lee, M. (2004). Public reporting: A neglected aspect of nonprofit accountability. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(2): 169-185.
- Lee, R. L., & Joseph, R. C. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2218-2224.

- Lei de Bases da Economia Social (2013), Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 88.
- Lei-Quadro das Fundações (2012), Lei n.º 24/2012 de 9 de julho, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 131.
- LeRoux, K. (2009). Managing stakeholder demands balancing responsiveness to clients and funding agents in nonprofit social service organizations. *Administration & Society*, 41, 158–184
- Lim, S., Matolcsy, Z., & Chow, D. (2007). The Association between Board Composition and Different Types of Voluntary Disclosure. *European Accounting Review*, 16(3), 555-583.
- Macedo, A. M, (2001). *Sobre Fundações Públicas e Privadas*, Viseu, Vislis Editores
- Mallin, C., Michelon, G., & Raggi, D.(2013). Monitoring Intensity and Stakeholders' Orientation: How Does Governance Affect Social and Environmental Disclosure? *Journal of Business Ethics*, 114(1), 29-43.
- Marôco, J. (2010) *Análise de Equações Estruturais – Fundamentos Teóricos, Software e Aplicações*. Report Number, Pêro Pinheiro, 2010.
- Marôco, João (2007). *Análise estatística – Com utilização do SPSS, 3ª Edição – 2ª Impressão, Edições Sílabo, Lisboa*.
- Mathews, M. R. (1997). Twenty-five years of social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 4: 531.
- Matsunaga, Y., Yamauchi, N., & Okuyama, N. (2010). What Determines the Size of the Nonprofit Sector?: A Cross-Country Analysis of the Government Failure Theory. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 21(2), 180-201.
- Meek, G. K., Robert, C. B., & Gray, S. (1995). Factors influencing voluntary annual report disclosures by US UK and Continental European multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, 1995, Vol. 3, 555-572.
- Meek, G.K. e Thomas, W.B. (2004). A Review of Markets-Based International Accounting Research. *Journal of International Accounting Research*, Volume 3, n.º 1, 21-41.

- Melendéz, S. E. (2001). The nonprofit sector and accountability. *New Directions for Philanthropic Fundraising*, (31) 121-132.
- Middleton, M.(1987). *Nonprofit boards of directors: Beyond the governance function*. W.W. Powell, (Ed.), The nonprofit Sector—A research handbook, New Haven, CT: Yale University Press.
- Milofsky, C., & Blades, S. D.(1991). Issues of Accountability in Health Charities: A Case Study of Accountability Problems Among Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 20(4), 371-393.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Aviso n.º 6726-B/2011. *Diário da República*, 2ª série, 51, 14 de março: 12226-(20).
- Ministério das Finanças e da Administração Pública - *Decreto-Lei nº 36- A/2011*. *Diário da República*, 1ª série, 51, 9 de março: 1344-(2 )-1344-(11).
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Portaria n.º105/2011. *Diário da República*, 1ª série, 51, 14 de março: 1425-1430.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Portaria n.º106/2011. *Diário da República*, 1ª série, 51, 14 de março: 1431-1435.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, *Diário da República*, 1.ª série, 142 — 23 de julho de 2015.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Portaria n.º986/2009. *Diário da República*, 1ª série, 173, 14 de março: 6006-6029.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Portaria n.º1011/2009. *Diário da República*, 1ª série, 175, 9 de setembro: 6148-6157.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública.- Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, Despacho n.º 9292-A/2010, publicado a 31 de Maio.
- Ministério da Solidariedade e Segurança Social - Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Moggi, S., Leardini, C., & Rossi, G. (2015). Mandatory or Not Mandatory Reporting? Insights From Italian Bank Foundations. *International Journal of Public Administration*, 38(10), 734-742.
- Mohd-Sulaiman, A. (2008). Financial misreporting and securities fraud public and private enforcement. *Australian Journal of Corporate Law*, 22, 31–50.

- Monika, M. G. (2010). Accountability Standards for Hungarian Civil Society Organizations: Towards Organizational Effectiveness. *Advances in Management*, 3(2): 14-19.
- Morgan, G., & Fletcher, N. (2013). Mandatory Public Benefit Reporting as a Basis for Charity Accountability: Findings from England and Wales. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 24(3), 805-830.
- Murray, V., Bradshaw, P., & Wolpin, J. (1992). *The Nature and Impact of Nonprofit Boards of Directors in Canada: A Preliminary Report*, York, Canada: York University.
- Never B (2011). Understanding constraints on nonprofit leadership tactics in times of recession. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* 40(6): 990–1004.
- Nezhina, T. G., & Brudney, J. L. (2010). The sarbanes-oxley act: More bark than bite for nonprofits. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 39(2), 275-301.
- Nicholson-Crotty, J. (2011). Does Reported Policy Activity Reduce Contributions to Nonprofit Service Providers?" *Policy Studies Journal*, 39(4), 591-607.
- Nobbie, P. D., & Brudney, J. L. (2003). Testing the Implementation, Board Performance, and Organizational Effectiveness of the Policy Governance Model in Nonprofit Boards of Directors. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32, 571-595.
- Olson, D. E. (2000). Agency theory in the not-for-profit sector: Its role at independent colleges. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, V.29, 280-296.
- Owusu-Ansah, S. (1998). The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 33(5), 605-631.
- Parente, C. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal*. Edição Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Parsons, L. M. (2007). The Impact of Financial Information and Voluntary Disclosures on Contributions to Not-For-Profit Organizations. *Behavioral Research in Accounting*, 19, 179-196.
- Patten, D. M. (1992). Exposure, legitimacy, and social disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol. 10, pp. 297-308.

- Persons, O. S. (2009). Audit committee characteristics and earlier voluntary ethics disclosure among fraud and no-fraud firms. *International Journal of Disclosure & Governance*, 6, 284-97.
- Pestana, M.H, & Gagueiro, J.N (2003). *Análise de Dados para as Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, 3º Edição – Revista e Aumentada, Edições sílabo, Lisboa.
- Petrovits, C., Shakespeare, C., & Shih, A. (2011). The Causes and Consequences of Internal Control Problems in Nonprofit Organizations. *The Accounting Review*, 86(1), 325-357.
- Pfeffer, J., & Salancik, G. (1978). *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*. New York: NY. Harper and Row Publishers.
- Pfeffer, J. (1973). Size composition and function of hospital boards of directors: A study of organizational environment linkage. *Administrative Science Quarterly*, 18(3):349-64.
- Prewitt, K. (2006). *Foundations*. In W. W. Powell & R. Steinberg (Eds.). *The nonprofit sector A research handbook* (pp. 355-377). New Haven, CT; Yale University Press.
- Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, *Diário da República*, 1.ª série N.º 186 de 25 de setembro.
- Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º13-A/2013 de 08 de Março, *Diário da República*, 1.ª série N.º 48 de 8 de março.
- Pridgen, A. & Wang, K. J. (2012). Audit Committees and Internal Control Quality: Evidence from Nonprofit Hospitals Subject to the Single Audit Act. *International Journal of Auditing*, 16, 165-83.
- Prybil, L. D. (2006). Size, composition, and culture of high-performing hospital boards. *American Journal of Medical Quality*, 21(4), 224-229.
- Quintão, C. (2011) – *O terceiro sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª edição, Gradiva, Lisboa.
- Raykov, T.& Marcoulides, G. A. (2006). *A First Course in Structural Equations Modeling*, Second Edition, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, Mahwah.
- Reed J. S. (2003). Ethics and the Not-for-Profit Board. *Boardroom Press*.

- Reheul, A.M., Van Caneghem, T., & Verbruggen, S. (2012). Financial Reporting Lags in the Non-profit Sector: An Empirical Analysis. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 25(2), 352-377.
- Rey-Garcia, M. & Martin-Cavanna, J. (2011). Buen gobierno y rendición de cuentas en las fundaciones empresariales españolas: Un análisis comparativo de prácticas de transparencia. *Revista de Responsabilidad Social de la Empresa*, 7, 129-163.
- Rey-Garcia, M. (2009). Spain. In P. Wiepking (Ed.), *The state of giving research in Europe: Household donations to charitable organizations in twelve European countries* (pp. 52-65). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Rey-Garcia, M.; Martin-Cavanna, J., & Alvarez-Gonzalez, L. I. (2012). Assessing and Advancing Foundation Transparency: Corporate Foundations as a Case Study. *The Foundation Review*: Vol. 4: Iss. 3, Article 6.
- Richmond, B. J., Mook, L., & Jack, Q. (2003). Social accounting for nonprofits: Two models. *Nonprofit Management and Leadership*, 13(4): 308-324.
- Ridder, H.G., Bruns, H.J., & Spier, F. (2005). Analysis of Public Management Change Processes: The Case of Local Government Accounting Reforms in Germany. *Public Administration*, 83(2), 443-471.
- Robinson, M. K. (2001). *Nonprofit boards that work: The end of one-size-fits-all governance*. New York: John Wiley.
- Ruppel, W. (2002). *Not-For-Profit Accounting Made Easy*, Wiley, USA.
- Russell, A. J. (2008). Reputations at risk: although not-for-profit organizations are a horse of a different color, auditors can help them tame fraud that can publicly impact their mission and drive donors away. *Internal Auditor* (643).
- Rutherford, B. (2005). Genre analysis of corporate annual report narratives". *Journal of Business Communication*, 42(4), 349-378.
- Saidel, J. R., & Harlan, S. L. (1998). Contracting and Patterns of Nonprofit Governance. *Nonprofit Management & Leadership*, 8(3), 243.
- Salamon, L. M. (2001). *The Current Crisis. The Nature of the Nonprofit Sector*. Boulder, CO: Westview Press In J. S. Ott (Ed.) pp. 420-432.

- Salamon, L.M. & Anheier, H.K. (1998). Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally, *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 9(3), 213-248.
- Salamon, L.M., & Anheier, H.K. (1997). *Defining the Nonprofit Sector: A cross-National Analysis*. Johns Hopkins Nonprofit Sector Series, eds Manchester University Press.
- Salamon, M. L., Sokolowski, H. M., & Tice S. H. (2012). (Eds). *Portugal's Nonprofit Sector In Comparative Context*, John Hopkins University.
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A. (2003). *Research Methods for Business Students* (3 ed.): Prentice Hall.
- Saxton, G. D., & Guo, C. (2011). Accountability Online: Understanding the Web-Based Accountability Practices of Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*.
- Saxton, G. D., Kuo, J.-S., & Ho, Y.C. (2012). The Determinants of Voluntary Financial Disclosure by Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(6), 1051-1071.
- Saxton, G. D., Neely, D. G., & Guo, C. (2014). Web disclosure and the market for charitable contributions. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(2), 127-144.
- Scapens, R. W. (1994). Never mind the gap: towards an institutional perspective on management Accounting practice. *Management accounting research*, v. 5, p. 301-321.
- Scapens, R. W., & Roberts, J. (1993). Accounting and control: a case study of resistance to accounting change. *Management Accounting Research*, 4(1), 1-32.
- Scapens, R. W., & Arnold, J. (1986). *Economics and management accounting research*. In: Bromwich, m.; hopwood, a. G. (eds.). *Research and current issues in management Accounting*. London: pitman, 78-102.
- Schmitz, H. P., Raggio, P., & Bruno-van Vijfeijken, T. (2012). Accountability of Transnational NGOs: Aspirations vs. Practice. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(6), 1175-1194.
- Schumacker, R. E. & Lomax, R. G. (2004). *A Beginner's Guide to Structural Equation Modeling* (2 ed.): Lawrence Erlbaum Associates.

- Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP, 2012). *Relatório de Avaliação das Fundações*. Lisboa: SEAP.
- Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP, 2013). *Relatório Final sobre a Avaliação das Fundações*. Fevereiro, Lisboa: SEAP.
- Seibel, W. & Anheier, H. (1990). *Sociological and Political Science Approaches to the Third Sector*, in Anheier, H. e Seibel, W. (orgs.), *The Nonprofit Sector: International and Comparative Perspectives*. Berlin and New York.
- Siebart, P. (2005). Corporate Governance of Nonprofit Organizations: Cooperation and Control. *International Journal of Public Administration*, 28(9/10), 857-867.
- Smith, G. S. (1998). Performance evaluation for nonprofits. *Nonprofit World*, v. 6, n. 1: 24-26.
- Speckbacher, G. (2008). Nonprofit versus corporate governance: An economic approach. *Nonprofit Management and Leadership*, 18(3): 295-320.
- Stone, M. M., Bigelow, B., & Crittenden, W. (1999). Research on Strategic Management in Nonprofit Organizations. *Administration and Society*, 31 (3): 378-423.
- Stone, M. M., Hager, M. A., & Griffin, J. J. (2001). *Organizational Characteristics and Funding Environments: A Study of a Population of United Way-Affiliated Nonprofits*, 276.
- Stone, M. M., & Ostrower, F.(2007). Acting in the Public Interest? Another Look at Research on Nonprofit Governance. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36(3), 416-438.
- Sur, S., Lvina, E., & Magnan, M. (2013). Why do Boards Differ? Because Owners Do: Assessing Ownership Impact on Board Composition. *Corporate Governance: An International Review*, 21(4), 373-389.
- Torres, L., & Pina, V. (2003). Accounting for Accountability and Management in NPOs. A Comparative Study of Four Countries: Canada, the United Kingdom, the USA and Spain. *Financial Accountability & Management*, 19(3), 265-285.
- Travaglini, C. (2008). *Improving NPOs' Accountability in the Enlarged EU: Towards a Common Framework for Financial Reporting in European NPOs*.



- Tremblay-Boire, J., & Prakash, A. (2015). Accountability.org: Online Disclosures by U.S. Nonprofits. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 26(2), 693-719.
- Trussel, J. (2003). Assessing Potential Accounting Manipulation: the Financial Characteristics of Charitable Organizations with Higher than Expected Program-Spending Ratios. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32(4), 616-634.
- Trussel, J., Parsons, L. (2007). Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Organizations. *Advances in Accounting*, 23(0), 263-285.
- Tsalavoutas, I. (2011). Transition to IFRS and compliance with mandatory disclosure requirements: What is the signal? *Advances in Accounting*, 27(2), 390-405.
- Tsalavoutas, I., Evans, L., & Smith, M. (2010). Comparison of two methods for measuring compliance with IFRS mandatory disclosure requirements. *Journal of Applied Accounting Research*, 11(3), 213-228.
- Vanderwarren, K. (2002). Financial accountability in charitable organizations: Mandating an audit committee function. *Chicago-Kent Law Review*, 77(2), 963-990.
- Verbruggen, S., Christiaens, J., & Milis, K. (2011). Can Resource Dependence and Coercive Isomorphism Explain Nonprofit Organizations' Compliance With Reporting Standards? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*.
- Vermeer, T. E., Raghunandan, K. & Forgione, D. A. (2006) The Composition of Nonprofit Audit Committees. *Accounting Horizons*, 20, 75-90.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.
- Wagenhofer, A. (1990) Voluntary disclosure with a strategic opponent. *Journal of Accounting & Economics* v. 12, n. 4: 341-363.
- Wallace, O., Naser, K., & Mora, A. (1994). The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain". *Accounting and Business Research*, v. 25, n. 97: 41-53.
- Wallace, R. S. O., & Naser, K. (1995). Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14(4), 311-368.

- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156.
- Weisbrod, B. A. & N. D. Dominguez (1986). Demand for collective goods in private nonprofit markets: Can fundraising expenditures help? *Journal of Public Economics* 30(1): 83-96.
- Whitaker, G. P., Altman-Sauer, L., & Henderson, M. (2004). Mutual Accountability between Governments and Nonprofits. *The American Review of Public Administration*, 34(2), 115-133.
- Williams, S.M. (2002). Board of director determinants of voluntary audit committee disclosures: Evidence from Singapore. Working paper, *Singapore Management University*.
- Williams, S. & Palmer, P. (1998). 'The state of charity accounting—developments, improvements and continuing problems', *Financial Accountability & Management*, 14, pp. 265–279.
- Wood, D.J. , Jones, R.E. (1995). Stakeholder mismatching: a theoretical problem in empirical research on corporate social performance. *International Journal of Organizational Analysis*, v3. p. 229-267.
- Yan, W., Denison, D.V., & Butler, J.S. (2009) Revenue structure and nonprofit borrowing. *Public Finance Review* 37 (1): 47-67.
- Yeoh, J. (2005). Compliance with Mandatory Disclosure Requirements by New Zealand Listed Companies. *Advances in International Accounting*, 18(0), 245-262.
- Yermack, D. (1996). Higher market valuation of companies with a small board of directors. *Journal of Financial Economics*, v 40, p 185-212.
- Yetman, M. H., & R. J. Yetman (2013). Do donors discount low-quality accounting information? *The Accounting Review* 88 (3): 1041–1067.
- Young, D. R. (2002). The Influence of Business on Nonprofit Organizations and the Complexity of Nonprofit Accountability". *The American Review of Public Administration*, 32(1): 3-19.

- Young, D. R., Bania, N., & Bailey, D. (1996) Structure and accountability a study of national nonprofit associations. *Nonprofit Management and Leadership*, 1996, 6(4), 347-365.
- Zhuang, J., Saxton, G., & Wu, H. (2011). Publicity vs. impact in nonprofit disclosures and donor preferences: a sequential game with one nonprofit organization and N donors. *Annals of Operations Research*, 1-23.
- Zimmermann, J. A. M., & Stevens, B. W. (2008). Best practices in board governance: Evidence from South Carolina. *Nonprofit Management & Leadership*, 2008, 19(2): 189-202.



## **ANEXOS**



## Anexo I – Estatística Descritiva das Características Organizacionais

**Tamanho \* Estatuto\_UP Tabulação cruzada**

Tamanho	Estatuto_(UP; IPSS; ONG)		Total
	Não	Sim	
]0 - 200000]	3 2,1%	10 7,0%	13 9,2%
]200 000 - 1 000 000]	5 3,5%	23 16,2%	28 19,7%
]1 000 000 - 4 000 000]	4 2,8%	40 28,2%	44 31,0%
]4 000 000- 40 000 000]	1 0,7%	43 30,3%	44 31,0%
> 40 000 000	2 1,4%	11 7,7%	13 9,2%
<b>Total</b>	Contagem 15	127	142
	% do Total 10,6%	89,4%	100,0%

**Tamanho \* ESNL> 50% Tabulação cruzada**

Tamanho	ESNL > 50% Divulgação		Total
	Não	Sim	
]0 - 200000]	5 3,5%	8 5,6%	13 9,2%
]200 000 - 1 000 000]	15 10,6%	13 9,2%	28 19,7%
]1 000 000 - 4 000 000]	20 14,1%	24 16,9%	44 31,0%
]4 000 000- 40 000 000]	27 19,0%	17 12,0%	44 31,0%
> 40 000 000	5 3,5%	8 5,6%	13 9,2%
<b>Total</b>	Contagem 72	70	142
	% do Total 50,7%	49,3%	100,0%

FundPub \* ESNL\_&gt; 50% Tabulação cruzada

		ESNL > 50% Divulgação		Total
		Não	Sim	
FundPub	] 0 - 1 000,]	23	24	47
		16,2%	16,9%	33,1%
	]1 000 - 100 000]	13	12	25
		9,2%	8,5%	17,6%
	]100 000 - 1 000 000]	20	19	39
		14,1%	13,4%	27,5%
	]1 000 000 - 10 000 000]	14	14	28
		9,9%	9,9%	19,7%
	>10 000 000	2	1	3
		1,4%	0,7%	2,1%
	<b>Total</b>			
	Contagem	72	70	142
	% do Total	50,7%	49,3%	100,0%



## Anexo II - Divulgação Obrigatória

### Estatísticas descritivas – Indicadores da Divulgação Obrigatória (itens discriminados)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
Div_PolitContab	142	0	1	82	,58	,496
Div_BADF	142	0	1	80	,56	,498
Div_OutrPolitContab	142	0	1	60	,42	,496
Div_PresFutur	142	0	1	66	,46	,501
Div_IncertEstim	142	0	1	52	,37	,483
Div_NotasCruza	142	0	1	85	,60	,492
Div_ErrosMateri	142	0	1	60	,42	,496
Div_InfCompl	142	0	1	72	,51	,502
Div_InfDesag	142	0	1	82	,58	,496
Div_InfNaoReconh	142	0	1	57	,40	,492
Div_InfOrgSoc	142	0	1	73	,51	,502
Div_InfBenefi	142	0	1	69	,49	,502
Div_InfVolunt	142	0	1	48	,34	,475
Div_InfColabo	142	0	1	75	,53	,501
Div_Beneficios	142	0	1	58	,41	,493
Div_Doações	142	0	1	92	,65	,479
Div_Beneméritos	142	0	1	61	,43	,497
A_RESTR	142	0	1	14	,10	,299
ACOR_NCOR	142	0	1	125	,88	,326
DF_CORR_DIV	142	0	1	111	,78	,415
N válido (de lista)	142					

### Estatísticas descritivas – Indicadores da Divulgação Obrigatória (4 itens)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
DivRC_Stakeholders	142	0	1	53	,37	,485
DivRC_WebJorn	142	0	1	86	,61	,490
DivPA_WebJorn	142	0	1	65	,46	,500
DivPA_Stakeholders	142	0	1	56	,39	,490
N válido (de lista)	142					

### Estatísticas descritivas – Indicadores da Divulgação Obrigatória ( 24 itens agrupados em 3 níveis)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
Anexo_DF	142	,00	1,00	83,33	,5869	,20981
Anexo_ConteúdoFinanc	142	,00	1,00	69,60	,4901	,39344
Anexo_Stakeholder	142	,00	1,00	68,00	,4789	,39763
N válido (de lista)	142					

### Anexo III - Enquadramento no Normativo Contabilístico

Value	Count	Percent
A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativas no ano 2011	52	36.6%
A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativas no ano 2012	65	45.8%
A Fundação adotou pela primeira vez o novo normativo das entidades não lucrativas no ano 2013	4	2.8%
A Fundação, ainda, não adotou o novo normativo das entidades não lucrativas e aplica o anterior.	9	6.3%
A Fundação aplica o regime de caixa previsto no art. 10º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9/02	4	2.8%
A Fundação não adota o normativo das entidades não lucrativas porque aplica as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS/IFRS	5	3.5%
A Fundação não adota o normativo das entidades não lucrativas porque aplica o POC Público	3	2.1%

### Normativo que a Fundação utilizava em 2010.

	Count	Percent
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	55	38.0%
POC - Plano Oficial de Contas	30	21.1%
PCIPSS - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social	47	33.1%
POCAM - Plano de Contas das Associações Mutualistas	2	1.4%
POCFAAC - Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes	1	0.007%
POCP - Planos Setoriais da Contabilidade Pública - Saúde, Educação ou Autarquias Locais	2	1.4%
IAS/IFRS - Normas Internacionais de Relato Financeiro	2	1.4%
Outro. Não existiam em 2010	3	2.8%

## Anexo IV – Estatística Descritiva de Variáveis do Conselho de Administração

### Formação Académica do Conselho de Administração

	Possuem apenas Ensino Básico	Possuem apenas Ensino Secundário	Possuem Licenciatur.	Possuem Mestrado	Possuem Doutoramento
N- 142 Válido	16	60	131	31	44
Ausente	126	82	11	111	98
% Fundações	11,3%	42,2%	92,2%	21,8%	30,9%
Média Membros	1,69	1,75	3,11	1,81	1,82
Desvio Padrão	1,138	1,035	1,704	1,537	1,187
Mínimo	1	1	1	1	1
Máximo	5	5	10	7	6

### Áreas de Formação académica dos membros do Conselho de Administração

	Social	Human.e Comport.	Direito	Saúde	Gestão	Engenh.e Tecnolog	Religião	Educ.
N- 142 Válido	32	28	56	28	82	54	14	41
Ausente	110	114	86	114	60	88	128	101
% Fundações	22,5%	19,7%	39,4%	19,7%	57,7%	38,02%	9,8%	28,9%
Média Membros	1,28	1,64	1,66	1,64	2,02	1,35	1,50	1,46
Desvio Padrão	,581	1,393	,959	1,446	1,431	,619	1,605	,840
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	3	8	5	8	9	4	7	4

